

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda
escolar: as potencialidades da participação e as
representações sociais de agricultores
de Parelheiros, São Paulo

Ana Flávia Borges Badue

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Saúde
Pública.

Área de Concentração:
Serviços de Saúde Pública

Orientador:
Prof^a Dr^a Isabel M. T. Bicudo Pereira

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Dedico a Deus, único sentido e inspiração para uma verdadeira evolução.

Aos que plantam com fé e semeiam esperança.

Aos meus familiares e amigos que me ensinam a amar a vida, e que cuidaram,
compartilharam e, sobretudo, ajudaram tanto nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Isabel M.T. Bicudo Pereira pela oportunidade de participar do projeto da FSP-CNPq, pela paciência, compreensão e dedicação.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, os doutores: Ana Maria Gambardella, Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, Fernando Lefèvre e Maluh Barciotte pelo apoio, atenção e preciosas contribuições.

Agradeço à equipe do Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo por todo apoio, parceria e suporte nessa pesquisa: Teresa, Neusa, Rachele, Daniela, Mayra e Silvia.

Agradeço o apoio da Faculdade de Saúde Pública da USP. Aos professores Maria Cecília Pelicioni e Paulo Rogério Gallo, pelas trocas instigantes e todo estímulo ao longo do curso. O apoio da CPG: Angela, Samantha e Marilene; do Aprimoramento: Cidinha, Renilda e Vânia; da Secretária do Departamento de Prática de Saúde Pública: Cidinha e Daniel; da Área de Concentração da Prática: Lívia; e da Biblioteca: Carminha e José.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida que me possibilitou maior dedicação à esta jornada. (ago. 2006 - ago. 2007)

Ao Instituto Kairós pelas oportunidades de crescimento.

Agradeço a todos os parceiros do Projeto FSP-CNPq:

- À Secretária do Verde e do Meio Ambiente e à Casa da Agricultura Ecológica (CAE) pelas informações, atenção e total apoio, inicialmente de Luis Galletti, e, posteriormente, do seu atual diretor Vanderlei de Souza.

- À Subprefeitura de Parelheiros pelo importante apoio do subprefeito Walter Tesch; e também a atenção de Sidney Lance, Roberta Capellano e Mônica Pessoa.

- À Associação de Agricultura Orgânica (AAO): agradeço o respaldo do presidente Plínio; o acolhimento e contribuições fundamentais que recebi da Araci e da Ondalva. Agradeço as contribuições dos conselheiros: Jorge Horita, Motoshi, Guaraci, as reflexões e cálculos do Tiago Ghion; e à Eliana, Vanice e Moisés.

- Ao apoio e atenção do Depto. de Suprimento Escolar - SEE do Estado de São Paulo: Monika Nogueira; Marina Vieira, Andreia Regina dos Santos; Bete Russo.

- Ao apoio e atenção do Depto. de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão: Laura Rahal, Vera Oliveira, Cristina Amaral e Marisa Russef.

- À Coordenadoria de Capela do Socorro: Graça, Margareth Zillig, Vera Nunes.

- À Diretoria Sul 3: Cícera.

- Aos agricultores que participaram da pesquisa.

- A todos que me acolheram nas escolas: EMEF Vargem Grande, EE Reverendo Erodice Pontes de Queiroz, EE Paulino Nunes Esposo e a todas as escolas visitadas na pesquisa FSP-CNPq. À Profa. Maisa da E.E. José Candido de Souza (do pré-teste).

- À Secretária Municipal de Saúde: Dra. Maria Cristina Caiuby.

- À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/ Diretoria de Alimentação e Nutrição de Jundiá: Valdez, Adriana, Ângela, Solange, Hamilton e Vitório. Às escolas visitadas.
 - À Secretaria de Educação de Dois Irmãos: Hilária Kreuz (Secretária), Rozane e Lucimar (Lucinha), Stofil. EMATER: Heitor e Cléia. Às escolas e agricultores visitados.
 - Ao Departamento de Nutrição Escolar Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: Inês, Eliane, Gladys e Maria Júlia. Às escolas e agricultores visitados em Florianópolis e Santa Rosa de Lima (SC).
 - À AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral: Wilson, Adilson e Márcio. À Associação Acolhida na Colônia.
 - Aos que me enviaram suas preciosas reflexões, artigos e pesquisas, ajudaram a refletir e deram sugestões: Araci, Ondalva, Luis, Vanderlei, Clara, Wilson (Feijão), Pe. Círio, Elaine, Elinete, Marcus, Eliziana, Breno, Darolt, Prof. Ortega, Profa. Beth Torres, Silvio, Moura, Nádia, Marly, Yara, Waldemar, Ana Amaral, Carlota, André, Vera, Roseli, Pimentel, Bruno e Noeli.
 - Aos parceiros da pesquisa de AUP para o MDS, pelas contribuições e sugestões: Ivana, Alain, João Luiz, Daniel e Dalvaci. Ao Crispim e Luciane do MDS. E aos parceiros pelas trocas instigantes: Tininha, Tarson, Sandra, Márcio, Sheila, Verônica e Noemi.
 - Ao Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana: Nísia, Lucila, Paulo César e Batalha.
 - Ao CPOrg-SP: Marcelo, Chico e todos os demais membros da Comissão da Produção Orgânica.
 - Ao Sesi-SP, Programa Alimente-se Bem: Tereza Watanabe.
 - Ao Instituto Polis: Chris, Juliana e Mariana.
 - Ao grupo da FSP da oficina de Promoção da Saúde na Escola: Elias, Luciane, Marcos, Priscila, Tatiana e Viviane.
 - À equipe da VLS Copiadora pela atenção e cuidados especiais.
- Agradeço também aos meus familiares e amigos que contribuíram na trajetória do mestrado e desta pesquisa:
- Aos amigos que ajudaram na construção dos alicerses e trocas que foram fundamentais: Conceição, Elias, Fabíola, Lica, e Renata.
 - Às amigas que deram todo apoio e carinho: Helena e Mônica.
 - À Tami pela ajuda na revisão das referências e à Claudia e André na tradução.
 - À Maria que cuidou de minha casa.
 - À minha mãe, Moema, que soube me criar para emancipar e sempre acreditou no meu melhor.
 - Ao meu pai, Saleh (*in memorian*) que me ensinou a perseverança.
 - À minha avó, Mariinha, que me mostrou a importância da família e do acolhimento.
 - Ao meu avô, Célio, pelo exemplo de desprendimento e desapego.
 - Aos meus irmãos, Gustavo e João Pedro, pelo companheirismo e carinho.
 - Às minhas cunhadas, tios, primos e enteados pelas vibrações positivas.
 - Ao Carlos, meu amor, companheiro e amigo, por sua paciência, apoio incondicional e dedicação que propiciou clarear minhas idéias. E, sobretudo, por ter me mostrado uma outra dimensão do mundo.

“Devemos somar esforços, para gerar uma sociedade sustentável global, baseada, no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.”

Trecho da Carta da Terra (UNESCO, 2000)

BADUE, A. F. B. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar:** as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. 2007. 265p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

O presente estudo aponta que programas de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar têm sido implementados em escolas municipais e estaduais brasileiras como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional e de desenvolvimento local sustentável. A avaliação da potencialidade dessa inserção na merenda escolar em Parelheiros, no município de São Paulo, está sendo realizada por um projeto de pesquisa e intervenção coordenado pela FSP-USP (2006-2008) e financiado pelo CNPq, com apoio de instituições públicas e da sociedade civil organizada. Esta dissertação se insere como parte do diagnóstico desse projeto, sob o enfoque da produção e abastecimento. Nesse contexto, as perguntas centrais deste estudo foram: Quais as potencialidades da participação dos agricultores na oferta de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar da região de Parelheiros? Quais os desafios e oportunidades que os agricultores de Parelheiros teriam para se engajar no projeto de abastecimento de orgânicos nas escolas? Para se obterem as respostas, realizou-se a identificação das representações sociais de 30 agricultores, com o objetivo de detectar o que entendem por agricultura orgânica e sua opinião e interesse em participar da proposta de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar, considerando-se a caracterização da prática da agricultura na região para melhor se avaliar suas potencialidades de participação no projeto proposto. A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) possibilitou a construção de uma análise aprofundada e sinalizou oportunidades e desafios para processos de comunicação e educação envolvendo os agricultores.

Os resultados indicaram uma falta de conhecimento ou um repertório restrito dos agricultores na definição de agricultura orgânica. Destacou-se entre os discursos o interesse em abastecer as escolas com a produção de hortaliças e frutas orgânicas, mediante a obtenção de apoios (cursos, assistência técnica, organização de associações, escola de formação profissionalizante, etc.) e a confirmação de que o sistema orgânico será rentável. Constatou-se também a necessidade de se demonstrar a viabilidade técnica e a sustentabilidade socioambiental do sistema de produção orgânica, através de um processo contínuo de formação que difunda os princípios da agroecologia. Concluiu-se que existem potencialidades e desafios nos dois diferentes sistemas de compra de hortaliças e frutas para as escolas públicas estaduais e municipais. Ficou evidenciado que nessa região inserida em áreas de proteção ambiental e de manancial, na qual é necessário estimular o sistema orgânico de produção, o grande volume de compra de hortaliças e frutas pelas escolas públicas pode ser uma alavanca para esse processo. Sugere-se por fim, ações que estimulem o empoderamento e o comprometimento dos agricultores da região na conversão para o sistema orgânico de produção.

Descritores: agricultura orgânica familiar; agricultura urbana e periurbana; segurança alimentar e nutricional; merenda escolar; Discurso do Sujeito Coletivo; representação social de agricultores.

BADUE, A. F. B. Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo/ **Insertion of organic vegetables and fruits into the school meal: potentiality of participation and the social representation of agriculturists of Parelheiros, Sao Paulo.** 2007. 265p. Dissertation (Master of Public Health) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

The present study shows evidence that programs aiming at the insertion of organic vegetables and fruits in public school meal in some Brazilian cities have been implemented, as strategy of Food and Nutrition Security and Sustainable Local Development. The evaluation of the potentiality of this strategy in Parelheiros, in the city of Sao Paulo, is being carried out by a research project coordinated by FSP-USP (2006-2008) and funded by CNPq. It also has the support of public institutions and the organized civil society. This dissertation is inserted as part of the diagnosis of this project, under the focus of production and sourcing. In this context, the central questions of this research were: Which are the potentialities of participation of the agriculturists in the supply of organic vegetables and fruits in the school meal of the Parelheiros region? Which are the challenges and opportunities that the agriculturists of Parelheiros would have to engage themselves in the project of organic supply in the schools? In order to obtain the answers, the identification of the social representation of 30 agriculturists has been performed, with the objective to detect the insertion of organic vegetables and fruits into the school meal, considering the characterization of the proposed project. The Discourse of the Collective Subject technique allowed the construction of an in-depth analysis and signaled the opportunities and challenges for the communication and education processes involving the agriculturists. The results showed either lack of knowledge or limited repertoire to define organic agriculture. Emerge from the discourses that there has been interest in providing schools with organic vegetables and fruits in case there is support (courses, technical support, associations, technical schools, etc.) and assertiveness of profitability. It has also evidenced the need for demonstrating technical feasibility and environmental sustainability of the organic production through means of a continuing process that transmits the principles of agriscology. The conclusion is that there are potential and challenges in the two different purchasing systems for vegetables and fruits for city and state schools. It has been evidenced that in this region with environmental and water protected areas, where it is necessary to stimulate the organic system, the great amount of vegetables and fruits bought by the schools might be leverage for this process. It is suggested, at the end, actions to stimulate the empowerment and commitment of the agriculturists of the region in the conversion to the organic production system.

Key words: organic family agriculture; urban and periurban agriculture; food and nutritional security; school meal; Discourse of the Collective Subject, social representation of agriculturists.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Insegurança alimentar.....	17
1.1.1. O baixo consumo e a qualidade de hortaliças e frutas	23
1.2. Sistemas de produção agroalimentar e a saúde humana e ambiental	32
1.2.1. O sistema convencional de produção e a saúde ambiental	32
1.2.2. O sistema convencional e a saúde humana: enfoque no uso de agrotóxicos	36
1.2.3. O sistema orgânico de produção.....	40
1.2.4. O sistema orgânico e a saúde humana.....	56
1.3. A Agricultura Orgânica e a Segurança Alimentar e Nutricional: algumas políticas públicas e ações voltadas para a escola	60
1.3.1. A Agricultura Urbana e Periurbana e a Segurança Alimentar e Nutricional.....	60
1.3.2. Desafios do abastecimento da merenda escolar pela Agricultura Orgânica	69
1.4. Alguns desafios da Agricultura Orgânica Familiar.....	82
1.4.1. O modelo de desenvolvimento e os impactos socioeconômicos na agricultura familiar.....	82
1.4.2. Alguns caminhos para a emancipação da agricultura orgânica familiar: triangulação, agroecologia e a multifuncionalidade.....	85
1.5 Contexto em que esta dissertação se insere.....	99
3. OBJETIVOS.....	105
4. METODOLOGIA.....	105
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	114
5.1. Contextualização: caracterização das potencialidades da Região de Parelheiros e do sistema público de compra e abastecimento de hortaliças e frutas nas escolas.....	114
5.2. Caracterização da população estudada.....	141
5.3. Resultados Quali-quantitativos: Discurso do Sujeito Coletivo.....	152
5.4. Discussão.....	179

6. CONCLUSÕES	231
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	238
8. REFERÊNCIAS	246
9. ANEXOS.....	259
Anexo 1- Mapas de Parelheiros.....	259
Anexo 2 - Formulário de Entrevista grupo: agricultores.....	261
Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	263
Anexo 4 - Algumas reflexões sobre o abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar.....	264

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção do grupo frutas no total da despesa com alimentação no domicílio segundo regiões metropolitanas selecionadas para análise no período de 1987 a 2003, Brasil, 2004.....	24
Tabela 2 - Distribuição dos agricultores segundo sexo. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	141
Tabela 3 - Distribuição dos agricultores segundo faixa etária. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	142
Tabela 4 - Distribuição dos agricultores entrevistado segundo escolaridade. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	143
Tabela 5 - Distribuição dos agricultores entrevistados segundo sistema de produção. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	145
Tabela 6 - Localização das propriedades dos agricultores entrevistados segundo proximidade com escolas públicas. Parelheiros, São Paulo,2006.....	146
Tabela 7 - Participação atual ou anterior dos agricultores entrevistados em cooperativa. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	146
Tabela 8 - Participação atual ou anterior dos agricultores entrevistados em algum tipo de associação de agricultores. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	147
Tabela 9 - Abastecimento de escolas públicas na região. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	148
Tabela 10 - Uso de nota fiscal / nota de produtor na venda de produtos pelos agricultores entrevistados. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	149
Tabela 11 - Costume de ouvir rádio pelos agricultores entrevistados. Parelheiros, São Paulo, 2006.....	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores.....	42
Figura 2 - Circuito do alimento e as diretrizes de uma política pública de SAN.....	64
Figura 3 - Possíveis interações para a sustentabilidade da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar.....	81
Figura 4 - Ações do Projeto FSP-CNPq, 2006-2007.....	100

Figura 5 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente a questão: Você conhece agricultura orgânica? ...O que é isso para você? Parelheiros, São Paulo, 2006.....	157
Figura 6 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente a questão: Existe um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Nesse caso, os alimentos seriam produzidos por agricultores da região. O que o sr/a acha dessa proposta?, São Paulo, 2006.....	167
Figura 7 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente a questão: Você se interessaria em participar de uma proposta como essa?... Como?, São Paulo, 2006.....	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições que integram o programa de desenvolvimento territorial sustentável da região de Santa Rosa de Lima(SC) articulados pela AGRECO.....	89
Quadro 2 - Temas geradores e sub-temas /categorias de oportunidades e desafios.....	180
Quadro 3 - Temas geradores e sub-temas /categorias de oportunidades e desafios.....	189
Quadro 4 - Efeitos da exposição prolongada a múltiplos agrotóxicos.....	200

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AAO - Associação de Agricultura Orgânica
AAAC - Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.
AO - Agricultura Orgânica
AFO - Agricultura Familiar Orgânica
AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AU - Agricultura Urbana
AUP - Agricultura Urbana e Periurbana
CA - Casa da Agricultura do Estado de São Paulo
CAE - Casa da Agricultura Ecológica do Município de São Paulo
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA - Central de Abastecimento de São Paulo
CePOrg - Comissão Estadual da Produção Orgânica
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CJS - Comércio Justo e Solidário
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COMIDha- Comitê Nacional para Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada-
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
ES - Economia Solidária
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
F, V&L - Frutas, Verduras e Legumes
FSP-USP - Faculdade de Saúde Pública da USP
FAPESP - Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
H e F - Hortaliças e Frutas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEA- USP- Instituto de Estudos Avançados da USP
IEA - Instituto de Economia Agrícola
IGM - Instituto Giramundo Mutuando
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES- RUAF- Promoción del Desarrollo Sostenible el cual cuenta con el apoyo de la Fundación RUAF de Holanda
IPTU - Imposto predial e territorial urbano
ITR - Imposto territorial rural
L,V&F- Legumes, Verduras e Frutas
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS - Ministério da Saúde
NEGOWAT- *Facilitating Negotiations over Water Conflicts in Latin-American Periurban Upstream Catchments: Combining Multi-Agent Modelling with Role Game Playing*
ONG - Organizações Não-Governamentais
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Panamericana de Saúde
PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF - Pesquisas de Orçamento Familiar.
PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVE - Programa de Verticalização da Agricultura Familiar
PTM - Padrão Técnico Moderno
PVI - Ponto de Vista Individual
PVSP - Ponto de Vista do Sistema Produtivo
PVT - Ponto de Vista Técnico
REDE - Rede e Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMG - Secretaria Municipal de Gestão
SEE - Secretaria Estadual de Educação
SEAA - Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SME - Secretaria Municipal de Educação
SUS - Sistema Único de Saúde
SVMA - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo
TACO - Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPAs - Unidades Produtivas Agrícolas
WHO- World Health Organization

1. INTRODUÇÃO

“Não há solução possível para a crise ecológica global sem uma ecologização do setor agroalimentar”

Embrapa¹

A epígrafe acima sugere uma proposta de saída para a crise ambiental com que a humanidade se depara através da “ecologização do setor agroalimentar”, demonstrando para tanto a necessária mudança do padrão de produção vigente. Da mesma maneira, como se verá a seguir, diversas pesquisas e estudos revelam a insegurança alimentar que afeta o mundo. Portanto, os efeitos do sistema de produção e consumo vigentes parecem desvelar a “fome de nutrientes” tanto para a saúde humana como “para a terra”, mostrando “duas faces da mesma moeda” (BARCIOTTE e BADUE, 2007, p.184).

Nessa perspectiva, a apresentação do tema de averiguação da potencialidade da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar traz em si a oportunidade de reflexão sobre a interdependência que envolve a saúde humana, e a forma de produção e consumo dos alimentos, que por sua vez afeta a saúde do ambiente (saúde ambiental). Para se identificar se é possível tornar acessível aos escolares as hortaliças e frutas orgânicas, que hoje ainda são restritas a um “nicho de mercado”, há que se iniciar por entender o sistema de produção e consumo vigente e saber que, diante de diversos impactos nocivos à saúde dos indivíduos e do ambiente em que habitam, surgem reflexões sobre propostas alternativas de políticas públicas e de atuação da sociedade civil organizada. Tais propostas pelo caráter multifuncional e complexo que apresentam necessitam de uma intersetorialidade e, para tanto, requerem o conhecimento das diversas motivações dos atores envolvidos.

Para iniciar qualquer ação nesse sentido faz-se necessário entender as motivações institucionais que embasam a proposta, através de uma análise do

¹ Extraído do Marco referencial em agroecologia / Embrapa-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF, Embrapa Informação tecnológica, 2006. Elaborado pelo Grupo de trabalho em Agroecologia, fazendo referência à Riechmann (p.38).

contexto geopolítico (de ações, programas, políticas públicas nacionais e locais) e do levantamento da situação sócio-econômica daqueles que serão o público alvo das estratégias (CARVALHO, 2003), no caso deste estudo aqueles que trabalham na agricultura familiar. Nesse contexto, a identificação da representação social dos agricultores poderá possibilitar uma melhor comunicação para o envolvimento dos mesmos nas estratégias a serem propostas.

O presente estudo faz parte da avaliação diagnóstica de um projeto de pesquisa e intervenção², cujo objetivo é avaliar o potencial de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar de escolas públicas em Parelheiros (São Paulo), e que está sendo coordenado pela Faculdade de Saúde Pública da USP e financiado pelo CNPq. Este projeto busca atender os princípios do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.

O conceito de SAN que vem sendo construído no Brasil desde as primeiras referências no âmbito do Ministério da Agricultura, no final de 1985, consolidou-se a partir da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA Nacional em 2004, e tornou-se a Lei 11.346, de 15/09/2006, de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN):

“Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos **ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. (Art. 3º, CONSEA, 2006, p. 6)

Contudo, ao se propor que a agricultura orgânica seja capaz de garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, pressupõe-se que seus produtos deverão sair do atual estágio de serem considerados restritos a um “nicho de mercado”. Dessa forma, a agricultura orgânica, através de políticas públicas e ações efetivas, poderá se estruturar de modo a atender, por exemplo, o mercado institucional da merenda escolar, como estratégia de SAN.

² A explicação sobre este projeto é aprofundada no item “Contexto em que esta dissertação se insere”.

A seguir, parte-se para evidenciar alguns indicadores da insegurança alimentar que têm motivado políticas públicas que reconhecem na agricultura orgânica familiar, uma forma de garantir a disponibilidade para o acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, portanto a base para se contribuir para a construção de SAN.

1.1. INSEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo o Documento Base da III Conferência Nacional de SAN (CONSEA, 2007, p. 6), situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas “tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente, e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem à diversidade cultural”. Portanto, a correlação dessa situação com o modo de produção e consumo vigentes e a reflexão como isso têm afetado a saúde humana de forma ampla constitui um problema de saúde pública mundial. A busca de alternativas a esta situação apresenta-se como um desafio para toda a humanidade.

A avaliação do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Abastecimento (FAO) indicou “que nos últimos 10 anos, o número absoluto de pessoas vulneráveis à fome no mundo manteve-se na faixa de 850 milhões.” (CONSEA, 2007, p. 11-13)

As estimativas gerais sobre a fome no Brasil ainda são pouco precisas: a da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, é que em 2002 existiam cerca de 21 milhões de pessoas sem ter o que comer no país. (INSTITUTO AKATU, 2003)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004, identificou a percepção da população sobre sua própria condição alimentar e nutricional. Segundo o documento base da III Conferência Nacional de SAN (CONSEA, 2007), o

levantamento mostrou que cerca de 40% da população (72 milhões de pessoas) convivem com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 7,7% da população (cerca de 14 milhões) vivem em insegurança alimentar grave, isto é, passaram por fome ou conviveram de forma rotineira, com a fome. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) também identificou que 8,4 milhões de pessoas deixaram de ser extremamente pobres no Brasil entre 2003 e 2005, tendo aumentado também a participação dos mais pobres na renda total, mesmo ainda dentro de um quadro de prevalência da elevada desigualdade social no país (CONSEA, 2007).

Há também indicadores que mostram uma diminuição expressiva do contingente de desnutrição infantil no Brasil. Pelo inquérito “Chamada Nutricional 2005” a redução foi de 63% em relação a 1996, sendo que 92,8% das crianças fazem, pelo menos, três refeições diárias, segundo o mesmo inquérito. E, ainda de acordo com o Ministério da Saúde, entre 2002 e 2005, a taxa média de internação por desnutrição grave no País caiu 37,8% (Ministério da Saúde citado por CONSEA, 2007, p.11). Como principais problemas decorrentes da ingestão insuficiente de certos nutrientes têm-se a anemia ferropriva, os déficits altura/idade e peso/idade, hipovitaminose A e o bócio.

Em relação à situação de insegurança alimentar na cidade de São Paulo, segundo SOLYMOS (2003), não há dados absolutos sobre a desnutrição no município. Há estimativas de que nas favelas de São Paulo vivem cerca de dois milhões de pessoas e de que 30% a 50% das crianças que moram nos bolsões de pobreza (favelas, cortiços etc.) são desnutridas. Segundo a mesma pesquisadora, para se ter a real dimensão do problema de saúde pública, não se pode considerar apenas o valor percentual de crianças e compará-lo com outros locais, mas há que se analisar em números absolutos onde há maior número de desnutridos. (SOLYMOS, 2003)

Tomando a perspectiva do problema da fome e subnutrição, diversos estudos demonstram que não é decorrente da falta de tecnologia apropriada para a produção de alimentos, e sim de um problema socioeconômico de desequilíbrio da distribuição de renda e de alimento entre a população mundial, e a sua prevalência é que contribui para o desequilíbrio, tanto da saúde social quanto da saúde ambiental (AZEVEDO, 2006). Também a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância aponta que a fome e a desnutrição, que ainda atingem e levam à morte milhares de crianças no

mundo, são decorrentes da baixa renda familiar, ausência de políticas públicas, seca e falta de informações sobre alimentos regionais de qualidade.

Essa realidade, que ficou explicitada na frase “a fome é flagelo fabricado pelos homens”, do médico e sociólogo pernambucano Josué de Castro, foi por ele demonstrada desde a década de 1930, com a pesquisa “Condições de Vida das Classes Operárias do Recife”, e em 1946, com a apresentação do “Mapa da Fome”, no livro “Geografia da Fome”, em que o mesmo pesquisador detectou que no Norte e Nordeste estavam os famintos, e no Sul, Sudeste e Centro-Oeste os subnutridos. Josué de Castro apontou também em seus estudos outro grande desafio denominado por ele “fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias.” (CASTRO, 1984)

Contudo, o que se observa é que essa “fome oculta” é um fenômeno crescente que pode resultar na desnutrição, no sobrepeso e na obesidade, e que afeta populações dos diversos níveis sociais. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF 2002/2003 revelaram que, entre indivíduos que vivem em situação de indigência com rendimento médio familiar *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, 32,1% apresentaram quadro de sobrepeso e 8,8% obesidade. (CORRÊA, 2007)

A OMS - Organização Mundial de Saúde (2004) reconhece que a má nutrição, incluídas a subnutrição e as carências nutricionais (hipovitaminose, anemia, etc.), continua a ser uma das principais causas de disfunções e doenças em muitas partes do mundo, em especial nos Países em desenvolvimento, em que 66% das disfunções atribuídas às doenças não transmissíveis afetam pessoas mais jovens que em Países desenvolvidos. Tais distúrbios, juntamente com o sedentarismo, são considerados como grandes causadores de doenças não transmissíveis e, portanto, um grave problema de saúde pública, que afeta um amplo e diversificado contingente da população exposto à insegurança alimentar (OMS, 2004).

Estudos também mostram que mundialmente observam-se modificações no padrão alimentar das populações, tanto em Países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, com o aumento do consumo de gorduras saturadas e hidrogenadas; a substituição do consumo de alimentos ricos em nutrientes, como

hortaliças e frutas, por alimentos energeticamente densos (ricos em açúcares simples e gorduras) e pobres em micronutrientes; o aumento do consumo de alimentos salgados e gordurosos; e a redução dos níveis de atividade física (OMS, 2004; Monteiro citado por BRASIL, 2004).

Segundo a OMS (2004), o Informe sobre saúde no Mundo, de 2002, previu que dos 47% de carga de morbidade mundial decorrentes dessas doenças pode-se chegar a 60% de carga antes de 2020. Também o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2005) comenta que a má alimentação associada à vida sedentária tem contribuído para o aumento de doenças crônicas que atingiam 34,4% da população há 30 anos e passaram para 48,3% em 2003.

Ressalta-se que a obesidade, mesmo sendo fenômeno antigo na história da humanidade, nunca havia atingido proporções epidêmicas como atualmente se observa (OMS, 1998). Essa doença é também considerada epidêmica no Brasil, e estudos identificam que o gasto anual de R\$ 1,2 bilhão pelo Sistema Único de Saúde pode ser atribuído ao sobrepeso e à obesidade (Sichieri, Vianna & Coutinho citados por TADDEI, 2003).

A incidência da obesidade na população das diversas faixas de renda é decorrente, em grande parte, do baixo nível de conhecimento em relação a alimentação e hábitos de vida saudáveis, de novos hábitos decorrentes das “facilidades” e, em muitos casos, menores preços do alimento industrializado, associados a uma forte pressão da mídia estimuladora do consumismo de alimentos calóricos, ricos em gorduras saturadas e hidrogenadas, em açúcar simples e sal, e à falta de alimentos fontes de fibras, minerais e vitaminas, como as H e F. (TADDEI, 2003; AZEVEDO, 2006).

Também a obesidade na idade infantil e adulta tem se constituído num dos mais importantes fatores de risco para o surgimento de inúmeras doenças e já atinge cerca de 6,8 milhões de crianças (TADDEI, 2003). Neste contexto, TADDEI (2003) aponta a grande suscetibilidade de crianças e adolescentes às mensagens publicitárias que relacionam o consumo de produtos com a aquisição de beleza, poder, prazer e felicidade. Estudos demonstram que os problemas decorrentes da má alimentação, além de provocar inúmeras doenças que dificultam o crescimento e o desenvolvimento das crianças, afetam por conseqüência o seu rendimento escolar.

Diante da constatação da insegurança alimentar como um problema de saúde pública mundial e de como ela está atrelada ao sistema de produção e consumo vigente decorrente do modelo do “desenvolvimento orientado pelo e para o mercado” (VALENTE, 2005, p.5), ações em prol do Direito Humano à Alimentação vêm sendo estimuladas no âmbito da FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e da OMS - Organização Mundial de Saúde, envolvendo diversos Países, como o Brasil.

O Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos e Sociais na Cúpula Mundial de Alimentação, ratificado pelo Brasil em 1992, abordou o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

Esse compromisso de combate à fome e à pobreza foi reforçado em 2000, quando o Brasil, entre 191 países, assinou as “Oito Metas do Milênio”, propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Todos os Países participantes obrigam-se a desenvolver ações para erradicar a fome e pobreza no mundo até o ano de 2015, quando deverão ter reduzida pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar *per capita* por dia, e a proporção da população que sofre de fome.

Nesse contexto, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO (2004) elaborou um conjunto de Diretrizes Voluntárias para “proporcionar uma orientação prática aos Estados na implementação da realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto de segurança alimentar nacional, como meio para alcançar os compromissos e objetivos do Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação”. Segundo as Diretrizes Voluntárias, os quatro pilares da segurança alimentar são: **disponibilidade; estabilidade do abastecimento; acesso e utilização.**

No Brasil o conceito de DHAA está garantido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei 11.346, 15/09/2006, artigo 2º):

“Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental humano, inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos direitos consagrados pela Constituição Federal, devendo o poder público adotar políticas públicas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º **A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões**

ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.”
(CONSEA, 2006)

Na mesma LOSAN (artigo 4º) tem-se a abrangência da SAN:

“Art. 4º. A segurança alimentar e nutricional abrange:

I. a **ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização**, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II. a **conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos**;

III. a **promoção da saúde**, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV. a **garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento**, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V. a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI. a **implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.”** (CONSEA, 2006)

A LOSAN, portanto, aponta como estratégico para a prática da SAN o acesso aos alimentos de qualidade em quantidades necessárias produzidos pela agricultura familiar, visando a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos, subentendendo-se que deve-se privilegiar o sistema orgânico de produção (CONSEA, 2006).

Sob o aspecto da saúde humana foca-se a seguir na análise apenas o baixo consumo de hortaliças e frutas apontado pela Organização Mundial de Saúde - OMS com grande contribuição nesse quadro de insegurança alimentar, bem como as reflexões, para além da quantidade, sobre a qualidade desses alimentos. Acredita-se que é nesta questão posta da qualidade como pré-requisito no conceito de SAN, que

demanda que o alimento seja produzido de forma sustentável, é que está o grande desafio para as definições de políticas agroalimentares.

1.1.1. O baixo consumo e a qualidade de hortaliças e frutas (h e f) e a saúde humana.

O estímulo ao consumo hortaliças e frutas por toda a população brasileira, e aqui enfocada a população de escolares, se faz necessário, pois, segundo o Ministério da Saúde - MS (BRASIL, 2005), a Organização Mundial de Saúde (OMS), com base nos resultados dos diversos estudos que realiza, verificou associações estatísticas significativas (evidências científicas) entre o baixo consumo de hortaliças e frutas identificado em diversas partes no mundo e o crescente aumento de doenças crônico-degenerativas, ou não transmissíveis.

Estudos do Fundo Mundial para a Pesquisa do Câncer (WCRF) apontaram que uma dieta com uma grande quantidade e variedade de frutas e hortaliças pode, desde que a dieta atenda às necessidades do indivíduo e esteja equilibrada, prevenir 20% ou mais dos casos de câncer. O Relatório Mundial sobre Saúde da OMS de 2002 estima que o baixo consumo desses alimentos está associado a cerca de 31% das doenças isquêmicas do coração e 11% dos casos de derrame no mundo. “Acredita-se também que a redução no risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares se dá pela combinação de micro-nutrientes, antioxidantes, substâncias fitoquímicas e fibras presentes nestes alimentos.” (MS, 2004)

Portanto, constata-se que o baixo consumo de H e V tem contribuído para carências vitamínicas que por sua vez podem gerar diversas doenças que dependem de múltiplos fatores. Como consequência, e associado ao aumento da vida sedentária, e a uma alimentação com altos índices de teor de sal e açúcar e aditivos químicos diversos, surgiram diversos problemas de saúde e em especial a obesidade, que já representa um fator de risco importante na população brasileira e é causa de aumento de mortalidade e morbidade no País (INSTITUTO AKATU, 2003).

Na Pesquisa de Orçamento Familiar- POF (2002- 2003), em relação ao grupo específico de hortaliças e frutas, “considerando um consumo calórico médio de 1800

calorias (POF 2002-2003), detectou-se que a participação relativa deste grupo é de 3,37%, com uma participação absoluta em torno de 60 calorias e 132 gramas.” (BRASIL, 2005)

Segundo o documento “A Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras (F, L&V): Uma estratégia para abordagem intersectorial no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – Brasil)”:

“a recomendação da OMS de consumir pelo menos 400 gramas de frutas, legumes e verduras ao dia, para prevenir doenças crônicas não transmissíveis é necessário que, em uma dieta de 2000 calorias, 9% das calorias totais (183 calorias) sejam provenientes de frutas, verduras e legumes (5 porções - 2 de frutas e 3 de verduras e legumes). **Segundo esta análise, os dados indicariam uma necessidade de triplicar o consumo de F,L&V no Brasil de 132 gramas/dia para 400 gramas/dia, conforme recomendação da OMS.**” (BRASIL,2005)

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, a quantidade de "verde" que o brasileiro consome teve uma queda geral de 19,3% (BRASIL, 2005). O baixo consumo de H e F e sucos naturais pôde também ser averiguado, em diversas capitais brasileiras, no último levantamento sobre a composição dos orçamentos domésticos, a partir da investigação dos hábitos de consumo realizada pelo IBGE (POF 2002-2003). Por outro lado, identificou-se também o aumento do consumo de açúcar refinado e de refrigerantes (BRASIL, 2004).

Tabela 1 - Proporção do grupo frutas no total da despesa com alimentação no domicílio segundo regiões metropolitanas selecionadas para análise no período de 1987 a 2003, Brasil, 2004.

Regiões / Período	Belém	Recife	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
1987	4,99%	5,64%	7,03%	8,29%	4,47%
1996	5,25%	6,18%	6,10%	6,73%	5,83%
2003	3,81%	4,39%	5,30%	5,11%	4,69%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisas de Orçamento Familiar (POF-2002/2003), citado por BRASIL, 2004.

Conforme apontou o documento-base da “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas (L,V&F) no Brasil” (BRASIL, 2004), em 2001, os dados da FAOSTAT revelaram uma disponibilidade total de alimento no Brasil de 3002 Kcal. O mesmo documento aponta que, deste total, frutas e hortaliças contribuem com 131 Kcal/dia e 27 Kcal/dia, respectivamente. Também aponta uma estimativa de que, considerando que no abastecimento anual *per capita* em 2001 os valores foram de 123 kg/ano para frutas e 37,2 kg/ano para hortaliças, de forma bruta (sem considerar as perdas que ocorrem da produção ao consumo) o consumo *per capita* dos brasileiros, poderia ser de 336 gramas/dia de frutas e 102 gramas/dia de hortaliças. Estes valores somados garantiriam, segundo o referido documento, virtualmente, os 400 gramas diários mínimos preconizados pela OMS (BRASIL, 2004).

Contudo, estes dados brutos de produção não levam em conta o grande desperdício que ocorre no abastecimento e consumo agroalimentar no Brasil. Estima-se que 30% dos alimentos se perdem na colheita, transporte ou armazenamento e que 24 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano no abastecimento. (INSTITUTO AKATU, 2003). Em 1992, a Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo estimou que o Brasil perde o equivalente a 1,4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com os alimentos desperdiçados ao longo da cadeia produtiva (SESI-SP, 2006).

Também no consumo estima-se que o desperdício de alimentos que uma família compra semanalmente seja, em média, de 20%, o que representa para todas as famílias do País, uma perda de 1 bilhão de dólares por ano, ou o um valor que seria suficiente para alimentar 500 mil famílias. Sabe-se que boa parte desse lixo de alimentos é descartado, por falta de conhecimento e hábito de consumo de partes comestíveis não usuais de H e F como folhas, talos, sementes e cascas (BARCIOTTE e BADUE, 2007).

Um estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de

Botucatu, para o programa Alimente-se Bem do SESI - Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de São Paulo, apontou que em 20 vegetais³ pesquisados:

“Há grande quantidade de nutrientes nas cascas, ramas e folhas. Isto demonstra que o aproveitamento integral dos alimentos é um importante fator a ser considerado, pois eles exercem um papel fundamental no dia-a-dia das pessoas, garantindo condições ideais de saúde e qualidade de vida.(...) Também não podemos esquecer que pode ocorrer perda de nutrientes durante o preparo de alimentos e que o modo de cultivo, armazenamento, época de colheita, ponto de colheita e modos de transporte são alguns dos fatores que podem alterar seu teor nutritivo. Portanto, o melhor é consumir alimentos frescos, recém colhidos, sem agrotóxicos e que tenham uma boa conservação.” (LIMA et al., 2006,p.122-123)

Contudo, o que tem sido o desafio para a sociedade é a recomendação de que o ideal seria consumir essas partes comestíveis não usuais sem agrotóxico, através do alimento orgânico, tanto para aproveitar os seus nutrientes como também para evitar uma possível contaminação, o que requer uma mudança de padrão de produção e consumo.

Além do mais, segundo BARCIOTTE e BADUE (2007), “se uma família desperdiça 350 gramas de alimentos por dia, em um mês acaba jogando fora mais de 10 quilos de comida, quantidade suficiente para fornecer uma refeição para 30 pessoas.” (p.187)

Em relação à situação da alimentação dos escolares no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base nos dados do Censo Escolar de 2004, apuraram dados de infra-estrutura das escolas para servir as refeições. Segundo o levantamento, 25% das escolas públicas não seguem os cardápios recomendados pelas Secretarias encarregadas da merenda em seus municípios ou estados, sendo o principal motivo a falta de produtos, e seguida do fato de que 20% das mesmas não têm local adequado para guardar os alimentos. Em relação à oferta de H e F, apenas 27,28% das escolas declararam servir frutas (mais presentes nas escolas do Sul e Sudeste) e 56,48% declararam servir hortaliças (mais

³ Os vegetais pesquisados: Abacaxi; abóbora; agrião; banana; beterraba; cenoura; couve-flor; chuchu; espinafre; goiaba; laranja; limão; maçã; mamão; maracujá; melancia; melão; salsão e salsinha.

presentes nas escolas do Sudeste e do Centro-Oeste) na merenda escolar. Sucos naturais foram indicados por 35,51% das escolas pesquisadas. Também foram levantados pelo Inep os alimentos preferidos pelos alunos, e os mais apontados, pela ordem, foram macarrão (preferido no Sul, Sudeste e Centro-Oeste), suco com biscoito (preferido no Norte e Nordeste), bolacha, sopa ou canja, e arroz com feijão (LEAL, 2006, p. A18).

Uma pesquisa está sendo realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para traçar o perfil nutricional dos alunos de escolas públicas que pela primeira vez irá conferir os dados antropométricos (altura e peso dos alunos) de todas as 170 mil escolas públicas de ensino infantil e fundamental no Brasil, com previsão de divulgar os primeiros resultados em outubro de 2007. Com isso o MDS pretende analisar a alimentação servida nas escolas e, a partir daí, definir diretrizes para alimentação escolar. Esta pesquisa conta com a participação de Universidades Federais, da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e de um comitê de acompanhamento composto pelos ministérios do Desenvolvimento Social, Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia (LEAL, 2006, p.A12).

Soma-se a esse contexto do baixo consumo de H e F observado nas escolas pelas pesquisas citadas, no documento base da “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas (L,V&F) no Brasil:documento base” (BRASIL, 2004) constata-se que, diante dos números da POF, historicamente o consumo H e F está decaindo no Brasil, e as hipóteses que aponta para esse baixo consumo são:

“a elevação do consumo de alimentos industrializados ricos em gordura, sal e açúcar e pobres em micronutrientes, incentivados principalmente pela mídia e condicionados ao estilo de vida urbano atual (redução do tempo para as atividades cotidianas como fazer refeições e a necessidade crescente de alta produtividade laboral); limitação de tempo para o preparo e consumo (os L,V&F requerem aspectos importantes para seu consumo adequado como higienização e conservação); custo (os L,V&F tem alto valor comercial principalmente quando comparamos com produtos industrializados e processados); pouca ou nenhuma valorização dos L,V&F produzidos em nível regional ou até mesmo no quintal de casa e, em algumas regiões(como por exemplo nas mais frias do Brasil), o hábito

alimentar e cultural de consumo de L,V&F é historicamente reduzido.” (BRASIL, 2004)

Devido a constatações como essas, o governo tornou obrigatória a rotulagem nutricional dos alimentos industrializados. O PNAE determinou a inclusão de um percentual mínimo de alimentos *in natura* no programa nacional de merenda escolar que tem como objetivo atender a 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, além das recomendações de estratégias e programas para o aumento da oferta de H e F e da educação alimentar que incentive o seu consumo, em especial nas escolas (BARCIOTTE e BADUE, 2007).

Também em 2005, “A Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras (F,L&V): Uma estratégia para abordagem inter-setorial no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA - Brasil)” (BRASIL, 2005), apontou algumas dimensões para as estratégias de estímulo ao aumento do consumo de H e F, além dos aspectos de saúde já citados:

- **Cultura** - Destaca que o baixo consumo deste grupo de alimentos tem origens “sócio-antropológicas”, e que por isso se faz necessário um processo educativo, pois o aumento da renda, segundo alguns estudos, “não garante por si só um padrão/escolha alimentar mais saudável”. Além dos consumidores, aponta para a necessidade das ações educativas atingirem também os próprios agricultores, para que estes valorizem os alimentos por eles produzidos processando-os para comercialização e, principalmente, consumindo-os, numa perspectiva saudável e adequada.
- **Acesso** - Neste item o documento destaca que o principal desafio da questão da garantia de acesso é relativa ao custo, reconhecendo que existe uma questão cultural envolvida, mas também que as H e F não produzem “a mesma sensação de saciedade de alimentos energéticos como arroz e farinha”, não podendo então “competir” com o consumo destes. Recomenda-se o fomento e estímulo ao consumo de H e F nas próprias regiões em que são produzidos, e de acordo com a safra, de forma a reduzir o seu custo e estimular a demanda.
- **Produção, abastecimento e comercialização** - nesse item o documento também recomenda:

“O fomento e apoio à produção de frutas, legumes e verduras, incluindo assistência técnica adequada, principalmente aos agricultores familiares precisa ser corroborado com técnicas de proteção ao meio ambiente e contar com mecanismos institucionais que garantam o **abastecimento e comercialização destes produtos em nível local (com prioridade aos programas institucionais existentes como Programa de Alimentação Escolar e Programa de Alimentação do Trabalhador). Na questão de produção de F,L&V, o modelo agrícola brasileiro precisa fomentar a alimentação saudável na perspectiva agroecológica**” (BRASIL, 2005).

As recomendações sobre o aumento do consumo de H e F, associadas a outras recomendações sobre alimentação saudável, também integram estratégias propostas no âmbito internacional a todos os Países, sendo um destes exemplos a Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (OMS,2004). As orientações desta estratégia numa perspectiva de SAN também, abrangem desde a produção até o acesso e a educação. No que tange às recomendações sobre o sistema de produção alimentar, ressalta-se:

- **Programas alimentares:** “(...) Os programas de distribuição de alimentos e de dinheiro devem (...) promover a produção e a sustentabilidade em nível local.”
- **Política agrária:** “(...) À medida que se dá maior importância à saúde e mudanças nas modalidades de consumo, os Estados Membros devem ter em conta a alimentação saudável em suas políticas agrárias.”

No Brasil, a Estratégia Global influenciou importantes documentos orientadores de políticas públicas, que por sua vez também fazem suas recomendações em relação ao sistema de produção agroalimentar:

1) O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2005) que recomenda:

“Em nível nacional, a recomendação para o consumo de maiores quantidades de frutas, verduras e legumes, e menor quantidade de gorduras, açúcares e sal tem implicações profundas nas políticas e práticas agrícolas e industriais. Por exemplo, o consenso de que dietas baseadas em uma grande variedade de alimentos de origem vegetal contribuem na proteção contra as doenças, implica em desenvolver ou identificar formas efetivas e atuais de **apoio a práticas sustentáveis de produção de alimentos; isso porque em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil, a agricultura**

familiar, a produção e o processamento tradicionais de alimentos, criaram culturas alimentares baseadas em grãos, raízes, leguminosas, frutas, legumes e verduras.”

2) A já citada “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas (L,V&F) no Brasil: documento base”, elaborada pelo Departamento de Atenção Básica - Coordenação geral da política de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde (2004), que indica as esferas de abrangência que o consumo de hortaliças e frutas propõe:

“Aumentar o consumo, a produção e a comercialização de alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras na perspectiva de promoção da saúde, do respeito e valorização aos hábitos alimentares culturalmente referenciados, **de maneira articulada e integrada à agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e garantia da SAN**, e para tal propõe ações concretas que abordam todas as dimensões envolvidas nesta construção.” (BRASIL, 2004)

Em muitos Países desenvolvidos e em desenvolvimento, adotam-se hoje campanhas de âmbito nacional do tipo “5 / 9 ao dia”, em que os governos investem em comunicação para incentivar o consumo de pelo menos 5 porções de H e F ao dia, o que está sendo avaliado pelo CONSEA Nacional.

O documento base da “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas (L,V&F) no Brasil” (BRASIL, 2004) aponta que os programas de estímulo de H e F devem considerar tanto **propostas para a oferta (produção, abastecimento e comercialização) dos produtos, como para a demanda (acesso, consumo)**. Nessa perspectiva, além de ressaltar os pontos negativos e positivos em relação à demanda (consumo) de H e F, também fez esta consideração em relação à oferta (produção de H e F):

Quanto aos pontos positivos da oferta, o referido documento (BRASIL, 2004) destaca que, pelo fato do Brasil localizar-se em área tropical, com uma enorme variedade de H e F que podem ser produzidas o ano todo, e que sendo os mesmos produzidos frequentemente por pequenos agricultores, o aumento do consumo pode também propiciar geração de renda e desenvolvimento sustentável (caso seja adotada

a produção de base ecológica). Em relação aos pontos negativos dessa oferta, o mesmo documento (BRASIL, 2004) aponta que, no sistema convencional vigente, a produção de H e F demanda uma grande quantidade de água, o que não é tão intensivo na produção no sistema orgânico. Ele também aponta que, por serem H e F produtos perecíveis, devem-se evitar desperdícios no sistema de distribuição e comercialização, através do incentivo à produção e consumo local, dando como exemplo o abastecimento da alimentação escolar. Outro alerta negativo apontado é que algumas variedades de H e F produzidas pelo sistema convencional vigente “podem requerer uso intensivo de pesticidas”, e a recomendação para esta questão está na fiscalização e no estímulo à agroecologia (BRASIL, 2004).

Um aspecto a ser destacado é que, quando se fala em consumo de hortaliças mais comuns, tem-se como referência cerca de 30 tipos que, em grande parte, são naturais de clima frios e foram trazidas pelos europeus, como o alface, a cenoura e a beterraba. “Essas hortaliças precisam de canteiros bem feitos, muita quantidade de água e acompanhamento diário. Existem por outro lado ‘hortaliças’ tropicais (algumas silvestres) que podemos produzir com menos trabalho e água, muitas vezes integradas no próprio sistema, sem precisar de canteiros especiais,” como, por exemplo, tomate cereja, abóbora, inhame, taioba, beldroega, ora-pro-nóbis, caruru, mostarda, entre tantas outras. (HANZI, 2003, p.23; FBB e FENABB, 2006). Portanto, muitos desses alimentos que eram conhecidos e consumidos, foram deixando de serem consumidos, diante da tendência de atendimento de mercado de massa do sistema convencional de produção, conforme será destacado a seguir.

Segundo HANZI (2003), pelo não uso de aditivos químicos nesses produtos perenes, além, da maior segurança no consumo integral, há maior aproveitamento dos nutrientes e menores desperdícios. A mesma autora aponta que esses alimentos precisam ser resgatados e reintegrados nos hábitos e culturas alimentares, de forma a melhor aproveitar a riqueza da nossa biodiversidade. Eles possibilitam também maior facilidade de produção (necessitam de poucos cuidados, pois são perenes) e de acesso para o consumo (HANZI, 2003; FBB e FENABB, 2006).

Conforme observadas diante das constatações das doenças causadas pela má alimentação, a exemplo do baixo consumo de hortaliças e frutas, em especial entre escolares, estratégias internacionais e nacionais buscam uma reavaliação do modo de

produção e consumo vigente, a partir da constatação de seus efeitos na saúde humana e ambiental.

Portanto, considerando que o sistema orgânico de produção foi apontado como um desafio a ser estimulado como forma de garantir a SAN, faz-se necessário investigar o sistema de produção agroalimentar vigente e o modelo de desenvolvimento no qual se insere, destacando o impacto causado no meio ambiente e na saúde humana.

1.2. SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROALIMENTAR E A SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL

1.2.1 O sistema convencional de produção e a saúde ambiental

O sistema de produção agropecuária predominante, que é denominado como “convencional”, trouxe algumas conseqüências impactantes. Ele é decorrente da chamada “Revolução Verde”, que após a Segunda Guerra Mundial possibilitou a difusão de maquinário e produtos químicos desenvolvidos durante a guerra visando a “modernização da agricultura”, com a promessa de aumento de produção e produtividade para se extinguir a fome. Este processo acabou sendo denominado de “modernização conservadora”, pois “conservou as terras nas mãos dos latifundiários e garantiu os recursos para o desenvolvimento, mas conservou as desigualdades sociais” (I.G.M., 2005, p.11; AZEVEDO, 2006; CONSEA, 2007). Sob o aspecto da produção agropecuária, segundo AZEVEDO (2006) a promessa de acabar com a fome apregoada pela “Revolução Verde” não ocorreu.

O modelo de agricultura convencional, a partir da década de 60, começou a dar sinais de sua exaustão; desmatamento, diminuição da biodiversidade, erosão e perda da fertilidade dos solos, contaminação da água, dos animais silvestres e dos agricultores e dos consumidores por agrotóxicos passaram a ser conseqüências do sistema de produção agrícola. (EMBRAPA, 2006; AZEVEDO 2006).

Diversos estudiosos vêm alertando, há algumas décadas, para os efeitos nocivos deste modo de produção. Entre eles ressaltamos Giddens (citado por AZEVEDO,

2006) que aponta que os riscos ambientais são os resultados de nossa cultura, “de conhecimentos socialmente organizados, mediados pelo impacto da industrialização sobre o meio ambiente material”. (p.31) Nessa perspectiva, AZEVEDO (2006) constata que a ecologia não tem mais como se restringir aos estudos do ambiente externo, tendo que se ater mais aos problemas do convívio social que por sua vez o afeta.

Segundo o relatório do Painel Inter-Governamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em abril de 2007, fruto da reflexão de mais de 400 cientistas, não é a natureza que tem culpa pelo aquecimento global, mas sim o modo como o homem habita o Planeta. O documento, amplamente divulgado através da mídia a partir de fevereiro de 2007, aponta que os aumentos globais na concentração de dióxido de carbono se devem, sobretudo, ao uso de combustíveis fósseis e mudanças no manejo da terra, enquanto o aumento de metano e óxido nitroso se deve primordialmente à agropecuária. O relatório alerta que não será suficiente os governos tomarem medidas de proteção aos impactos que irão decorrer das mudanças climáticas, mas que é necessário buscarem-se efetivamente formas de impedir o aumento da concentração de gases nocivos ao ambiente, visando manter o aumento da temperatura global no limite mais baixo previsto, entre 1 e 1,5° C. Recomendações de soluções foram apontadas na terceira parte do relatório, divulgada em maio desse mesmo ano, em que se propõe na agropecuária a restauração de áreas degradadas, diminuição da emissão de gás metano de algumas culturas, como a de arroz, e da criação de gado, entre outras estratégias, e ressalta-se a importância de todos os indivíduos para se reduzir a geração de lixo. (BBC BRASIL, 2007)

Com a ampla divulgação pela mídia, esse relatório toma um caráter ainda mais contundente e abrangente do que os alertas que até então vinham sendo feitos por esses e tantos outros cientistas. A diferença é que o relatório reúne os estudos de contabilização dos impactos nocivos das mudanças climáticas tanto para a saúde humana e do ambiente como também para a economia dos Países. Os efeitos da sua divulgação já começam a surgir na relação de poderes mundiais. Existe uma pressão

sobre Países que até agora resistiram a assinar o Protocolo de Kyoto⁴ sob a alegação de que não iriam abrir mão do seu modo de produção e consumo, que lhes geram “riquezas” (BBC BRASIL, 2007).

Sabe-se também que os vários alimentos que compõem uma dieta média comum exigem altos volumes de água para serem produzidos. Renault e Wallender, realizaram uma pesquisa com base na produção agrícola e na produtividade hídrica da Califórnia. Levando em consideração apenas as exigências hídricas das lavouras e não eficiências de irrigação ou outros fatores, e usando como indicadores o consumo de água para suprir 10 gramas de proteína e 500 calorias de alguns alimentos, os autores chegaram a alguns resultados como: “é necessário cinco vezes mais água para suprir 10 gramas de proteína da carne bovina do que do arroz, e quase 20 vezes mais água para suprir 500 calorias da carne bovina do que do arroz”. Também concluíram que: “a redução de produtos animais pela metade e a substituição por produtos vegetais altamente nutritivos diminuiria a intensidade hídrica da dieta americana em 37%” (*Worldwatch Institute* citado por BARCIOTTE e BADUE, 2007, p.185)

Segundo o documento *Living Planet Report* (WWF, 1999), a agricultura do sistema convencional de produção consome cerca de 70% de toda a água extraída dos rios, lagos e aquíferos subterrâneos da Terra, e até 90% em muitos Países em desenvolvimento. Projeções recentes indicam que, até 2025, a maioria das bacias da Índia, as bacias Hai e Amarela, na China, a do Indus, no Paquistão, muitas bacias hidrográficas da Ásia Central, África Subsaariana, África do Norte, Bangladesh e México não poderão atender 30% ou mais de suas necessidades de irrigação, devido à escassez de água. (WWF, citado por BARCIOTTE e BADUE, 2007, p.183)

Pesquisas e a prática demonstram que a produção orgânica favorece uma diminuição do uso de água e o aumento da fauna e da flora. Também evita a erosão do solo e contribui para a redução do efeito estufa.

Vale ressaltar que a constatação da insustentabilidade dos padrões de produção e consumo decorrentes do modelo desenvolvimentista vigente⁵ adotado

⁴ O Protocolo de Kyoto prevê o comprometimento de Países signatários, integrantes da ONU, para buscar diminuir a produção dos gases de efeito estufa.

pelos Países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento propiciou, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, a difusão das reflexões mundiais sobre os impactos das ações do homem sobre o meio ambiente. O conceito de “desenvolvimento sustentável”, “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, foi o resultado das discussões, realizadas em 1987, pela Assembléia Geral das Nações Unidas divulgado no relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. A proposta da busca da sustentabilidade transformou-se, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no grande desafio da sociedade contemporânea.

Entre os resultados dessa Conferência, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92, destacam-se a Carta da Terra, que deu o parâmetro do comprometimento ético do novo paradigma, e a Agenda 21, em que cada País signatário comprometeu-se em propor metas sobre a forma pela qual os governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade civil poderiam interagir na construção de formas sustentáveis de produção e consumo, buscando-se o equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos. (BARCIOTTE e BADUE, 2006)

Tal parâmetro ético vem repercutindo na área de políticas de saúde na forma de melhor caracterizar o conceito de desenvolvimento sustentável, como pôde ser percebido, por exemplo, no tema da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2007⁶) - “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, entendendo-se que um dos parâmetros desse desenvolvimento sustentável que se busca deve garantir um acesso

⁵ Segundo descrito na contextualização do Documento Base para ser discutido nas Conferências Estaduais e na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2007) tal modelo pode ser evidenciado na “lógica econômica predominante que limita os investimentos e a implementação das políticas necessárias para a construção de estratégias de desenvolvimento que enfrentem as causas históricas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Além disso, torna o País fortemente dependente da exportação de produtos de baixo valor agregado, oriundos de modelos produtivos injustos, porque concentram os ganhos e a propriedade, e insustentáveis no uso dos recursos ambientais.”(p.8)

⁶ Este Documento Base vai orientar o debate nas Conferências Estaduais, portanto, sujeito a alterações debatidas e definidas finalmente na III Conferência Nacional de SAN realizada em julho 2007.

à alimentação de qualidade para todos, pautado nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e da Soberania Alimentar⁷.

Portanto, a garantia de acesso à alimentação de qualidade como propõe a política de SAN requer a avaliação dos impactos que o sistema convencional pode causar à saúde humana.

1.2.2. O sistema convencional e a saúde humana: enfoque no uso de agrotóxicos

Tomando para a análise apenas alguns dos efeitos do sistema convencional na saúde humana, enfoca-se a seguir as possíveis conseqüências do uso abusivo de agrotóxico. Este enfoque aqui restrito se deu apenas porque, no senso comum o não uso de agrotóxico tem sido a principal forma de se caracterizar a agricultura orgânica.

Inicia-se essa análise pelo aspecto da saúde do agricultor. Mesmo existindo a "Lei dos Agrotóxicos" (Lei Federal Nº 7.802/89), que em seu Artigo 13 estabelece que "a venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados". Estudos apontam que no Brasil ainda se consegue comprar agrotóxico sem receituário e orientação técnica para o seu devido uso. Além do mais, o País desponta como um dos maiores consumidores de agrotóxicos:

“Nos últimos anos vem aumentando de forma bastante acentuada o uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil. De acordo com o Relatório da FAO, publicado em 2002, o Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com o emprego anual de 1,5 kg de ingrediente ativo por hectare cultivado e gasto anual de U\$ 2,7 bilhões (R\$ 9,7 bilhões). Os principais motivos apontados para o aumento do uso de agrotóxicos no País são: a ampliação no cultivo de monoculturas, especialmente a soja.” (MDA, 2005)

Um estudo que avaliou o impacto da aplicação da "Lei dos Agrotóxicos" (Lei nº 7.802/89) no perfil da classificação toxicológica dos agrotóxicos registrados no

⁷ Segundo o documento base da III Conferencia Nacional de SAN (CONSEA, 2007) o conceito de soberania alimentar significa que “cada País tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar) respeitando as múltiplas características culturais dos povos (p. 6).

Brasil no período de 1990 a 2000 concluiu que, passados dez anos da promulgação da lei, não foi identificada melhoria expressiva no perfil da classificação toxicológica do conjunto dos agrotóxicos registrados, detectando-se a continuidade de elevadas proporções de registros nas classes de maior periculosidade (GARCIA et al., 2005).

No sistema convencional de produção, os agrotóxicos também chamados de "defensivos agrícolas", são vendidos com o propósito de combater as pragas da lavoura, mas o que se vê acontecer é o surgimento de novas pragas mais resistentes. Conforme estudo de Carlos Aníbal Rodrigues da OIT, já existem 440 espécies de insetos imunes a todo tipo de agrotóxicos (FERRO, 1996; BARBIERI, 2006).

Segundo a OMS (citada por AZEVEDO, 2006), os agrotóxicos são responsáveis por 700 mil dermatoses, 37 mil casos de câncer, 25 mil casos de seqüelas neurológicas a cada ano, além de anomalias gástricas e ósseas, esterilidade e intoxicações agudas (AZEVEDO, 2006). Também, segundo relatório da OMS registram-se no mundo, a cada ano, 25 milhões de casos de envenenamento por agrotóxicos e cerca de 20 mil mortes involuntárias pela mesma razão (SCIALABBA, 2007). Somente nos Países em desenvolvimento, ocorrem 2,1 milhões de casos agudos desse tipo, com 14 mil óbitos (FERRO, 1996; BARBIERI, 2006).

Para BARBIERI (2006), as conseqüências do uso de agrotóxico para o agricultor e sua família, que aplicam ou têm contato com o mesmo, ainda são pouco estudadas no Brasil, e o que se tem são estimativas sobre envenenamentos. Também, de acordo com o relatório do Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) da Fiocruz, foram notificados 5.127 casos de intoxicações por pesticidas e 141 óbitos no ano 2000, no Brasil. (MDA, 2005)

Segundo BARBIERI (2006), o Paraná é um dos poucos estados que fazem um controle sobre os casos de intoxicação. No trabalho intitulado "Efeitos crônicos dos pesticidas", Samuel Henao, especialista da OIT - Organização Internacional do Trabalho, observa que na década de 90 as vendas mundiais de agrotóxicos por parte das 20 maiores companhias multinacionais superaram US\$ 21 bilhões, o que representa mais de 3 milhões de toneladas. Segundo Samuel, os produtores rurais dos Países em desenvolvimento são os mais atingidos, estimando-se que 99% das mortes por intoxicações por pesticidas ocorram nestes Países (FERRO, 1996).

Conforme LIMA (2006), “além dos agricultores, a população em geral também pode sofrer as conseqüências deste consumo exacerbado de agrotóxicos.” Além dos consumidores do produto com agrotóxico, segundo a OPAS - Organização Pan-americana de Saúde (citada por LIMA, 2006), a população em geral pode receber influência da carga de agrotóxico pela contaminação do meio ambiente.

Desde 2001, a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2006), mantém o Programa de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA. Levantamentos realizados em 2001/2002 revelaram que mais de 50% das amostras analisadas continham resíduos tóxicos, inclusive de produtos de uso proibido. A cultura de morango parece ser uma das mais afetadas, uma vez que 54,55% das amostras possuíam resíduos (MDA, 2005). Tem sido feito um monitoramento dos resíduos presentes em nove culturas: alface, banana, batata, cenoura, laranja, maçã, mamão, morango e tomate. Estudo da ANVISA (2003) mostra que, em análises feitas em quatro estados (SP, MG, PR e PE) com 1.295 amostras de nove tipos de alimentos, 83% continham resíduos de agrotóxicos e 22% estavam em desacordo com a legislação. Um total de 74 amostras estava com resíduos não autorizados para aquele tipo de alimento, 94 com resíduos acima do permitido e 65 com os dois problemas. (ALTAMNN e OTRAMARI, 2004, p.27)

Segundo BIGNARD (2004), “em 125 pacientes avaliados por Dr. T. Higashi em 2001 na cidade de São Paulo, 124 apresentavam algum grau de contaminação por agrotóxico.” Ele também aponta que os dados disponíveis no Centro de Assistência Toxicológica da UNESP – Botucatu, no serviço que é coordenado pelo Dr. Antônio Francisco Godinho (2002), revelaram que 81% dos atendidos pelo serviço (entre 1.591 pacientes) estavam intoxicados por agrotóxicos. Segundo BIGNARD (2004), esse médico apontou que a observação sistemática de tal população sugere que a intoxicação crônica e cumulativa leva a alterações comportamentais, além das físicas.

Um estudo publicado na revista norte-americana *Environmental Health Perspectives* (Perspectivas Ambientais de Saúde) revelou que crianças alimentadas com alimentos orgânicos têm níveis mais baixos de certo tipo de agrotóxico em seus corpos (LEU, 2004). Pesquisadores da Universidade de Washington, que conduziram a pesquisa, concluíram que:

“A dose avaliada sugere que o consumo de frutas, vegetais e sucos orgânicos, pelas crianças pode reduzir seus níveis de exposição a químicos, hoje acima do tolerado pela legislação - assim, as exposições seriam transferidas de uma situação de riscos incertos para uma situação de riscos insignificantes. O consumo de produtos orgânicos parece providenciar um caminho relativamente fácil para os pais poderem reduzir os níveis de exposição de seus filhos a agrotóxicos.” (LEU, 2004)

Entende-se então o porquê dos cuidados que se deveria ter, conforme previsto pela “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de L,F&V: documento base”(BRASIL, 2004), já citada anteriormente, que aponta como saída a fiscalização e a agroecologia para superar esse desafio.

Além dos agrotóxicos, há também hormônios, antibióticos, transgênicos, adubos químicos e toda sorte de produtos advindos do modelo produtivista do sistema convencional que têm trazido diversas conseqüências como: “aumento na compactação de solos; erosão e perda dos solos; perda da biodiversidade; contaminação dos alimentos; contaminação de consumidores; intoxicações crônicas e agudas dos trabalhadores rurais; contaminação de solos e água por nitratos e agrotóxicos; aparecimento de pragas resistentes; aparecimento de novas pragas; alimentos sem sabor e durabilidade; concentração de renda e exclusão social.” (SERRANO, 2007). Além de contaminação dos animais com o aparecimento e doenças como vaca louca, dioxina no frango, febre aftosa (AZEVEDO, 2006), demonstrando a insustentabilidade do sistema convencional de produção. Para AZEVEDO (2006) “a ação dessas substâncias atuando há mais de cinquenta anos na humanidade pode levar à extinção de muitas espécies e a diminuição significativa de qualidade de vida no planeta.”(p.86). Diante do exposto, AZEVEDO (2006) aponta que existe uma mobilização de consumidores organizados, que em diversas partes do mundo começam a exigir mudanças no sistema de produção, para a adoção do sistema de produção orgânica.

Para AZEVEDO (2006), há que se refletir sobre os impactos criados pelo sistema de produção “convencional” da agropecuária, pela industrialização dos alimentos e pela “prevalência da visão calórico-quantitativa da nutrição.” Nesse contexto, a autora também aponta como decorrência desse cenário que “nenhuma cultura

tradicional teve tantas dúvidas do que e como comer”, e que “viver na dúvida diante de muitas opções de como se alimentar melhor parece ser a condição do ser humano nesse momento.” (p 11-17)

De outro lado, AZEVEDO (2006) coloca a possibilidade de se construir um modelo de produção a partir de uma tecnologia que considere e privilegie a vida, a qualidade, a natureza e a cultura local. Para a autora, a saída está em um processo de conscientização do indivíduo sobre seu poder de escolha daquilo que quer consumir, incluindo o consumo de alimentos, que não deve se restringir àquele apontado pelo mercado. Tal processo aponta para a conseqüente responsabilidade sobre o modelo de produção e consumo que cada indivíduo, instituição e governo quer apoiar e que, conseqüentemente, poderá, ou não, promover um mundo mais saudável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. (BADUE et al.; 2005; AZEVEDO, 2006).

O sistema orgânico de produção e a agroecologia são abordados a seguir como alternativa a esse sistema convencional de produção, na perspectiva de SAN.

1.2.3. O sistema orgânico de produção

“O futuro do Brasil está ligado à sua terra. O manejo adequado de seus solos é a chave mágica para a prosperidade e bem estar geral. A natureza em seus caprichos e mistérios condensa em pequenas coisas, o poder de dirigir as grandes; nas sutis, a potência de dominar as mais grosseiras; nas coisas simples, a capacidade de reger as complexas.”

Ana Primavesi

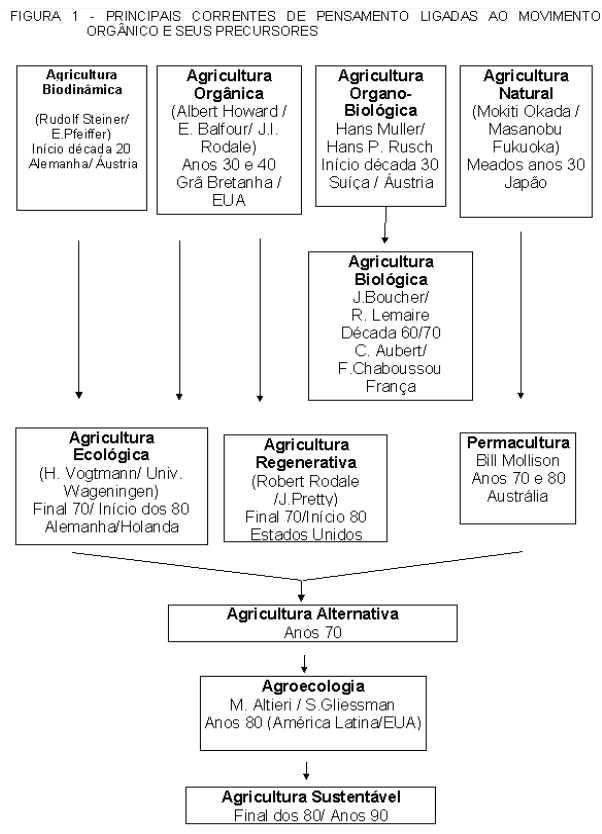
Ao longo de várias décadas alguns pesquisadores, técnicos e cientistas vêm buscando saída para este modelo de agricultura convencional, que tem se mostrado insustentável e que foi estimulado a se difundir no mundo, por uma estrutura de crédito rural subsidiado, para bancar os custos da crescente indústria de insumos químicos e da mecanização e, paralelamente, por uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associada a esse modelo (PLANETA ORGÂNICO, 2007).

Desde a década de 20 do século passado, segundo Ehlers (citado por EMBRAPA, 2006), surgiram movimentos ditos alternativos ao sistema convencional, contrários à prática de adubação com fertilizantes sintéticos e às formas de manejo do solo que desconsideram os cuidados ambientais.

No geral, segundo DAROLT (2007a), as correntes de agricultura alternativa do movimento orgânico aplicam a “diversificação e integração das explorações vegetais, animais e florestais; a adoção de esquemas de reciclagem de resíduos vegetais e animais e o uso de nutrientes de baixa solubilidade e concentração.” O autor também aponta que tais correntes constituem-se em um “sistema de produção sustentável no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica, e respeitando a integridade cultural dos agricultores”.

Em um quadro, apresentado a seguir, DAROLT (2007a) mostra um resumo do histórico das principais correntes dessa agricultura dita alternativa.

Figura 1-Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores.



Fonte: DAROLT, 2007a. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>. Acesso em: 23 mar. 2007.

Há, contudo, algumas diferenças dessas práticas alternativas de produção agropecuária destacadas a seguir:

- Agricultura Biodinâmica (ABD) - Considera a propriedade como um “organismo”. Diferencia-se das demais práticas, segundo DAROLT (2007a), pela a utilização de alguns preparados biodinâmicos “baseados numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros”. É definida como ciência espiritual.
- Agricultura Orgânica (AO) - Uma das mais antigas e tradicionais experiências surgida na Índia nos anos 30. “Seu fundador foi Sir Albert Howard e foi aperfeiçoada por Lady Eve Balfour”, segundo SOUZA (2003, p.38). Para DAROLT (2007), este modelo baseia-se “na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico

natural, pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas”. Segundo a AAO - Associação de Agricultura Orgânica, as técnicas usadas para se obter o produto orgânico incluem emprego de compostagem, da adubação verde, do manejo orgânico do solo e da diversidade de culturas, visando garantir a qualidade biológica dos alimentos. Apresenta um conjunto de normas certificáveis bem definidas para produção e comercialização, determinadas e aceitas nacional e internacionalmente, sendo o termo "agricultura orgânica utilizado em Países de origem anglo-saxã, germânica e latina." DAROLT (2007a)

- Agricultura Natural (AN) – Seu fundador foi Mokiti Okada (SOUZA, 2003) e é difundida em São Paulo, em especial pela Fundação Mokiti Okada, ligada à Igreja Messiânica. O princípio fundamental, segundo DAROLT (2007a), é que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema. Não é recomendado o revolvimento do solo e é rejeitada radicalmente a utilização de composto orgânico com dejetos de animais. Na prática utilizam-se produtos especiais para preparação de compostos orgânicos, chamados de microrganismos eficientes (EM).

- Agricultura Biológica (AB) - Segundo DAROLT (2007a), para seus precursores, o mais importante era a integração das propriedades com o conjunto das atividades socioeconômicas regionais, propondo a autonomia do produtor e comercialização direta.

- Agricultura Alternativa - Segundo WOLFF (1995), seus precursores no Brasil foram Ana Primavesi, José Lutzenberger, Sebastião Pinheiro, Pinheiro Machado e Maria José Guazelli: “Os princípios desta corrente são a compostagem, adubação orgânica e mineral de baixa solubilidade. Dentro da linha alternativa, o equilíbrio nutricional da planta é fundamental. Aparece, então, o conceito de Trofobiose, que considera a fisiologia da planta em relação à sua resistência a pragas e doenças”.

Permacultura - As principais características, segundo WOLFF (1995) “são os sistemas de cultivo (sistemas agro-silvo-pastoris) e os extratos múltiplos de culturas”, usando “tecnologias apropriadas”. “A comunidade deve ser auto-sustentável e auto-suficiente, produzindo seus alimentos, implementos e serviços sem a existência de capital. A comercialização deve ser feita através da troca de produtos e serviços” (WOLFF, 1995).

O conceito de Agroecologia surge a partir dos anos 80, tendo como seus precursores Dr. Miguel Altieri e Dr. Stephen Gliessman, da Universidade da Califórnia, EUA (DAROLT, 2007a). Para Altieri (citado por EMBRAPA, 2006):

“Agroecologia toma como unidade de estudo os agroecossistemas, e estes como o resultado da co-evolução da natureza e dos grupos sociais que nela intervém, com suas distintas formas de conhecimento, organização, tecnologias e valores. Estes, portanto são sistemas onde os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas devem ser investigados e analisados como um todo”. (p. 39)

A agroecologia passou a ser tratada como uma ciência transdisciplinar “orientada por uma nova base epistemológica e metodológica” (EMBRAPA, 2006, p.25), que considera os aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos da agricultura (COSTA e MALUF, 2001). Busca a interação com os conhecimentos já gerados localmente (saberes populares), para possibilitar melhor aplicação das suas concepções teóricas e científicas, visando o alcance de uma agricultura mais sustentável. (I.G.M., 2005; EMBRAPA, 2006). Nessa abordagem, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, o sistema de produção orgânica comporia um “ramo” dessa ciência da agroecologia, “que adota um sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos e busca manter a estrutura e produtividade do solo, em harmonia com a natureza” (BRASIL, 2005, p.206). No Brasil, além do enfoque científico, a agroecologia recebeu uma forte influência dos movimentos sociais (EMBRAPA, 2006). Também segundo SERRANO (2007), o termo agroecologia tem sido utilizado para tratar do tema da produção orgânica envolvendo uma região, enquanto que o sistema orgânico de produção é usado mais para tratar da produção de uma propriedade.

No Brasil a partir de 1970, começou a se desenvolver a experiência de Agricultura Ecológica. Segundo a EMBRAPA (2006), isso ocorreu inicialmente, por parte de “agricultores inovadores” e, ao longo dos anos 80, deram-se os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), em Curitiba, Petrópolis, Cuiabá e Porto Alegre, que desencadearam vários projetos de produção e a mobilização e organização de agricultores interessados nessas novas alternativas de produção.

Várias instituições colaboraram para o desenvolvimento da agricultura dita ecológica. (Canuto citado por EMBRAPA, 2006).

Em 1979, uma das precursoras do movimento agroecológico brasileiro, Ana Primavesi, lançou o livro *Manejo Ecológico do Solo* que representa até hoje um marco conceitual da agricultura orgânica no Brasil.

Em São Paulo, destaca-se o pioneirismo da AAO - Associação de Agricultura Orgânica - uma organização não governamental, sem fins lucrativos, “fundada em 1989 por um grupo de engenheiros agrônomos, produtores, jornalistas e pesquisadores que já praticavam a agricultura orgânica e acreditavam na sua viabilidade sócio-econômica e ambiental.” (AAO, 2005). A Associação nasceu para ser uma frente de articulação e contou com representantes de diversas correntes de produção. Também atua nas áreas de comunicação (boletins informativos, site, etc.), técnico-científica e de capacitação, assistência técnica a produtores e comercialização (através da organização de feiras do produtor orgânico - a primeira Feira do Produtor foi aberta em 1991 no Parque da Água Branca, São Paulo, e hoje existem mais 3 feiras). Para além de difundir práticas e técnicas, a instituição visa ser uma articuladora na defesa do direito das pessoas a uma alimentação sadia e equilibrada que preserva o homem e o meio ambiente. Em 1996, a entidade lançou no mercado seu selo de garantia. A AAOCert certificadora específica para certificar os agricultores que utilizam o selo de garantia foi lançada em 2002 e, em 2006, a AAO transferiu essa experiência para a ECOCERT, certificadora que passou a ser sua parceira. A AAO é parceira do projeto FSP-CNPq na capacitações previstas para agricultores e escolas.

Destacam-se em São Paulo, também, os importantes movimentos de outras correntes de produção de base ecológica. A Fundação Mokiti Okada, instituída no Brasil em 1971 pela Igreja Messiânica Mundial do Brasil, difunde a agricultura natural através de ações de educação, centro de pesquisa, arte e cultura, e tem forte atuação na região de Parelheiros, São Paulo. A APAN - Associação dos Produtores de Agricultura Natural, criada em 1990. O Instituto Biodinâmico há vinte anos atua no campo da pesquisa e desenvolvimento da agricultura biodinâmica no Brasil e emite certificação orgânica desde meados dos anos 90. A Associação Biodinâmica atua, desde 1987, implementou e mantém um banco de sementes de espécies de

plantas leguminosas, gramíneas, medicinais, etc. E atualmente possui duas feiras de vendas de produtos biodinâmicos e orgânicos em São Paulo. A Articulação Paulista de Agroecologia (APA) tem o objetivo de fomentar a constituição da Rede Paulista de Agroecologia, focada na agricultura familiar, na economia solidária e na Agroecologia do Estado de São Paulo.

No âmbito educacional, no município de São Paulo, a Faculdade Integral Cantareira possui curso de graduação em agronomia, com algumas disciplinas que subsidiam a formação no sistema orgânico de produção que tratam do manejo do meio ambiente, da água e dos resíduos sólidos, etc. Ela tem atuado em parceria com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em apoio a projetos do PROAURP. Também a Escola Técnica Estadual Centro Paula Souza, difunde práticas de agricultura orgânica através de algumas disciplinas e realiza cursos de curta duração sobre o tema.

No âmbito governamental, destacam-se os estudos da Comissão Técnica de Agricultura Ecológica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em 1992; a Câmara Setorial de Agricultura Ecológica, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (que tem representantes da esfera governamental e da iniciativa privada); a Casa da Agricultura Ecológica - José Humberto Siqueira, que tem como objetivo implementar o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sediada na Subprefeitura Parelheiros, e que tem fomentado projetos e ações para a região Sul de São Paulo.

A partir de 2003 no Brasil, por Lei Federal (Lei de Nº 10.831, de 23 dez. 2003), o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial passou a abranger as denominações: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura, e outras que atendam os princípios estabelecidos pela lei. O processo para a regulamentação desta lei está em andamento.

A medida de unificar tais denominações segue uma tendência internacional, conforme previsto no regulamento da Comissão Européia (EU - Reg 2092/91), para efeitos de comercialização (PROCISUR, 2007b). Contudo, estudiosos apontam que não se devem esquecer as características, princípios e práticas envolvidos na produção orgânica, considerando-se as diversidades de correntes existentes, para que

não se incorra no risco de ser um sistema apenas para atender mais um “nicho de mercado”. Isso a faria perder a dimensão do desafio da mudança de paradigma para um novo sistema produtivo mais sustentável, comprometido com a construção da segurança alimentar e nutricional.

Conforme a Lei Federal (Nº 10.831, de 23 dez. 2003, artigo 1º), conceitua-se sistema orgânico como:

“Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”. (BRASIL, 2003)

Essa lei considera produto da agricultura orgânica, ou produto orgânico, seja ele “*in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local”. E aponta que, para a comercialização, os produtos deverão ser certificados por instituições credenciadas (certificação por auditoria externa - “garantia de terceira parte”, ou certificação participativa - “garantia solidária”), que deverão seguir os critérios a serem regulamentados, ou, no caso da venda direta aos consumidores, pelos agricultores familiares através da “garantia relacional” (MADAETS e FONSECA, 2005). Ou seja, quando os agricultores são “inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.” Os sistemas e critérios de certificação serão matérias da regulamentação da Lei. (BRASIL, 2003)

Para efeito de garantia de qualidade e segurança para o consumidor, atestando se diferenciar dos produtos do sistema convencional, existem diferentes sistemas de certificadores orgânicos (através de uma série de padrões formais que definem os procedimentos e cuidados para produtores ou processadores), sendo aqueles de padrões internacionais os de maior reconhecimento. No Brasil existem tanto os movimentos pela certificação através de organismos de auditoria, quanto pela certificação participativa em rede, que passarão por regulamentação (PROCISUR, 2007a). As certificadoras se responsabilizam pela inspeção das propriedades agrícolas, a fim de verificar a adequação dos sistemas de produção com as normas e procedimentos da produção de orgânicos, e daí emite-se o selo de qualidade para ser colocado no produto que atesta que sua forma de produção estava de acordo com as normas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA lançou o Programa Pró-Orgânico - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica que compõe o Plano Plurianual do Governo Federal de 2004 a 2007, que busca garantir o reconhecimento do sistema orgânico como uma alternativa estruturada no mercado nacional e internacional. A Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) nacional e nos estados, criada em 2004, é a instância de articulação do Ministério da Agricultura com representantes da sociedade civil organizada e de governos estaduais e municipais para poder dar assessoramento técnico ao Programa Pró-Orgânico. Além do diálogo sobre a regulamentação da Lei Federal (Nº 10.831, 23 dez. 2003), em São Paulo essa comissão tem tratado de temas que envolvem desde a produção até a comercialização de alimentos orgânicos. Ela também busca difundir esse sistema, especialmente por meio da organização anual da Semana Nacional do Alimento Orgânico. Espera-se que com a regulamentação da Lei de Orgânicos essa Comissão reforce sua atuação em auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, viabilizando a participação efetiva da sociedade no planejamento e na gestão democrática das políticas públicas.

A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, desde 1993 desenvolve pesquisas em agroecologia (PROCISUR, 2007a). Um Grupo de Trabalho em Agroecologia da Embrapa Informação Tecnológica lançou em 2006 a publicação

Marco Referencial em Agroecologia, demonstrando novas perspectivas de atendimento técnico ao setor.

Ainda há pouca informação sobre os números de propriedades no Brasil que adotam o sistema orgânico de produção (considerando os que já possuem certificação ou que estão em processo de conversão) e essa falta de dados oficiais e estatísticas poderá ser agora superada, visto que a agricultura orgânica passou a ser incluída no Censo Agropecuário de 2007, que é o mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileira. DAROLT (2001a), em levantamento realizado somente através de dados obtidos das empresas certificadoras apontou que, aproximadamente, 70% da produção brasileira de agricultura orgânica encontrava-se, na época do levantamento, nos estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo.

Segundo o IEA - Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, o setor produtivo convencional no estado detém cerca de 150 mil hectares/ ano para o plantio de cerca de 30 tipos de hortaliças. Desse total, 6% estão na produção rural e o restante na área periurbana dos municípios. A área de produção de hortaliças pelo sistema orgânico no Estado de São Paulo é estimada em 4.854 hectares, sendo que a área de hortaliças (28 espécies) é de 15,6% (757,22 ha.) e para 12 espécies de frutas, é de 25% (1.231,5 ha.). Destaca-se também a produção de cana-de-açúcar orgânica com 36,5% do total da área cultivada (CAMARGO et al., 2006).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulga dados estatísticos com base em informações de certificadoras da produção orgânica no país, que indicam que o Brasil possui área cultivada com agropecuária orgânica estimada de 800.000 ha e cerca de 15.000 produtores. Estima-se em 5.000.000 ha de áreas com extrativismo que poderiam ser considerados orgânicos. O MAPA e o MMA irão definir em breve critérios para incorporação dessas áreas. (PORTAL ORGÂNICO, 2006).

Segundo o Instituto Biodinâmico (citado por LIMA, 2006, p.17), 90% dos produtores orgânicos são pequenos agricultores familiares, na maioria das vezes ligados a associações e a grupos de movimentos sociais (estes respondem por 70% da produção orgânica brasileira). Os outros 10% correspondem a grandes produtores de agropecuária. (LIMA, 2006, p.17)

Há também que se considerar que no Brasil se difunde o conceito de agroecologia como um processo de construção e interação entre ciência e saber popular, incluindo tanto os que produzem com fim de comercialização (buscando ou não a certificação) como também aqueles que produzem para o auto-consumo. Portanto, nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estima que a agroecologia seja praticada por mais de 50 mil agricultores familiares brasileiros.

Conforme Willer and Youssefi (citado por SCIALABBA, 2007), atualmente a agricultura orgânica é comercialmente praticada em 120 países, representando em 2006 um mercado de 40 bilhões de dólares.

A produção orgânica representa, ainda, menos de 1% da produção agrícola do País, enquanto que em alguns Países europeus já abrange cerca de 20%. Contudo, o crescimento da produção no Brasil tem sido de cerca de 40% ao ano, enquanto que a média mundial é de 15% (FERRAZ, 2005).

Segundo esse mesmo levantamento, a região sudoeste é a segunda com maior produção de olericultura (hortaliças), com cerca de 37% da área, e a terceira na produção de frutas (13% da área) em relação à produção nacional. Na conjugação de áreas com outras culturas o Sudeste detém 19% das áreas de produção orgânica. Os principais produtos orgânicos *in natura* produzidos no Brasil são: Frutíferas (goiaba, mamão, manga, maracujá, banana, uva, morango e citrus); Olerículas (alface, couve, tomate, cenoura, agrião e berinjela); Culturas (arroz, soja, milho, trigo, mandioca, café, cacau e cana-de-açúcar); Produção Animal (carne bovina e suína, aves, leite, ovos, peixes e mel); Extrativismo (palmito, castanha do Brasil, castanha de caju, açaí e babaçu).

O crescimento da produção, em especial para atender o mercado externo, tem sido impulsionado no Brasil também pela ocorrência de anual de feiras, exposições e congressos de âmbito nacional e internacional.

No Brasil, o consumo dos alimentos orgânicos certificados ainda é elitizado, e corresponde a um “nicho de mercado” de pessoas capazes de pagar principalmente nos supermercados que dominam a venda desses produtos (em especial em São Paulo), um alto preço por esses produtos. Para DAROLT (2001d):

“O aumento relativo dos preços dos alimentos orgânicos está relacionado a um conjunto de fatores. O mais geral é a baixa escala de produção orgânica, o que implica maiores custos (mão-de-obra; insumos) por unidade de produto. Em seguida, há uma desorganização do sistema de produção (falta de planejamento) e do processo de comercialização. Depois, existem maiores riscos e necessidade de experimentação do agricultor, em função da falta de pesquisa. Podemos citar também a redução da eficiência produtiva por produto, em função da necessidade de diversificação da unidade de produção, e, finalmente, os preços são maiores devido à embalagem (utilizada para diferenciação em supermercados) que pode encarecer o produto em cerca de R\$ 0,15/unidade. No futuro, os preços - que atualmente estão em média entre 30 e 100% maiores que os similares convencionais - devem diminuir, o que seria importante para que todas as classes sociais pudessem ter acesso à produtos "limpos", pois a equidade é uma característica fundamental quando pensamos na sustentabilidade”.

Segundo DAROLT (2001c), o aumento da produção orgânica é decorrente do aumento dos custos da agricultura convencional, pela degradação do meio ambiente e pela crescente exigência de produtos de maior qualidade pelos consumidores. Darolt (citado por, AZEVEDO, 2006) também aponta que a produção e o consumo de orgânicos crescem em alguns Países do mundo devido a incentivos financeiros diversos, mais informação aos consumidores; disponibilidade de produtos orgânicos em diversos locais (venda direta, cooperativas, redes de supermercados e lojas especializadas, etc.), uma forte campanha de comunicação institucional com uma logomarca nacional para a defesa do programa em diversos Países e, sobretudo, por existir um Plano de desenvolvimento da Agricultura Orgânica, com grande apoio governamental, e com apoios diversos desde a produção até a comercialização.

Diante desse contexto, busca-se entender alguns desafios que os agricultores familiares brasileiros enfrentam para mudarem para a agricultura orgânica. Diversos especialistas apontam que um dos grandes desafios para a mudança do sistema convencional para o sistema orgânico de produção tem sido a assistência técnica e créditos para financiar, em especial, o período de transição. Pois, ao contrário do sistema convencional, pelo princípio de sustentabilidade do sistema orgânico, ele não

tem necessidade de ficar atrelado ao sistema financeiro, que é um gerador de dependência.

Em relação a financiamentos, no âmbito federal existe o Pronaf, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre as várias linhas do Pronaf destacam-se: o Pronaf Agroecologia (para a implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos), o Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental (para a implementação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergético) e o Pronaf Floresta (voltado para a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal). Segundo o MDA (2007), estão sendo implementadas mudanças no Pronaf para o Plano de Safra 2007/2008, para disponibilizar mais recursos a juros menores. A prioridade será a ampliação dos serviços da ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, buscando atender pelo menos 2 milhões de agricultores.

Alguns especialistas apontam que é necessário ampliar o acesso dos produtores às informações sobre o Pronaf e dar orientações de como elaborar seus projetos, por intermédio da assistência técnica, que muitas vezes não oferece esse tipo de orientação. Também um dos maiores desafios apontados pelos agricultores familiares na obtenção de financiamentos junto a bancos públicos é o atendimento das necessidades de garantias requisitadas. Em relação ao Pronaf, segundo o MDA (2007), “há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor (a)”.

O programa do Banco do Brasil, BB Agricultura Orgânica tem como objetivo atender o produtor da agricultura orgânica que possui a certificação de seu produto. Os serviços oferecidos incluem convênios de integração rural, crédito para a agricultura familiar, cédula de comercialização para o produtor rural, leilão eletrônico com as bolsas de alimentos do País, etc. (PLANETA ORGÂNICO, 2006)

O Banco do Nordeste, desde 1996, dispõe de um programa de crédito para apoiar atividades produtivas que tenham ênfase na conservação ambiental e itens de

proteção ao meio ambiente através do FNE Verde - Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente. (PLANETA ORGÂNICO, 2006)

O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos tem o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, e estímulo ao escoamento da produção para o consumo, preferencialmente, na região produtora. Esse programa é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. A implementação do PAA envolve cinco ministérios no grupo gestor, mas sua execução está a cargo do MDS e do MDA. Os gestores executores do Programa são os Estados, Municípios e a CONAB. As modalidades do PAA são: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Compra para Doação Simultânea; Programa do Leite. Na modalidade de Formação de Estoque, somente cooperativas e associações podem ter acesso. Nas demais modalidades, além dessas instituições, permite-se o acesso também de agricultores familiares individualmente e de grupos informais de agricultores. (MDS, 2007).

Alguns municípios cadastrados nesse programa encontram dificuldades de conseguir envolver individualmente os agricultores de sua região na compra de alimentos para as escolas, quer seja pelo atual limite de compra por agricultor familiar/ano de até R\$ 3.500,00, quer pela necessidade de possuírem Nota de Produtor. Mas em diversos municípios, a exemplo de Criciúma (SC), em que os agricultores familiares encontram-se organizados (formal ou informalmente), tem-se conseguido comprar alimentos através do PAA para abastecer escolas públicas, e os resultados são muito expressivos. Também destaca-se a experiência da Associação de Agricultores Agroecológicos (ARPA) de Mato Grosso, em que os resultados da compra pelo PAA têm sido bastante significativos e as hortaliças produzidas estão abastecendo a alimentação escolar de várias escolas.

DAROLT (2001d), pesquisando a sustentabilidade do sistema orgânico de produção, indica que deveria haver “algumas medidas de incentivo para o agricultor orgânico, como a criação de formas de crédito alternativas.”

Instituições de micro crédito, como as descritas a seguir, são as que mais têm atendido às práticas de agricultura urbana e periurbana, tanto de pequenos agricultores como de movimentos sociais e particulares que desejam montar uma horta em seus quintais, a exemplo da Widar Crédito (atua em São Paulo e diversas localidades) e do Banco Palmas (atua em Fortaleza, CE) (PLANETA ORGÂNICO, 2006). Destaca-se em relação ao Banco Palmas que o mesmo integra um projeto de desenvolvimento local sustentável posto em andamento pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, uma grande favela localizada ao sul da cidade de Fortaleza, CE. Entre os diversos produtos e serviços oferecidos destaca-se uma pequena linha de crédito para a Agricultura Urbana para a formação de plantações em quintais particulares para a produção de alimentos de baixo custo, frescos e seguros, numa perspectiva efetiva de contribuir para SAN. Possuem um Laboratório de Agricultura Urbana onde as famílias interessadas aprendem as práticas agrícolas para desenvolverem nos quintais de suas casas (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Além de algumas modalidades de crédito, alguns estados e municípios estão propondo formas de incentivo financeiro para a conversão para o sistema orgânico através de incentivos fiscais, como está previsto na Lei de Produção Orgânica (Lei Nº 12.518, 2 de jan. 2007) promulgada no Estado de São Paulo.

Nessa perspectiva, DAROLT (2001c) propõe uma institucionalização dessas formas de incentivo, pois ele acredita que é fundamental demonstrar para os diversos setores da sociedade “que a concorrência econômica entre o sistema orgânico e o convencional é injusta, pois a agricultura convencional exclui dos cálculos da formação de preço a contabilidade socioambiental, exteriorizando os impactos ambientais e na saúde humana que provocam, ao passo que a agricultura orgânica interioriza esses custos”. Isso ainda se reforça pela “pressão enorme” que segundo DAROLT (2001c) o agricultor orgânico tende a sofrer quando a lógica que impera é a do sistema convencional.

Diante disso, a questão que se coloca é qual é o verdadeiro custo da agricultura convencional para a sociedade e para o meio ambiente? Um pé de alface produzido nesse sistema a R\$ 0,50 para venda quanto custa efetivamente? Para responder essas perguntas se teria de contabilizar os custos “invisíveis” no momento da compra, mas que acabarão aparecendo mais cedo ou mais tarde para toda a sociedade pagar.

Nesse sentido, começam a se ampliar no Brasil estudos para a Valoração Econômica do Meio Ambiente na comparação da agricultura convencional com a agricultura orgânica. Destaca-se o estudo de Engenharia Ecológica e Agricultura Sustentável coordenado pelo Prof. Dr. Enrique Ortega, do Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada, da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp - Universidade de Campinas, que estão interessados em quantificar o grau de sustentabilidade de sistemas agrícolas (orgânico, biológico, ecológico, biodinâmico, etc) e agro-industriais, e realizam análises de emergia⁸. O foco de suas ações são estudos em propriedades da agricultura familiar.

Também os pesquisadores Geraldo Stachetti Rodrigues e Clayton Campanhola, da Embrapa Meio Ambiente, desenvolveram um sistema de análise do nível de sustentabilidade de uma propriedade rural e estão analisando a produção orgânica.

Pesquisas como essas podem contribuir para a avaliação do custo-benefício de estratégias que não considerem os princípios da sustentabilidade socioambiental, em comparação com aquelas que os considerem.

Nesse contexto, segundo SERRANO (2007), diversos aspectos devem ser cuidados na produção de alimentos na ótica da agroecologia: uso sustentável de recursos naturais renováveis, conservação e valorização da biodiversidade, integração entre os diversos segmentos da cadeia produtiva, manejo sustentável para a fertilidade do solo, reciclagem de resíduos orgânicos, entre outros cuidados evitam a erosão do solo e contribuem para reduzir o efeito estufa. Sob os aspectos culturais, sociais e econômicos deve-se considerar e respeitar os saberes da cultura local;

⁸ O método emergético foi desenvolvido pela Universidade da Flórida e no Brasil está sendo disseminado pelo Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Unicamp. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/curso/livroEE.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

promover a equidade de gênero; geração de trabalho e renda; evitar o êxodo da produção rural, urbana e periurbana; promover práticas inclusivas e participativas, solidárias e cooperativas; e remunerar pelo preço justo o produtor, incorporando como custos os impactos socioambientais envolvidos no processo produtivo (FACES DO BRASIL, 2004; BADUE et al., 2005; SERRANO, 2007).

Diante dos cuidados ambientais do sistema orgânico de produção, a questão que se coloca a seguir é se é possível, além dos aspectos já citados de qualidade para a saúde ambiental, averiguar-se uma superioridade no valor nutricional dos alimentos orgânicos em relação aos produtos do sistema convencional.

1.2.4. O sistema orgânico e a saúde humana

Segundo AZEVEDO (2006) e DAROLT (2001b, 2003b), os parâmetros para determinação da qualidade nutricional que poderiam mostrar diferenças significativas entre o modo de produção convencional e o orgânico são multifatoriais, devendo-se considerar: tempo de conversão para agricultura orgânica, pois existem agrotóxicos resistentes que podem permanecer por mais de dois anos no solo; tipo de sistema de produção orgânica utilizado; condições de solo; clima; variabilidade genética, mesmo dentro de uma mesma variedade; proximidade a uma produção do sistema convencional podendo sofrer contaminação; uso de semente e muda produzidos pelo sistema convencional, condições de transporte e armazenamento, etc. A complexidade de fatores torna, segundo AZEVEDO (2006, p.89), “difícil comparar resultados de diferentes estudos”.

Há uma controvérsia do mundo científico que é apontada por AZEVEDO (2006) quando fala do estudo da nutricionista inglesa Shane Heaton, preparado para a *Soil Association*⁹, que revisou cerca de 400 trabalhos científicos e observou, no geral, efeitos positivos da alimentação orgânica para a saúde humana. A crítica a este estudo surgiu, segundo Adam (citado por DAROLT, 2003b), porque o mesmo “não permitiu uma unanimidade científica sobre a questão (...) pelo grande número de

⁹ Instituição de pesquisa da Inglaterra.

variáveis que poderiam influenciar na análise”. Por outro lado, DAROLT (2003b) aponta que Williams comparou um número limitado de estudos sobre a composição de nutrientes dos produtos produzidos organicamente e convencionalmente, “com bom controle de variáveis”. Nesse levantamento o que se observou, de forma geral, foi “uma tendência na redução do teor de nitratos e aumento no teor de vitamina C em alimentos produzidos organicamente. Para os demais nutrientes, os estudos ainda não são conclusivos”. LIMA (2006, p.23) também aponta que pesquisas têm demonstrado que os alimentos orgânicos tendem a ser mais saborosos, contém um teor superior de matéria seca e compostos fenólicos.

AZEVEDO (2006) também pondera que há falta de dados e pesquisas sobre o tema no Brasil, e que mesmo as pesquisas para comparar o valor nutricional de alimentos orgânicos e convencionais, que às vezes parecem contraditórias, não são, por si só, capazes de avaliar as condições de saúde das pessoas. Portanto, para a autora, devem-se incentivar:

“Pesquisas baseadas em marcadores biológicos e/ou clínicos adequados, bem como estudos longitudinais que relacionam dieta, longevidade e qualidade de vida de povos e grupos de pessoas que seguem uma vida equilibrada, incluindo nela alimentos orgânicos como fonte alimentar. Previsões da *Soil Association*, associação de Agricultura Orgânica da Inglaterra, sinalizam que aproximadamente 1/3 dos bebês britânicos já estão crescendo com uma dieta a base de alimentos orgânicos (*Worldwatch Institute*, 2004).” (AZEVEDO,2006, p.97)

AZEVEDO (2006) sugere, então, que seja acompanhada essa geração para embasar os estudos e análises futuras de qualidade alimentar e saúde do ser humano.

No Brasil, a realização de estudos de comparação entre os valores nutricionais de alimentos produzidos pelo sistema orgânico e convencional coloca-se como um desafio para as instituições que difundem esta prática.

O Guia Alimentar para a População Brasileira aponta que, “sempre que possível, alimentos orgânicos devem ser preferidos, não somente pelo provável menor risco à saúde humana, mas também pelo menor impacto ao meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 206). Além do Guia Alimentar, LIMA (2006, p.5) identificou uma “compatibilidade entre a agricultura orgânica e as recomendações saudáveis e o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”. Pode-se acrescentar nesse contexto também, como se viu anteriormente, a Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde; a “Iniciativa de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas (L,V&F) no Brasil: documento base”; as recomendações do CONSEA, do documento base da III Conferência de Segurança Alimentar, que associam a agricultura orgânica à possibilidade de estímulo da agricultura familiar na oferta de alimentos *in natura* regionais. Há também as recentes recomendações da Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar, realizada pela FAO em 2007.

Mesmo com a constatação de que os estudos concernentes aos teores de elementos nutritivos (vitaminas, minerais, etc.) ainda são pouco conclusivos (DAROLT, 2003b; LIMA, 2006; AZEVEDO, 2006), segundo DAROLT (2003b) não foram encontrados estudos que “mostram que o alimento convencional é superior ao orgânico”, e também em relação à proteção à saúde os estudos são unânimes em avaliar a superioridade do sistema orgânico, pelos cuidados em relação ao não uso de agrotóxicos, e de “promotores de crescimento animal e outros aditivos químicos que podem entrar acidentalmente na cadeia alimentar”. Também, segundo BORGUINI e TORRES (2006) “reconhece-se que a aplicação de fertilizantes no sistema de produção afeta a composição do produto”, e referindo-se ao estudo de Schuphan, as autoras apontam que esse “é freqüentemente citado com o objetivo de confirmar a superioridade do valor nutricional dos produtos orgânicos.” (p.68)

LIMA (2006) concorda que o fato de o alimento orgânico ser um alimento com menor contaminação química, em si, já é importante. Ela ressalta que a contaminação química dos alimentos, que tem efeito cumulativo, dificilmente pode ser eliminada por uma manipulação segura dos alimentos nas unidades escolares, pois os procedimentos de higienização, cocção e outros, normalmente realizados nesses ambientes, “apresentam um efeito pouco significativo sobre o controle de resíduos de pesticidas, de antibióticos e de outros medicamentos veterinários, presentes nos alimentos.” (Silva Jr., citado por LIMA, 2006, p.3)

Sendo assim, a busca do consumo de alimentos produzidos pelo sistema orgânico é ainda mais fundamental em áreas urbanas e periurbanas, pois a produção de agropecuária nestas áreas, se não for pautada pelos cuidados ambientais

necessários, pode representar um risco ainda maior para a saúde humana. Segundo MONTEIRO (2002, p.2), referindo-se a colocações de Zeeuw e Lock, nesses casos, os riscos de contaminação são os seguintes: “por organismos patogênicos, resultado de uso de águas contaminadas, ou residuais não adequadamente tratadas, ou por resíduos orgânicos sólidos; dos produtores e/ou das águas com resíduos de agrotóxicos utilizados na Agricultura Urbana e Periurbana (AUP); por metais pesados existentes no solo, ar ou água contaminados; e a transmissão de enfermidades por parte dos animais domésticos durante a sua criação, processamento e consumo”. Portanto, para se evitar tais riscos faz-se necessário adotar práticas do sistema orgânico de produção.

Pelo que foi apresentado aqui, o consumo de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar urbana e periurbana pode promover saúde humana e ambiental, ampliar a oferta de trabalho e renda (já que a agricultura orgânica necessita de trabalho mais intensivo), contribuir para diminuir o abandono das pequenas propriedades e, ainda, ajudar a conter a ocupação urbana desordenada. Este sistema, portanto, que busca a sustentabilidade da produção, insere-se integralmente no conceito de segurança alimentar e nutricional. E, no âmbito do fornecimento da escola, por serem alimentos sem o potencial risco de contaminação pelo uso de agrotóxico, aditivos químicos e alimentos transgênicos, e por serem considerados mais saborosos, esses produtos poderiam contribuir para a saúde dos alunos, e também para estimular o hábito e o aumento do consumo de H e F na alimentação escolar.

As formas de como realizar este estímulo à inserção de H e F orgânicas para SAN têm sido discutidas pelo Grupo de Trabalho Alimentação Saudável e Adequada do CONSEA Nacional. Segundo o Relatório da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Básica e Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição (2005), o referido Grupo de Trabalho do CONSEA teria:

“(…) chegado a um consenso de que a promoção da alimentação adequada e saudável deveria estar apoiada em um modelo de produção de base ecológica. Cabe destacar que o grupo teve um grande aprendizado com relação às barreiras, aspectos frágeis da matriz, que servirão de experiências no aprofundamento das discussões futuras. A importância do modelo agroecológico para a promoção da

alimentação adequada e saudável é um norte a ser seguido, mas a sua busca é um exercício de aprendizado, no qual a saúde muito tem contribuído e a contribuir”.

Portanto, a mudança do sistema de produção e abastecimento convencional da merenda para um sistema de produção orgânico, mesmo sendo “um norte a ser seguido”, requer, conforme recomenda o CONSEA Nacional, que sua busca seja um “exercício de aprendizado”. É nesse sentido que se propõe o desafio de investigar quais as potencialidades e desafios para o abastecimento da merenda escolar, em especial em uma metrópole como São Paulo.

1.3. A AGRICULTURA ORGÂNICA E A SAN: ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES VOLTADAS PARA A ESCOLA

1.3.1. A Agricultura Urbana e Periurbana e a SAN

A proposta do projeto FSP-CNPq se enquadra no conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Em trabalho de Nugent e Egal (publicado pela FAO e citado por MONTEIRO, 2002), constatou-se a grande contribuição que a AUP pode dar à SAN. Segundo os autores, por meio de vários canais e mecanismos informais os alimentos produzidos na região urbana tendem a ser consumidos próximos ou na mesma área de produção. Portanto, facilitar o acesso a uma alimentação *in natura* com H e F mais frescas se dá, nesse contexto, pela possibilidade de aproximação do produtor do mercado consumidor.

A agricultura urbana sempre existiu. Segundo BOUKHARAEVA et al. (2005, p. 416) “em sua obra literária, Paul Bairoch (1985) explica que o componente agrícola das cidades sempre esteve presente, desde as cidades do Neolítico até as cidades modernas, mas que ele foi negligenciado ou ignorado pelo poder público e pelos cientistas durante o século 20”. Com exceção da Rússia e de outros Países da extinta União Soviética, a tendência de urbanização dos Países do Hemisfério Norte foi de desconsiderar esta modalidade. Contudo, o mesmo não ocorreu nos Países do Hemisfério Sul, que desenvolveram suas práticas. (BOUKHARAEVA et al., 2005)

O conceito surgiu como objeto de estudo mais efetivo no século 20, a partir do estudo do PNUD sobre agricultura urbana, referindo-se ao “desenvolvimento humano sustentável”. Esse relatório do PNUD avaliou em 800 milhões o número de pessoas que praticam agricultura urbana no mundo, segundo o *Programe des Nations Unies pour le Développement* (citado por BOUKHARAEVA et al., 2005, p. 415). Ainda conforme esses autores, “embora o relatório do PNUD apresente, como agricultura urbana, basicamente as atividades de profissionais de agricultura e de agroindústrias nacionais ou internacionais, ele dedica também atenção particular à produção familiar em tempo parcial” (...) “que envolve atividades de produção vegetal (produção alimentar, floral e medicinal dos jardins, canteiros e estufas) e certas produções animais (apicultura, piscicultura, criação de animais domésticos e selvagens para alimentação e/ou produção de peles).” (BOUKHARAEVA et al., 2005, p. 415-417)

Segundo MONTEIRO (2002), existem diversas definições para AUP e AU, tanto pelas distintas delimitações entre urbano e periurbano, quanto pelas atividades que se inserem nesse contexto. Algumas conceituações incluem a comercialização e outras não. MONTEIRO (2002) aponta que Barrs defende que “AU pode ter impacto positivo do ponto de vista ecológico, econômico e social” (p.2).

O conceito de AUP no Brasil tem sido construído, em especial, pelo trabalho de diversas ONGs, que vêm atuando nessa perspectiva há alguns anos junto a movimentos sociais e difundindo a agroecologia. Algumas dessas ONGs estiveram envolvidas em estudo promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a FAO (2006/2007), denominado “Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, que considerou como conceituação de AUP:

“AUP é um conceito **multidimensional** que inclui a **produção, transformação e serviços**, de forma segura, de **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, agroextrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) para **auto-consumo** ou **comercialização, (re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, etc.), nos espaços urbanos e peri-urbanos.

Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes e conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do **uso de tecnologias apropriadas** e **processos participativos** para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e a gestão urbana social e ambientalmente sustentável das cidades.”¹⁰

Complementando esse conceito, o referido estudo aponta que a AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessárias para sua prática a disposição individual e/ou coletiva e a viabilização das condições para tanto. A prática da AUP está relacionada, também, com a saúde, a educação, a cultura, o lazer, a economia e o meio ambiente. (MENDONÇA et al., 2005; REDE e IPES-RUAF, 2006)

Atuam na AUP produtores (produzindo para o auto-consumo e/ou comércio), transformadores, comerciantes e prestadores de serviço voltados à produção urbana e periurbana na área agrícola, animal e de insumos. São múltiplos os setores da sociedade envolvidos: setor público, ONGs, setor privado indivíduos (adultos, idosos, jovens e crianças), agricultores familiares, comunidades tradicionais, desempregados, migrantes rurais, etc. Essa prática ocorre nos mais diversos espaços públicos e privados: pequenas propriedades, quintais, pátios, praças, parques, escolas, creches, postos de saúde, hospitais, presídios, edifícios públicos, áreas não edificáveis, unidades de conservação, áreas de tratamento (aterros sanitários, lagoas, margens dos rios, etc.), entre outros. (REDE e IPES-RUAF, 2006)

Segundo REDE e IPES-RUAF (2006) essa proposta de conceituação da AUP tem objetivos múltiplos e está ligada a políticas públicas ambientais, de gestão territorial, combate a pobreza, diversidade social e governabilidade participativa, SAN, e podem envolver ações como, por exemplo, de gestão de resíduos sólidos, uso de águas residuais e de chuva tratadas, “enverdecimento” da cidade, atenção a grupos vulneráveis (mulheres, idosos, etc.), respeito às condições étnicas e sócio-culturais,

¹⁰ Fonte: REDE e IPES-RUAF, 2006: relatório inicial realizado para o MDS no estudo de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras, REDE de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e IPES-RUAF, 2006/2007. Este conceito tem como origem a construção feita para a América Latina por IPES-RUAF tomando como base experiências de diferentes Países e cidades da região. Mais informação: www.ipes.org/au.

gestão territorial, uso social do espaço, geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, etc. O Projeto de Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP, em 11 regiões metropolitanas de capitais brasileiras, identificou ao todo 635 experiências que foram listadas em todas as regiões pesquisadas¹¹, sendo 74 experiências na região metropolitana de São Paulo¹². Entre essas experiências algumas em cada região foram selecionadas e analisadas. Como resultado pôde-se propor diretrizes políticas para a AUP em escala nacional. Observou-se também o potencial de verticalização da produção urbana, ou seja, iniciativas que estão além da produção, buscando agregar valor na transformação e formas de comercialização, e também se articulando com outras experiências em cadeia desde a produção até a comercialização.

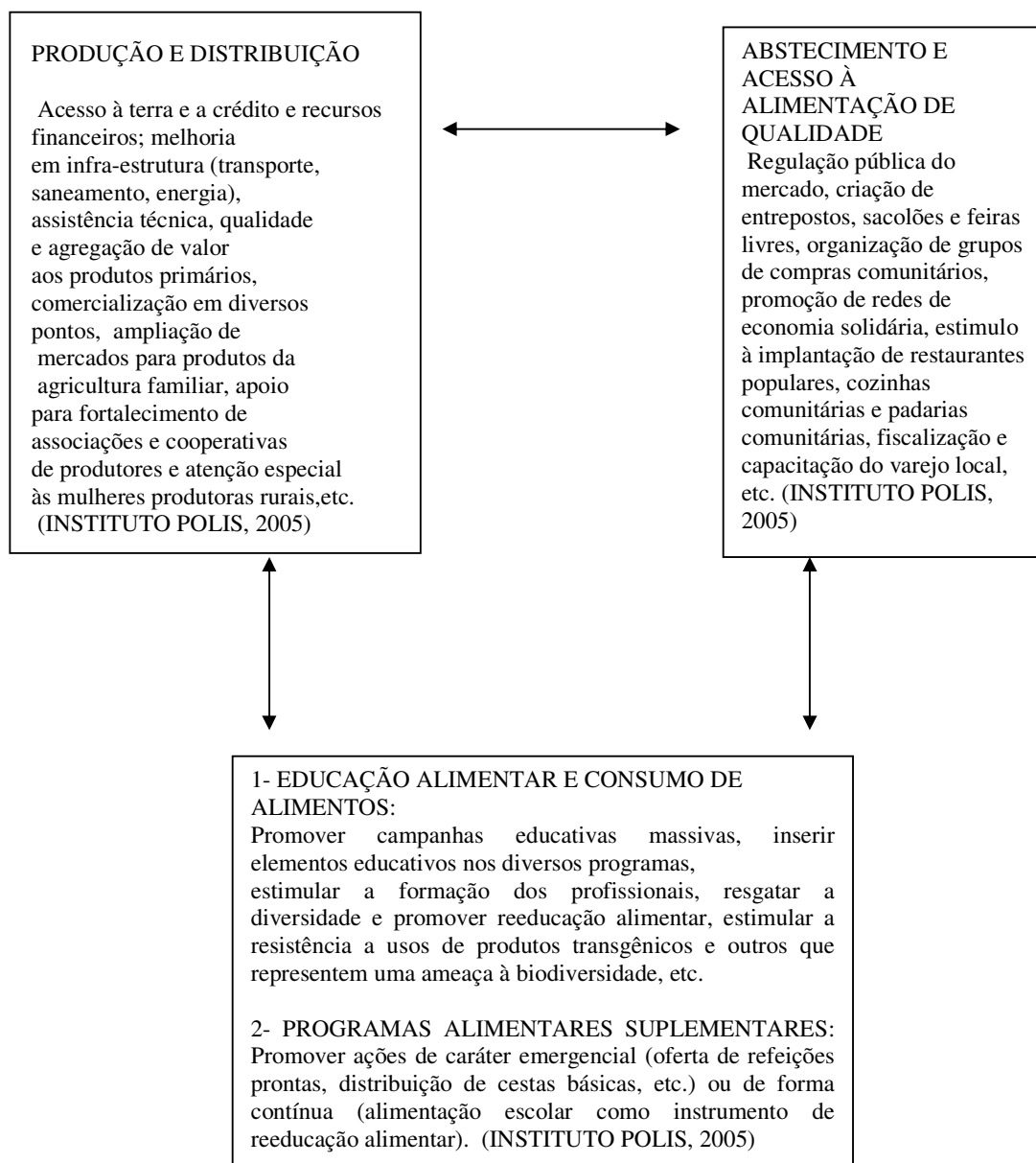
Diante desse cenário, para melhor se analisar a relação da produção da agricultura orgânica tanto urbana e periurbana como rural, voltada para o abastecimento das escolas na perspectiva de SAN, há necessidade de se entender a interação do sistema de produção e consumo.

Segundo o INSTITUTO POLIS (2005), o circuito do alimento a ser considerado nas diretrizes de uma política pública e de ações de SAN “é iniciado pela produção, passa pela distribuição e abastecimento alimentar, educação alimentar e, finalmente, o consumo”. Esse Instituto, que atua na área de programas e projetos de SAN para estimular os agricultores familiares (pequenos e médios) a se envolver com a SAN, propõe o seguinte fluxograma:

11 As 11 regiões metropolitanas pesquisadas pela REDE/IPES-RUAF e parceiros locais foram: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Goiânia, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

12 Entre essas experiências de São Paulo, 19 iniciativas foram analisadas entre elas o Projeto FSP-CPNq, por buscar atingir o mercado institucional escolar da capital, associando, inicialmente, atividades de serviço, produção e comercialização.

Figura 2 - Circuito do alimento e as diretrizes de uma política pública de SAN (adaptado do INSTITUTO PÓLIS, 2005, p.9-17)



Segundo o INSTITUTO PÓLIS (2005), para se elaborar uma política de SAN seria importante analisar os circuitos alimentares com exemplos práticos que não seguem uma lógica local do circuito do alimento, como os descritos a seguir: A cenoura produzida pelos pequenos agricultores da região de Parelheiros (São Paulo)

é vendida ao CEAGESP, e depois comprada de lá pelo proprietário do “sacolão” de Parelheiros, para ser colocada à venda aos moradores da região por um preço bem superior ao vendido inicialmente pelos agricultores, e ainda tendo feito um percurso de cerca de 90km para ir ao CEAGESP e voltar. Da mesma maneira, a cenoura que é vendida para o beneficiamento que é feito por uma grande empresa que produz seleta de hortaliças fora da região, depois volta para lá no abastecimento da merenda. Nesse trajeto, perdem-se diversos nutrientes da cenoura, além do impacto produzido pelo uso de combustível fóssil (INSTITUTO PÓLIS, 2005).

Além disso, a cenoura vendida para as escolas chega lá sem a rama (parte comestível normalmente descartada), que possui mais que o dobro de fibras e de vitamina C que a polpa (parte comestível usual) e todo o alto teor de ferro dessa hortaliça. Portanto, para efeitos de SAN, houve total desperdício do alimento (LIMA et al., 2006).

Tomando como referência este fluxo do circuito alimentar, analisam-se a seguir as várias modalidades levantadas de produção e abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas para a merenda escolar, que visam ampliar a oferta desses produtos nas escolas.

Exemplo de modalidades de produção de hortaliças e frutas orgânicas que abastecem ou podem vir a abastecer a merenda

Hortas escolares: Como referência de sua aplicação, ressalta-se que essas hortas têm sido usadas, prioritariamente, com caráter pedagógico e, em muitos casos, como produção para suplementação alimentar, em frequências variadas. Além da horta podem-se plantar árvores frutíferas. No município de Jundiaí, visitado pela pesquisadora desta dissertação, encontrou-se um programa municipal estruturado de implantação e acompanhamento da horta escolar para que ela seja principalmente um espaço pedagógico para a valorização desses alimentos, o cuidado com o meio ambiente, a integração dos alunos, e como suporte e fonte constante de pesquisa às diversas disciplinas. Usualmente voltadas ao plantio das hortaliças usuais, essas hortas demandam cuidados especiais, área mínima de plantio, uso de água, insumos, ferramentas, assistência técnica e acompanhamento freqüente (que no município de

Jundiaí é feito pelo agrônomo da horta municipal), etc. Tais necessidades apresentam-se como um desafio para a implementação dessas hortas.

Hortas Municipais que atendem à Merenda Escolar: Em dois dos municípios visitados pela autora desta dissertação, Jundiaí (SP) e Dois Irmãos (RS), observou-se experiências em que o município é o principal produtor e fornecedor de hortaliças para abastecer as escolas, através das hortas municipais. Nos dois municípios existe uma política pública de educação alimentar com continuidade, o que foi apontado como um ponto positivo pelos técnicos. Há também nos dois municípios a necessidade de complementação do abastecimento da horta municipal, em especial com a compra de tomates e frutas, mais difíceis de encontrar na produção orgânica (no caso de Dois Irmãos); e também na compra de hortaliças e frutas para completar o abastecimento feito pela horta municipal (com capacidade atual limitada para atender a alta demanda, no caso de Jundiaí). Nos dois municípios a opção pela horta municipal se deu pela dificuldade de encontrar agricultores orgânicos familiares na região, ou agricultores que quisessem abastecer com esses produtos a merenda pelo sistema de compra através de licitação.

Hortas comunitárias e de instituições não governamentais: Há alguns exemplos de projetos de hortas comunitárias ligadas a movimentos sociais que abastecem creches, na maioria das vezes em caráter eventual e através de doações. O desafio nesses casos parece ser como viabilizar a comercialização dos produtos das hortas comunitárias e a organização dos que trabalham nas mesmas para o constante abastecimento das escolas.

Agricultura familiar para abastecer a merenda escolar: A agricultura familiar pode abastecer com hortaliças e frutas *in natura* na venda direta às escolas ou na venda indireta (através de licitação).

A modalidade do abastecimento pela agricultura familiar é fruto de uma análise mais aprofundada abordada a seguir, por ser o foco desta dissertação.

Além da produção orgânica de hortaliças e frutas usuais, e que são os mais encontrados hoje na comercialização, há também outras possibilidades de plantio que

muito podem contribuir tanto com a necessária diversidade para a prática da agricultura orgânica, como para a saúde humana:

Hortas Perenes: Esse tipo de horta pode apontar outras formas de avaliação dos alimentos comestíveis não convencionais que estão disponíveis na imensa biodiversidade que o País possui. Conforme anteriormente citado, trabalhos nesse sentido vêm sendo disseminados por algumas ações de estímulo às hortas perenes, que podem ser plantadas em qualquer lugar. Alguns desses produtos são conhecidos pela cultura de cada região, mas seu consumo tem sido cada vez mais abandonado. Nesse sentido, podem-se citar exemplos de experimentos que estão sendo realizados pela Fundação Banco do Brasil e a Federação das AABB para difundir e estimular a Alimentação Sustentável e Hortas Perenes, sob a coordenação técnica da Dra. Clara Brandão (FBB e FENABB, 2006). Há também o projeto que tem difundindo a permacultura, “A Horta Escolar como Eixo Gerador de Dinâmicas Comunitárias, Educação Ambiental e Alimentação Saudável e Sustentável”, sob a consultoria de Maria do Carmo de Araújo Fernandes, e que é financiado pela FAO BRASIL. Ambos poderiam servir de boas referências dessa prática.

Hortas Mediciniais: A Emater do Rio Grande do Sul e a ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, difundem o plantio de plantas medicinais em um canteiro em forma de um relógio, denominado “relógio do corpo humano”. Pretendem com isso disponibilizar uma farmácia fitoterápica em forma de horta para a população. Exemplo desse tipo de horta foi visto no município de Dois Irmãos (RS) e tem sido estimulado em diversos municípios do Rio Grande do Sul pela EMATER. Esse tipo de horta tem sido encontrada tanto em escolas como em instituições de base comunitária. Segundo o projeto, “em nosso corpo humano, cada um dos órgãos, que funcionam involuntariamente, apresentam duas horas de máxima atividade diária, portanto o relógio do corpo humano simboliza de forma didática os horários e as plantas medicinais com maior atividade em relação ao órgão correspondente”(EMATER/RS-ASCAR et al., 2004)

Detectou-se que, para uma política pública de SAN que busca estimular o aumento de consumo de H e F, faz-se necessário entender o potencial dessas

modalidades, podendo-se buscar uma interação e complementaridade entre as mesmas.

AUP e os desafios da Transformação e a Comercialização

Destaca-se que um dos maiores desafios da AUP para geração e melhoria de renda e trabalho é a agregação de valor à produção (IPES, 2003). Em termos de gestão municipal um modelo proposto é o Programa de Verticalização da Produção Familiar - PROVE (CARVALHO, 2003). O programa propõe alguns passos para que se possa viabilizar um programa municipal de agroindústrias familiares: 1º - Motivação Institucional dos atores do setor público e sociedade civil que poderão apoiar a iniciativa; 2º - Motivação dos produtores urbanos a serem envolvidos; 3º - Assegurar capital, muitas vezes através de micro-crédito ou de investimentos maiores como o Pronaf, para a obtenção dos recursos necessários para implantar o processamento e a comercialização; 4º - Desenvolver uma legislação sanitária e fiscal para melhor incluir o pequeno produtor; 5º - Construção da pequena agroindústria, que pode ser uma em cada propriedade agropecuária, ou de forma coletiva, otimizando recursos em cooperativas de produtores; 6º - Capacitação e treinamento para os produtores sobre os procedimentos e a gestão de uma agroindústria familiar; 7º - Disponibilizar insumos através de estratégias como a do balcão da pequena agroindústria; 8º - Propaganda e marketing, para atingir o mercado consumidor dos produtos; 9º - Estabelecer canais de comercialização e distribuição - o desafio nesse sentido é a constância da produção, estrutura de distribuição e logística dos produtos; 10º - Fiscalização e Controle, que devem ser feitos pela Prefeitura através do SIM - Serviço de Inspeção Municipal; 11º - Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas PROVE aplicados em diversas partes do Brasil. Aplicado inicialmente com sucesso no Distrito Federal, este modelo tem se disseminado para outras localidades do País através da Associação APROVE. (CARVALHO, 2003)

No caso do abastecimento de H e F nas escolas, a verticalização da produção da agricultura familiar pode eliminar um gargalo em relação ao preparo de saladas e pratos com hortaliças, ao fazer a entrega dos produtos na escola já higienizados e

cortados. Essa questão também pode ser facilitada pela existência de cooperativas que possam centralizar esse beneficiamento e atender a logística de distribuição e abastecimento das escolas.

1.3.2. Desafios do abastecimento da merenda escolar pela Agricultura Orgânica

A merenda escolar tem passado ao longo de seus mais de 50 anos de existência por inúmeras modificações. Faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e, por sua abrangência, atingindo cerca de 36,4 milhões de alunos diariamente, é um forte componente da Política Nacional de SAN. Esse programa repassa verbas para garantir a oferta de alimentação escolar de forma a suprir, e orienta aos gestores estaduais e municipais que sejam garantidas, pelo menos, 15% das necessidades nutricionais dos alunos.

No contexto da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que compõe a Política Nacional de Saúde, a merenda escolar busca atender a garantia da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (COMIDha, 2006) em que se estabelece:

“(…) como eixo de todas as práticas de promoção da alimentação saudável o resgate e/ou valorização de hábitos e práticas alimentares regionais inerentes ao consumo de alimentos locais de alto valor nutritivo, o baixo custo e a importância concedida às relações sabor, custo e acesso aos alimentos culturalmente aceitos e saudáveis” (BRASIL, 2004).

Para se analisar a inserção de hortaliças e frutas orgânicas produzidas pela agricultura familiar nesse contexto, destaca-se aqui uma avaliação desse processo de gestão da merenda escolar, que tem sido realizada através do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, coordenado pela ONG Apoio Fome Zero, visando dar destaque aos municípios com melhor desempenho na alimentação das crianças. Segundo matéria do jornal Valor (2005)¹³, nos 383 municípios que se inscreveram no Prêmio

¹³ Fonte: BELIK, W. Boa gestão municipal merece ser premiada. Jornal Valor Econômico de 24/05/2005. Disponível em https://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/artigo_belik.htm. Acesso em: 10 out. de 2005.

em 2004, foram servidas 923 milhões de refeições durante o ano, envolvendo uma verba de R\$ 286 milhões proporcionada pelos três entes federativos. Em 97,1% dos casos estudados, a merenda foi comprada diretamente pela prefeitura, contra 2,9% que terceirizam o fornecimento da alimentação, segundo a mesma matéria. Quanto à complementação de recursos federais, foi detectado que, quanto mais o município arrecada, mais recursos são destinados à merenda. Mas há também casos de alguns municípios pobres que se empenham e colocam a merenda como prioridade. Para 41,3% dos casos estudados, a merenda recebia apenas R\$ 0,07 de complementação. O custo médio desta refeição por aluno/dia, no período de avaliação, era de R\$ 0,31. Considerando que o repasse do Governo Federal em 2003 era R\$ 0,13 por aluno/dia, o restante foi obtido com recursos próprios.¹⁴

Chama atenção, sobretudo, a questão da compra de gêneros alimentícios pelas escolas em 2003 diretamente de produtores rurais locais. A porcentagem de prefeituras que responderam positivamente foi de apenas 26,1%, o que representa um total de 100 prefeituras que fazem a compra direta de produtores. O valor total gasto foi de R\$ 4.808.384,45, sendo que o valor médio por município foi de R\$ 48.083,84, o que indica que a interação entre escola e agricultores aqui proposta tem grande potencial de crescimento.

A compra direta do produto dos agricultores familiares, visando assim atender às premissas da Segurança Alimentar e Nutricional do Programa Fome Zero referentes à Merenda Escolar, é destacada na segunda edição do Manual Gestão Eficiente da Merenda Escolar como propulsora de desenvolvimento local:

“A compra de alimentos para a merenda de agricultores locais traz benefícios tanto para as crianças quanto para a economia da região. Os alimentos que vêm da produção local chegam mais frescos às escolas. Além disso, ao comprar de agricultores e comerciantes locais, os recursos da merenda escolar ficam na própria região e acabam movimentando a economia local, impulsionando o desenvolvimento do município.” (Apoio Fome Zero, 2005)

¹⁴ O valor repassado pelo Governo Federal aos municípios e estado para a compra da merenda é de R\$0,22 por aluno/dia. (jan. de 2007)

Desde 2004, o FNDE - MEC vem promovendo anualmente o Encontro de Experiências Exitosas em Educação Alimentar e Nutricional. Entre as experiências exitosas apresentadas em 2004 houve destaque para experiências com a Merenda Escolar Orgânica.

Existem experiências de merenda escolar orgânica com resultados expressivos nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso e Alagoas. Elas têm servido como referência de alternativas para melhoria da qualidade da alimentação de escolares e das condições para a produção da agricultura familiar, além de propiciar o desenvolvimento sustentável com a produção de agroecológicos.

Contudo, a inserção de hortaliças e frutas na merenda escolar tem representado um grande desafio, tanto de logística do abastecimento e trabalho de manuseio de alimentos *in natura* como, sobretudo, de estímulo ao seu consumo por parte dos alunos.

Além das experiências do abastecimento da merenda escolar pela agricultura familiar, também existem outras formas, como a de hortas municipais, pois nem todas as experiências conseguem fazer a compra direta da agricultura familiar.

As experiências visitadas pela autora desta dissertação nos municípios de Florianópolis e Santa Rosa de Lima (SC), Dois Irmãos (RS) e Jundiá (SP) apontaram, como anteriormente citado, alguns caminhos para o abastecimento de orgânicos na merenda, que pode ser feito pela produção de hortaliças e frutas pela própria prefeitura, como em Jundiá e Dois Irmãos.

Mas, em qualquer opção de abastecimento de H e F, sabe-se que não é suficiente apenas a disponibilidade para garantir que os mesmos passem a ser mais consumidos na escola. Cabe aqui ressaltar a experiência da AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (SC) que ilustra a necessidade de uma atuação paralela nas escolas para garantir o efetivo acesso desses alimentos. Essa constatação pode ser observada no testemunho de integrantes da Universidade de Santa Catarina que deram apoio ao grupo de orientação para a estruturação de um programa de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda de escolas de Santa Catarina:

“Na operacionalização desse objetivo, algumas dificuldades e problemas começaram a surgir. Como as compras eram descentralizadas - desde que inferiores a R\$ 8.000,00 anuais, senão se colocaria a exigência de licitação - e dependiam dos diretores das escolas, foi necessário sensibilizá-los e motivá-los para o programa. Para isso, foram realizadas diversas reuniões de trabalho, seminários e excursões de trabalho à região de produção. Esta etapa cumprida, começaram a ser feitas as compras e se esbarrou na resistência das merendeiras, acostumadas com a merenda "industrial", que não exige praticamente nenhum trabalho de preparação. De novo, foram necessários cursos de capacitação e trabalhos de motivação que incluíam a visita à região produtora. Superada esta etapa, verificou-se uma diferença entre o que havia se estabelecido como cardápio e o consumo efetivo das crianças. A principal defasagem estava no consumo de folhosas, incluídas pelas nutricionistas, mas desprezadas pelos escolares. Isso implicou em um "encalhe" importante desse tipo de produto e em um necessário ajuste no planejamento da produção. Essas correções de rota foram feitas e o projeto "andou bem" (SCHIMIDT e SCHIMIDT,2004)

Assim como em Santa Catarina, os programas de Jundiá (SP) e Dois Irmãos (RS) apontaram ser de fundamental importância a sensibilização e envolvimento de diretoras, merendeiras e professores, e, sobretudo, a educação alimentar dos alunos. Nos dois programas identificou-se que não é suficiente existir uma política pública para o abastecimento das escolas com alimentos de qualidade, mas devem ser criadas as condições efetivas para que a escola compreenda a importância de sua inserção no programa, promova a capacitação da comunidade escolar para o adequado manuseio desses produtos e associe uma prática educacional adequada, com base na educação ambiental, que integre a educação alimentar aos alunos, público alvo final do consumo da merenda escolar. A experiência de Dois Irmãos (RS) demonstra também que é importante ter no Conselho de Alimentação Escolar a participação ativa de representantes da área agrícola. Bem como a interação desse Conselho com outros Conselhos, como o da Saúde, da Agricultura e da Educação, e a parceria com universidades, que podem dar suporte à capacitação necessária para o projeto (comunidade escolar e agricultores).

Na perspectiva de um programa de Educação Alimentar integrado a um ambiente escolar que estimula o consumo de uma alimentação saudável, destaca-se a experiência do município de Jundiaí (SP), em que a iniciativa de oferecer alimentos orgânicos de qualidade às escolas partiu da Secretaria de Educação. Através de uma parceria com a Escola Técnica Agrícola, o órgão abastece diariamente todas as escolas públicas e do SESI do município (150 ao todo, com 70 mil alunos) com hortaliças orgânicas. Essa experiência foi precedida por duas ações educativas junto aos alunos (público alvo final do programa): implementação do sistema de *self service*, que diminuiu o desperdício de alimentos desde 1993, e a horta escolar associada à orientação para o preparo do próprio alimento, que serviu de subsídio para criar o vínculo afetivo da criança com o alimento plantado e consumido e aumentar o consumo de hortaliças. Só então houve a integração do programa da horta escolar (que é usada como meio para a aprendizagem das várias disciplinas) com a grande horta municipal que abastece todas as escolas, para que os alunos possam receber orientações de quem lida com a terra e valorizar os produtos que consomem. Por fim, a secretaria implementou o programa Saúde no Prato, que capacita merendeiras para atuarem como educadoras¹⁵ junto às professoras em sala de aula, orientando os alunos sobre alimentação saudável.

Anualmente o Departamento de Merenda da Secretaria de Educação de Jundiaí também promove um seminário para integração dos atores envolvidos no projeto e trocas de experiências. Portanto, os alunos de Jundiaí estão aprendendo a associar os cuidados do que se produz com aquilo que se come, e ainda como isso interfere na saúde dos indivíduos e do ambiente. Isso reforça uma vez mais o que se apontou anteriormente, que não adianta apenas abastecer as escolas com hortaliças e frutas, mas é preciso que haja demanda efetiva para os produtos por parte dos consumidores, no caso os alunos, que devem estar estimulados a consumir esses produtos.

15 Vale ressaltar que em Jundiaí as merendeiras antes designadas como Auxiliares de Serviços Gerais passaram a ser designadas como Auxiliares de Serviços Educacionais, pela nova atribuição em que auxiliam a educação alimentar dos alunos.

A inserção de educação alimentar como prática pedagógica foi recomendada desde os Parâmetros Curriculares Nacionais instituídos pelo MEC em 1997 inseridos, em especial, no tema transversal Saúde.

Como orientação para a abordagem educativa do tema alimentação no ensino fundamental, por exemplo, os PCNs sugerem “um trabalho conjunto com os alunos para a reconstituição do caminho seguido pelos alimentos desde a sua produção até o consumidor, a identificação do trabalho humano envolvido, do uso de aditivos e agrotóxicos em sua produção e seus efeitos sobre a saúde os produtores e consumidores. Busca-se elaborar, coletivamente, propostas sobre diferentes formas de melhorar os recursos alimentares.”(BRASIL,1997)

A PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2003) e o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar possuem como referencial de diretrizes para a implementação de alimentação saudável que esta deve prover a garantia de acesso, sabor e custo acessível, ser variada, colorida, harmoniosa e segura (BRASIL, 2004).

Outro subsídio importante é proveniente do já citado Guia Alimentar da População Brasileira, que assume como uma das diretrizes para a alimentação da população brasileira o estímulo ao aumento do consumo de H e F (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, em 2006, o Ministério da Saúde instituiu uma Portaria Interministerial (Nº 1.010, de 8 de maio de 2006) que aponta as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, que traz entre as suas recomendações que se deve aumentar a oferta e promover o consumo de H e F nas escolas. Nesta perspectiva, o MS recomenda os “Dez passos para uma alimentação saudável nas escolas”, sendo um deles o incentivo ao aumento do consumo de H e F (que estão inseridos na referida Portaria Interministerial).

Os “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” (MS, 2006) consistem num conjunto de estratégias que devem ser implementadas entre si de maneira complementar, sem necessidade de seguir uma ordem, permitindo a formulação de ações/atividades de acordo com a realidade de cada local e escola:

“1º passo - A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

2º Passo - Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

3º Passo - Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

4º Passo - Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

5º Passo - Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

6º Passo - Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

7º Passo - Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

8º Passo - Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

9º Passo - Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

10º Passo - Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.” (MS,2006)

A qualidade da alimentação dos escolares tem sido uma preocupação constante e alguns estados e municípios já baixaram decretos que regulamentam a venda de alimentos nas cantinas escolares, para evitar a venda de alimentos pouco saudáveis e propiciar o aumento da venda de H e F. Também a adoção de uma política pública como a da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que possibilita a descentralização e auto-gestão, ou a escolarização da compra direta na comunidade de hortaliças e frutas pelas escolas, busca facilitar o acesso a esses produtos evitando-se desperdícios e impactos do transporte, além de estimular as economias locais.

Também no âmbito das escolas, o governo do município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a secretaria Municipal de Saúde, lançou em 2005 o Programa Escola Promotora da Saúde. Desde

1995 OPAS/OMS estimula a Iniciativa Regional - Escolas Promotoras da Saúde, com o objetivo de fortalecer a capacidade dos Países da América Latina e do Caribe na área da saúde escolar. Contudo a estratégia de Escola Promotora da Saúde surge desde os anos 80, como parte das mudanças conceituais e metodológicas que incorporam o conceito de promoção da saúde envolvendo a escola. Essa estratégia pressupõe três vertentes relacionadas entre si: educação em saúde, ambientes físicos e psicossociais saudáveis e oferta de serviços de saúde.

Foram definidas como premissas das Escolas Promotoras de Saúde democracia, igualdade, capacidade de ação, ambiente escolar saudável, currículo adequado, formação de professores, avaliação, sistema de educação e saúde integrados, participação da comunidade e desenvolvimentos sustentável (OPS, 1998). Tais premissas têm como base as determinantes definidas para a prática da Promoção de Saúde durante a 1ª Conferência Internacional de Promoção de Saúde (BRASIL, 2001), que estabeleceu como pré-requisitos para a promoção de saúde paz, equidade, habitação, educação, alimentação saudável, renda digna, ecossistema estável, recursos sustentáveis e justiça social.

Para PELICIONI (2000), a educação alimentar deve-se associar à educação ambiental, e a escola deverá, além de contribuir para a melhoria do estado nutricional dos alunos, orientar sobre as inter-relações entre saúde e meio ambiente e contribuir na prevenção de situações de agravos de saúde decorrentes de risco de problemas ambientais.

Para SILVEIRA e BICUDO PEREIRA (2004), “a escola deve ser o grande laboratório onde as crianças e jovens têm oportunidade de vivenciar, na teoria e na prática, todas essas questões.” (p.121)

A alimentação orgânica poderia se inserir em todos estes contextos educativos. Contudo, grande parte dos programas de Educação Alimentar na escola ainda se restringe a informar sobre alimentação, e não se preocupa em promover uma vivência alimentar saudável na escola, uma vez que difunde pressupostos teóricos desvinculados de uma prática educativa significativa (FREIRE, 1996; SILVEIRA e BICUDO PEREIRA, 2004).

Nessa perspectiva, SERRANO (2007) aponta que a inserção do alimento orgânico na alimentação possibilita uma interação do tema com todas as disciplinas

(transdisciplinaridade) e a interação da educação alimentar com a educação ambiental, que mobilizará as múltiplas inteligências e saberes no reconhecimento da realização do potencial humano, da sua capacidade de conquistar a sua soberania alimentar e compreender o potencial do uso sustentável dos recursos naturais, para obter bens e serviços sustentáveis dos ecossistemas. Nesse aspecto, irá requerer da escola um compromisso de inserção do tema em seu Projeto Político Pedagógico, para a formação dos jovens na perspectiva de ser um ecoprofissional. O que demonstra que o estímulo à consciência da sustentabilidade socioambiental no consumo agroalimentar será importante para nortear os processos educativos.

Além da necessária organização dos produtores para o abastecimento escolar, viu-se que o mesmo para ocorrer tem que estar atrelado a um processo de estímulo e educação alimentar inserido no contexto de educação ambiental que por sua vez tem que ser estimulado e gerido por uma política pública.

Assim, observou-se que a inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar como uma política pública faz parte de um processo de gestão por parte de um órgão público. No caso das experiências visitadas, a coordenação é da Secretaria de Educação (pelo órgão da Gerência ou Departamento encarregado da Merenda Escolar). Em Santa Catarina, onde o programa começou estimulado por organizações de agricultores familiares orgânicos que buscavam uma parceria para conseguir a venda direta para um mercado constante, a gestão do programa e todo o seu planejamento contaram com a participação das Secretarias de Educação e de Agricultura, de representantes de cooperativas de produtores orgânicos e da universidade, entre outros parceiros. O processo de construção do programa se deu de forma participativa. Contudo, observa-se que o grande desafio desses programas é se tornar uma política pública de Estado, e não de Governo, para não ficar suscetível às mudanças de linhas políticas. A importância do que a estabilidade na condução da política pode trazer para projetos como esses, que demandam investimentos de médio e longo prazo, foi averiguada em Jundiá (SP) e Dois Irmãos (RS), onde as políticas educacionais que embasaram a inserção do hortaliças e frutas orgânicas (propiciando a estratégia da produção de hortaliças e frutas pela própria prefeitura, ao contrário de Santa Catarina), foram decorrentes de um processo de

gestão de mais de 10 anos de ações com continuidade na integração dos cuidados com a alimentação escolar com a educação alimentar nas escolas.

Foram observados nas visitas realizadas o âmbito do projeto FSP-CNPq, tanto os sistemas de compra mista (escolarizada para a compra de mais perecíveis e centralizada para a compra de menos perecíveis em Santa Catarina) quanto a compra centralizada e tendo também a horta municipal (Jundiaí e Dois Irmãos). Nesse contexto, foram apontados alguns desafios para o aumento do abastecimento de H e F orgânicas nas escolas, tanto oriundos da compra de agricultores familiares quanto da produção de hortas municipais. Tais observações agregam-se às que foram feitas por LIMA (2006) em estudo de caso realizado em escola participante do PRODENE, em Santa Catarina. Apresentam-se os seguintes desafios: preço maior das H e F orgânicas (em especial de frutas) e o desafio de enquadrar os valores justos ao orçamento disponível da merenda; necessidade de certificação dos produtos; falta de disponibilidade de diversidade e quantidade de alimentos orgânicos na região; limite da área de produção da horta municipal para atender a demanda; poucos agricultores orgânicos familiares organizados para o abastecimento; falta de hábito de consumo de H e F pelos escolares e necessidade de educação alimentar constante e de preparo da comunidade escolar; como estimular o consumo desses alimentos saudáveis que não são estimulados pela mídia; como inserir estratégias mais estimulantes (hortas pedagógicas, culinária, etc.); como fazer a implementação e manutenção das hortas orgânicas nas escolas e motivar alunos e professores nos cuidados constantes; como estimular que professores a utilizarem a horta e acompanhem o horário da merenda como práticas pedagógicas; como estimular a escolha e autonomia dos alunos associadas a pratos, talheres e ambientes apropriados; tempo mínimo de refeição e local de refeição adequado; cantina escolar que estimule bons hábitos alimentares e o consumo de H e F; capacitação de merendeiras constante, para preparar pratos saborosos e com os cuidados e a higiene necessários; merendeiras valorizadas, que podem atuar como educadoras; aproveitamento integral dos alimentos para melhor aproveitar nutrientes; higienização e preparo cuidadoso das H e F, que demanda tempo, e seria melhor que as hortaliças viessem higienizadas e cortadas; como envolver as famílias para que os hábitos de consumo de H e F sejam estimulados

também nas casas dos alunos; sistemas de compra tanto escolarizados como centralizados têm desafios e oportunidades, etc.

Encontraram-se nas visitas realizadas em Dois Irmãos (RS) e Florianópolis (SC) exemplos bem sucedidos de abastecimento das escolas pela agricultura familiar. Em Santa Catarina, encontraram-se exemplos de venda direta (com o recurso especial para a compra de alimentos orgânicos) e indireta através de licitação, sendo realizadas por associações e cooperativas de agricultores que buscam otimizar recursos e garantir a logística necessária de abastecimento. Há também exemplos isolados de agricultores orgânicos familiares no abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas processadas e pré-beneficiadas, como ocorre em Dois Irmãos.

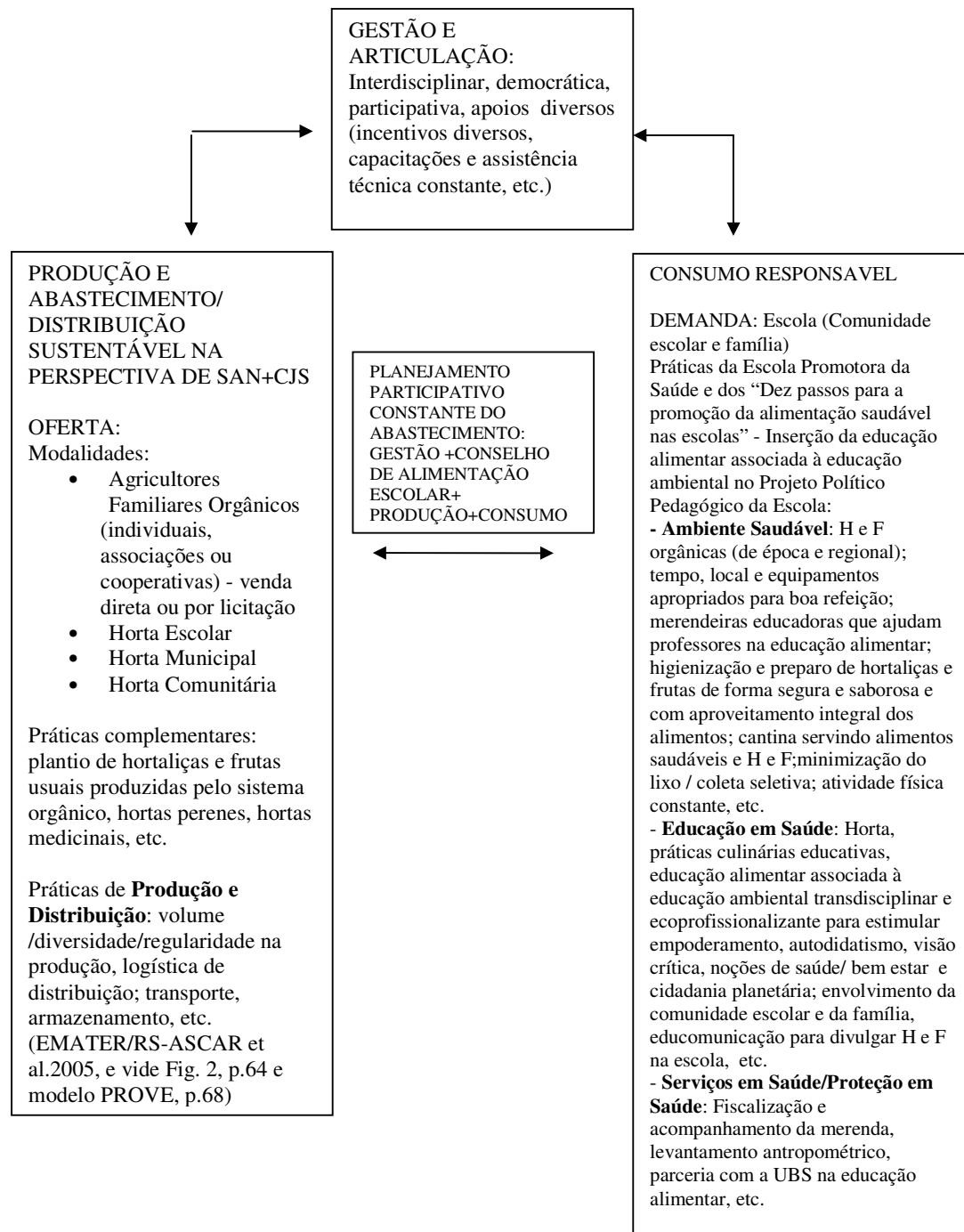
Destaca-se com relação aos sistemas de compra da merenda que, segundo LIMA (2006), esse é um “tema complexo e divide opiniões, apresentando vantagens e desvantagens.” Ela também aponta que a venda escolarizada de produtos mais perecíveis pode facilitar a compra regional de alimentos em quantidades “compatíveis com os equipamentos de conservação e armazenamento da escola, respeitar hábitos alimentares das crianças e incrementar a economia” (p.63) local, com a participação de agricultores familiares e suas associações e cooperativas. Mas a autora também aponta que, por outro lado, os desafios que se apresentam são a “transferência da responsabilidade de aquisição dos alimentos em quantidade e qualidade adequadas resultando em desvio de função da direção da escola.” (p.63). LIMA (2006) também cita que, “adicionalmente, os custos de aquisição dos alimentos geralmente são maiores, em função do pequeno volume de compra e da não capacitação de diretores para esta função.” (p.63)

De outro lado têm-se os desafios da inserção dos agricultores familiares na compra centralizada da merenda, como nas experiências de Jundiá e Dois Irmãos, quer pela compra direta abaixo do valor anual de R\$ 7.999,00, previsto na Lei Federal Nº 8.666 (21 junho de 1993) que regulamenta as licitações, quer por meio de licitação (nas modalidades de Carta Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública, Sistema de Registro de Preços com fixação de preços por até 12 meses). Nesse caso é necessário que, para ser inserido, o produto orgânico seja especificado e delimitado no processo licitatório, para não haver concorrência com os menores preços dos produtos convencionais. De todo modo, a organização do setor produtivo

de orgânicos pode facilitar a participação dos produtores familiares, em face das exigências de um processo licitatório. Sendo nesses casos mais difícil envolver agricultores familiares isolados, conforme ficou evidenciado na experiência de Dois Irmãos, em que apenas 4 ou 5 agricultores orgânicos familiares da região abastecem a merenda, mas com produtos beneficiados de H e F: geléias, sucos, etc. Sendo que nesses casos os agricultores recebem orientações e suporte de entidades como sindicato rural, EMATER, entre outras, de como participar das licitações.

Os exemplos de programas de inserção de hortaliças e frutas na merenda escolar visitados e o presente estudo serviram para iniciar uma reflexão sobre possíveis indicadores de avaliação de um programa como esse, que poderá ser objeto de aprofundamento, diálogo com os diversos atores envolvidos e desdobramento do presente estudo. Mas, pelo que foi levantado, identificaram-se algumas dimensões de possíveis interações que podem contribuir para a sustentabilidade da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar, que destacamos a seguir:

Figura 3 - Possíveis interações para a sustentabilidade da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar.



Fonte: Dados da pesquisa.

1.4. ALGUNS DESAFIOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA FAMILIAR

1.4.1. O modelo de desenvolvimento e os impactos socioeconômicos na agricultura familiar

Após analisar o sistema de produção agroalimentar, com base no sistema convencional que não tem atendido os princípios de SAN, é preciso se entender como este tem afetado o agricultor familiar.

Também ressaltam-se as contradições que se evidenciam do modelo produtivo atual: mesmo o País sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, é também o sexto colocado no quesito da fome, desnutrição e subnutrição (INSTITUTO AKATU, 2003). Para Valente (BRASIL, 2002, p.15), tal contradição é decorrente da valorização de “um modelo agro-exportador, baseado no latifúndio, na monocultura e na super-exploração do trabalho”. Tal modelo é fruto de uma construção histórica de estímulo à expansão da agricultura latifundiária e de reforço ao agronegócio patronal¹⁶.

Segundo AZEVEDO (2006), citando Lamarche, na perspectiva da dimensão econômica, a busca de elevados ganhos de produtividade associados à eficiência tecnológica e comercial, resultou, muitas vezes na “superprodução” e seus efeitos na dinâmica de produção e consumo. Na dimensão social houve a redução da força de trabalho e exploração da mesma, etc.; na dimensão ambiental, o uso excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, com o risco de um sério desgaste de recursos naturais (Lamarche citado por AZEVEDO, 2006; CONSEA, 2007). Tais efeitos causam impactos na saúde pública através da contaminação do ar, das águas e do solo, além da modificação da qualidade dos alimentos consumidos (AZEVEDO, 2006).

A nutricionista Elaine Azevedo autora do livro “Alimentos Orgânicos: ampliando conceitos de saúde humana, ambiental e social” (2006), complementa Lamarche, considerando também as conseqüências negativas do sistema convencional de produção na dimensão cultural. Em seu livro a autora aponta que tal

¹⁶ Conforme o documento base da III Conferência Nacional de SAN (CONSEA, 2007), tal modelo de agronegócio é fruto do “do produto histórico da articulação entre capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial” (p. 10).

sistema trouxe uma tendência de “uniformização dos modos de vida rural e urbano” que levou a uma modificação do modo de vida do agricultor familiar, e contribuiu, sobretudo, para “minar a importância da manutenção da sua racionalidade e identidade cultural (...) e do conhecimento agrícola tradicional de acordo com o seu ambiente.” Para AZEVEDO (2006, p. 39), isso resultou em mudanças no modo de viver dos agricultores.

Também GRAZIANO (2004), no livro *Carma da Terra no Brasil*, aponta a estimativa da situação da distribuição de estabelecimentos familiares que predominam no País: 4,1 milhões de produtores familiares (74,4%); cerca de 500 mil produtores patronais (grandes produtores rurais) (9,1%); e 912 mil assentados (16,5%), totalizando 5,512 milhões de estabelecimentos. Um estudo realizado pela Sociedade Rural Brasileira e divulgado em 2007 (*O Estado de São Paulo*, 2007, p. A 21) reforça esta estimativa, ao apontar que em 1985 os estabelecimentos com menos de 100 hectares somavam 5,22 milhões e, no início de 2000, 4,38 milhões, revelando uma redução de 17% das propriedades familiares em 15 anos. Constatando esta significativa redução dos números de pequenas propriedades familiares, o estudo conclui que os problemas dos pequenos produtores são agravados pela pouca atenção que recebem dos órgãos oficiais. Como exemplo dessa situação, o estudo aponta que no período 2001/2002 o governo teria emprestado “apenas 50% do total de R\$ 4 milhões destinado ao crédito rural para a agricultura familiar. A causa desse baixo aproveitamento seria a segurança de empréstimo exigida pelo Banco do Brasil, difícil de ser oferecida pelos pequenos”. (*O Estado de São Paulo*, 2007, p. A 21). SAMPAIO e MEDEIROS (2007) também apontam que a agricultura familiar mesmo retendo 30% da renda do setor e 40% do valor bruto de produção, só consegue 20% de acesso ao crédito rural. Os créditos para a agricultura familiar na década de 90 chegaram a ser taxados em 40,79% ao ano, enquanto os grandes produtores rurais (ou patronais) foram taxados em 20% ao ano.

Segundo PEREIRA (2007)¹⁷, há uma alta concentração de extensão de terras na mão dos proprietários patronais, que possuem 554.501 UPAs (11,4 % do total de Unidades Produtivas Agrícolas - UPAs), mas que retém 240.042.122 ha (67,9 % do total de extensão de terra ocupada na agricultura), enquanto que a agricultura familiar detém cerca e 85% do número de UPAS, mas que correspondem a apenas 30,5% da extensão total das terras no Brasil. Ressalta-se que nesse percentual de propriedades, o maior contingente é de famílias que quase não possuem renda, 39,4% das unidades, retendo apenas 8,9% do total de extensão de terra. (PEREIRA, 2007)

Some-se a isso o fato de que, no Brasil, 13,8 milhões de pessoas têm na atividade agrícola, praticamente, sua única alternativa de vida, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura (PEREIRA, 2007). Segundo Escheverria (citado por CARVALHO, 2003), a incidência da pobreza extrema é muito maior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. O mesmo autor estimou que em 1997 cerca de 50% da população rural se encontrava em situação de pobreza no Brasil, e segundo MALUF (1999) na região Nordeste o índice chega até a 60% da população. A pobreza da área rural está contribuindo para a expulsão de diversos agricultores familiares de suas propriedades. CARVALHO (2003, p. 2), citando vários estudos conclui que “com qualquer parâmetro de medição” aqueles que trabalham na pequena propriedade da agricultura familiar, seja ela “rural, periurbana ou urbana, estão, em sua maioria, na condição de pobreza”.

Por outro lado, a agricultura familiar se destaca na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas cadeias de produtos de exportação, sendo responsável pela produção de cerca de 60% dos alimentos agropecuários consumidos pela população brasileira, a exemplo de cerca de 70% do feijão, 49% do milho, 84% da mandioca, 54% da bovinocultura de leite, 40% de aves e ovos, e grande parte das hortaliças e frutas (PEREIRA, 2007).

Considerando que a agricultura familiar abastece uma parte expressiva do mercado interno de produtos agropecuários, e se ela está sendo impactada

17 Dados apresentados em palestra da Dra. Marly Pereira na Conferência Estadual de SAN em Águas de Lindóia-SP, em 19 de abril de 2007, se referem ao Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO - Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto, Brasília, 2000. Disponível em: <http://200.252.80.30/sade/doc/AgriFam.doc>. Acesso em: 26 abr. 2007.

negativamente pelo sistema de produção vigente, entende-se que este sistema não está sendo sustentável. Daí a busca de alternativas através da agricultura orgânica, que está sendo vista como um importante desafio por diversas políticas públicas, na articulação integrada da agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e garantia da SAN, conforme se apontou anteriormente.

Quer seja rural, urbana ou periurbana, a agricultura familiar é apontada em todos os documentos de estímulo à implementação da SAN como sendo o segmento estratégico para se incitar a prática de uma agricultura sustentável, visando minimizar os impactos no ambiente, oferecer uma alimentação saudável para a população, promover a geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável para agricultores familiares e comunidades com tradição agrícola, além de poder ainda apoiar a formação de redes de cooperativas para processamento e comercialização de alimentos. (BRASIL, 2005)

Faz-se então necessário abordar a seguir alguns caminhos que têm sido adotados para a emancipação da agricultura familiar e a adoção do sistema de produção orgânica. Dessa forma justifica-se também a oportunidade do estudo de representação de agricultores familiares proposto neste estudo.

1.4.2. Alguns caminhos para a emancipação da agricultura orgânica familiar: triangulação, agroecologia e a multifuncionalidade

“A agricultura orgânica coloca em prática o conceito de multifuncionalidade, incluindo a biodiversidade, o bem estar animal, a segurança alimentar, a produção orientada para o mercado, o desenvolvimento rural e aspectos sociais e de comércio justo. A agricultura orgânica é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável e crucial para o desenvolvimento futuro da agricultura e da garantia alimentar global.”

União Mundial pela Natureza (IUCN) e Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM)¹⁸

¹⁸ Segundo CARVALHO (2001), essa declaração integra um Plano de Ação fruto de um encontro das duas instituições referidas, para unir os movimentos orgânicos e de conservação da natureza.

Analisa-se aqui alguns caminhos para a busca da interação com agricultores de uma região, Parelheiros, em que se evidencia em suas políticas públicas a valorização do sistema orgânico de produção.

Sabe-se que se a política pública é a base para uma construção social, mas que ela por si só não a garante. Mesmo com todas as limitações legais de uso do solo e necessidade de conservação, ainda prevalece na região de Parelheiros o sistema convencional de produção, praticado por 92% dos agricultores familiares. (CAE et al., 2006)

Assim, buscou-se entender se a agricultura orgânica é uma prática adequada à agricultura familiar. Para AZEVEDO (2006), ela é a prática mais adequada pelo fato de os agricultores poderem se adequar e estarem mais próximos de uma forma sustentável de produção em menor escala e com diversidade, podendo-se atender melhor às características “próprias dos ecossistemas agrícolas ecologicamente equilibrados.” Para a mesma autora, em uma produção de monocultura em larga escala isso seria “inviável”. Assim, ela também aponta que, nessa ótica, a “agricultura familiar pode ser apresentada como uma alternativa para a viabilização econômica da Agricultura Orgânica.” (p.75)

Também para Karam (citado por AZEVEDO, 2006), a base dessa sinergia da agricultura orgânica com a agricultura familiar é a possibilidade efetiva que ela resgata de “manutenção do modo de vida rural, da própria condição social, uma vez que ela implica na valorização do conhecimento do agricultor, de tomadas de decisão da família, da troca e intercâmbio de trabalho, sementes e conhecimentos com outros agricultores, o que significa em última instância, uma atitude política diante das condições da vida social” (p.75). Ao que parece as políticas de valorização da agricultura orgânica associadas à SAN, à AUP, e formas de um comércio mais justo e solidário, apontam para um novo cenário e perspectiva para agricultura familiar:

“O agricultor familiar, antes relegado ao papel secundário no processo produtivo, reassume hoje as condições para resgatar uma nova forma de produção de alimentos de qualidade, que, inserida num contexto de organização social mais justo e solidário, promova a saúde humana, a cultura local, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida (...) O desenvolvimento da Agricultura Orgânica Familiar

depende de novas construções que devem surgir da confrontação de saberes de agricultores familiares e de sistemas de pesquisa e desenvolvimento agro-rural, além do trabalho efetivo de desenvolvimento, animado por uma rede de técnicos motivados e competentes. Por fim, deve-se mencionar também o indispensável apoio financeiro à produção orgânica, com a mobilização de recursos do Estado” (Schmidt, citado por AZEVEDO, 2006, p.75-76).

É interessante, nesse contexto, apontar o relato feito por SCHIMDT e SCHIMDT (2004) sobre a atuação da AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, uma das pioneiras na busca do mercado institucional escolar. A motivação, portanto, de buscar o mercado consumidor escolar foi decorrente de um movimento dos agricultores organizados, que já produziam pelo sistema orgânico há algum tempo. O contexto do nascimento dessa proposta resulta do projeto de desenvolvimento territorial das Encostas da Serra Geral, que, por sua vez, começou a ser construído em um processo iniciado nos primeiros anos da década de 1990. SHMIDT e SHMIDT (2004) descrevem o início do movimento orgânico, que nasceu durante uma festa de confraternização da comunidade alemã local:

“No quadro da realização de uma festa de encontro e confraternização, então criada - a GemüseFest, começaram a ser feitas discussões sobre o futuro daquele espaço de vida, que passava, naquele período, por um processo de descenso econômico, de degradação ambiental e de esvaziamento social e de talentos. Apontou-se, naqueles debates, o potencial da agricultura orgânica para reverter tal tendência negativa. O resultado foi a criação da Agreco – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, em 1996, no município de Santa Rosa de Lima”. (SHMIDT e SHMIDT, 2004)

Diante das dificuldades de mercado seguro e estável, e tendo em vista que haviam levado um calote de uma rede de supermercados que faliu, “buscavam então, canais com maior estabilidade e confiabilidade, que facilitassem as atividades de planejamento produtivo e financeiro. Junto com os debates sobre a necessidade de fortalecer, através da comercialização, elos importantes com o meio urbano, surgiu a possibilidade de trabalhar o mercado institucional, especialmente a merenda escolar”. (SHMIDT e SHMIDT, 2004). A partir daí iniciaram, em março de 2001, um

convênio com a Prefeitura Municipal de Criciúma, num envolvimento de abastecimento de alguns dias da semana em 15 escolas, e depois, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, iniciaram um projeto piloto em uma escola ampliado progressivamente para 26 escolas estaduais de Florianópolis. Segundo SHIMIDT e SHIMIDT (2004), “essa conquista foi fruto da ação da Comissão de Educação do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz (Florianópolis) que, após reuniões de discussão e articulação, buscou parceria com a AGRECO”. Segundo a Gerência de Nutrição Escolar, inicialmente o critério para o abastecimento da escola era o de adesão consciente, visando a constituição de “redes” que possibilitassem a viabilização do projeto em seus aspectos educacionais, ambientais, sociais e econômicos, estabelecendo uma relação de complementaridade e solidariedade que interagissem na possibilidade da garantia de um meio ambiente sadio. Com isso a Secretaria Estadual acabou criando o Projeto Sabor e Saber e constituindo o Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar Orgânica - “Prodene Orgânico”, que é pioneiro no País, e que possui recurso próprio para a compra de alimentos orgânicos.

A adesão de escolas tem-se dado de forma progressiva. Em 2006 o programa já atendia 758 escolas no estado e 327.770 alunos do ensino fundamental, que recebiam a merenda escolar. Também foi instituída no estado a Lei Estadual da Merenda Escolar Orgânica (Lei Nº 12.282, de 18 de junho de 2002), que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos para a merenda escolar nas unidades educacionais do estado: “As hortaliças e as frutas destinadas à merenda de todas as unidades escolares do Estado de Santa Catarina serão preferencialmente de origem orgânica”. Contudo, essa lei por si só não garante o investimento no programa. Segundo seus participantes, há necessidade de vontade política para se efetivar as ações.

Atualmente a AGRECO se articula com outras unidades de uma cadeia de prestação de serviços de apoio a este sistema multifuncional da agricultura orgânica na região é empreendido pelos agricultores familiares. A construção dessa proposta se embasa na perspectiva de se buscar construir o desenvolvimento local sustentável.

Quadro 1: Instituições que integram o programa de desenvolvimento territorial sustentável da região de Santa Rosa de Lima (SC) articulados pela AGRECO.

- 1) AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Início: 1996. Organiza o território, articula, alavanca oportunidades para todos e busca diversidade de renda.
- 2) COOPERAGRECO: Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Dá suporte à produção, à distribuição e à comercialização. Também incentiva e dá suporte para o beneficiamento da produção.
- 3) COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS: Presta serviços técnicos para todas as demais entidades.
- 4) CENTRO DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA: Centro de capacitações tanto para os associados da AGRECO como para outros interessados que fazem locação do espaço. A AGRECO promove cursos para públicos de outros estados, a exemplo do que ocorreu de 2001 a 2003, quando promoveu cursos em parceria com o SEBRAE para disseminar a metodologia de promoção da Vida Rural Sustentável, envolvendo cada elo da cadeia: Produção Primária, Agroindústria, Comercialização e Certificação, Logística. Participaram do curso entidades de diversos estados e, de São Paulo a Cooperorgânica. Também já recebeu grupos de Alagoas, Mato Grosso e Maranhão para formação em circuito de Produção e Comercialização em Agroecologia, visando a implementação de programas de Merenda Escolar Orgânica, bem como visitas para conhecimento desse programa de representantes do Espírito Santo e de São Paulo.
- 5) ECOVILAS: Estratégia de valorização do território que organiza agricultores com terras excedentes para montar as Ecovilas. Estimula-se não o turismo e a ocupação temporária de sítios de final de semana, que não consomem na região e deixam lixo, mas sim moradias de pessoas preocupadas com o meio ambiente e que desejam se fixar no local. As Ecovilas possuem um Plano Diretor do condomínio de forma a não gerar grandes impactos ambientais.
- 6) ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA: Diversos agricultores familiares associados da AGRECO atuam no agroturismo recebendo turistas em suas propriedades, fazendo a venda direta de produtos por eles beneficiados e assim ampliando a renda e trabalho para a família.

Fonte: Dados coletados em visita realizada pela autora desta dissertação de 10 a 13 de abril de 2006.

A AGRECO possuía, em junho de 2006, 44 agricultores familiares (4 a 5 pessoas por família) associados e pretende chegar a 70. No âmbito dos associados existem 27 agroindústrias de pequeno porte (sendo somente 18 certificadas), entre elas 11 de hortaliças.

Entre essas famílias de produtores existem aquelas que possuem suas próprias agroindústrias de beneficiamento (transformação), financiadas com recursos do Pronaf, e que são associadas da Acolhida da Colônia, recebendo também turistas para os quais fazem venda direta de seus produtos. Cerca de 4 ou 5 famílias da AGRECO eram também associadas à Acolhida em 2006.

Segundo a AGRECO, a venda para o mercado institucional escolar corresponde a cerca de 50% do total de suas vendas, e 50% para supermercados, durante os 9 meses de operação das escolas. Nos outros 3 meses eles vendem apenas para supermercados e feiras, pois coincide com a época de férias e verão, em que há maior movimento e interesse nesses produtos. Não há taxa de associação à AGRECO, e o novo associado tem que participar de um curso de 20 horas de formação agroecológica (sobre produção, mercado, estratégias de comercialização, cooperativismo, etc).

Também no município visitado de Dois Irmãos (RS) observou-se que alguns dos agricultores orgânicos familiares, que beneficiam seus produtos e possuem um sistema de produção organizado, foram estimulados pela EMATER local para atuarem no agroturismo através do programa Rota da Colônia, implementado em 2000. Em 2006, 34 produtores na região estavam envolvidos nesse programa.

Conforme já citado anteriormente, mesmo ao se observar que as associações e cooperativas de agricultores familiares parecem reunir as melhores condições para atender o abastecimento da merenda escolar, sabe-se que existem diversos desafios para viabilizá-las, como a crescente inserção de produtos industrializados, em especial nos grandes centros urbanos; falta de assistência técnica constante e organização para estruturar a migração do produtor de agricultura convencional para a produção de orgânico; pouca estrutura e liderança para o efetivo estímulo ao associativismo e cooperativismo, à organização dos produtores para oferecer produtos às escolas apresentando nota fiscal de produtor, etc.

Diante da proposta de estímulo à mudança de um padrão de produção por parte dos agricultores, entende-se que tais mudanças implicarão alterações nos aspectos culturais, sociais, tecnológicos, ambientais e econômicos (DAROLT, 2001d). Por sua vez, a mudança desse padrão de produção propõe-se a promover uma melhor condição de saúde para o produtor, para o consumidor de seus produtos e para o ambiente como um todo. Esta não é uma fórmula a ser imposta e nem vendida, mas sim construída caso seja legitimada pelos atores envolvidos, e assim poderá ser transformadora.

Na esfera da educação em saúde tal processo requer uma reflexão, proposta a seguir, sobre três pontos de vista da saúde, ou triangulação. Nessa perspectiva, LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004, p.33), em suas reflexões sobre uma visão ampliada da comunicação social em saúde, entendem que “no mundo atual, e particularmente entre os brasileiros” a saúde é um “ente” a ser entendido sob “três diferentes pontos de vista”, que consideram como sendo “perspectivas e lugares e espaços sociais que definiriam modos distintos de perceber, vivenciar, produzir, consumir saúde”: do ponto de vista dos indivíduos (PVI), do ponto de vista dos sistemas produtivo (PVSP) e do ponto de vista técnico (PVT). Para melhor explicar as possibilidades de inter-relação desses pontos de vista, os autores propõem a figura geométrica de um triângulo, e denominam a forma de análise dessa perspectiva como “triangulação”.

Sobre o PVI, LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004) apontam ser visto como uma “sensação” que os indivíduos possuem de saúde, podendo se referir ao “ter” ou “ser” que segundo LEFÈVRE (1999) tem como referência a delimitação de tempo. Quanto ao PVSP, apontam “que saúde é um dos valores a ser reificado em mercadorias ou serviços” (p.34), ou seja, a noção do se obter saúde através do consumo de um produto ou serviço como indutores de saúde ou de proteção às doenças, tais como remédios, vitaminas, alimentos, vacinas, etc. (LEFÈVRE, 1991). E, quanto ao PVT, a “saúde poderia ser vista como um tipo específico de poder ou autoridade”, que possibilitaria se “prescrever, conceituar saúde (comportamentos saudáveis); produzir tecnologias e ações que por sua vez produzirão o ‘efeito’ de saúde em indivíduos e populações” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004 p.34). Nesse contexto, pode-se incluir também a visão técnica institucional.

LEFÈVRE E LEFÈVRE (2004) expõem a complexidade das inter-relações decorrentes dos três grandes sujeitos comunicacionais, que são: “o conhecimento científico com a sua perspectiva técnica, o sistema produtivo de bens e serviços de saúde, com a sua perspectiva eminentemente mercadológica e o indivíduo do senso comum, o portador da saúde e da doença ou o dono do corpo onde acontece a saúde e a doença” (p.37). Eles apontam que para uma efetiva comunicação social em saúde tem-se que tomar alguns cuidados com a forma de comunicação, como, por exemplo, a comunicação “marqueteira”, com o intuito maior de venda de um produto/serviço, na qual o PVSP tenta se sobrepor ao PVI, ou a comunicação discursiva (Spink, citado por LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004, p.55), uma imposição de um saber técnico/profissional como sendo único constituindo-se de em uma “fala legal” (Santos, citado por LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004, p.55), enquanto a “fala do indivíduo comum é leiga (...) deseducada, porque proveniente de uma espaço vivencial, da continuidade”(p.55).

Para LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004), a única saída é o empoderamento, o que requer um “posicionamento político” por que consiste em “empoderar (emancipar) o elo mais fraco deste triangulo, que é justamente o ponto de vista do indivíduo”. Portanto, para eles, esta questão expõe um grande desafio para todo setor público de saúde, que precisaria ter uma efetiva estrutura, que, segundo eles, “não possui hoje, nas atuais circunstâncias”, para dar conta de colocar em prática esta forma, que consideram efetiva para uma mudança de comportamento: o “empoderamento da população” ou “empoderamento comunitário” ou “emancipação comunitária” (p. 37).

Nessa impossibilidade de dar conta desse desafio sozinho, o setor de saúde tem buscado parcerias e a melhor forma de identificar “como, com quem e onde atuar” LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004, p.37).

Nessa perspectiva, o presente estudo encontra sinergia entre essa proposta de educação em saúde empoderadora e a formação com base nos princípios da agroecologia, em que se propõe que o saber popular (agricultores) deverá dialogar com o saber técnico (ciência) para a construção de uma nova forma sustentável de produção e uma efetiva transformação, que se legitima por ser uma conquista e não uma imposição. E é isso que se encontra hoje em diversas formas de conceituação e

expressão como “empoderamento coletivo”, no sentido de emancipação, “*empowerment* comunitário” que alguns teóricos, segundo CARVALHO (2004), têm colocado como um “elemento chave de politização das estratégias da Nova Promoção da Saúde” e que sofreram muito a influência do método educativo de Paulo Freire. Nessa perspectiva, propõe-se a criação de “espaços públicos” para a “educação como prática da liberdade”, como propunha Freire, visando a efetiva transformação social através de diálogo e reflexões de idéias para a busca de soluções de desafios e a construção do “poder com”, ou o exercício do “conviver”. Assim, os coletivos, através do estímulo a uma consciência crítica, buscam juntos soluções para intervir na realidade (Labonte, citado por CARVALHO, 2004).

TASSARA (2002) aponta que esse processo de construção de soluções de forma participativa e inclusiva se constituiu em estratégias participativas de planejamento, que na América Latina, a partir dos anos 70, advindas do campo das teorias de planejamento, foram adaptadas e incorporadas aos projetos sociais. Com isso pretendia-se incluir as comunidades locais pobres nas sociedades latino-americanas. Daí passou-se a conhecer e a respeitar a “desejabilidade” (p.10) dos atores envolvidos nesse processo, que veio então a influenciar também as formas de atuação dos processos de educação ambiental.

Segundo TASSARA (2002) a questão posta no processo de conhecimento da desejabilidade “é ‘que mundo queremos construir ou tornar realidade?’”. Para ela “esta é, enfim, uma condição para a participação protagonista dos indivíduos como sujeitos históricos, como sujeitos políticos” (p.10-11). Isso passa a conferir a estes sujeitos, segundo TASSARA (2002), a capacidade de entenderem as possibilidades de transformação que o mundo oferece e o poder que eles têm de atuar nessas transformações e de se engajar numa busca coletiva de mudança de desejabilidade da vida social.

Numa mesma perspectiva, parece se estruturar a proposta da agroecologia que se baseia nos princípios da educação popular, e que segundo SERRANO (2007) se preocupa em ampliar o olhar de uma unidade de produção (do sistema orgânico) para a região e as dimensões de sustentabilidade que ela requer.

Nesse caminho de interação com os agricultores, segundo SERRANO (2007), é fundamental que se trabalhe o aspecto da sustentabilidade ambiental e a

consciência de cidadania terrena, conforme propõe Edgar Morin nos “Sete saberes necessários à Educação do Futuro” (UNESCO, 2001).

Para a agroecologia, o processo de transição do sistema de produção convencional para a produção orgânica “não é uma tarefa simples e rápida”, e não há receita e nem tempo determinado, pois cada caso é um caso e vai depender de uma série de fatores e das condições que se encontra cada propriedade. Para se garantir o sucesso da transição agroecológica, segundo o Instituto Giramundo Mutuando (IGM, 2005), são necessárias determinadas condições:

“A participação efetiva das famílias agricultoras; a análise profunda do agroecossistema, o planejamento e avaliação constantes de inovações agroecológicas realizadas; a co-responsabilidade e solidariedade entre as famílias de agricultores, suas organizações e seus técnicos; espaços de aprendizagem coletiva sobre produção de base ecológica; e espaços de mobilização regional (fóruns, encontros e seminários) para que os novos conhecimentos sejam socializados e somem força a outros processos de Transição Agroecológica” (p.61)

Algumas são as diretrizes gerais propostas pelo processo de transição agroecológica para estimular inovações e guiar minimamente o planejamento, num contexto de construção do conhecimento crítico e dialógico:

1- Recuperar o manejo do solo de forma ecológica, visando revitalizar a capacidade produtiva do agroecossistema.

2- Livrar-se dos venenos aos poucos, substituindo-os por defensivos naturais e praticas de controle biológico, até que o sistema se equilibre.

3- Produzir pensando também no auto-consumo familiar, ou seja, aumentar a renda não monetária proveniente de produtos para a família.

4- Controlar a produção das próprias sementes e mudas, de modo a conservar, experimentar e melhorar variedades adaptadas ao local (sementes variadas e crioulas).

5- Garantir a disponibilidade de água em quantidade e qualidade para a produção e para a família, por meio de pequenas cisternas e açudes e do crescente cuidado com as nascentes.

6- Conservar e recuperar matas pomares.

7- Dominar os conhecimentos básicos para a produção de base ecológica, combinando os conhecimentos populares com os da pesquisa acadêmica, a partir da observação dos agricultores que passam a ser ‘pesquisadores’.

8- Construir de forma associada ou cooperativa a própria infra-estrutura de produção, transporte, agroindustrialização e comercialização, garantindo a independência e o justo reparto dos benefícios”. (adaptado de IGM, 2005, p. 60-61)

Nessa perspectiva encontra-se a interação da agroecologia com o conceito de multifuncionalidade. Para CARVALHO e FRANCA (2005) a multifuncionalidade é uma proposta alternativa ao modelo “produtivista na política e no desenvolvimento agrícola” que enfatiza os aspectos “espacial, ambiental, social e econômico”. Por esse conceito, que surgiu na Europa inicialmente, segundo as autoras:

“Identifica-se que a agricultura, tem a função de produzir alimento suficiente e de qualidade para a população, mas complementarmente também a de proteger o ambiente (recursos naturais, ambiente psíquico e biológico), fortalecer o social através da geração do emprego, do fortalecimento do tecido social e da garantia de acesso a todos de alimentação saudável e de qualidade; de preservar os aspectos culturais e simbólicos (cultura alimentar, paisagem, papel da atividade agrícola na construção vigorosa das relações sociais com a natureza) que caracterizam uma dada sociedade. Identifica no turismo e no artesanato atividades produtivas que podem associar-se à atividade agrícola desenvolvida pelo agricultor. Implica em um engajamento direto dos agricultores e um pacote de políticas públicas específicas.” (p.6 e 7)

Conforme se viu anteriormente, pelo exemplo citado da AGRECO, diversas dessas características apontadas acima estão sendo praticadas de forma interativa: os agricultores, com um sentimento de pertencimento, vislumbraram a necessidade de buscar uma forma sustentável de uso da terra na agricultura, uniram-se e passaram para o sistema de produção orgânica, buscando agregar valor à mesma e passando para a transformação dos produtos. Através da associação, que depois virou cooperativa, buscaram diversificar os mercados e entenderem que as escolas representavam uma parceria mais efetiva para o consumo direto dos produtos. Paralelamente a associação, em seu papel de articulação e dinamização, começou a estimular o desenvolvimento de novas funções, que articuladas com a agricultura pudessem potencializar ainda mais esta atividade. Isso se deu através do turismo

rural e do artesanato, o que tem possibilitado a geração de trabalho e renda, não só para o agricultor, mas para outros membros de sua família. A própria cooperativa é indutora de processos de capacitação constante e articula-se para tanto com os órgãos de governo afins.

Na perspectiva de se propiciar ação política num contexto de multifuncionalidade é que foi proposto, como um de seus principais instrumentos, o CET - Contrato Territorial de Exploração (CARVALHO e FRANCA, 2005, p. 7):

“O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura leva à redefinição da lista de atividades reconhecidas como complementares a agricultura, mas que podem também ser identificadas como atividades independentes, realizadas por outros atores, que precisarão então participar da pactuação local necessária à elaboração de um contrato de ação conjunta, para o desenvolvimento local”.

Segundo CARVALHO e FRANCA (2005), esse contrato (CET) quando assinado consiste em um “conjunto de compromissos para a produção, emprego, contribuição da atividade para a conservação dos recursos naturais, ocupação sustentável do espaço, ou realização de atividades de interesse geral e o desenvolvimento de projetos coletivos de produção agrícola” (Figuie, citado por CARVALHO e FRANCA, 2005).

Além desse contrato, existem mais três instrumentos que são considerados fundamentais nas políticas de fortalecimento da multifuncionalidade pelo Colóquio Europeu de Avaliação de Política Comum¹⁹ (CARVALHO e FRANCA, 2005):

- “**Território definido social e não geograficamente** ou administrativamente”. Nesse contexto, esse instrumento facilita que os diversos atores possam interagir visando definir objetivos comuns (CARVALHO e FRANCA, 2005 p. 8).

- “**Parcerias horizontais e verticais construídas a partir de diagnóstico participativo** (...) envolvendo os diversos atores dispostos a participar do contrato social reconhecendo essa prestação de serviços”. Essa medida visa estimular práticas pró-ativas e não punitivas (CARVALHO e FRANCA, 2005 p. 8). Essas parcerias visam dar suporte e efetiva aplicação ao **Contrato Territorial de Exploração**, pelo comprometimento de todos os envolvidos.

¹⁹ Realizado na França em nov. de 2002.

- **Animação ou articulação:** nesse aspecto haveria uma figura de animador, facilitador ou articulador de um processo de construção conjunta do desenvolvimento local sustentável (CARVALHO e FRANCA, 2005, p.8). Essa animação pressupõe promover a aglutinação e envolvimento constante dos atores envolvidos, dando subsídios para que possam fazer uma avaliação crítica e sugestão de transformações, e assim encontrem significado nessa participação, sentindo-se co-responsáveis pelo processo, ou seja, emancipados. CARVALHO et al. (2005, p.2), citando Neves que apresenta as reflexões de Dalma Peçanha, apontam que:

“O papel dos mediadores no processo de construção de uma outra agricultura ou de um outro agricultor, imbuído de seu direito de reivindicar o reconhecimento da diferença. Não podendo se constituir em portador de um projeto político próprio, este agricultor depende de alianças com outros agentes irmanados pelos mesmos interesses e capazes de formular sistematicamente as demandas e o reconhecimento da eficácia e legitimidade da proposição”.

Para ilustrar os programas de desenvolvimento rural que têm sido construídos nessa perspectiva de multifuncionalidade, SERRANO (2007) mostra que são necessários “investimentos nas propriedades agrícolas; compensação financeira nas áreas menos favoráveis; apoio a jovens em início de atividades; capacitação em agroecologia; valoração dos serviços ambientais, diversificação da produção, apoio ao reflorestamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas, programa de formação de lideranças comunitárias, etc.”

A análise da possibilidade de inserção da prática da multifuncionalidade foi a base de um estudo realizado na região de Parelheiros, entre outras regiões de preservação de mananciais. Trata-se da pesquisa denominada Negowat de facilitação de negociação de conflitos sobre a água em regiões periurbanas²⁰. O comentário sobre algumas conclusões desse projeto realizado na região de Parelheiros será apresentado na caracterização do contexto e na discussão dos resultados da pesquisa de representação social apresentados a seguir.

20 Negowat: "Facilitating Negotiations over Water Conflicts in Latin-American Periurban Upstream Catchments: Combining Multi-Agent Modelling with Role Game Playing". Foi coordenado pelo Centre de Coopération International en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), da França, em parceria com algumas instituições brasileiras, bolivianas e inglesas: Instituto de Estudos Avançados da USP, Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, Núcleo de Estudos Agrários da Faculdade de Economia da Unicamp, Associação de Agricultura Orgânica, Instituto Pólis, Centro Andino para la Gestión y el Uso de Agua da Universidad Mayor de San Simón (Bolívia), Centro de Estudios de la Realidad Económica Social (Bolívia) e Natural Resources Institute (Reino Unido)

Conclui-se, portanto, que para o estímulo à conversão para o sistema orgânico de agricultores familiares há alguns caminhos e estratégias de atuação que se fundamentam no princípio do necessário empoderamento desses atores. Pela perspectiva da triangulação (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004) este empoderamento possibilitaria o reconhecimento e valorização da importância do ponto de vista individual sobre a saúde na relação com o ponto de vista do sistema produtivo e o ponto de vista técnico. Da mesma maneira, como se viu, na formação em agroecologia valoriza-se o saber popular em interação com o saber técnico para se encontrar soluções ambientalmente sustentáveis. Por fim, as políticas de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura precisarão da pactuação local necessária à elaboração de um contrato de exploração desse território. Diante da perspectiva de se buscar estabelecer uma melhor comunicação com os agricultores a serem envolvidos em processos de formação para a conversão para o sistema orgânico de produção, um possível começo de um processo em que se busca contribuir para o “empoderamento” ou a emancipação dos sujeitos envolvidos, conforme propõem LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004), pode se dar com o conhecimento das representações sociais, ou do senso comum, dos indivíduos alvos das estratégias de educação em saúde. Segundo eles, tal conhecimento poderia servir como base para se organizar e construir estes “processos empoderadores” (p.37). Assim, se pretende a aproximação e o efetivo diálogo entre a “lógica sanitária” e a “lógica do senso comum” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004, p.37). Portanto, é nessa perspectiva que se justifica a realização de um estudo de representação social, conforme propôs esta pesquisa, que será abordado na metodologia.

Apresentamos a seguir o contexto em que se insere esta dissertação e as questões que embasaram o presente estudo.

1.5. CONTEXTO EM QUE ESTA DISSERTAÇÃO SE INSERE

Esta dissertação de mestrado integra-se à pesquisa do projeto que tem como Coordenadora Geral a Prof. Dra. Isabel Maria T. Bicudo Pereira e como Coordenador de Pesquisa o Prof. Tit. Fernando Lefèvre. Este projeto, aprovado pelo CNPq em novembro de 2005, foi denominado: “Implementação de um projeto piloto de inserção da merenda escolar orgânica, com base em pesquisa de representação social, e desenvolvimento de metodologias de intervenção, visando o acesso a uma alimentação saudável na região de Parelheiros, São Paulo”.

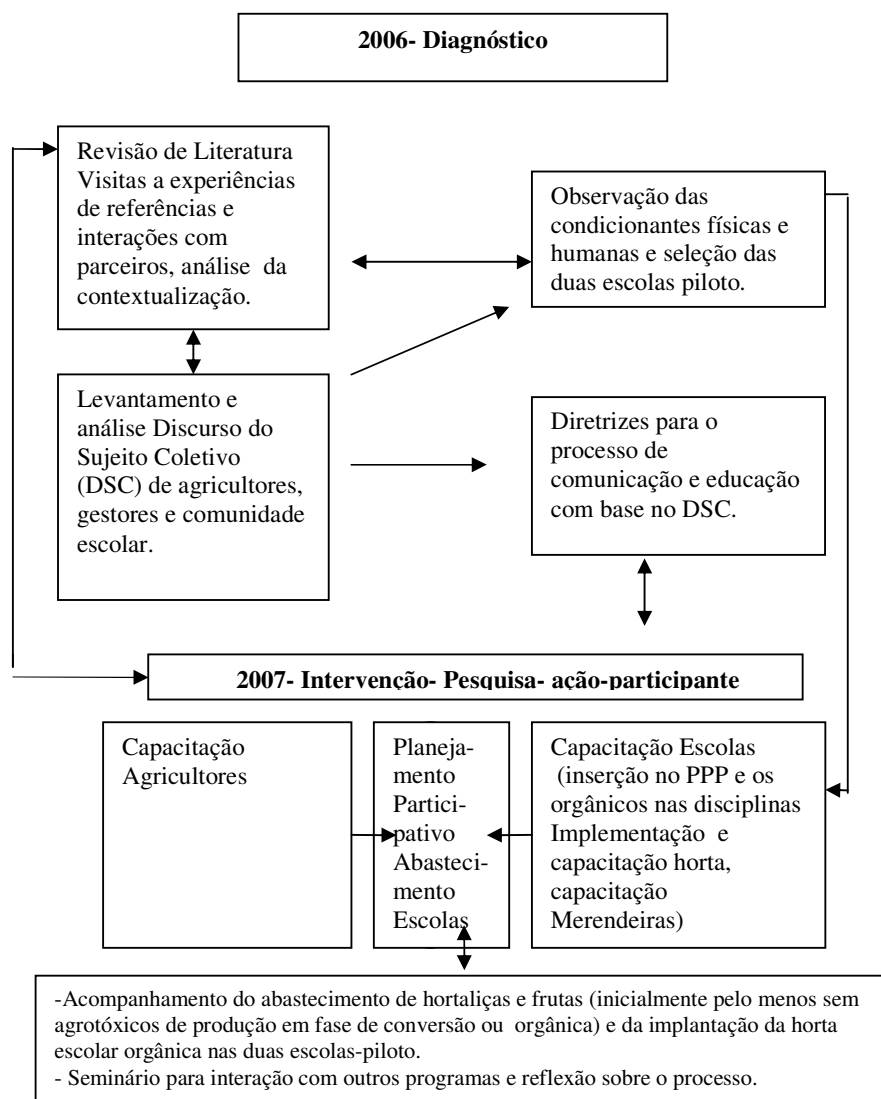
O projeto foi enquadrado no edital 51, de 2005, do CNPq, na linha de pesquisa que tinha entre seus focos, o desenvolvimento de metodologias para informação, comunicação e educação baseadas nas recomendações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004). Segundo o edital, o projeto deveria propor metodologias para intervenções visando a promoção da alimentação saudável, com ênfase no incentivo para o aumento do consumo de hortaliças e frutas, com prioridade no ambiente escolar.

O referido projeto propôs como ações uma avaliação de contexto para sua inserção; a pesquisa de representação social através da técnica de processamento de depoimentos do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003) com os atores envolvidos²¹: agricultores, comunidade escolar (diretores, professores, alunos e pais) e gestores de políticas públicas; e a intervenção através de um projeto piloto para se avaliar a possibilidade de abastecimento em duas escolas (uma estadual e outra municipal). Seguindo as orientações da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), tal estratégia do projeto propôs embasar sua metodologia de comunicação e educação nas seguintes atividades: capacitação de agricultores voltada para o estímulo à conversão para a **produção** no sistema orgânico, ou aprimoramento dos que já estejam em processo de

21 Essa pesquisa foi realizada pelo IPDSC - Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo e contou com a participação da autora desta dissertação.

conversão, e estímulo a alguns agricultores a participarem do projeto piloto de abastecimento de duas escolas; e de capacitação da comunidade escolar para possibilitar o **acesso** a hortaliças e frutas orgânicas, associado ao estímulo à **educação alimentar** inserida no Projeto Político Pedagógico da escola; formação de merendeiras, e estímulo à implementação de horta com cunho pedagógico e de **suplementação alimentar**.

Figura 4 - Ações do Projeto FSP-CNPq, 2006-2007



Vale ressaltar que a própria construção do projeto para o edital do CNPq no ano de 2005 partiu do reconhecimento da necessidade de interdisciplinaridade para a

construção de um processo de SAN, a partir da integração dos parceiros envolvidos. Inicialmente participaram a Faculdade de Saúde Pública, como coordenadora do referido projeto, e os parceiros Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (que a partir de 2006 é representada pela Casa da Agricultura Ecológica - CAE), Subprefeitura de Parelheiros e a Associação de Agricultura Orgânica, resultando em uma construção coletiva da proposta encaminhada para o CNPq. No início da implantação da pesquisa também obteve-se o apoio do Departamento de Suprimento Escolar e da Diretoria Sul 3, da Secretaria Estadual de Educação e da Coordenadoria de Educação Capela do Socorro da Secretaria Municipal de Educação e do Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão, para a realização da pesquisa de campo e o projeto piloto de intervenção.

Assim a proposta de investigação da potencialidade da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda tem sido construída através da identificação e articulação dos programas e ações governamentais existentes:

- De um lado a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, através da Casa da Agricultura Ecológica, em parceria com a Subprefeitura de Parelheiros, vem desenvolvendo estratégias para estimular a conversão de agricultores para o sistema orgânico de produção, vislumbrando a possibilidade da abertura do mercado institucional escolar para a compra da produção como um maior e efetivo estímulo nesse processo.

- De outro lado o Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria de Estado da Educação encarregado da Merenda Escolar e o Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão, interessados em estimular o aumento do consumo de hortaliças e frutas nas escolas, atendendo assim às recomendações do Ministério da Saúde e de diversas estratégias propostas no âmbito da Organização Mundial de Saúde (OMS). Sendo que, ao final de 2006 (primeiro ano do projeto), foi instituída Lei Municipal que criou o Programa de Merenda Escolar Ecológica, que veio reforçar ainda mais o interesse do Departamento de Gestão da Merenda Municipal na averiguação do potencial desse projeto piloto, conforme proposto pelo projeto da FSP-CNPq.

Nesse contexto de parcerias e apoios, a Faculdade de Saúde Pública, coordenadora geral do projeto, realizou o diagnóstico do contexto e da representação

social com base no Discurso do Sujeito Coletivo, cabendo à AAO- Associação de Agricultura Orgânica a implementação das capacitações dos agricultores e da comunidade escolar.

Sabe-se, contudo, que a ação do projeto FSP - CNPq tem suas limitações na pesquisa e intervenção de acordo com a proposta e, por esse motivo, pretende-se apenas iniciar um processo para que possa ser avaliado e, ser for de interesse, conduzido e implementado pelos órgãos públicos afins, em parceria com as instituições locais.

A participação da autora desta dissertação na equipe do projeto FSP-CNPq se deu pelo interesse em pesquisar a possibilidade de abastecimento e acesso a hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar.

A escolha do tema desta dissertação nasceu sob a influência que sua autora teve da formação em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, da prática de mais de 10 anos em educação ambiental, e dos estudos que desenvolveu na Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública, com foco na área de Promoção da Saúde, nos conceitos de Escola Promotora da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional e no potencial que o estudo das representações pode oferecer em processos de comunicação e educação em saúde pública. Aliado a estes estudos, procurou-se ampliar as reflexões e as indagações decorrentes da experiência da autora em Educação Ambiental com foco na Educação para o Consumo Responsável,²² realizada junto ao Instituto Kairós. Tal proposta pedagógica derivou do conceito de consumo sustentável construído pelo movimento ambientalista como resposta ao cenário de insustentabilidade socioambiental que culminou na Agenda 21 global²³. Ela parte do princípio de que o reconhecimento desta capacidade necessita de um processo de educação crítica e emancipatória (FREIRE, 1996), que propicie aos indivíduos o entendimento dos desafios que o atual processo civilizatório e cultural colocou para a humanidade, e contribuir para a busca de soluções individuais e interação na construção de soluções

²² O Consumo Responsável é um conceito em construção. Algumas reflexões sobre este tema foram apresentadas em uma publicação da qual a autora desta dissertação participou: “Entender para Intervir: por uma educação, para o consumo responsável e o comércio justo”. O livro que traz uma proposta do Instituto Kairós de definição do conceito de consumo responsável como sendo: “a capacidade de cada pessoa ou instituição, pública ou privada, escolher bens e serviços, de maneira ética, para melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do ambiente.”(BADUE, et al., 2005, p.21)

²³ Documento elaborado durante a II Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro (1992), conhecida como Eco 92.

coletivas para um modo de vida mais sustentável, com base nos princípios da educação em valores humanos universais. (BADUE et al., 2005)

Compreende-se que o processo de escolha responsável apresenta-se cada vez mais complexo, por depender de um constante balizamento entre buscar informação sobre cada produto e serviço; enxergar causas e conseqüências de cada hábito de consumo, avaliando o grau de necessidade para a saúde e para se minimizar impactos socioambientalmente negativos; o querer individual e coletivo e o poder. (BADUE, et al., 2005).

Nesse contexto, as indagações iniciais que surgiram e que se buscou considerar na construção desta dissertação, foram: Como estimular o indivíduo ao consumo responsável de um alimento saudável para si e para o ambiente sem que esse indivíduo possa ter acesso ao mesmo?; Seria possível, através da Merenda Escolar, induzir um processo de conscientização e vivência do Consumo Responsável de alimentos?

Com estas perguntas a autora desta dissertação esteve no Departamento de Suprimento Escolar, encarregado da gestão da merenda nas escolas públicas estaduais, e, em conversas com a coordenação de projetos e nutricionistas do referido departamento, concluiu que seria oportuno avaliar o potencial da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar, assim como já vem sendo experimentado nos estados de Santa Catarina e Paraná e em municípios como Jundiá (SP), Dois Irmãos (RS), Vitória (ES). Algumas dessas experiências foram objetos de investigação desta dissertação, no âmbito do projeto FSP-CNPq, para subsidiar a compreensão da natureza complexa desses tipos de programas.

Após a autora desta dissertação, ter participado, no ano de 2006, da “Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas: caso de São Paulo”²⁴ e da pesquisa que possibilitaria o embasamento para a implementação do projeto piloto FSP-CNPq, foi reavaliado o foco a ser dado nesta dissertação, que a princípio tinha como tema: “Merenda escolar orgânica: um estudo sobre as representações da comunidade escolar e de

²⁴ Este projeto foi promovido pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com apoio da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, sob a coordenação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e do IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible.

agricultores na região de Parelheiros, São Paulo”. Tal decisão partiu da compreensão da complexidade e abrangência do tema, o que fez a autora optar por delimitar como foco o estudo da contextualização e da representação social dos agricultores, para que se pudesse garantir maior profundidade nas análises.

Dessa forma, o presente estudo foi renomeado, passando a ter o título de: “Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo”.

As perguntas centrais que conduziram este estudo foram:

Quais as potencialidades da participação dos agricultores na oferta de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar da região de Parelheiros? Quais os desafios e oportunidades que os agricultores de Parelheiros teriam para se engajar no projeto de abastecimento de orgânicos nas escolas?

Tais questões subsidiaram a construção dos objetivos deste estudo apresentados a seguir.

Refletir sobre os contextos em que se inserem e sobre algumas motivações institucionais, bem como sobre as motivações dos públicos alvos que tais políticas visam atingir (CARVALHO, 2003), podem contribuir para a construção da prática de uma política pública de SAN. Nesse sentido, para CARVALHO e FRANCA (2005), seria buscar tornar a política pública em “ação pública”, conforme se investigará a seguir.

Sem ter a pretensão de esgotar tal investigação, e buscando identificar alguns elementos dessa hipótese, é que esta dissertação se apresenta.

3. OBJETIVOS

1. Identificar algumas potencialidades da participação dos agricultores da região de Parelheiros.
2. Identificar os desafios e oportunidades que os agricultores de Parelheiros teriam para se engajar no projeto de abastecimento de orgânicos nas escolas, através da sua representação social sobre:
 - 2.1. O conceito de agricultura orgânica.
 - 2.2. A opinião e interesse em participar de um projeto de abastecimento da merenda escolar com hortaliças e frutas orgânicas na região de Parelheiros.

4. METODOLOGIA

Diante da amplitude dos desafios apontados anteriormente, escolheu-se a pesquisa qualitativa, que segundo HAGUETTE (2001) busca enfatizar as especificidades de um dado fenômeno por suas origens e razão de existência. A pesquisa qualitativa é a mais adequada, tendo em vista que o tema a ser estudado é pouco explorado, abrangente e genérico (GIL, 1994; SILVERMAN, 2000). Segundo LIMA (2006), há uma carência de informações sobre gerenciamento e funcionamento da introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar. Ela constatou que grande parte dos estudos existentes foca mais o ponto de vista do agricultor e fornecedor dos alimentos do que da comunidade escolar enquanto consumidora. Contudo, no levantamento realizado para esta dissertação, identificou-se que os estudos encontrados na introdução de orgânicos tratam mais de avaliar os agricultores já envolvidos com a agricultura orgânica, ou em processo de conversão, e não aqueles que se pretende estimular para conversão do sistema convencional para o sistema orgânico, como é o caso do projeto FSP-CNPq, no qual essa dissertação se insere.

Outra vantagem do modelo de pesquisa qualitativa é que ele pode oferecer uma melhor compreensão dos fatos, por possibilitar uma visão geral acerca do objeto a ser estudado (GIL,1994).

Diante do desafio a que o presente estudo se propôs como parte do levantamento de um projeto de pesquisa e intervenção da FSP-CNPq que tem como uma de suas estratégias estimular que agricultores em um dado território, Parelheiros (São Paulo), pratiquem a agricultura orgânica e se interessem por abastecer a merenda escolar em um projeto-piloto, entendeu-se como importante o estudo da representação social desses agricultores, para se poder conhecer o que pensam sobre o tema e sobre a proposta do projeto. Assim, para melhor contextualizar a discussão dos resultados dessas representações, utilizaram-se duas estratégias: o conhecimento da temática a ser estudada (observação de outras experiências de inserção de alimentos orgânicos na merenda escolar e do sistema de abastecimento da merenda escolar em São Paulo, etc.); e o conhecimento do território (caracterização da região e do perfil de produção agrícola, identificação e alguns marcos legais, institucionais e ações que amparam a política de produção orgânica na região e a proposta de inserção de H e F orgânicas na escola, potencialidades de interação do projeto proposto pela FSP-CNPq com outros projetos na região, etc.). Assim, buscou-se realizar uma contextualização que, segundo MORIN (2007), se faz necessária, pois o “conhecimento de informações ou dados isolados não é suficiente”, devendo ser situados em seu contexto para que “adquiram sentido” (p.36-37), podendo dar um melhor suporte a projetos de intervenção.

Por se tratar de um levantamento de contexto e de representações sociais de um determinado grupo em dada localidade, as reflexões decorrentes deste estudo não pretendem ser generalizáveis, devendo-se sempre considerar os aspectos e condicionantes locais. (GIL,1994)

Destaca-se a seguir a importância do estudo de representações sociais e a estratégia que foi utilizada pelo presente estudo.

4.1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

O levantamento das concepções dos atores envolvidos teve como base a teoria das representações sociais. O psicólogo francês Sergue Moscovici foi quem primeiro esboçou, em 1961, essa teoria que se insere entre os campos de estudos da Psicologia Social. Para SÁ (1993), referindo-se a MOSCOVICI, a representação social compõe-se em uma área específica de conhecimento, tendo como função a formação de comportamentos e da comunicação entre indivíduos na vida cotidiana. GUARESCHI (1993) esclarece que a representação permite que cada um explique o mundo que o cerca, constituindo-se no sentido pessoal que cada um atribui aos significados produzidos socialmente.

SPINK (1993) coloca que entre as funções das representações sociais está a de se familiarizar com a novidade, que segundo ele deve ser entendida como um novo conhecimento em que se pressupõe a ocorrência de dois processos: a ancoragem, quando o que é desconhecido se ancora em representações já existentes; e a objetivação, que resulta em um processo em que noções abstratas transformam-se em algo concreto.

LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003, p.33) apontam que “o objetivo de uma pesquisa de representação social é o resgate do imaginário social sobre um dado tema”.

No âmbito da teoria das representações sociais, tal estudo foi feito através da técnica (com fundamentos teóricos) do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) desenvolvida por LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003), usada para coletar dados, organizar e descrever os sentidos dos depoimentos dos diferentes segmentos analisados.

Segundo LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003) o “DSC é um procedimento metodológico, próprio de pesquisas sociais empíricas, que consiste numa forma qualitativa de representar o pensamento de uma coletividade”.

A proposta do DSC permite, segundo LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003), “o resgate da fala dos entrevistados e se apresenta como um instrumento valioso para efetuar mudanças nesse tipo de comunicação, já que resgata o senso comum como

um saber que é verdadeiro e correto, que busca o plausível e o prático, apoiando-se em vivências e não em fundamentações racionalistas”.

O Discurso do Sujeito Coletivo ou DSC, para LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003), “busca superar os impasses das pesquisas tradicionais de representação social, recuperando, na escala coletiva, a natureza discursiva e argumentativa do pensamento”.

Uma pesquisa típica que usa o DSC, segundo LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003), “é uma pesquisa de opinião sobre um dado tema, dividida em questões abertas a serem respondidas por uma dada amostra de população; cada uma destas questões gera um número variado de diferentes posicionamentos, ou seja, de distintos DSCs”.

Portanto, pretendeu-se com o estudo das representações, através da escolha do Discurso do Sujeito Coletivo, a criação de subsídios para se conhecer o pensamento, ou o senso-comum, resgatando a própria fala da população a ser envolvida no programa pretendido, no caso deste estudo os agricultores, e a opinião dos mesmos sobre o tema envolvido.

Outro aspecto que se buscou suprir com o DSC foi uma carência como é apontada por LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004, p. 54) “que decorre de um conflito entre a lógica sanitária, que preside os sentidos dominantes no campo sanitário e a lógica do senso comum ou da população, que preside os sentidos dominantes no universo do senso comum”, conforme apontado anteriormente. Tal conflito tem dificultado um diálogo entre as partes envolvidas numa política pública, o que, segundo LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004), privilegia um tipo de comunicação autoritária, assimétrica e uma educação bancária (FREIRE, 1972) por parte das instituições sanitárias. Assim, por intermédio do DSC acredita-se poder melhor subsidiar processos de comunicação e formação dialógica adotados em formação em agroecologia, que como abordado anteriormente busca a interação do saber técnico com o saber popular.

Para estruturar a análise do conteúdo temático optou-se pela utilização do software Qualiquantsoft que implementa o Discurso do Sujeito Coletivo.

Resgatar o sentido das opiniões coletivas através da técnica do DSC é um processo complexo, pois para seus autores, desemboca num ou num conjunto de

discursos subdivididos em vários momentos. Para que se produzam os DSCs são necessárias as seguintes operações metodológicas (LEFÈVRE e LEFÈVRE et al., 2007):

Expressões Chave (ECH) “são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que devem ser sublinhadas, iluminadas, coloridas pelo pesquisador, e que revelam a essência do depoimento ou, mais precisamente, do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento (que em geral, correspondem às questões da pesquisa)(...) É como a matéria - prima das expressões-chave que se constroem os DSCs” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p 17).

Idéias Centrais/Categorias (ICs) são descrições sintéticas que “podem ser resgatadas através de descrições diretas do sentido do depoimento, revelando o que foi dito ou através de descrições indiretas ou mediatas, que revelam o tema do depoimento ou sobre o que o sujeito enunciatador está falando” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p 17). Para os autores, em cada resposta dos indivíduos pesquisados pode-se ter uma ou mais idéias centrais. Da mesma forma, também apenas um indivíduo pode apresentar apenas uma idéia central.

Ancoragens (ACs) - “Algumas ECH remetem não a uma IC correspondente, mas a uma figura metodológica que, sob a inspiração da teoria da representação social, denomina-se ancoragem (AC) que é a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o discurso professa e que na qualidade de afirmações genéricas, está sendo usado pelo enunciatador para enquadrar uma situação específica” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p 17).

Dessas análises resultam o **Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)**, que é “um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECHs que tem a mesma IC ou AC” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p 18).

Segundo LEFÈVRE e LEFÈVRE (2003), uma vez constituídos o DSCs, a partir de questões abertas de avaliação qualitativa, as variáveis levantadas passam “a permitir e até requerer tratamento quantitativo” (p.34), sendo possíveis de serem analisadas através do conceito de intensidade. Dessa forma é possível, segundo os autores, saber quais os DSCs são dominantes e qual o “grau de presença ou penetração” dos DSCs, ou seja, a amplitude dos mesmos.

4.1.1. Coleta de dados

A coleta de dados para a investigação através do DSC ocorreu por meio da entrevista semi-estruturada, que segundo GIL (1994) e HAGUETTE (2001) é uma técnica recomendada para pesquisa qualitativa.

Buscando conhecer melhor a temática e o território o presente estudo utilizou técnicas distintas e complementares de coleta de dados de forma a otimizar o potencial de cada procedimento adotado nas visitas às experiências e na identificação do contexto local (de Parelheiros) em que a proposta se insere. As técnicas utilizadas foram: revisão bibliográfica; análise documental; observação simples e direta associadas a conversas informais, em situações distintas. Tais técnicas são recomendadas em pesquisas qualitativas que visam abordar realidades pouco conhecidas pela pesquisadora, e mesmo oferecer visão aproximada do problema pesquisado. (GIL, 1994) Quanto às visitas às experiências de referência foram realizadas em quatro localidades, identificadas na revisão da literatura como sendo referências em inserção de alimentos orgânicos na merenda escolar: os municípios de Florianópolis e Santa Rosa de Lima (SC), Jundiá (SP) e Dois Irmãos (RS). O levantamento de experiências de referência em inserção de alimentos orgânicos na merenda escolar, realizado em abril de 2006, serviu para ampliar o conhecimento sobre o assunto e subsidiar, como referencial, a análise de contexto local e do potencial de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar em São Paulo, bem como subsidiar a discussão da representação dos agricultores sobre o tema. A partir da seleção dos locais que seriam visitados, identificou-se quais seriam as pessoas-chave de cada programa nos Departamentos de Merenda das referidas localidades visitadas e através de contato telefônico e por e-mail foram agendadas as visitas.

Durante as conversas com parceiros do projeto, representantes de instituições que atuam na região, e nas visitas às experiências de referência de inserção de orgânicos na merenda escolar optou-se por adotar também o tipo de entrevista informal com “informantes-chaves”: especialistas no tema em estudo, lideranças ou personalidades destacadas (GIL, 1994, p.116).

Da mesma forma realizaram-se visitas e conversas com parceiros do projeto para melhor conhecer a realidade e o contexto do estudo junto ao Departamento de

Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão, o Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria de Estado da Educação encarregado da Merenda Escolar, Casa da Agricultura Ecológica, Subprefeitura de Parelheiros, escolas envolvidas no projeto-piloto da FSP-CNPq, Associação de Agricultura Orgânica - AAO, e instituições que desenvolvem projetos na região de Parelheiros.

4.1.2. Universo da pesquisa

A Região de Parelheiros, na Zona Sul, foi escolhida para este estudo por ser a principal área agrícola do município de São Paulo que integra o “cinturão verde” e que está inserida em áreas de proteção ambiental e de manancial. Lá se produz boa parte das hortaliças que abastecem a cidade, sendo, portanto, a região em que se localiza a maior parte dos agricultores familiares do município. Conforme anteriormente citado, há interesse da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Casa da Agricultura Ecológica e da Subprefeitura de Parelheiros de estimular a prática da agricultura orgânica na região.

Diante da avaliação da potencialidade do envolvimento dos agricultores da região no abastecimento de H e F orgânicos na merenda escolar, com estímulo à conversão dos mesmos para o sistema orgânico de produção, é que se fez necessário o estudo das representações sociais, reconhecendo-se as especificidades locais para se indicar alguns caminhos para a melhor interação com os agricultores.

4.1.3. Sujeito da Pesquisa

Foram entrevistados agricultores de hortaliças e frutas (H e F) da região de Parelheiros. A amostra foi composta tendo como base a distribuição geográfica de suas propriedades. Desta forma, foram escolhidos agricultores das diversas regiões de Parelheiros. Por se tratar de pesquisa qualitativa, em que a seleção da amostra, segundo MINAYO (2002, p. 80), “não se baseia em critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim na abrangência da totalidade do problema investigado, com sua múltiplas dimensões”, considerou-se o total de 30 entrevistados

(da amostra) como ideal em termos do número de agricultores a participar da etapa de capacitação, prevista na segunda fase de intervenção do Projeto FSP-CNPq.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores por uma entrevistadora previamente treinada. A forma de abordagem e as entrevistas seguiram um roteiro anteriormente pré-testado (anexo 2). Após a apresentação dos objetivos da pesquisa, a entrevistadora mostrou a cada sujeito o Termo de Consentimento Informado (anexo 3). Somente após a assinatura do termo é que as entrevistas foram realizadas. Estas foram gravadas em fita cassete e posteriormente transcritas.

Para a aplicação das entrevistas junto aos agricultores, houve o apoio da Subprefeitura de Parelheiros, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e da Casa de Agricultura Ecológica. A presente pesquisa, por ser integrante do projeto FSP-CNPq contou com o apoio de transporte da Subprefeitura de Parelheiros e da Faculdade de Saúde Pública, tendo em vista a dificuldade de acesso da entrevistadora, uma vez que se trata de propriedades agrícolas que, mesmo situadas na região urbana e periurbana, tem sua localização geográfica difícil e dispersa.

4.1.4. Instrumento de pesquisa (vide anexo 2)

O formulário de perguntas dividiu-se em:

- 1- Caracterização da Propriedade (endereço e proximidade com a escola pública);
- 2- Perfil do Entrevistado (sexo, escolaridade, idade, se ouve alguma rádio e a rádio local comunitária);
- 3- Produção (sistema de produção adotado, tipos de alimentos produzidos e volume de produção);
- 4- Se participou de cooperativas e de associações;
- 5- Se abastece alguma escola pública;
- 6- Se possui nota de produtor/nota fiscal;
- 7-Questões abertas semi-estruturadas para avaliação do DSC. As questões colocadas pretenderam apurar os aspectos cognitivo, afetivo e comportamental dos sentidos atribuídos à agricultura orgânica, à opinião sobre agricultores familiares abastecerem com H e F orgânicas as escolas da região, e ao eventual interesse dos entrevistados em participar desta proposta. (GIL, 1994)

Os dados levantados foram analisados na perspectivas de verificar a sinergia dos mesmos em relação aos objetivos estabelecidos na pesquisa.

Procurou-se nos roteiros de entrevistas aplicadas com os agricultores minimizar algumas possíveis deformações de respostas decorrentes de entrevistas conforme alerta GIL (1994), evitando “questionários iniciado por perguntas que trazem o risco de provocar respostas de fachadas” (p.126). Houve uma articulação de respostas de modo a verificar a autenticidade de uma resposta a partir da outra; também foram feitas perguntas personalizadas diretas.

4.1.5. Pré-teste do roteiro das entrevistas

O roteiro das entrevistas dos agricultores foi testado com 3 agricultores que atuam em feiras, sendo dois deles agricultores que vendem na feira semanal da AAO- Associação de Agricultura Orgânica, em São Paulo, e com agricultor do sistema convencional de produção. Nesse contexto, o pré-teste buscou uma validação e ajuste das perguntas de modo a garantir uma maior qualidade e eficiência do roteiro de perguntas a ser utilizado durante as entrevistas.

4.1.6. Questões éticas

Para o desenvolvimento da pesquisa foram considerados, em todas as suas etapas, os princípios éticos fundamentais que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96 e outras do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.

A presente pesquisa não apresentou riscos para os sujeitos envolvidos, pois se tratou de uma investigação por meio de entrevista individual, não obrigatória, que garantiu o anonimato do (a) entrevistado (a), que podia suspendê-la ou encerrá-la a qualquer momento durante a sua aplicação, caso assim desejasse, conforme declarado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide anexo 3).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1.CONTEXTUALIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DA REGIÃO DE PARELHEIROS²⁵ E DO SISTEMA PÚBLICO DE COMPRA E ABASTECIMENTO DE HORTALIÇAS E FRUTAS NAS ESCOLAS

Em uma contextualização devem-se analisar os vetores que propiciam alteração ambiental e por ela se influenciam, pois é a interação de todas essas forças em caráter simultâneo que potencializam os impactos gerados no meio ambiente, segundo SERRANO (2007). Os vetores abordados a seguir são demográficos, econômicos, sócio-políticos, tecnológicos, culturais e religiosos.

A região de Parelheiros está sofrendo o constante processo de ocupação desordenada das áreas de proteção de mananciais, associada a uma prática de agricultura com o uso de produtos químicos, representando assim uma grande ameaça para o abastecimento de água da cidade de São Paulo e propiciando o aumento da geração de lixo e poluição, entre tantos outros impactos que afetam a saúde e a qualidade de vida da população.

Localizada no extremo sul da capital da Zona Sul do município de São Paulo, onde o presente estudo se desenvolveu, a região situa-se na área administrativa da Subprefeitura de Parelheiros (que inclui os distritos de Parelheiros e Marsilac, e foi instituída em 2002). Numa área de 350km², detém cerca de 25% dos 1.507 km² de São Paulo, ou seja ¼ do território do município.

A região possui muitas nascentes de água, que alimentam as represas Billings e Guarapiranga, responsáveis por quase 30% de todo abastecimento da região metropolitana. Segundo a CETESB, 53% da água que abastece a região metropolitana está em condições “péssimas ou ruins”, e são provenientes da Guarapiranga, Billings, Alto Tietê, e de mais oito reservatórios da região. A área de Parelheiros ainda é a mais preservada do município, com remanescente de Mata Atlântica (62,4%) e um dos poucos focos ainda preservados no estado, abrangendo

²⁵ Este item de Contextualização teve como fonte geral de consulta o Portal sobre a Região na Internet: “Parelheiros - O Patrimônio ambiental de São Paulo - Portal das Águas, da Prefeitura de São Paulo” (www.parelheiros.info) e informações coletadas junto à Diretoria da Casa da Agricultura Ecológica em maio de 2007.

parte do Parque Estadual da Serra do Mar. Na região estão instituídas duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Capivari-Monos e Bororé-Colônia, que ocupam quase todo o território de Parelheiros. A área de reflorestamento é de cerca de 4% (pinos, eucalipto).

Na região existem duas aldeias da etnia guarani dentro da APA Capivari-Monos, a Krucutu e a Tenondê Porá, com cerca de mil habitantes. Há concentração de descendentes e imigrantes europeus que vieram para o estabelecimento de uma colônia agrícola, formando o “cinturão caipira” (desde 1828). A chegada principalmente de japoneses (desde a década de 1920), que vieram para explorar a agricultura, também ajudou no desenvolvimento da região, compondo o “cinturão verde”, com a experiência da agricultura urbana praticada no Japão. Atualmente, outros migrantes, sobretudo nacionais, instalam-se de forma precária na região (arrendamento). Segundo CARVALHO et al. (2005), eles chegaram à região “despossuídos de capital financeiro e conhecimento tecnológico” e entraram na atividade agrícola por falta de opção. O estudo Negowat aponta que “a crescente redução da lucratividade da atividade hortícola tem levado ao abandono da atividade pelos sucessores das famílias de origem japonesa e a uma crescente importância de arrendatários migrantes, em especial do sul. Esses novos produtores têm objetivo de capitalização sem uma visão de permanência na região e de seus sucessores na atividade” (CARVALHO et al., 2005, p.17). Segundo os esses autores, juntamente com os capitalizados (patronais) que utilizam mais intensamente insumos químicos, esses produtores apresentam os maiores riscos para a degradação ambiental.

Além da agricultura, o histórico da ocupação da região no século passado, tem influência do turismo, que foi possível pela construção das represas Guarapiranga (1906 a 1912) e Billings (1927) e que resultou em especulação imobiliária. Daí o surgimento de sítios e chácaras, ou “residências secundárias”, clubes, e outras atividades recreativas, fenômeno que ocorreu a partir dos anos 1920, decorrente do processo de industrialização das regiões centrais de São Paulo, e que em 1929 foi impulsionado pela construção da auto-estrada Washington Luis (1928) e da Avenida Interlagos (FRANCA et al., 2005, p.3-4).

Contudo, devido ao crescimento da cidade e a expulsão crescente da população do centro urbano, esta região tem apresentado uma alta taxa de

crescimento populacional. Em 15 anos registrou-se um aumento de cerca de 120% na sua população, que saltou de 61.586 habitantes (censo de 1991) para 111.240 habitantes (censo de 2000). Atualmente, a Fundação SEADE estima em 136 mil pessoas morando na região. Existem diversos loteamentos irregulares, com invasões de áreas públicas e privadas, e 55 favelas com cerca de 15 mil pessoas (SHDU-SP,2000). Há uma proporção próxima entre o número de homens e mulheres na região. O rendimento médio mensal da maior parte dos chefes de família é da ordem de pouco mais que um salário mínimo. Cerca da metade da população teve somente de 1 a 5 anos de estudo.²⁶

Parelheiros possui um grande contingente de desempregados, segundo o Dieese/Seade. O crescimento populacional não tem sido acompanhado pelo aumento dos postos de trabalho e renda, o que tem contribuído para que a região apresente o menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município e uma população predominantemente de baixa renda (61,12% com até 5 salários mínimos e 22,74% sem rendimento).

O adensamento populacional tem afetado a produção agrícola, pois também gera poluição das águas, e o aumento da criminalidade, que tem desestimulado a produção na região. A região registra o dobro da taxa de analfabetismo do restante do município (9,63%).

Na área da saúde, a região possui 6 unidades básicas de Saúde e nenhum hospital. As 5 principais causas de óbito são, em ordem decrescente, homicídios, doenças isquêmicas, coração, doenças cérebro-vasculares, pneumonias e bronquite, enfisema e asma. As Secretarias de Saúde e Educação municipais iniciaram em parceria com a Faculdade de Medicina da UNISA - Universidade Santo Amaro o Projeto Saúde na Escola que objetiva formar representantes de saúde escolar como articuladores entre a educação e a saúde escolar.

²⁶ Fontes dessas informações: Além das fontes citadas no texto esta caracterização foi feita através de informações obtidas junto à Casa da Agricultura Ecológica - CAE (jun. 2007) e de consulta do site Parelheiros : Portal das Águas, que cita como fontes de consulta: Sumário de dados da região divulgado pela prefeitura de São Paulo com base nos dados do Censo do IBGE (2001), Dieese/Seade, PRO-AIM/Secretaria Municipal de Saúde/PMSP 2003. Disponível em: <http://parelheirosportaldasaguas.blogspot.com/http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/sppa> Acesso em: 5 mar 2007.

Em Parelheiros não há equipamento de cultura da prefeitura, como teatro, museu, biblioteca ou centro cultural, e na área de esportes os equipamentos municipais são apenas dois clubes desportivos municipais.

A região tem ainda cerca de 400 km de estradas de terra. Mas prevê-se que o fluxo populacional poderá ser incrementado ainda mais com a passagem do Rodoanel Sul, previsto para cortar a região. Essa obra inclui no acordo de compensação ambiental com a Dersa a implementação da Estrada Parque e de 4 Parques Naturais, sendo a maior parte deles em Parelheiros.

Portanto, segundo especialistas há necessidade de congelamento da ocupação e consolidação das ações de proteção do patrimônio ambiental e do “cinturão verde”, e as formas de ocupação vistas como limitadoras desse crescimento desordenado seriam projetos que busquem preservar a reserva de Mata Atlântica mediante “crédito de carbono” e produção florestal; produção de água para a região metropolitana; uso sustentável de bens e serviços dos ecossistemas; equipamentos verdes de serviço para gerar trabalho e renda, como ecovilas, sítios de lazer, clubes (de pesca e recreativos), condomínios de alto padrão, áreas de lazer e recreação rural pedagógica, haras, áreas de eventos, e equipamentos de ecoturismo esportivo, receptivo, educacional, rural e cultural (FRANCA et al., 2005; SERRANO, 2007). A Prefeitura aponta que a região oferece um potencial inexplorado de esportes aquáticos e de vela, canoagem, cachoeiras, trilhas ainda inexploradas, etc. Localiza-se na região o Clube de Golfe Guarapiranga, campos de basebol, SPAs, acampamentos juvenis, etc. (vide mapas anexo 1)

Há também o turismo religioso. A Igreja Messiânica, de origem nipônica, tem seu maior templo fora do Japão na Guarapiranga, o Solo Sagrado, inaugurado em 1995, que recebe visita mensal de cerca de 30 mil pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo. Há também o patrimônio cultural e espiritual das tribos indígenas, centros de retiro e mosteiros da Igreja Católica, centros de umbanda, da cultura afro-brasileira, Centro Paulus da Artemísia (Antroposofia).

Como se denota, a agricultura na região é vista como uma estratégia para evitar o adensamento populacional, que por sua vez poderia trazer impactos negativos nessa região em grande parte inserida em APA - Área de Proteção Ambiental. Contudo, sabe-se que o sistema de produção convencional que prevalece

na região, conforme se aborda a seguir, contribui enormemente para a poluição na região. Diante disso, a Subprefeitura de Parelheiros e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, através da Casa da Agricultura Ecológica, realizaram um levantamento para se conhecer o perfil da produção agrícola na região. Alguns dados desse estudo e dos levantamentos do projeto Negowat são apresentados a seguir.

5.1.1. Perfil da produção agrícola da região

A região de Parelheiros possui uma forte vocação agrícola. Grande produtora de hortaliças e plantas ornamentais, é a principal área agrícola do município de São Paulo e faz parte do “cinturão verde” da cidade, concentrando um número expressivo de famílias de agricultores, com forte presença de japoneses e seus descendentes.

Os estabelecimentos agropecuários locais têm em média 3,3 hectares. Há uma carência de dados sobre a dimensão da produção agrícola na região. Uma pesquisa realizada nas regiões de Parelheiros e Capela do Socorro indicou que as áreas de propriedade rurais caíram de 2,6 mil hectares, em 1992, para 1.217 hectares em 2002 (O Estado de S. Paulo, 2005). Em revisão da literatura, encontrou-se referências a levantamentos baseados nos dados do Censo Agropecuário para 1975, 1985 e 1995, no Levantamento por Unidade de Produção Agropecuária - LUPA (1995-96) e nas estimativas feitas pelo estudo do CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal (1995-96). Mas, segundo informações obtidas na CAE (2007)²⁷ e na Subprefeitura de Parelheiros, estima-se que atualmente a área ocupada com agricultura somente em Parelheiros seja de 1.031,16 hectares.

A CAE (2007) também estima que a região conta com quase 300 produtores agrícolas, o que possibilitaria uma rede de feiras de bairro como espaço para desenvolver a economia local. Além de área agrícola, pecuária e silvicultura, a região possui recursos minerais como caulim, areia e cerâmica.

²⁷ A citação CAE (2007) se refere à informações obtidas pela autora desta dissertação, junto à Casa da Agricultura Ecológica em jun. 2007. Esta instituição municipal está sediada na Subprefeitura de Parelheiros e está vinculada à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sendo responsável pela implementação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo.

O Diagnóstico da Agricultura Local²⁸, realizado em 2006 pela Casa da Agricultura Ecológica (CAE), Subprefeitura de Parelheiros e SVMA - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente com 107 agricultores da região dos distritos de Parelheiros e Marsilac, detectou que 92% dos produtores de hortaliças e frutas e de ornamentais se auto-declararam no sistema convencional de produção e 8% no sistema orgânico de produção. Ressalva-se que esse levantamento foi feito a partir do ponto de vista dos produtores, e não houve uma averiguação dos dados auto-declarados sobre as práticas pelo sistema orgânico de produção (CAE et al., 2006). O fato de a região de Parelheiros estar inserida quase que inteiramente em duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e em área de proteção de mananciais torna ainda mais importantes os esforços para a conversão do grande contingente de agricultores que atuam no sistema convencional.

Também segundo esse levantamento, 69% da produção local é de hortaliças e frutas e 29% de ornamentais, sendo que 2% dos entrevistados disseram ter deixado a atividade. Com relação ao nível de mecanização, 67% das propriedades possuem trator próprio e 45,8% possuem tobatas ou micro-tratores próprios, e ainda 75,7% das propriedades possuem equipamento de irrigação por aspersão. Há uma diversidade de produção de hortaliças sendo indicadas 27 diferentes culturas.²⁹ O alface, o repolho e a couve são os produtos mais produzidos na região. A produção de cereais e leguminosas (milho e feijão) e frutas (banana, caqui e amora) é ainda muito restrita. Outros produtos também são produzidos: eucalipto, shitake, alecrim, nativas, manjerição, louro, gengibre, orégano. Na produção apontada como sendo orgânica tem-se na região: caqui, chuchu, shitake, banana, alface, brócolis, repolho, bambu e árvores nativas. Na percepção dos agricultores sobre o nível de produtividade, destaca-se que 46,72% dos entrevistados apontaram que a produtividade de suas plantações é regular. Somente 13,08% dos entrevistados disseram que sua produção

²⁸ A Citação CAE et al, 2006 - Refere-se à Diagnose e atualização do cadastro dos produtores da Zona Sul, 2006: Segundo a pesquisa com 107 agricultores, realizada em Parelheiros pela CAE - Casa da Agricultura Ecológica - José Umberto Macedo Siqueira, Subprefeitura de Parelheiros e SVMA - Prefeitura do Município de São Paulo. Levantamento realizado nos bairros de Parelheiros, Divisa, Marsilac, Colônia, Jaceguava, Paiol, Embúra, Jd. Alvi Verde, Barragem, Colônia Paulista, Chac. St. Amaro, Sta. Terezinha, Cipó do Meio, Bororé, Capela do Socorro, Casa grande, Jd.Eucaliptos, Progresso, Jd.SBernardo.

²⁹ Produtos que foram apontados: Alface, Couve, Rúcula, Repolho, Brócolis, Couve Flor, Almeirão, Agrião, Salsinha, Coentro, Acelga, Escarola, Catalônia, Chicória, Chuchu, Pimentão, Berinjela, Nabo, Tomate, Beterraba, Pimenta, Jiló, Abobrinha, Quiabo, Abóbora, Mandioca, Batata.

aumentou no período em relação aos anos anteriores, enquanto que para 24,29% a produção reduziu e para o restante se manteve igual. (CAE et al., 2006)

Em relação aos pontos de comercialização, essa mesma pesquisa identificou como principais mercados de escoamento da produção familiar da região o CEAGESP (42,99%), seguido de feiras livres (a região de Parelheiros possui apenas 6 feiras livres), com 28,03%. A venda para intermediários representa 26,16%, e para outros mercados (supermercados, “sacolão”, doação, feira de exposição, mercadinho local, entrega direta em domicílio, lojas especializadas) é de 14,01%. Segundo o estudo Negowat, a venda no “varejo local é a que predomina entre os produtores com menores áreas de produção” com produção diversificada, e a monocultura (quer seja de pequena ou grande escala) está mais voltada para a venda ao CEAGESP (CARVALHO et al., 2005, p.8-9).

Em relação ao meio ambiente, 87,85% das propriedades possuem mata nativa, numa área aproximada de 221,12 hectares, e 69% possuem nascentes. Existem 132 nascentes em 74 propriedades dos participantes da pesquisa. (CAE et al., 2006)

As diversas práticas de manejo de solo (características do sistema de produção orgânica) são pouco adotadas na região. Entre os entrevistados, 21,49% fazem curva de nível, 10,28% fazem rotação de culturas, 4,67% fazem terraceamento e apenas 1 produtor entrevistado faz cobertura de solo. Na parte de saneamento, há tanto o uso de fossa séptica (51,40%), quanto de fossa negra (48,59%), sendo que as propriedades visitadas não são atendidas pela rede de esgoto. Quanto às práticas de destino do lixo, 9,34% enterram o lixo, 40,18% queimam e 62,61% encaminham para a coleta municipal (algumas propriedades apontaram utilizar mais de uma modalidade). (CAE et al., 2006)

Quanto ao fornecimento de água às propriedades para o uso doméstico, 92% vêm de poço, 6,5% vêm de nascentes e 1 proprietário apontou usar água do rio. Já na irrigação o maior uso é de água do rio, com 64,4%, e depois de nascentes (36,44%)(CAE et al., 2006).

Segundo os dados do projeto Negowat, foi apontado na pesquisa com os agricultores que nessa região “a principal questão é a necessidade de aprofundar poços e limpar tanques para continuar a obter água de irrigação. A insuficiência é

sentida pela necessidade de obras impossibilitadas pela fiscalização.” (CARVALHO et al.,2005, p.14)

A grande maioria dos entrevistados (87,8%) disse ter conhecimento das leis ambientais. E também 84,1% não têm acesso a linhas de créditos (financiamento). Com relação à mão-de-obra verificou-se na mesma pesquisa (CAE et al.,2006) que prevalece o uso de mão-de-obra familiar em 72,9% das propriedades ocupando cerca de 249 pessoas. O uso de mão-de-obra com contrato fixo ocorre em 22,42% das propriedades, ocupando 185 pessoas, e o uso de mão-de-obra por contrato temporário ocorre em 14% das propriedades, ocupando 33 pessoas nessas condições. Analisando-se a renda média mensal bruta em relação à renda média líquida *per capita* mensal, observa-se que os entrevistados pela CAE et al. (2006), apontaram que as propriedades que empregam mão-de-obra com contrato fixo têm uma renda média bruta de R\$ 17.750,00 e de renda líquida *per capita* retiram R\$ 2.276,75. O grupo que emprega mão-de-obra temporária tem um rendimento mensal bruto de R\$ 1.386,66 e uma renda líquida de R\$ 630,30 *per capita*. A renda média mensal bruta da agricultura que utiliza apenas mão-de-obra familiar na região é de R\$ 1.117,33 e a renda média líquida *per capita* desse grupo é de R\$ 353,58, a menor renda líquida entre os entrevistados. (CAE et al.,2006)

Dos entrevistados, 70,09% não recebem benefícios de programas sociais e 16,8% recebem aposentadoria. Três entrevistados apontaram ser beneficiários do Bolsa Família e 1 entrevistado recebe o Vale Leite. Sobre a participação em associações, a maioria dos entrevistados (57%) participa do Sindicato Rural, 7,47% participam de outras associações e um número expressivo não participa de nenhuma associação (38,31%). (CAE et al.,2006)

Com relação à posse de terras, a maioria dos entrevistados está em propriedades regulares. Desses, 88,78% pagam ITR, 73,83% têm matrícula do INCRA, 85% têm registro de propriedade e 61% emitem Nota de Produtor, sendo ainda expressivo, portanto, o número de produtores que não possuem nota de produtor (39%). No escoamento da produção prevalece o uso de veículo próprio (62%), mais do que através de frete (35%), sendo que 84,11% dos entrevistados possuem carro. Quanto ao uso de equipamentos domésticos, os mais apontados

foram, em ordem decrescente de indicação, TV, geladeira, máquina de lavar, vídeo, DVD, computador. (CAE et al.,2006)

Entre os principais desafios para a atividade agrícola na Zona Sul, os 107 agricultores entrevistados pela pesquisa CAE et al.(2006) apontaram a necessidade de apoios governamentais em diversos níveis: falta de assistência técnica, falta de segurança e violência rural, impostos altos, energia elétrica cara, estradas mal conservadas, falta de pontos de vendas. As demais questões são ligadas ao sistema de produção adotado e à rentabilidade: preço baixo, existência de intermediário à venda, custo alto de produção, preço do CEAGESP não confiável, controle de pragas, corte clandestino de árvores, insumos caros. As mudanças no clima também foram apontadas como um entrave. (CAE et al., 2006)

Em relação às sugestões para viabilizar a atividade agrícola na zona Sul os entrevistados na mesma pesquisa apontaram a necessidade de apoios diversos: assistência técnica, feira de produtor, fiscal de preço no CEAGESP, ronda rural, central de distribuição, entreposto do produtor, fundos de investimentos, cursos e palestras, barateamento de diesel, garantia de preços, barateamento de insumos. Quanto ao sistema de produção e rentabilidade, apontou-se como sugestão a venda direta aos supermercados e barateamento custos. (CAE et al., 2006) Observa-se aqui que não há citação da possibilidade de venda para a merenda escolar como uma opção de mercado.

Os técnicos da prefeitura que realizaram a pesquisa apontaram, entre outras questões, a necessidade de se disseminarem práticas de manejo e uso do solo e de se obterem mais informações sobre o Pronaf para repassar aos produtores locais. Também identificou-se que a principal loja de insumos químicos agrícolas da região, vem atuando na assistência técnica aos seus clientes, fazendo o papel que cabia à Cooperativa Agrícola de Cotia quanto à orientação técnica (CAE et al.,2006).

Segundo CARVALHO et al. (2005), a história da estruturação e do empreendedorismo da agricultura familiar na produção de hortaliças na região está fortemente ligada à “formação, expansão e falência” da Cooperativa Agrícola de Cotia (que tinha o nome o município sede da cooperativa, com parte do território na bacia da Guarapiranga). Essa cooperativa surgiu em 1927 e foi dissolvida, entrando em liquidação extrajudicial, por decisão de seus cooperados, em setembro de 1994.

CARVALHO et al. (2005) apontam que a cooperativa oferecia apoio técnico e financeiro e insumos aos cooperados, e organizava a comercialização. No contexto do levantamento do projeto Negowat, os pesquisadores também ouviram de uma liderança agrícola local, filho de um dos ex-fundadores da Cooperativa de Cotia, que a falência da instituição se deveu, em parte, ao fornecimento de crédito sem uma prévia análise da viabilidade econômica de investimentos, que nem sempre eram feitos na região.

O mesmo estudo Negowat apontou também que a comunidade de origem japonesa, que ainda mantém uma significativa participação na agricultura familiar da região, costuma morar na propriedade em que produz e, em especial os mais velhos, ainda costumam freqüentar o Clube Kaikan. Contudo, o estudo apontou que são frágeis os espaços de interações sociais, em especial para os agricultores mais jovens (CARVALHO e FRANCA, 2005).

Observou-se na região que, apesar de sua vocação para a agricultura, não há ainda uma escola técnica de formação nessa área.

Portanto, para se analisar diante desse quadro a potencialidade da participação dos agricultores da região na proposta de inserção de orgânicos nas escolas da região sob o enfoque da produção é preciso identificar: 1º alguns marcos legais, institucionais e ações que amparam a política de produção orgânica na região e a proposta de H e F orgânicas na escola; 2º algumas potencialidades de interação do projeto proposto pela FSP-CNPq com outros projetos e ações na região; 3º Caracterização do Mercado Institucional de compra de hortaliças e frutas para a merenda escolar de escolas públicas estaduais e municipais de São Paulo; e 4º a representação dos agricultores sobre agricultura orgânica, a opinião e o interesse dos agricultores da região em participar da proposta.

5.1.2. Alguns marcos legais, institucionais e ações que amparam a política de produção orgânica na região e a proposta de H e F orgânicas na escola

Estadual

Assim como existe um marco legal da produção de orgânico no nível federal como foi apresentado anteriormente, também o Estado de São Paulo a partir de 2007 instituiu o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial que será vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Lei nº. 12.518, de 2 de janeiro de 2007- Projeto de Lei no 116). Espera-se agora a sua regulamentação e a dotação orçamentária que será prevista para o programa.

Destaca-se que essa lei estadual já define as formas com que pretende estimular a produção orgânica, através de incentivos fiscais e priorização para obtenção de crédito agrícola de instituições estaduais:

“Artigo 4º - Os produtores que cumprirem os requisitos exigidos por essa lei receberão incentivos fiscais e serão priorizados na obtenção de créditos agrícolas administrados por instituições estaduais” (SÃO PAULO, Lei Nº 12.518, 2 jan 2007).

O incentivo fiscal, conforme se viu anteriormente, é visto como uma das importantes ferramentas para se estimular o uso sustentável dos recursos e a adoção do sistema orgânico.

A instituição responsável pela assistência técnica aos agricultores no Governo do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento é a CATI - Coordenadoria Técnica de Assistência Integral, que no município de São Paulo mantém um Escritório Regional no Parque da Água Branca. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas “é a estratégia proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, com o apoio do Banco Mundial, para implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam melhoria nos níveis de renda, mais produtividade das unidades de produção, recuperação das áreas degradadas e preservação permanente” (redução do uso de agrotóxicos, diminuição dos riscos de poluição dos recursos naturais, contaminação de alimentos e intoxicação dos

agricultores e trabalhadores rurais), bem como a qualidade e a quantidade das águas. Para participar do programa, o município tem que ter o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural legalmente formalizado e manifestar interesse apresentando uma proposta de adesão. As propostas são analisadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, que definem a ordem de prioridade para atendimento dos municípios interessados, “priorizando aqueles municípios que apresentarem maiores níveis de degradação dos recursos naturais e pobreza rural” (CATI, 2007). Esse programa ainda não é desenvolvido na capital de São Paulo. Na área de educação escolar, a CATI produziu o material didático “Aprendendo com a Natureza”, que “foi elaborado em 1999, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação e na Proposta Curricular do Estado de São Paulo, sendo aprovado pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), da Secretaria de Educação, como conteúdo de ciências para a 4.^a série das escolas participantes do projeto”. De 2002 até 2006 foram capacitados 271.000 alunos no estado. No site da CATI há também o Sistema para Cadastramento das Organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e um cadastro e mapeamento das associações de produtores rurais atuantes nas microbacias existentes (fev. 2006), no qual não está cadastrada nenhuma associação de produtores da cidade de São Paulo (CATI, 2007). A estrutura de atendimento no EDR de São Paulo é de 3 técnicos e uma coordenação.

Municipal

O Plano Diretor Estratégico de 2003 previu a implementação de um Programa de AUP. Segundo CARVALHO e FRANCA (2005), o poder legislativo municipal estimulou a mobilização social através da realização de vários eventos, que culminaram com a criação do Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo (em 2002). Esta iniciativa, após a mobilização de diversos setores e discussões em diversos encontros, levou à formulação da lei que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município (Lei N^o13.727, 12 jan. 2004), e sua regulamentação foi aprovada em dezembro de 2004 (Decreto N^o 45.665, 29 dez 2004). Definiu como atividade urbana “a destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a

criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município”. Este programa, que tem dotação orçamentária própria, deverá, entre outras ações, estimular a produção local e os programas de auto-abastecimento alimentar, tais como hortas comunitárias, com a finalidade de garantir determinadas fontes alimentares no período de entressafra. O programa também prevê o estímulo à venda diretamente do produtor ao consumidor, buscando baratear os preços e aproximar organizações de produtores e consumidores, inclusive nas fases de superprodução e na entressafra. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo é a gestora desse programa.

São prioridades do programa:

- I- “a produção local de alimentos incentivando a vocação de cada região;
- II- uma política de crédito e de seguros agrícolas;
- III- a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa;
- IV- incentivo para a consolidação de formas solidárias de produção e comercialização dos produtos;
- V- incentivo para formação de cooperativas de produção e de comercialização dos produtos;
- VI- formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos;
- VII- a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias da cidade;
- VIII- a aproximação de produtores e consumidores de uma mesma região;
- IX- estimular os comerciantes a vender produtos locais em feiras e mercados municipais;
- X- a compra de produtos do programa para abastecimento das escolas municipais, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais”.

No contexto deste programa a prefeitura criou, em 2006, a Casa da Agricultura Ecológica “José Umberto Macedo Siqueira”, que fornece orientação técnica, apoiando a produção e a comercialização dos agricultores que decidirem adotar o sistema de produção orgânica. Casa da Agricultura Ecológica (CAE) é vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e está sediada na Subprefeitura de Parelheiros, região onde está sendo implementado o projeto FSP-CNPq. Ainda em fase inicial de atuação, essa casa contava até início de 2007 com 1 diretor que é engenheiro agrônomo, 1 assistente e 1 estagiário, e atendia as regiões de M’Boi Mirim, Capela do Socorro e Parelheiros. Buscam, contudo, ampliar o quadro de técnicos para poderem atender as demandas de assistência técnica, que

somente é dada com base no sistema de produção orgânica. A estratégia da Casa da Agricultura é atuar como articuladora dos diversos atores para buscar a interação do governo municipal com o estadual e as organizações da sociedade civil e lideranças locais, para que os projetos possam ter efeito multiplicador. Segundo a Diretoria da CAE, eles possuem um cadastro de 122 associações com as quais estão buscando uma interlocução.

Programa Reserva da Biosfera do Cinturão Verde: Segundo SERRANO (2007), As “reservas da biosfera são áreas terrestres ou marinhas do Planeta de excepcional significado ambiental e social, verdadeiros laboratórios para a busca da convivência harmônica entre o ser humano e seu meio”. Elas são declaradas pela UNESCO, por meio de seu programa MAB - O Homem e a Biosfera, sendo que existem mais de 440 reservas em cerca de 100 países. Cada reserva tem como funções: conservação dos ecossistemas e das paisagens, desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural sustentável; função logística para desenvolver pesquisa, monitoramento, educação e troca de informações relacionadas com as questões locais. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, que faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, possui uma área total de 1.760.311 hectares, área de vegetação de 614.288 hectares, e envolve uma população de cerca de 23 milhões de habitantes em área que contribui com cerca de 20% do PIB Nacional.

Programa de Merenda Escolar Ecológica (Lei 14.249 de 8 dez 2006)

Esse programa que prevê a inclusão gradual de hortaliças e frutas orgânicas produzidas no município na merenda escolar ainda demanda estudos de como deverá ser adequado devido ao sistema atual de compra da prefeitura, conforme será explicado posteriormente.

Áreas de Proteção Ambiental em Parelheiros

Para proteger a biodiversidade, melhorar a qualidade de vida dos moradores, manter o caráter cultural da região, evitar a ocupação urbana nas suas áreas e proteger o patrimônio arqueológico e cultural, foram criadas na região duas APAs - Área de Proteção Ambiental: APA Bororé-Colônia (criada em 2006 pela Prefeitura

da Cidade de São Paulo) e APA Capivari-Monos (criada em 2001), onde está a cratera Colônia, que por sua importância científica como um marco geológico foi tombada pelo CONDEPHAAT. A região da cratera é uma das 5 existentes no Brasil (e uma das 70 no mundo), estando em processo de implantação o Parque Natural da Cratera de Colônia, em área que deverá ter 530.000m², e que abrange parte da Subprefeitura de Parelheiros. Ocorre que a cratera hoje é ocupada por cerca de 30 mil pessoas, com loteamentos irregulares, um Presídio Estadual, e parte com área agrícola tradicional, no bairro de Vargem Grande, sendo essa uma das regiões em que o Projeto da FSP-CNPq estará atuando. Em 2007, a prefeitura iniciou o processo de regularização da ocupação da área, criando um espaço aberto de comunicação com a população pelo mecanismo de mobilizar lideranças de quarteirão.

Por essas razões, está colocado como desafio da atual gestão da subprefeitura, a preservação dessa área de mananciais, a promoção do saneamento e turismo sustentáveis; desenvolvimento de uma economia rural adequada sob a orientação da Casa da Agricultura Ecológica e do PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana,; “inclusão social da população local através de trabalho e renda; e gestão pública participativa e de reciprocidade compartilhada” (SÃO PAULO, 2007).

O estudo Negowat detectou que na área da APA Capivaria-Monos já existe um movimento de empreendedores do turismo local (pescueiros, haras, parques e clubes), juntamente com a Subprefeitura e o SEBRAE São Paulo, para o desenvolvimento de formas de turismo mais sustentável no longo prazo. Segundo o estudo, “isso requer um patamar mínimo de coesão social e visão estratégica em torno da forma como deve ser aproveitada a vocação turística do território, cenário este, ainda insipiente”, o que parece já existir na região analisada (FRANCA et al., 2005).

A APA Capivari-Monos possui um Conselho Gestor deliberativo, constituído por 20 representantes (10 do poder público e 10 da sociedade civil) que deliberam a respeito de questões pertinentes à APA, como projetos a serem implementados pelo poder público, empreendimentos impactantes ao Meio Ambiente, compensações ambientais, obras de infra-estrutura (água, esgoto, transporte), etc.

O Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, através de edital, tem

aprovado projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável das Áreas de Proteção Ambiental Municipais de São Paulo, APA Capivari-Monos e APA Bororé-Colônia, entre os quais projetos de desenvolvimento da agricultura sustentável.

No âmbito da Subprefeitura também está a sede do Parque Estadual da Serra do Mar. O Plano Diretor Estratégico de 2003 estabeleceu a criação de 7 parques lineares nos fundos dos vales da região de Parelheiros.

5.1.3. Potencialidades de interação do projeto proposto pela FSP-CNPq com outros projetos e ações na região

Na perspectiva de se analisarem as potencialidades de interação do projeto da FSP-CNPq com outras iniciativas de estímulo aos agricultores no processo de conversão para a agricultura orgânica na região, foram identificadas as parcerias possíveis de serem desenvolvidas após a fase do projeto piloto, prevista para se encerrar no início de 2008.

1) Potencialidade de parceria para dar continuidade ao suporte técnico necessário aos agricultores a serem capacitados no projeto FSP-CNPq:

- A Associação de Agricultura Orgânica – AAO, que está fazendo a capacitação em sistema de agricultura orgânica do projeto FSP-CNPq, pode oferecer aprofundamento das capacitações dadas, orientação para agricultores orgânicos em canais de comercialização e distribuição, em associativismo, oferecer informações diversas, e conta com um vasto acervo em sua biblioteca. Também pode ampliar a capacitação para a implementação de hortas escolares com a inserção de espécies perenes e medicinais.

- A Fundação Mokiti Okada está capacitando os agricultores da região na perspectiva de estimular a adoção das práticas da agricultura natural. Paralelamente, a Fundação também iniciou um processo de orientação da comunidade escolar para a implementação de hortas, pelo sistema de agricultura natural.

- Projeto de estímulo à economia solidária e agricultura orgânica: “Hortas Solidárias Urbanas: Alternativa para o Desenvolvimento Local Sustentável”, coordenado pela

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), Núcleo de Estudos e Pesquisa Aplicada (NEPA) e Instituto Bioma que conta com recurso do CNPq. Esse projeto tem por objetivo a constituição de um núcleo de referência de Agricultura Urbana Agroecológica na região de Parelheiros, que será implantado no Centro Pequeno Príncipe, e visa também o envolvimento de outros produtores locais nas oficinas e a conseqüente multiplicação das técnicas agroecológicas propostas. Assim como o projeto FSP-CNPq, esse projeto também é apoiado pela CAE, SVMA e Subprefeitura de Parelheiros.

- O SEBRAE-SP oferece formação em ecoturismo para diversos atores na região, e tem buscado se articular com as instituições de difusão da agricultura orgânica, para a implementação de capacitação que estimule o empreendedorismo e práticas de associativismo e cooperativismo.

2) Potencialidade de parceria para estimular a verticalização da produção dos agricultores para agregar valor às hortaliças e frutas orgânicas e pré-beneficiar produtos:

Existem dois projetos na região que possuem sinergia com o projeto FSP-CNPq visando facilitar o seu preparo nas escolas (seleta e higienização de hortaliças. etc.):

2.1 ONG Amora e Carambola (com apoio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Casa da Agricultura Ecológica (CAE) e Subprefeitura de Parelheiros, e com recurso do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário) desenvolve projeto de capacitação dos agricultores familiares na elaboração e execução de projetos de agroindústria de base comunitária, dando ênfase ao processamento de produtos agroecológicos de melhor valor biológico, como forma de agregação de valor de sua produção, para geração de renda e novas oportunidades de trabalho, tendo por base valores do cooperativismo e associativismo.

2.2 Projeto Fábrica Verde, ainda em fase de análise, está sendo coordenado pela Secretaria Municipal do Trabalho em parceria com as Subprefeituras de Parelheiros e Itaim Paulista, tendo a USP-ESALQ (Escola de Agronomia) na parceria para a capacitação técnica. Em Parelheiros, a proposta é reforçar a sua vocação agrícola dos cultivos de especiarias, tomate e goiaba. A área que

poderá ser utilizada para o projeto pertence à EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia do Estado de São Paulo). Propõe a criação de um centro de empreendedorismo e formação agrícola ambiental que servirá de centro de capacitação para a população. A proposta é que, por um processo de incubação (supervisão) de empreendedorismo, possa-se ter no longo prazo a implantação de pequenos negócios agrícolas na região.

3) Potencialidade de parceria para estimular a educação alimentar nas escolas:

3.1 O estudo antropométrico, feito em 2006 com alunos de escolas municipais da região, pela Faculdade de Medicina da UNISA - Universidade de Santo Amaro em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde e a Subprefeitura de Parelheiros, já citado anteriormente. Propõe-se capacitações da comunidade escolar para dar subsídios à educação alimentar.

3.2 Cozinha Experimental: a Subprefeitura Parelheiros está utilizando o espaço da Vivenda da Criança, entidade filantrópica da região, para oferecer orientações para o melhor aproveitamento e manipulação dos alimentos.

Outros projetos afins na região:

- Projeto Oásis: Fundação O Boticário Estímulo ao Reflorestamento de Mata Nativa lançou em outubro de 2006 o Projeto Oásis, que reconhece o princípio básico dos serviços que os ecossistemas podem prestar para a vida humana, como a filtragem natural da água, a regulação do clima, o sequestro de carbono da atmosfera, o controle biológico de pragas e a polinização de lavouras. Com base nesse princípio, e após ter pesquisado experiências em outras partes do mundo, o projeto pretende criar um sistema de pagamento por serviços ambientais a proprietários de terras que se comprometerem a conservar integralmente áreas de remanescentes de Mata Atlântica na região dos mananciais na Grande São Paulo. O projeto visa implantar áreas de conservação em terras particulares na bacia de Guarapiranga e nas Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia, numa região que ainda possui 40 mil hectares cobertos por vegetação natural, na forma de florestas e várzeas. A fundação dará orientação técnica aos proprietários de áreas,

monitorará as áreas protegidas e orientará o cumprimento das metas para sua conservação, visando a aplicação das diretrizes do plano em suas propriedades. Nessas áreas pretende-se que sejam desenvolvidas pesquisas científicas, ecoturismo, educação ambiental e outras atividades (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, 2006).

Outras ações de entidades locais também se destacam como das entidades: SOS Guarapiranga, Centro Paulus, entre outras.

Destaca-se, que segundo a CAE(2007), a Subprefeitura de Parelheiros e a CAE estão procurando parceiros para viabilizar a instalação de uma escola técnica rural ou um centro educacional unificado voltado para a formação de jovens para o Desenvolvimento Sustentável. E através do PROAURP estão buscando equipar a CAE para oferecer extensão rural de forma continuada.

Algumas articulações que estão ocorrendo na região:

1) Seminário Guarapiranga 2006³⁰, realizado entre os dias 30 de maio e 1º de junho, no Solo Sagrado, em Parelheiros, propôs ações internas e externas à bacia, para viabilizar a Guarapiranga como manancial produtor de água de boa qualidade para o abastecimento público. Contou com a participação de 162 especialistas e representantes de organizações da sociedade civil, do poder público estadual e municipal, das comunidades empresarial, científica e acadêmica, e de movimentos sociais e de moradores da região. Do seminário resultaram 63 propostas de ação, que foram detalhadas em mapa e banco de dados, e contêm metas de realização e responsáveis. Esse material transformou-se em um livro editado pelo Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo.

O seminário concluiu que, para se tornar um manancial de água de boa qualidade, é preciso implantar-se projeto de proteção e uso sustentável nas

³⁰ Comissão organizadora do Seminário: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo - CDHEP; Centro Universitário Senac; Espaço - Formação Assessoria e Documentação; Fórum em defesa da Vida Contra a Violência; Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Florestal; Instituto Polis; Prefeitura Municipal de Embú-Guaçu; Sabesp; Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo; Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo; Sesc Interlagos; SOS Represa Guarapiranga; Subprefeitura do M'Boi Mirim; Subprefeitura de Parelheiros; Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.Coordenação Geral: Instituto Socioambiental.

áreas mais ameaçadas da Guarapiranga, como a sub-bacias formadoras do Caulim/Parelheiros, entre outras.

Entre as 63 propostas³¹ para o fomento de atividades compatíveis com a produção de água no território, propôs-se a instituição do “Programa de Fomento à Agricultura Urbana e Periurbana”, visando:

- “Incentivar atividades agroflorestais e atividades afins (psicultura, floricultura, cogumelos, animais, apicultura) que preservem a vegetação natural existente;
- Fortalecer o extensionismo rural e assistência técnica aos produtores rurais;
- Prevenir e controlar práticas agrícolas e atividades predatórias (ex.: extração de palmito);
- Fomentar boas práticas agrícolas e agricultura orgânica;
- Fomentar pequenas agroindústrias para agregar valor aos produtos;
- Criação de centros de referência de agricultura urbana e periurbana e de escolas agrícolas na região;
- Instalar centro de distribuição e central de compras na região e outros canais de comercialização;
- Realizar estudo de viabilidade para compostagem;
- Fomentar geração de emprego e renda para a população da região”.

A proposta dos participantes do Seminário é que essa ação seja coordenada e tenha como principal responsável a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo - SAA, e como participantes a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Prefeituras, sendo que o prazo proposto para essa ação seria 2007/2010. Também foi proposta a vinculação do ICMS Ecológico à Proteção e Manutenção dos Mananciais. Desde a realização do seminário, o ISA, em parceria com outras entidades da sociedade civil vêm realizando reuniões para acompanhar os desdobramentos e pressionar o poder público para incorporar as recomendações do seminário na sua agenda de ações.

³¹ Todas as ações propostas se encontram no Documento Síntese das ações propostas no Seminário Guarapiranga 2006- entregue para Sr. Xico Graziano Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de SP em Jan 2007. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/22012007.pdf. Acesso em: 26 mar 2007.

2) Portal “De Olho nos Mananciais”: Em 2007, sob a coordenação do Instituto Sócio Ambiental (ISA), foi lançado esse portal na internet, com informações em especial sobre a Billings, Guarapiranga e Cantareira.

3) Projeto Negowat (anteriormente citado): Foi realizado entre 2003 e 2006, financiado pela Comissão Européia e pela Fapesp, e buscou identificar soluções participativas para o gerenciamento da Bacia do Alto Tietê. Segundo CARVALHO et al. (2005), “este projeto vê o agricultor como um prestador de serviço ambiental em potencial, e se buscou caracterizar a agricultura hoje desenvolvida pelos diversos tipos de agricultores da região, seus problemas, potencialidades e estratégias individuais” (p.2). Como a água é uma questão central no desenvolvimento da agricultura na região, tanto para seu uso como nos impactos sofridos pela poluição decorrente do sistema convencional de produção, este estudo parece ter total sinergia com o projeto da FSP-CNPq.

Em um dos documentos analíticos desse estudo, “A preservação dos mananciais da região metropolitana de São Paulo e a multifuncionalidade”, CARVALHO e FRANCA (2005) apontam:

“Os proprietários (de empreendimentos de turismo da região de Parelheiros) demonstram ter consciência da importância da preservação da região, particularmente em relação a água, e consideram que deveria haver políticas públicas para fomentar a preservação da mata e da água. Consideram que a atividade agrícola ajuda o desenvolvimento do turismo, não contribuindo para o aumento da poluição local. Já em relação aos moradores de loteamentos, em especial os irregulares, há a percepção de que eles degradam a paisagem, particularmente devido a contaminação da água e a disposição do lixo. Parece estar ocorrendo na região da Guarapiranga uma comunhão de interesses entre agricultores tradicionais; donos de sítios de lazer e seus caseiros; donos de empreendimentos turísticos e consumidores urbanos de água. Os novos atores urbanos, praticando hortas comunitárias, não são ainda uma população significativa para ser notada pelos demais e não foram objeto deste estudo. Mas, esta comunhão de interesses talvez possa vir a se materializar na forma de um contrato para o desenvolvimento local, com preservação da mata nativa e produção de água de qualidade para o abastecimento urbano. Os laços são frágeis mas ainda existem elos sutis de contato que poderiam ser fortalecidos através de uma ação comprometida com isto”(CARVALHO e FRANCA, 2005).

Ao que parece, o poder público local já incorporou a idéia de fazer da região uma produtora de água e foi criado o Portal das Águas, para mostrar o potencial da região nesse sentido. Essa idéia, e ainda a demonstração de todo o potencial do ecossistema da região para ser explorado em bens e serviços sustentáveis (agroecologia, turismo sustentável, etc.) e que necessitam de diversos apoios, está sendo levada, pela Subprefeitura de Parelheiros, ao conhecimento das autoridades e de diversas instituições através de várias ações, como, por exemplo, a apresentação de uma maquete que demonstra todo o potencial da região.

Nessa perspectiva, o presente estudo pretende apontar o potencial de se somar esforços aos já existentes como forma de subsidiar a implementação potencial da inserção da merenda escolar orgânica em escolas da Subprefeitura de Parelheiros, numa estratégia para se estimular o desenvolvimento local sustentável. Parte-se então para a caracterização do mercado institucional de compra de H e F para a merenda escolar de escolas municipais e estaduais, no município de São Paulo.

5.1.4. Caracterização do sistema de compra de hortaliças e frutas para a merenda escolar de escolas públicas estaduais e municipais de São Paulo

Apresenta-se a seguir potencial do mercado institucional de compra de hortaliças e frutas pelos sistemas de merenda escolar do estado e do município de São Paulo, com base em dados obtidos no Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão (dez. 2006 e mai. 2007) e no Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria de Estado da Educação encarregado da Merenda Escolar (fev. e mai. 2007).

Caracterização do sistema municipal de compra de H e F para merenda

O Município de São Paulo possui um sistema centralizado de compra e de abastecimento, que deixou de ser realizado pela prefeitura e, desde 2006, é feito através de uma única empresa licitada (sediada no CEAGESP) responsável pela distribuição da merenda nas escolas municipais (exceto aquelas em que o serviço e o

abastecimento da merenda foram terceirizados). Esse serviço é avaliado pelas escolas mediante um manual de controle de qualidade e possibilita o fracionamento da entrega de hortaliças e frutas de acordo com as necessidades de cada escola, para evitar desperdícios. Portanto, a escola ajuda a fiscalizar a qualidade dos produtos. O Departamento de Merenda Municipal elaborou um manual de controle da qualidade dos alimentos e faz a indicação do tipo de H e F por tipo de refeição. Também existe um Manual Técnico de Procedimentos para Manipuladores de Alimentos (2006).

Ao que parece, este sistema de distribuição tende a ser regionalizado, assim como avalia-se a possibilidade de ampliar a terceirização do abastecimento e gestão da merenda municipal além dos atuais 30%, o que poderá ocorrer em especial na região de Parelheiros.

No abastecimento de escolas do ensino fundamental existem dois tipos de merenda, que são definidas conforme o número de funcionários disponibilizados para o preparo da refeição. As do tipo R1 são merendas com mais produtos a serem preparados e as do tipo R2 dependem menos de preparo. Essa variação se dá em função das condições de infra-estrutura e de serviços que variam nas diversas cozinhas escolares. A R2 é o tipo de merenda servida na escola em que será realizado o projeto piloto da FSP-CNPq, a EMEF Vargem Grande. O volume de abastecimento de hortaliças e frutas na merenda varia de 70g por semana de hortaliças (30g de folhosas, 40g de outras hortaliças *per capita*) e uma ou duas unidades de frutas na merenda tipo R2. Enquanto que a merenda tipo R1 chega a se atender mais/*per capita* de H e F por semana.

O alto poder de negociação propiciado pelo volume de compra no sistema centralizado, em especial numa metrópole como São Paulo, possibilita a compra em quantidade por preços mais baixos, permitindo abastecer a merenda de H e F, mais vezes por semana. A média de abastecimento de H e F *in natura* nas escolas municipais em São Paulo é de 4 dias por semana. Nas escolas estaduais e nas das outras localidades visitadas a média é de 3 dias de abastecimento por semana.

Para garantir o abastecimento de H e F para 1.100.000 crianças, o município gasta, em média, R\$ 2.374.000,00/mês e R\$ 21.366.000,00/ano. Tomando como base esses dados, de dezembro de 2006, tem-se uma estimativa de gasto *per capita* para a compra de H e F de R\$ 0,107 por dia.

No total dos gastos com a merenda, o município arca com aproximadamente 70% do custo da merenda, pois além da complementação para compra de alimentos, há ainda os gastos com transporte, salários, etc.

Segundo o Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão (mai. 2007) a região da Subprefeitura de Parelheiros possui 24 unidades de ensino da rede municipal (entre EMEIs e EMEFs, creches diretas e conveniadas, e unidades diretas e terceirizadas) que servem 15.203 refeições diárias.

Para o projeto piloto de abastecimento da merenda escolar previsto no projeto FSP-CNPq, deverá ser adotada, em caráter experimental, uma logística de venda direta para a prefeitura, condicionada pela Lei Federal 8.666, que limita a compra anual por produtor sem licitação a até R\$ 7.999,00.

Considerando que a escola EMEF Vargem Grande do projeto piloto possui 1.140 alunos que recebem merenda escolar, e que seu gasto anual com hortaliças e frutas é em média de R\$ 20.976,00/ano (média de R\$ 2.330,00/mês), esse valor seria quase três vezes superior ao permitido pela Lei para compras diretas sem licitação, no caso de ser feito por um único fornecedor.

Atualmente, no âmbito municipal, existem os seguintes programas e leis de incentivo à inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar:

- Programa Alimentação Saudável - A Secretaria de Educação, em parceria com diversas entidades, realiza o programa e dissemina informações e orientações de culinária saudável em feiras, mercados, etc.
- Programa de Merenda Escolar Ecológica (Lei 14.249 de 8 dez. 2006), que prevê:
 - “Inclusão gradual de produtos hortifrutigranjeiros produzidos no município, seguindo procedimentos baseados em normas orgânicas;
 - Treinamento e capacitação de merendeiras para utilização de receitas e estratégias para acostumar as crianças e adolescentes a comerem hortaliças;
 - Discussão nas aulas voltadas à educação ambiental, dos benefícios do cultivo orgânico para o meio ambiente e para alimentação humana”.

Esse programa (criado por lei municipal), contudo, nas atuais condições de abastecimento, ainda é um desafio para ser efetivado já que o sistema centralizado de compra por um único distribuidor da merenda parece demandar alguma especificação, para que tanto o distribuidor como as empresas terceirizadas passem a comprar de produtores orgânicos. Contudo, na fase piloto do projeto FSP-CNPq, já se tem o apoio do Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Gestão para se avaliar como se dará o abastecimento em caráter experimental.

Foram identificados alguns desafios e potencialidades da proposta de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na EMEF Vargem Grande, a partir da observação da autora desta dissertação quando da averiguação da infra-estrutura das escolas que participarão do projeto piloto de abastecimento previsto no projeto FSP-CNPq: há somente 15 minutos de recreio (anteriormente, o intervalo de recreio chegou a ser de 30 minutos, para que as crianças pudessem se alimentar em 15 minutos e brincar no tempo restante); a escola já teve uma horta, que foi desativada por não haver mais professores interessados em dar continuidade aos cuidados necessários para sua inserção no processo pedagógico; as preparadoras de alimentos estão mais acostumadas a servir apenas saladas de pepino e tomate (hortaliças de maior consumo pelos alunos na merenda), quando a região é produtora de variedades de hortaliças; não há uma efetiva prática de educação alimentar associada à educação ambiental, inserida no projeto político pedagógico da escola; nas escolas municipais não existe cantina escolar, o que diminui os possíveis impactos negativos da venda de alimentos poucos nutritivos³², que acabam competindo com H e F.

Caracterização do sistema estadual de compra de H e F para merenda

Na capital de São Paulo funciona o sistema misto de abastecimento das escolas estaduais, centralizado na compra de produtos menos perecíveis, e escolarizada na compra de hortaliças e frutas e ovo (ou seja, cada escola recebe um recurso para fazer a compra dos produtos mais perecíveis: H e F semanalmente e 1 ovo por aluno/mês).

³² Segundo a portaria SUPEME/SME, Nº11, 15 fev. 2001 que proíbe cantinas nas escolas municipais.

Não há especificação do tipo de H e F, mas recomenda-se que sejam comprados os produtos de época. O recurso destinado para a compra de H e F e 1 ovo é de R\$ 0,12 *per capita*/dia, sendo a escolha dos produtos a critério da escola. Atualmente existem compras feitas de distribuidores que entregam os produtos nas escolas. Também existe um Manual Técnico de Procedimentos para Manipuladores de Alimentos e orientações para o aproveitamento integral dos alimentos.

A escola recebe o recurso e compra localmente mediante a apresentação de Nota do Produtor ou de Nota fiscal. Pelo menos 1 fruta, 1 porção de hortaliça crua, 1 de hortaliças ou seleta que são oferecidos semanalmente, ou seja, prevê-se o abastecimento de H e F nas escolas pelo menos 3 vezes por semana.

Estima-se que o potencial de compra de H e F e ovos pelas escolas estaduais na capital, para atender 529.400 refeições, seja de R\$ 1.411.733,33/mês e R\$12.705.600,00/ano.

Somente considerando a região da Diretoria Sul, onde o projeto piloto está se realizando, o potencial de compra para atender cerca de 70.990 alunos (base do número de alunos que receberam refeições em janeiro de 2007) em 107 escolas é estimado em R\$ 189.306,66 por mês e R\$ 1.703.760,00 por ano, considerando o gasto *per capita* por aluno/dia de R\$ 0,12 (mai. 2007).

Considerando que a escola EE Reverendo Erodice Pontes de Queiroz que fará parte do projeto piloto possui 1.300 alunos que recebem merenda, tem-se o gasto com H e F e ovo em média de R\$ 3.466,66/mês e R\$ 31.200,00/ano.

Segundo o Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria Estadual de Educação, há 23 escolas da rede estadual em Parelheiros e cerca de 15.150 alunos que recebem a merenda nessa região.

Programas e Leis que dão suporte à inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda:

O Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de produção Agropecuária e Industrial no âmbito do Estado de São Paulo (já citado anteriormente)

A Portaria CGSP/CEI/DSE 23/02/2005 orienta sobre o funcionamento das cantinas escolares e estabelece os alimentos que devem ser comercializados, visando contribuir para o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação, entre eles H

e F. Sabe-se, contudo, que essa portaria, por diversos motivos, tem sofrido grandes resistências dos cantineiros, tanto terceirizados quanto vinculados à APM - Associação de Pais e Mestres. Em relação à H e F observa-se o despreparo para se adaptarem às novas exigências, alegando que há necessidade de aumento de mão-de-obra para poder servir sucos, saladas de frutas e outros alimentos *in natura*; que esses produtos demandam um consumo mais rápido, não podendo ser estocados por muito tempo. Cabe destacar que esses alimentos ainda sofrem a concorrência dos salgadinhos, bolachas e refrigerantes, mais apreciados pelos alunos, e de custo mais baixo, que ao deixarem de ser vendidos na cantina escolar acabam muitas vezes sendo adquiridos de ambulantes que ficam na porta da escola ou dos bares próximos, e que não estão sujeitos à inspeção prevista nessa Portaria. A Portaria prevê que a cantina não poderá prejudicar o Programa de Alimentação Escolar, nos turnos em que ele ocorre, nem a ele se sobreporá, “devendo ambos integrar esforços para o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação”. Segundo o Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo que cuida da merenda escolar das escolas estaduais, existem exemplos de cantinas que estão se adaptando às normas da Portaria, oferecendo alimentos preparados com H e F, e que com o aproveitamento integral dos alimentos nas receitas estão conseguindo obter lucro. Acredita-se que esses exemplos devem ser estudados para que possam mostrar outras possibilidades de caminhos em que o lucro pode estar associado à venda de alimentação saudável e de baixo custo.

Foram identificadas algumas potencialidades e desafios da proposta de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na EE Reverendo Erodice, a partir da observação que a autora desta dissertação fez quando da averiguação da infraestrutura das escolas que participariam do projeto piloto de abastecimento previsto no projeto FSP-CNPq: a escola já possui uma prática de gestão participativa na construção do seu projeto político pedagógico. Possui, contudo, uma área restrita para a horta escolar e também uma cantina escolar que ainda está sendo adequada à lei das cantinas. Quanto aos desafios da compra escolarizada, mesmo facilitando a compra direta dos agricultores, será necessário um planejamento e envolvimento da direção da escola, conforme previsto anteriormente.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDADA

Apresentam-se os resultados do levantamento do perfil socioeconômico dos agricultores, seguidos da discussão dos mesmos, em que se buscou compará-los com outros estudos realizados na região de Parelheiros que envolveram agricultores familiares, visando assim aprofundar e complementar a caracterização do referido perfil já apresentada anteriormente. Foram entrevistados 30 agricultores.

Buscou-se também estudos realizados em outras regiões a fim de se identificar se existe uma tendência de perfil socioeconômico do produtor de agricultura familiar orgânica.

5.2.1. Tabela 2 - Distribuição dos agricultores segundo o sexo. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Sexo	Nº	%
Masculino	26	86,7
Feminino	4	13,3
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme se nota na tabela 2, entre os entrevistados a predominância é do sexo masculino (86,7%).

Apesar do levantamento desta dissertação não ter a intenção de analisar os aspectos de participação e gêneros na agricultura familiar, a disponibilidade para a pesquisa, principalmente de quem coordena, ou é responsável pelos trabalhos familiares na produção, demonstrou uma forte presença de homens nessa atuação.

Analisando um estudo de KARAM (2002) sobre a agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), identificou-se que no conjunto dos agricultores familiares pesquisados, em 70% dos estabelecimentos os homens são os responsáveis pelo sistema de produção na agricultura orgânica, enquanto as mulheres são as responsáveis por 30% das unidades produtivas. Contudo, identificou-se que, mesmo não estando em pé de igualdade na atuação de produção naquele estudo, a mudança do sistema convencional para o orgânico se deu, em um número considerável de casos, pela insistência da esposa, partindo delas a iniciativa de testar

em pequenas hortas a produção sem veneno e até comercializar por conta própria, para depois atrair a atenção dos maridos. Entre as entrevistas com as mulheres no presente estudo, contudo, não se detectou essa evidência de uma grande disposição pela conversão, mas apenas uma disposição em participar de reuniões para se obter maior conhecimento sobre o tema.

Também segundo CARVALHO et al. (2005) no estudo Negowat realizado na região de Parelheiros, entre os agricultores familiares estritamente agrícolas (18%) pesquisados, cerca de metade era constituída de “mulheres chefes de família, normalmente ex-domésticas “que já estão há algum tempo na atividade agrícola como empregadas, meeiras e utilizando área ociosa de família japonesa.” (p.16).

5.2.2. Tabela 3 - Distribuição dos agricultores segundo a faixa etária. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Faixa etária	Nº	%
30 - 45 anos	06	20.0
45- 60 anos	13	43.3
60 anos ou +	11	36.7
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se observa na tabela 3, a presente pesquisa teve o seu contingente menor de entrevistados na faixa de 30 a 45 anos, cerca de 20%. A maior parte dos entrevistados, 43,3%, tem idade entre 45 e 60 anos, e 36,7% têm mais de 60 anos, indicando um expressivo contingente de produtores entrevistados de idade mais avançada. Durante a pesquisa de campo observou-se que entre os entrevistados, pouco mais de um terço era de descendência japonesa, sendo os mesmos os que estão na faixa etária mais alta.

Ao analisar se isso poderia ser uma limitação, encontrou-se estudo de CARVALHO e FRANCA (2005) que aponta que, no levantamento que fizeram para o projeto Negowat na região de Parelheiros, entre os 21 produtores que entrevistaram, foram identificados produtores na faixa de 30 a 40 anos com claro

sentido de resistência para permanecer na atividade e também na região. Essa disposição não foi evidenciada entre os 6 agricultores na faixa de 30 a 45 anos entrevistados no presente estudo. Mas pôde-se verificar entre agricultores na faixa etária de 30 a 40 anos, em outra pesquisa realizada por MAZZOLENI e NOGUEIRA (2006), que analisaram dados da pesquisa de Darolt na Região Metropolitana de Curitiba com agricultores orgânicos ou em processo de conversão, que é nessa faixa que se encontra boa parte dos agricultores que estão no sistema orgânico. Lá encontrou-se uma média de idade de 39,5 anos para os produtores em conversão e 40,3 anos para os certificados. Também ALTAMNNN e OTRAMARI (2004) identificaram, em pesquisa da agricultura familiar que comparou a produção do sistema orgânico com a do sistema convencional realizada em Santa Catarina, que entre os agricultores orgânicos 67,5% dos entrevistados possuem entre 30 e 50 anos, e 25% mais de 50 anos, sendo que entre os produtores convencionais os números foram próximos.

5.2.3. Tabela 4 - Distribuição dos agricultores entrevistados segundo a escolaridade. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Escolaridade	Nº	%
Sem instrução	01	3,3
De 1ª a 3ª série (Fund. I / antigo primário incompleto)	05	16,7
Até 4ª série (Fundamental I / antigo primário completo)	12	40,0
De 5ª à 7ª série (Fund. II / antigo ginásio incompleto)	03	10,0
Até 8ª série (Fund. II / antigo ginásio completo/ 1º Grau completo)	0	0
Até 3º colegial (Ensino Médio / antigo 2º Grau completo)	05	16,7
Sem informação	04	13,3
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se na tabela 4, o baixo nível de escolaridade entre os entrevistados, sendo que 60% só cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário).

Entre os com maior escolaridade, 16,7% disseram ter cursado até o 3º colegial (Ensino Médio), sendo que, destes, apenas 1 entrevistado (3,33%) disse ter cursado um curso técnico em agricultura.

A fim de entender se havia evidências de outros estudos sobre a relação de escolaridade e interesse pelo sistema orgânico de produção, identificou-se no estudo realizado por DAROLT (2001) que, na maioria dos casos, os agricultores familiares orgânicos ou em processo de conversão entrevistados (57 no total) na Região Metropolitana de Curitiba possuem um bom nível de escolaridade. MAZZOLENI e NOGUEIRA (2006), analisando dados da mesma pesquisa entre os agricultores em conversão, apontam que 40% cursaram até a 4ª série e apenas 5% o nível superior. Entre os agricultores certificados, apenas 27% cursou até a 4ª série e 46% o nível superior. Os pesquisadores, no entanto, observaram que, mesmo não sendo condição indispensável, “o nível de escolaridade e a experiência com outras atividades profissionais são ingredientes importantes para desencadear o processo de transformação para superar a difícil etapa de conversão para a agricultura orgânica” e facilitar o “efeito de multiplicação das práticas orgânicas.” Ressalvaram, contudo, que há “agricultores com baixa escolaridade e vivência apenas com a agricultura que conseguiram certificação e se colocaram positivamente no mercado.” Em outra pesquisa, ALTAMNN e OTRAMARI (2004) apontaram que 58% dos entrevistados indicaram não ter completado o 1º grau escolar (1ª a 8ª série), sendo que no sistema convencional o número se eleva para 75%. Somente 1 pessoa no sistema convencional disse cursar o nível superior, enquanto 6 pessoas do sistema orgânico cursam o nível superior.

5.2.4. Tabela 5 - Distribuição dos agricultores entrevistados segundo o sistema de produção. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Sistema de produção	Nº	%
Orgânico	05	16,7
Convencional	16	53,3
“Misto”(alternativa auto - intitulada pelos entrevistados)	09	30
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na tabela 5, a predominância da agricultura do tipo convencional (53,3%), mas destaca-se que 46,7 %, quase a metade dos entrevistados, responderam que produzem alimentos de forma, por eles auto-intitulada, mista (30% dos entrevistados), ou pelo sistema orgânico de produção (16,7% dos entrevistados).

Note-se que a caracterização como orgânica, convencional ou mista (opção que não existia no questionário) foi feita pelo sujeito entrevistado, mediante pergunta do entrevistador. Não teve como base uma apreciação técnica ou de posterior caracterização do sistema produtivo efetivo praticado.

Segundo diagnóstico realizado recentemente (CAE et al., 2006), 8% dos agricultores de hortaliças e frutas entrevistados se auto-intitularam orgânicos, cerca de metade do percentual de respostas dadas nesta pesquisa, e 92% disseram estar no sistema convencional de produção, enquanto que nesta pesquisa 16,7% se auto-intitularam orgânicos, mais do que o dobro do que foi apontado entre uma amostra muito maior da pesquisa realizada pela CAE et al.(2006).

A fim de analisar a percepção dos entrevistados que disseram estar no sistema orgânico de produção e daqueles que informaram ter uma produção “mista”, foi feito o cruzamento com as respostas às perguntas abertas sobre a representação que possuem de agricultura orgânica. Observou-se que entre os que se disseram ter a produção mista (9 entrevistados), cerca de 66% disseram não saber explicar ou não saber o que significa agricultura orgânica ou se limitaram a dizer que sabiam muito pouco a respeito, sendo que os demais (34%) conceituaram como uma agricultura saudável ou sem produtos químicos, focando apenas no não uso de insumos químicos

como diferencial. Da mesma maneira, entre os 5 entrevistados que disseram estar no sistema orgânico, 3 não souberam explicar, ou se limitaram a dizer que conheciam o sistema, sem dar maiores explicações sobre seu entendimento sobre o conceito, e os dois que disseram conhecer também se limitaram a conceituar como sendo apenas o não uso de produtos químicos.

5.2.5. Tabela 6-Localização das propriedades dos agricultores entrevistados segundo a proximidade com escolas públicas. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Localização da propriedade em relação a uma escola pública	Nº	%
Próximo	29	96,67
Distante	1	3,33
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se nota na tabela 6, há predominância de propriedades agrícolas próximas de escolas públicas (96,67%).

O resultado aqui apurado demonstra a adequação no diferencial que a AUP apresenta em relação à área rural no atendimento de SAN, pela maior proximidade com o consumidor, o que também favorece o abastecimento direto dos produtores às escolas locais.

5.2.6. Tabela 7 - Participação atual ou anterior dos agricultores entrevistados em cooperativa. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Participação em cooperativas (atual ou anterior)	Nº	%
Sim	16	53,33
Não	14	46,67
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na tabela 7 que, dos 53,33% dos entrevistados que disseram participar de uma cooperativa, 33,33% apontaram ter participado da Cooperativa

Agrícola de Cotia, organização que teve uma forte atuação de empreendedorismo no passado (CARVALHO e FRANCA, 2005) e que faliu. Ainda entre os entrevistados, 10 % disseram ter participado da Cooperativa Mauá, e 6,66% do Clube Kaikan Casa Grande (um centro de cultura japonesa) e 3,33% disseram participar de uma cooperativa, mas não a explicitaram.

Para saber que tipos de idéias poderiam vir daqueles agricultores que apontaram participar ou ter participado de um processo de abastecimento do mercado escolar, foi feito o cruzamento dessa resposta com a resposta posterior sobre a participação em associações de agricultores, e também com as respostas abertas, para saber se os entrevistados desse grupo apontariam a necessidade de algum tipo de organização dos agricultores para abastecer a merenda escolar. Desse levantamento observou-se que, entre os 10 entrevistados que disseram ter participado da Cooperativa de Cotia, 8 deles (80%) participam do Sindicato Rural, sendo que 1 deles (10%) também indicou participar da Casa da Agricultura de Itapecerica (CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo).

5.2.7. Tabela 8 - Participação atual ou anterior dos agricultores entrevistados em algum tipo de associação de agricultores. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Participação em algum tipo de associação (atual ou anterior)	Nº	%
Sim	14	46,66
Não	16	53,34
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na tabela 8 que 46,66% dos entrevistados disseram participar de alguma associação, sendo que destes, 40% participam do Sindicato Rural e 6,6% da Casa da Agricultura de Itapecerica. Ressalva-se que a Casa da Agricultura de Itapecerica não é uma associação, mas pertence à CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Nota-se a indicação de participação na Casa de Agricultura de Itapecerica e não na Casa da Agricultura que existe na capital, sediada no Parque da Água Branca, pela maior proximidade de Itapecerica com Parelheiros, e de uma prática social maior de trocas com este estabelecimento, que por sua vez promove diversas reuniões com os agricultores da região. Em conversas com técnicos atuantes na região, identificou-se que a Casa da Agricultura de Itapecerica tem desenvolvido há alguns anos uma articulação com muitos dos agricultores da região.

5.2.8.Tabela 9 - Abastecimento de escolas públicas na região. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Abastecimento de escolas públicas	Nº	%
Sim	3	10
Não	27	90
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se nota na tabela 9, entre os 3 agricultores (10% dos entrevistados) que disseram abastecer de forma direta ou indireta escolas públicas da região, 1 deles (3,33%) disse atender uma creche, 1 agricultor (3,33%) disse atender indiretamente 1 escola em Marsilac, e 1 agricultor (3,33%) disse atender escolas públicas de vez em quando.

Não ficou evidenciado pelo agricultor que apontou abastecer creche na região, a forma como faz isso, se através de doação ou de venda. Pelo atual sistema de distribuição centralizada da Prefeitura, presume-se que se trata de uma doação, e não de venda para o único distribuidor de hortaliças e frutas que abastece todas as escolas no município de São Paulo, que fica sediada no CEAGESP.

Outro ponto a se discutir é que na pesquisa realizada pela CAE et al. (2006), entre os 107 agricultores identificou-se apenas 1 que disse comprometer 100% de sua produção com o abastecimento de escolas, demonstrando assim ser uma prática possível.

5.2.9. Tabela 10 - Uso de nota fiscal/nota de produtor na venda de produtos pelos agricultores entrevistados. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Uso de Nota fiscal/ Nota de produtor	Nº	%
Sim	20	66,66
Não	10	33,33
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se na tabela 10 que 1/3 dos agricultores entrevistados não possuem Nota Fiscal ou Nota de Produtor. Esse contingente foi próximo ao apurado na pesquisa da CAE (2006), que apontou entre os 107 agricultores pesquisados na região que cerca de 60% dos que estão em propriedade regulares possuem Nota de Produtor. Essa situação, portanto, é um ponto desafiante para o abastecimento das escolas, especialmente no sistema estadual de ensino, pelo qual as escolas podem comprar diretamente H e F na região, mas tendo a Nota de Produtor como um pré-requisito.

5.2.10. Tabela 11 - Costume de ouvir rádio pelos agricultores entrevistados. Parelheiros, São Paulo, 2006.

Costume de ouvir rádio	Nº	%
Sim	19	63,33
Não	11	36,66
TOTAL	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na tabela 11 que a maioria dos entrevistados (63,33%) disse ouvir rádio e, entre estes, 5 entrevistados (26,31%) disseram ouvir as rádios comunitárias

locais. Entre os que disseram não ouvir, destaca-se como justificativa a fala de um produtor que disse não possuir energia elétrica.

Analisando estes resultados em relação ao levantamento do Diagnóstico da Agricultura Local realizado pela Casa da Agricultura Ecológica (CAE et al., 2006) na Região de Parelheiros, tem-se que a indicação da rádio que mais ouvem mostrou a limitação de audiência das rádios locais entre o público pesquisado. Segundo a pesquisa da CAE et al. (2006), as principais formas de obter informações apontadas pelos agricultores entrevistados nessa pesquisa foram: TV (14,01%), seguida de Jornais (4,67%), Outros (3,73%), Livros e Globo Rural, programa da TV Globo (cada um com 2,80%) e Rádio, Expoflora, Revistas, Amigos, SEBRAE (cada um com 0,93%), sendo que 67,28% não deram informações.

5.2.11. Tipo de produção: 1- Hortaliças: Abobrinha, couve-flor, jiló, pimenta, berinjela, chuchu, alface, couve, coentro, salsinha, repolho, beterraba, cenoura, vagem, pepino, pimentão, brócolis, cheiro-verde, milho, rúcula, tomate, agrião, espinafre, acelga, almeirão, mudas de hortaliças. **2- Frutas:** Banana.

Verificou-se que entre os entrevistados, 56,66% apontaram que produzem 5 ou mais tipos de hortaliças, 30% apontaram cultivar de 3 a 4 tipos, e 3 (10%) apontaram a produção de 1 a 2 tipos de hortaliças e frutas, grupo em que se insere a única pessoa que disse produzir fruta (banana), mostrando uma certa prática e diversificação de culturas. Perguntado sobre o volume de produção, apenas 1 agricultor entrevistado (3,33%) indicou uma estimativa de sua produção semanal. Quase a totalidade de agricultores não respondeu (96,77%) a pergunta sobre o volume de sua produção, o que pode denotar que não tinham interesse em responder, ou que falta planejamento de seu negócio.

Analisando outras pesquisas sobre a presença da diversificação de culturas entre agricultores familiares, KARAM (2002) aponta que em pesquisa realizada na região metropolitana de Curitiba a rotação de culturas é praticada na mesma intensidade, tanto pelo grupo de agricultores certificados, quanto por aqueles que estão em fase de conversão, em torno de 95% dos casos, sendo um pouco mais intenso no dos agricultores certificados.

O número médio de espécies cultivadas entre os agricultores da região de Parelheiros é inferior, diante da média de nove espécies cultivadas, por agricultores em processo de conversão para o sistema orgânico apontados por KARAM (2002).

5.3. RESULTADOS QUALIQUANTITATIVOS: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A seguir, apresentam-se, primeiramente, os resultados dos DSCs de cada uma das 3 perguntas formuladas aos agricultores entrevistados, seguidos dos comentários a respeito dos mesmos. Posteriormente, passa-se a discutir os resultados, a partir dos eixos ou temas geradores principais que se destacaram a cada DSC.

5.3.1. PERGUNTA 1

5.3.1.1. Resultados quali quantitativos

PERGUNTA	IDÉIAS CENTRAIS
Você conhece agricultura orgânica? O que é isso para você?	A- Sim. B- Não. C- É uma agricultura que não usa produto químico ou veneno. D- É uma agricultura saudável. E- É uma agricultura que faz uso de produtos naturais. F- Outras respostas.

IDÉIA CENTRAL A - SIM

Critério de inclusão: resposta restrita ao sim, sem explicações.

DSC

Sim, conheço.

A idéia do “Sim, conheço”, presente em 3,12% dos discursos, pode demonstrar a limitação em responder que apenas já teria ouvido falar sobre a agricultura orgânica. Assim a falta de comentário adicional à resposta pode se dar pelo fato de que a pessoa já ouviu o conceito, mas não se sente capaz de comentar. Também, segundo GIL (1995), este tipo de resposta pode representar uma “defesa de fachada”, que segundo ele é a situação em que “o respondente acredita estar correndo o risco de ser julgado, e então reage oferecendo respostas defensivas, estereotipadas ou socialmente desejáveis, encobrendo sua real percepção acerca do fato.” (p.130)

IDÉIA CENTRAL B - NÃO

Critério de inclusão: resposta restrita ao não, praticamente sem explicações.

DSC

Não, já ouvi falar, mas não conheço, ou posso até conhecer, mas não entendo, não sei o que significa porque não estudei essa coisa de orgânica, nunca plantei com orgânico.

A idéia do “Não conhecer”, tem uma expressiva presença nos discursos (34,37%). Aparece a idéia de melhor caracterizar esse conhecimento, para além do ouvir falar a respeito, ou seja, no nível do entendimento, do saber o que “significa.” As condicionantes aqui apontadas ao não entendimento são: a falta de estudo em “*posso até conhecer, mas não entendo e não sei o que significa porque não estudei*”, mas também aponta a outra limitação do fato do não entendimento pela falta de experiência “*nunca plantei com orgânico.*”

IDÉIA CENTRAL C - É UMA AGRICULTURA QUE NÃO USA PRODUTO QUÍMICO OU VENENO

Critério de inclusão: resposta se restringe ao não uso de produtos químicos.

DSC

Agricultura orgânica é aquela que não trabalha com adubo químico. É a produção sem agrotóxico e não usa adubo químico. Também é coisa que não usa veneno nem muito adubo. Então é para colocar na terra, fazer a terra, trabalhar sem o adubo, trabalhar sem o sulfato, sem essas coisas, tem muito mais dificuldade, muito mais paciência, muito mais calma, e eu não sou muito habilidoso nessa parte. Na agricultura orgânica o produto é natural, não usa agrotóxico, só fertilizante natural. O que a gente toda aqui quase parou foi o uso de venenos, agrotóxico, a gente parou porque tava prejudicando a planta eu mesmo parei de mexer com veneno por causa disso, não é que eu fiquei ruim, mas eu senti que eu tava ficando fraco com isso, mexe com veneno, daí então eu parei.

Entre os entrevistados a idéia de que a agricultura orgânica é a que não usa produto químico, aparece em 28,13% dos discursos. Esta idéia se associa a uma conceituação a partir do que “não é”, limitando o conceito de agricultura orgânica, por um lado, ao não uso do agrotóxico, veneno e do adubo químico, citando-se como exemplo de adubo químico o sulfato “*sem sulfato, e essas coisas*”, ressaltando-se que a

agricultura orgânica é mais difícil e precisa de habilidade. No contraponto aponta-se o que se entende por usar na agricultura orgânica: “*o produto é natural, não usa agrotóxico, só fertilizante natural.*” Aparece também aqui a idéia que se tem que diversos agricultores na região estão deixando de usar produtos químicos.

IDÉIA CENTRAL D - É UMA AGRICULTURA SAUDÁVEL

Critério de inclusão: resposta faz referências aos benefícios à saúde do produtor, do consumidor e da planta.

DSC

É uma agricultura saudável, tanto para o produtor, como para o consumidor final. Pra mim agricultura orgânica é um tipo de uma verdura mais saudável, que proporciona a saúde do povo e melhores condições. Porque você vai comer uma verdura cheia de agrotóxico, vai dar câncer, vai dar vários tipos de doença, e a orgânica não. Orgânica, para organismo, para pessoa, para saúde humana é melhor, porque se uma planta não tem agrotóxico é uma planta sadia, então o pessoal tem chance de não ter problema. Porque às vezes o camarada vai comer, tem 10 caixas de tomate, daqui a tantos dias ele pode tirá daquela que em determinados dias se passa o veneno, e agora quem comeu aquilo é a vítima, do meu ponto de vista.

A idéia de se associar o conceito de agricultura orgânica ao conceito de saúde aparece em 12,5% dos discursos. Confunde-se o conceito de agricultura com o do alimento, “*agricultura orgânica é um tipo de verdura mais saudável*”, ampliando esta idéia em “*que proporciona a saúde do povo e melhores condições.*” Em “*melhores condições*” não deixa claro do que efetivamente se trata, mas pode sinalizar que seriam melhores condições de saúde para o produtor também. Por outro lado, o discurso associa o consumo de agrotóxicos à geração de doenças para o consumidor, destacando-se o câncer: “*Porque você vai comer uma verdura cheia de agrotóxico, vai dar câncer, vai dar vários tipos de doença....*” No contraponto de não gerar a doença está a hortaliça orgânica ... “*e a orgânico não.*” Essa idéia se reforça concebendo que é melhor que aquela que usa agrotóxico, tanto para o indivíduo como para a saúde humana: “*Orgânica, para organismo, para pessoa, para saúde humana é melhor, porque se uma planta não tem agrotóxico é uma planta sadia.*” Esta idéia se diferencia da idéia anterior da agricultura que não usa agrotóxico, ampliando-a na sua relação com a saúde dos indivíduos e das plantas. Surge uma

exemplificação para melhor caracterizar essa idéia que denota a consciência de possíveis efeitos nocivos do uso de agrotóxico, e também que o produto pode ser consumido no período de carência para anulação dos efeitos do agrotóxico: “*Então o pessoal tem chance de não ter problema, porque às vezes o camarada vai comer, tem 10 caixas de tomate, daqui a tantos dias ele pode tirá daquela que em determinados dias se passa o veneno, e agora quem comeu aquilo é a vítima, do meu ponto de vista.*”

IDÉIA CENTRAL E - É UMA AGRICULTURA QUE FAZ USO DE PRODUTOS NATURAIS

Critério de inclusão: resposta restrita à citação de produtos naturais usados neste tipo de produção

DSC

Sim, conheço. É aquela que usa produtos naturais, essas coisas, mamona, esterco do cavalo, milho.

Esta idéia, que aparece em 9,38 % dos discursos, amplia a Idéia C, em que o “natural” aparecia em contraponto ao não uso de agrotóxico. Aqui exemplificam-se as técnicas utilizadas e o conceito do uso de produtos naturais como: “*mamona, esterco de cavalo, milho.*”

IDÉIA CENTRAL F - OUTRAS RESPOSTAS

Critério de inclusão: respostas que apresentam outras dimensões.

DSC

Eu já assisti um programa no Globo Rural da Alemanha em matéria de produto orgânico. Então algum conhecimento a gente tem não muito, mas tem noção de como funciona a coisa. Ia até começa a fazer uns cursos, mas eu pensei: onde vai abastecer esse produto? Ai não tem como, tem que entrar para ter parceiro. Só que aqui não tem união, o pessoal daqui não tem união. Custo muito alto e tem que ter muita produção, igual eu que forneço assim mercado, não vai dar tanto produção assim, tem que ser área pequena, tudo muito mais caro, igual eu que forneço povo, bastante periferia, eles não vão querer pagar R\$ 5,00 num produto orgânico. Orgânico quer dizer que é...quer dizer pra você que planta muito, é complicado esse adubo orgânica. Eu não entendo isso ai. Não é agrotóxico, é químico, tem gente que fala que é agrotóxico, não é, é agroquímico. Para as pessoas que tão plantando ai, tão dizendo que tá sendo bom. Agora pra mim não foi bom, porque eu plantava nabo preto, aí eu parei de plantar, ele não tem

fortaleza igual. Ele não ajuda a terra, só mantém a cor da terra, não dá força na planta, tem que usar químico mesmo.

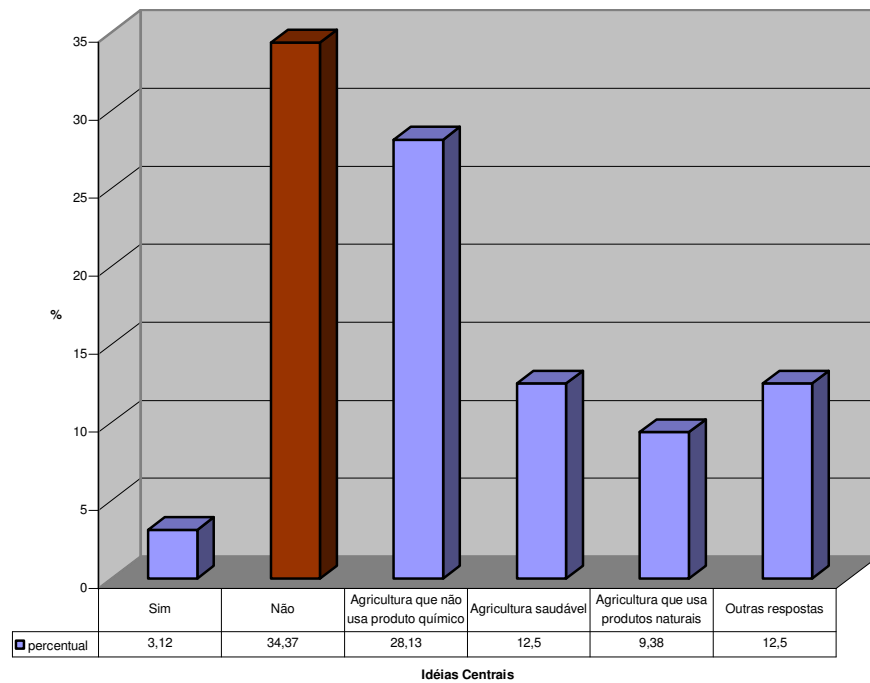
Este discurso com uma intensidade de 12,50 % se compõe de outras respostas. Há uma referência a ter ouvido falar de agricultura orgânica por um programa de TV, especializado em agricultura, Globo Rural que mostrou um caso da Alemanha. Revela um questionamento sobre onde vender, e aponta que seria necessário entrar “*com parceiro*”, mas também que há a falta de união na região e que isso dificultaria: “*Ja até começa a fazer uns cursos, mas eu pensei: onde vai abastecer esse produto? Ai não tem como, tem que entrar para ter parceiro. Só que aqui não tem união, o pessoal daqui não tem união.*” Outra idéia é em relação ao custo do orgânico ser impróprio para público que o agricultor atende. “*Custo muito alto e tem que ter muita produção, igual eu que forneço assim mercado, não vai dar tanto produção assim, tem que ser área pequena, tudo muito mais caro, igual eu que forneço povo, bastante periferia, eles não vão querer pagar R\$ 5,00, num produto orgânico.*”

O discurso também aponta o não conhecimento ou o não entendimento do uso de um certo tipo de “adubo orgânico”, que se reporta a uma idéia atribuída a outras pessoas em “*tem muita gente que fala que é agrotóxico, não é, é agroquímico*”, mas ressalta-se não conhecer a efetiva natureza do produto mencionado. Está presente também a idéia de que existem experiências que estão dando certo, “*Para as pessoas que tão plantando ai, tão dizendo que tá sendo bom*”, mas denota-se uma certa desconfiança a respeito do sistema de produção orgânica, na alegação de que foi feita uma tentativa e que não deu certo, citando um exemplo para ilustrar e reforçar essa idéia: “*Agora pra mim não foi bom, porque eu plantava nabo preto, aí eu parei de plantar, ele não tem fortaleza igual. Ele não ajuda a terra, só mantém a cor da terra, não dá força na planta, tem que usar químico mesmo.*”

5.3.1.2. Resultados quantitativos

1. Você conhece agricultura orgânica? O que é isso para você?

Figura 5 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente a questão: Você conhece agricultura orgânica? ...O que é isso para você? Parelheiros, São Paulo, 2006.



5.3.2. PERGUNTA 2

5.3.2.1. Resultados quali quantitativos

PERGUNTA	IDÉIAS CENTRAIS
<i>Existe um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Nesse caso, os alimentos seriam produzidos por agricultores da região. O que o sr/a acha dessa proposta?</i>	<p>A- É boa.</p> <p>B-É boa para a saúde e para as crianças.</p> <p>C-É boa porque não usa produtos químicos.</p> <p>D-É boa porque pode ser economicamente rentável.</p> <p>E- Depende de ter alguns apoios.</p> <p>F- Na realidade é uma proposta impraticável.</p>

IDÉIA CENTRAL A - É BOA

Critério de inclusão: o entrevistado classifica a idéia como boa.

DSC

Acho que é uma boa, já ouvi falar que é bom para o bem da população, porque pelo menos ajuda.

A idéia de que a proposta é boa aparece com uma intensidade de 10,53%. Aqui a percepção da proposta de abastecimento da merenda com orgânicos, por agricultores da região parece ser de que é “boa”, com uma qualidade, associando a proposta a um conceito amplo do bem estar coletivo, da população como um todo, sugerindo que a agricultura orgânica pode “ajudar.” Não se explicita, contudo, a dimensão do que se entende por “bem para a população” e que “pelo menos ajuda.”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: saudável (bem estar).

IDÉIA CENTRAL B - É BOA PARA A SAÚDE, ESPECIALMENTE DAS CRIANÇAS

Critério de inclusão: o entrevistado classifica a idéia como boa, e justifica a adesão a proposta relacionando-a a benefícios em relação à saúde (em especial das crianças) e ao meio ambiente.

DSC

É proposta boa, seria o ideal, principalmente para a criança que tem organismo frágil; é, tem que ser uma coisa mais especial para a criançadinha, porque hoje em dia vivem comendo coisas que não são saudáveis, vivem cheios de doença, então se eles comessem só coisas orgânicas era até bom para a saúde, para estudar melhor. Pra nós adultos, que o organismo é mais resistente já é problema, para uma criança nem se fala, que é tudo frágil, então teria que ter mais respeito com a criança. A proposta é boa porque faz bem e incentiva as crianças desde pequena, pra mais tarde não ter esses problemas que está tendo agora, as crianças com postura muito forte, engordamento, criança com pressão alta, doença de adulto; então tem que reeducar as crianças a se alimentar corretamente, com produto mais natural, para não vai fazer mal para a saúde, para a pessoa. No Norte e Nordeste eles fazem muito isso aí, fazendo da casca de banana madura bife à milanesa para a molecada. Tem que saber aproveitar. É para melhor, esta região, como aqui recurso, natureza, município São Paulo, e já último recurso, então tem que preservar, cultura, lavoura também não pode jogar muito adubo químico, então orgânico, mais melhor.

A idéia de que a proposta é mais que boa, mas “*ideal, principalmente para a criança*”, aparece como uma das mais fortes (21,05%) entre os discursos apurados. Destaca a idéia de que para as crianças “*tem que ser uma coisa especial*” demonstrando a percepção de que a proposta poderia impedir doenças. Está também presente a idéia de que a má alimentação causa problemas de saúde: “*(as crianças) vivem hoje comendo hoje coisas que não são saudáveis, vivem cheios de doença*”, e “*esses problemas que está tendo agora, as crianças com postura muito forte, engordamento, criança com pressão alta, doença de adulto.*” Outra idéia é a que associa o consumo somente de orgânico à melhoria nos estudos das crianças “*então se eles (as crianças) comessem só coisas orgânicas era até bom para a saúde, para estudar melhor.*” Há uma comparação entre a resistência do organismo dos adultos e a das crianças em relação à má alimentação, ressaltando que, “*Pra nós adultos, que o organismo é mais resistente já é problema, para uma criança nem se fala, que é tudo frágil.*” Nessa perspectiva consideram a idéia de que se deveria ter “*mais*

respeito com a criançada”, supondo-se que se referem aos responsáveis pela educação pública. Também colocam a percepção de que a proposta tem um caráter educativo e preventivo de doenças das crianças desde pequenas (apontando, talvez, que a percepção de que deve ser inserida no início do processo educativo), bem como que a escola deve oferecer o alimento mais natural e saudável: “*A proposta é boa porque faz bem e incentiva as crianças desde pequenas, a mais tarde não ter esses problemas que está tendo agora*” e “*então tem que reeducar as crianças a se alimentar corretamente, com produto mais natural, para não fazer mal para a saúde, para a pessoa.*” Também aparece a idéia da necessidade do aproveitamento integral dos alimentos, a exemplo de frutas para as crianças: “*No Norte e Nordeste eles fazem muito isso aí, fazendo da casca de banana madura bife à milanesa para a molecada. Tem que saber aproveitar.*” Nota-se que nessa idéia, ao contrário daquela que aponta o “engordamento” das crianças, não se demonstra a preocupação com a questão da fritura, e o excesso de gordura saturada, que deve ser evitada em casos de sobrepeso ou obesidade. Outra idéia, que aparece também em um português truncado, denota a preocupação ambiental com a região, dizendo que se tem de preservar a natureza e ter cuidados no manejo agrícola, concluindo que o orgânico é melhor para a região: “*É para melhor, esta região, como aqui recurso, natureza, município São Paulo, e já último recurso, então tem que preservar, cultura, lavoura também não pode jogar muito adubo químico, então orgânico, mais melhor.*”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: saudável (prevenção e educação em saúde).

IDÉIA CENTRAL C - É BOA PORQUE NÃO USA PRODUTOS QUÍMICOS

Critério de inclusão: o entrevistado classifica a idéia como boa e justifica a adesão à proposta relacionando-a ao não uso de produtos químicos.

DSC

É boa, não usando produtos químicos, porque não vai inseticida, herbicida, porque não usa agrotóxico. Não pode jogar muito adubo químico, então orgânico é mais melhor. O produto químico tinha que acabar, a pessoa sente uma dor aqui, umas dor de barriga, porque dá na gente; por exemplo, quando esqueço, eu como unha,

eu tô mexendo, volto lá, boto na boca, dá dor de barriga, dá diarreia: é só você esquecer dá diarreia; até o doutor descobri, às vezes, o cara até já morreu.

Esse discurso, com intensidade de 13,16%, reforça e amplia as idéias apresentadas na questão anterior, em que se buscou apurar o conhecimento que os entrevistados tinham sobre agricultura orgânica. Justifica-se porque considera o orgânico melhor sob o aspecto técnico, “*É boa, não usando produtos químicos, porque não vai inseticida, herbicida, porque não usa agrotóxico. Não pode jogar muito adubo químico, então orgânico é mais melhor*”, e amplia esse ponto de vista ao relacionar o uso do agrotóxico, agora mais expressivamente com os impactos que causam à saúde do agricultor. Nesse discurso percebe-se uma preocupação e um apelo, “*O produto químico tinha que acabar*”, pelo efeito que os agrotóxicos provocam na saúde, e traz um exemplo pessoal do problema detectado: “*a pessoa sente uma dor aqui, umas dor de barriga, porque dá na gente; por exemplo, quando esqueço, eu como unha, eu tô mexendo, volto lá boto na boca, dá dor de barriga, dá diarreia: é só você esquecer, dá diarreia.*” Por último, aponta também a dificuldade de se obter um diagnóstico preciso sobre o problema que pode causar intoxicação de efeito cumulativo: “*até o doutor descobri, às vezes, o cara até já morreu.*”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: saudável.

IDÉIA CENTRAL D - É BOA PORQUE PODE SER ECONOMICAMENTE RENTÁVEL

Critério de inclusão: o entrevistado classifica a idéia como boa e justifica a adesão à proposta relacionando-a a algum rendimento econômico.

DSC

É uma boa maneira de vender a produção orgânica, porque a gente tem que experimentar, não sei sobre a produção, se ela terá um bom desenvolvimento, mas seria bom, acho que a venda direta ao consumidor traria mais lucro pro agricultor. Pode ser uma proposta até boa, a gente tá com uma alface aqui, que tá sobrando, nem que você esteja combinando o preço, se você conseguisse é um negócio até bom. Ajuda os agricultores a colocar o sistema de produção natural, financeiramente não gasta, porque defensivo agrícola tá muito alto, comparado com o preço da mercadoria que a gente vende.

Tem outra coisa, as senhoras por aí, não são muito atrasadas não, elas já tão percebendo quando você infeta muito veneno. Aí começa a sobrar (mercadoria) no

supermercado, elas estão aprendendo rapidinho, eu não sei como, quem tá explicando, mas, por exemplo, aquele que está praticamente no ponto de colher, aquele não se pode jogar mais nada, que é pra que as senhoras não perceba e não venha a ter algum tipo de problema. A mercadoria que a gente vende tá parada desde o começo do início do plano real. Mas o que a gente compra, subiu 300%, 400% por cento.

A idéia de que a proposta é boa por poder ser economicamente rentável que aparece em 15,79% dos discursos, associa-se à percepção de que a merenda escolar pode ser um boa opção de mercado, “a gente tem que experimentar”, mesmo com a ressalva e a incerteza, pela falta de conhecimento do sistema de produção, se ele teria “*bom desenvolvimento.*” Ampliando a percepção de que é um bom mercado está a idéia de maior lucratividade sem a intermediação de distribuidores: “*a venda direta ao consumidor traria mais lucro pro agricultor.*”

Outra idéia que aparece é de se obter lucro pela possibilidade de reaproveitamento do que não é aceito no mercado que atendem (CEAGESP, feiras, mercados, etc.), supondo-se que o mercado escolar seja menos exigente: “*Pode ser uma proposta até boa, a gente tá com uma alface aqui, que tá sobrando, nem que você esteja combinando o preço, se você conseguisse é um negócio até bom.*” Transparece, portanto, também a percepção de que o mercado escolar seria garantido, e que poderia viabilizar a “produção natural.” A idéia aqui é de que “não se tem gastos” em comparação com o que se gasta na agricultura convencional com produtos químicos: “*Ajuda os agricultores a colocar o sistema de produção natural, financeiramente não gasta, porque defensivo agrícola tá muito alto, comparado com o preço da mercadoria que a gente vende.*”

Aparece a idéia de que o consumidor já está mais consciente e exigente: “*Tem outra coisa, as senhoras por aí, não são muito atrasadas não, elas já tão percebendo quando você infeta muito veneno. Aí começa a sobrar (mercadoria) no supermercado, elas estão aprendendo rapidinho.*” Está presente também uma certa curiosidade em saber “como” e “quem” está explicando ao consumidor sobre o agrotóxico “*eu não sei como, quem tá explicando.*” Ilustra-se essa idéia com um exemplo de que não se pode mais jogar agrotóxico nos produtos que já estão quase em ponto de colher por poder causar algum tipo de problema na saúde das “senhoras”: “*mas, por exemplo, aquele que está praticamente no ponto de colher,*

aquele não se pode jogar mais nada, que é pra que as senhoras não perceba e não venha a ter algum tipo de problema.”

Também está presente a idéia de que o sistema convencional tem a desvantagem de ter os insumos caros: “*A mercadoria que a gente vende tá parada desde o começo do início do plano real. Mas o que a gente compra, subiu 300%, 400% por cento.*”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: rentável (rentabilidade da agricultura orgânica).

IDÉIA CENTRAL E - DEPENDE DE TER ALGUNS APOIOS

Critério de inclusão: o entrevistado condiciona a adesão à proposta a alguns apoios (treinamentos, criação de associação de produtores, etc.).

DSC

Aí depende, precisa ver bem certo, tem que ver direito, ver como funciona. Porque a gente depende muito do CEASA, a gente não sabe se manda certo ou não manda, a mercadoria tá numa tabela, não vem a cotação que a gente quer. A gente é pequeno produtor a gente não pode entrar no CEASA, pequeno produtor é difícil.

Aí o governo vai ter que arrumar um jeito de explicar pra gente, porque mesmo o produtor que produz pouca coisa assim, isso convencional, se tiver um pouco de explicação, orientação, acompanhamento, o cara melhora, todo mundo melhora, todo mundo aprende um pouquinho, ninguém sabe de tudo, vai sempre sabendo. Se a gente conseguir produzir bonito, aprendendo é claro, conseguir produzir melhor do que o que a gente tá produzindo, é uma boa. Mas precisa ter uma associação dos produtores para reunir e cada produtor plantar uma certa coisa, teria que reunir produtores, consumidor para ver: sítio tal vai produzir cenoura, beterraba, chuchu outro sítio vai produzir outros legumes, tomate, batata, se é para a merenda e tem que ser assim. Organizar agricultor orgânico, cultura orgânica melhor.

A gente não tem aquela união e a gente sozinho não dá, o custo da gente tá muito alto. Alguém da região tem participado? Se o cara distribuir assim, para uma escola, a gente tem que fazer o canteiro separado, só para a escola, porque se a gente for fazer com todos, tem pedaço de terra que não produz, não dá, é fraco, então a gente já separa, porque aí pode por adubo orgânico.

A prefeitura fechou aquela fábrica de reciclagem do lixo, que ela fazia tudo. Tinha que reabrir aquilo ali e ajudava todo mundo comprava aquilo da prefeitura, enriquecia com um pouquinho de adubo de gado e de galinha que já ajudava bem, preço simbólico, pessoal aqui tudo comprava da Leopoldina.

Toda a vida, a gente é assim, eu, por exemplo, fui um dos maiores plantadores de couve-flor do pedaço, agora não acerta a couve-flor, ele começa a rachar, ou eu tô jogando água demais, ou adubo demais, ou preciso arrumar mais um pouquinho orgânico com mais paciência pra ele vim devagar, porque o orgânico demora mais.

Mas eu não tenho o acompanhamento correto, mas eu tenho certeza disso, noção, quem trabalha sabe.

Nesse discurso presente em 18,42% das entrevistas, há o condicionamento da proposta a alguns apoios. Nota-se uma certa desconfiança e necessidade de se ter mais informações precisas, “*Aí depende, precisa ver bem certo, tem que ver direito, ver como funciona*”, para poder deixar, por exemplo, de se atender o CEASA, do qual eles demonstram ter dependência, mostrando que não podem entrar direto no CEASA por serem pequenos produtores, e que não conseguem saber os valores da tabela de preços, subentendendo descontentamento com esse processo de venda: “*a gente não sabe se manda certo ou não manda, a mercadoria tá numa tabela, não vem a cotação que a gente quer. A gente é pequeno produtor a gente não pode entrar no CEASA.*” Há a idéia aqui também da falta de opções de outros mercados, o que acaba criando dependência: “*Porque a gente depende muito do Ceasa, pequeno produtor é difícil.*”

Há a percepção de que é papel do governo oferecer capacitação, orientação e acompanhamento, e de que se tiverem essa oportunidade podem melhorar e aprender: “*Aí o governo vai ter que arrumar um jeito de explicar pra gente, porque mesmo o produtor que produz pouca coisa assim, isso convencional, se tiver um pouco de explicação, orientação, acompanhamento, o cara melhora, todo mundo melhora, todo mundo aprende um pouquinho, ninguém sabe de tudo, vai sempre sabendo.*” Há uma noção seqüencial das ações necessárias de apoio, primeiro a capacitação seguida de uma conseqüente produção adequada: “*Se a gente conseguir produzir bonito, aprendendo é claro, conseguir produzir melhor do que o que a gente tá produzindo, é uma boa.*” Depois da produção adequada a partir da educação haverá, segundo a percepção dos agricultores, a necessidade de associação entre os produtores, pois está presente a percepção de que “sozinho não dá” pelo alto custo de produção e a necessidade de planejamento e organização da produção e abastecimento que o mercado escolar requer. Aparece também a idéia de que é necessária uma associação para se baratear os custos, mas detecta-se que falta união dos produtores: “*Mas precisa ter uma associação dos produtores para reunir e cada produtor plantar uma certa coisa, teria que reunir produtores,*

consumidor para ver: sítio tal vai produzir cenoura, beterraba, chuchu outro sítio vai produzir outros legumes, tomate, batata, se é para a merenda e tem que ser assim;” “ A gente não tem aquela união, a gente sozinho não dá, o custo da gente tá muito alto.” Também pode se subentender neste discurso uma certa idéia de que se deve ter um planejamento participativo do abastecimento da escola em: *“teria que reunir produtores, consumidor para ver.”* Pergunta-se se há alguém já participando, numa demonstração de que o exemplo sempre tem força de estímulo: *“Alguém da região tem participado?.”* Aparece a idéia de uma “produção paralela” de orgânicos e de convencional, separando-se o canteiro para a escola (uso de adubo orgânico), dos outros canteiros. *“Se o cara distribuir assim, para uma escola, a gente tem que fazer o canteiro separado, só para a escola, porque se a gente for fazer com todos, tem pedaço de terra que não produz, não dá, é fraco, então a gente já separa, porque aí pode por adubo orgânico.”*

Há também a idéia de se apontar a perda de apoio da prefeitura que era importante: *“A prefeitura fechou aquela fábrica de reciclagem do lixo(...) todo mundo comprava aquilo da prefeitura, enriquecia com um pouquinho de adubo de gado e de galinha que já ajudava bem, preço simbólico.”*

Por último o discurso demonstra a situação de descontrole e falta de orientação decorrente do uso de agrotóxico, que está mudando a produção. Os agricultores não sabem mais como lidar com a situação que antes dominavam, mostrando ser necessário ter uma assistência técnica para apontar saídas, até mesmo da produção orgânica, que é considerada um plantio mais “demorado”: *“Toda a vida, a gente é assim, eu, por exemplo, fui um dos maiores plantadores de couve-flor do pedaço, agora não acerta a couve-flor, ele começa a rachar, ou eu tô jogando água demais, ou adubo demais, ou preciso arrumar mais um pouquinho orgânico com mais paciência pra ele vim devagar, porque o orgânico demora mais. Mas eu não tenho o acompanhamento correto, mas eu tenho certeza disso, noção, quem trabalha sabe.”*

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: apoios.

IDÉIA CENTRAL F - NA REALIDADE É UMA PROPOSTA IMPRATICÁVEL

Critério de inclusão: o entrevistado não concorda com a proposta e justifica a não adesão apresentando argumentos.

DSC

É um processo muito trabalhoso a parte de agricultura orgânica e às vezes não tão produtivo, comparado ao que a gente faz assim, é muito trabalho, dá muita mão-de-obra. Eu acho difícil, porque se planta, joga na terra, se não passa agrotóxico não resolve, muita doença, acho que sem passar remédio não resolve nada, acho que só orgânico não vai resolver não.

Orgânico sai caro, o transporte caro, orgânico só não dá, dá muito trabalho, tem que fechar o ambiente: a gente trabalha com quantidade, orgânico tem que ser área pequena e colher bem é difícil. Orgânico é mais melhor do que o químico, mas químico é mais fácil de fazer as compras, porque é duro de produzir, nessa região é difícil por causa de muitas pragas e doenças e não acredito ser possível colher legumes sem agrotóxicos, se eu facilito de jogar veneno na planta a planta tá tudo bichada, tem que jogar fora, a não ser que os alunos vão comer com bicho e tudo? Não sobra tempo para isso. Por enquanto não acho uma boa proposta, quem sabe futuramente.

Este discurso aparece com uma intensidade de 21,05%. Está presente a idéia de que a agricultura orgânica é “trabalhosa”, “dá muita mão de obra” e que o sistema não é “tão produtivo” comparado ao sistema que praticam. Há a idéia de que, se não colocar o agrotóxico, não haverá como plantar, por causa da grande quantidade de pragas e doenças na região “se eu facilito de jogar veneno na planta a planta tá tudo bichada, tem que jogar fora.” Diante da idéia de não ser possível produzir sem o produto químico questiona-se: “a não ser que os alunos vão comer com bicho e tudo”? Outra questão associada ao “dá muito trabalho” é a necessidade de adotar técnicas como a de “fechar o ambiente” para se evitar contaminação do cultivo de orgânico. Também está presente a idéia de que o trabalho em um determinado tamanho de área não é compatível com o sistema orgânico, e que para isso “tem que ser área pequena e colher bem é difícil.” Outra idéia é de que o “orgânico sai caro” e além do mais teria “o transporte caro”, o que poderia inviabilizar, eventualmente, o abastecimento à escola. Constatou-se que o “Orgânico é mais melhor do que o químico, mas químico é mais fácil de fazer as compras, porque é duro de produzir,

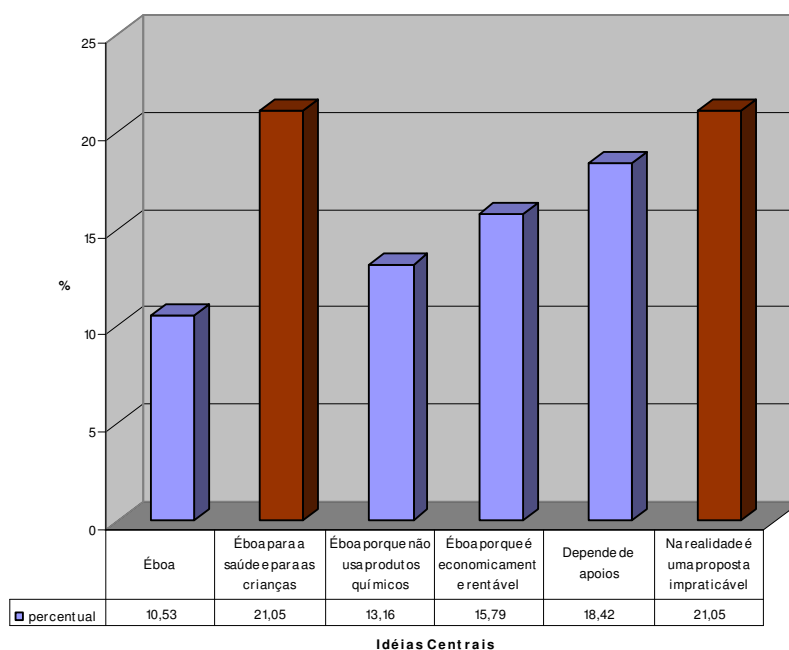
nessa região”, associando também a idéia da falta de tempo para o plantio de orgânico por necessitar maior cuidado: “*Não sobra tempo para isso.*” Por fim abre-se a possibilidade de um futuro envolvimento. “*Por enquanto não acho uma boa proposta, quem sabe futuramente.*”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: tecnicamente viável.

5.3.2.2. Resultados quantitativos

2. Existe um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Nesse caso, os alimentos seriam produzidos por agricultores da região. O que o sr/a acha dessa proposta?

Figura 6 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente à questão: Existe um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Nesse caso, os alimentos seriam produzidos por agricultores da região. O que o sr/a acha dessa proposta? Parelheiros, São Paulo, 2006.



5.3.3. PERGUNTA 3

5.3.3.1. Resultados qualiquantitativos

PERGUNTA	IDÉIAS CENTRAIS
<p>Você se interessaria em participar de uma proposta como essa?... Como?</p>	<p>A- Sim, é uma proposta boa para todo mundo. B-Sim, se for uma proposta lucrativa. C- Sim, se tiver apoios. D- Não, ou não sabe como participar. E- Não, é uma proposta impraticável. F- Outras respostas.</p>

IDÉIA CENTRAL A - SIM, É UMA PROPOSTA BOA PARA TODO MUNDO

Critério de inclusão: respostas favoráveis, sem restrições à proposta de introdução de produção orgânica

DSC

Seria bom. Interessa pra todo mundo, uma mão lava a outra, eles me ajuda eu ajudo eles. Isso é bom pra mim, é bom pra os meus. Era bom, pra criançada, bom pros poderes públicos e pro agricultor. Facilitava três partes. Todo mundo saia numa boa, seria ideal.

Acho que sim, desde pequeno, tem que ensinar... e tem que ter na merenda também, já mandei, no Capão Redondo, igreja adventista sempre vem buscar, eu ajudava. Ai é tal do negócio, por exemplo, geralmente vão marcar um determinado dia, determinado lugar e todo mundo que se interessar esteja lá presente, entendeu? Porque tem muitos pequenos produtores juntava 2, 3, 4 de acordo com a sua produção para completar aquela quantidade certa que seria necessário para cada escola, pra não faltar. Juntar, reunir, assinar um termo de responsabilidade pra não faltar, que infelizmente é a mania do brasileiro, que é assumir compromisso, depois dá mancada, depois tem o contrato e a multa pro cara saber honrar.

Nesse discurso, de pouca intensidade (5,56%), observa-se a idéia de que a proposta possa beneficiar a todos e de uma ajuda mútua: “*Interessa pra todo mundo, uma mão lava a outra, eles me ajuda eu ajudo eles*”, também reforçada em “*bom para os poderes públicos*”, “*para mim e para os meus*”, “*para a criançada*” e “*para o agricultor.*” E assim conclui-se que a proposta “*facilitava as três partes*” (criançada,

poder público e agricultor), denotando-se a compreensão da abrangência de uma proposta como esta e que envolve desde a produção (agricultor), a gestão (governo) e o consumo (crianças/escola). Também está presente a idéia de que além de ensinar, tem que oferecer o alimento orgânico na merenda e apresenta-se um exemplo pessoal de doação de produtos para a Igreja Adventista, que sempre buscava a doação na propriedade, segundo parece apontar o discurso. Está presente a necessidade de que esta proposta parta de uma organização mínima dos pequenos produtores, para que eles possam dar conta de abastecer as escolas: *“Ai é tal do negócio, por exemplo, geralmente vão marcar um determinado dia, determinado lugar e todo mundo que se interessar esteja lá presente, entendeu? Porque tem muitos pequenos produtores juntava 2, 3, 4 de acordo com a sua produção para completar aquela quantidade certa que seria necessário para cada escola, pra não faltar.”* Deixando transparecer a necessidade de alguma forma associativa em que as pessoas se sintam compromissadas, para não se ter *“mancada”* e *“multas”*. Denota-se aqui a percepção de que a proposta de abastecer a escola e sua necessidade de volume e logística requer uma organização que é percebida, mesmo que com baixa intensidade, nos discursos dos agricultores: *“Juntar, reunir, assinar um termo de responsabilidade pra não faltar, que infelizmente é a mania do brasileiro, que é assumir compromisso, depois dá mancada, depois tem o contrato e a multa pro cara saber honrar.”*

Este DSC pode sinalizar como sub-temas geradores: apoio e saudável.

IDÉIA CENTRAL B-SIM, SE FOR UMA PROPOSTA LUCRATIVA

Critério de inclusão: resposta onde a aderência à proposta é condicionada a algum tipo de motivação econômica.

DSC

Se for uma proposta cabível pra mim, aceito, desde que eu tenha algum rendimento, desde que eu ganhe alguma coisa. Tenho que ver meus pontos também, ter renda, tenho que ver o que vou ganhar por trás, se vou ter lucro, se vai dar para me manter, se vou ter que vender o que tenho para depois no futuro para pagar as dívidas que vou deixar para trás.

Interessaria, a gente tem, mas o solo que a gente usa já tá contaminado, a dificuldade está aí, como trocar? Se eu planto aí, não é mais orgânico, já tem adubo, tem inseticida na terra, e essa mudança eu não sei como deve ser feita. Já teve a palestra, tudo e só que aqui ficou naquela, que parou. Pelo o que o rapaz falou, era trazido pela prefeitura, porque parece que a prefeitura é que tem isso, outras

peças não tem, então a gente tinha que possuir deles mesmo. Agora eu não sei como eles fazem se eles trazem de graça ou é comprado, como que vai ser. Se fosse de graça seria melhor, daí dava para forrar toda a roça inteira. Mas vai ter que me pagar porque são coisas que não são muito baratas, que a gente no negócio de lavoura é uma coisa que a gente aprende trabalhar todos os dias não fica naquele que era antigamente. E a verdura tá de 10 anos, 15 anos atrás o mesmo preço. Agora esse ano é que deu uma melhoradinha, um pouco melhor, mas mesmo assim não tá bom, não alcança. Antigamente chegava aqui plantava batatinha, batata-doce, nabo, tanto coisa assim, não precisa nem adubo. Agora já precisa, plantar um pé de qualquer coisa, fica toda a vida desse tamanhinho assim, não cresce de jeito nenhum... já não é mais que nem era. Da época em que eu plantava aqui, a gente usava um punhadinho para um pezinho de planta assim e ele vinha que ia longe e bonito, agora ...tem que usar mais, tem que gastar mais, então é tudo assim... A terra vai desacostumando, terras assim que aqui, tá mais de 100 anos plantada, todo dia plantando, a terra já tá cansada e a gente as vezes deixa um cantinho para descansar, só que daí vem hoje em dia a florestal não deixa mais, a gente tem vontade de aumentar a horta, mas não pode, a florestal não deixa, se a gente for cortar e eles souberem a gente tem que pagar multa, mas quando o vento cai, não paga multa pra eles. Tudo errado. Outra coisa, tem muita verdura aí, que já tá muito passada, para vender aí fora ninguém quer, agora o alimento pra as crianças da escola seria saudável, ele tá bom, porque ele é orgânico. Para muitos não servem porque tá pequeno, miúdo, não tem estrutura, para negócio de comercialização não presta, não serve, então para as crianças na escola eu creio que seria bom...O paladar dela é o mesmo da graúda ou da miúda, o paladar é um só, é a mesma coisa. Eu tenho isso comigo, pras crianças na escola eu acho que tem que permitir, porque sou obrigado a daqui a pouco passar o trator, a sorte que vai ficar na terra, mas se tem alguém que aproveita eu acharia melhor.

Na pergunta anterior (sobre a percepção em relação à proposta em geral) a questão da rentabilidade aparecia com uma intensidade de 15,79%. Já nesta questão (em que se pergunta o interesse direto do agricultor em participar da proposta) ela reaparece com um pouco mais de intensidade (16,66%) e nota-se o reforço de algumas idéias e a ampliação das mesmas. Aqui aparece a percepção de que a venda para escolas poderia ser um bom negócio, e se transforma numa condição a questão de se ter “lucro”, “se manter” para não se ter “prejuízo”: “*Se for uma proposta cabível pra mim, aceito, desde que eu tenha algum rendimento, desde que eu ganhe alguma coisa. Tenho que ver meus pontos também, ter renda, tenho que ver o que vou ganhar por trás, se vou ter lucro, se vai dar para me manter, se vou ter que vender o que tenho para depois no futuro para pagar as dívidas que vou deixar para trás.*”

Surge a dúvida sobre se é possível fazer a conversão para o sistema orgânico e ter que plantar em um terreno que já foi contaminado: “*Interessaria, a gente tem, mas o solo*

que a gente usa já tá contaminado, a dificuldade está aí, como trocar? Se eu planto aí, não é mais orgânico, já tem adubo, tem inseticida na terra, e essa mudança eu não sei como deve ser feita.” Está presente também a idéia em relação a como converter para o orgânico, apesar de já ter participado de palestra da prefeitura que “parou” (não teve continuidade), e também aparece a dúvida se eles (agricultores) terão algo, o que dá a entender que seria um tipo de insumo, “de graça”: *“já teve a palestra, tudo e só que aqui ficou naquela, que parou. Pelo o que o rapaz falou, era trazido pela prefeitura, porque parece que a prefeitura é que tem isso, outras pessoas não tem, então a gente tinha que possuir deles mesmo. Agora eu não sei como eles fazem se eles trazem de graça ou é comprado, como que vai ser. Se fosse de graça seria melhor, daí dava para forrar toda a roça inteira.”* Aparece também a mesma idéia que surgiu na pergunta anterior, a questão de dar o que é a “sobra da produção” para a escola, como se fosse uma alternativa para evitar o habitual desperdício que ocorre desde a produção do alimento até o consumo. Esta idéia se reforça em: *“Outra coisa, tem muita verdura aí, que já tá muito passada, para vender aí fora ninguém quer, agora o alimento pra as crianças da escola seria saudável, ele tá bom, porque ele é orgânico”*. E se amplia ao dizer que o mercado exige um padrão de qualidade, mais ligado aos aspectos de aparência (graúdo, miúdo...) do que da qualidade efetiva dos produtos e que “seu paladar não muda do graúdo para o miúdo”: *“Para muitos não servem porque tá pequeno, miúdo, não tem estrutura, para negócio de comercialização não presta, não serve, então para as crianças na escola eu creio que seria bom...O paladar dela é o mesmo da graúda ou da miúda, o paladar é um só, é a mesma coisa.”* De acordo com o discurso, também se reforça com a opinião de que dar para a escola algo que não tenha a aparência aceita pelo mercado seria melhor do que “passar o trator”, que apenas vai ajudar a adubar a terra: *“Eu tenho isso comigo, pras crianças na escola eu acho que tem que permitir, porque sou obrigado a daqui a pouco passar o trator, a sorte que vai ficar na terra, mas se tem alguém que aproveita eu acharia melhor.”*

Contudo, mesmo com a idéia do aproveitamento de “sobras”, alega-se ou condiciona-se ao “ter que receber” por este serviço, pois as “coisas” não são “muito baratas”, podendo se referir aos custos da produção convencional: *“Mas vai ter que me pagar porque são coisas que não são muito baratas.”* Também aparece a idéia de que o

sistema convencional de agricultura tende a criar uma dependência dos produtos químicos que não dá mais para largar. Segundo o discurso, o agricultor tem que ter todo o aparato químico e conhecimentos que custam cada vez mais, o que piora quando os preços dos produtos mantêm-se os mesmos e aumentam as despesas de produção: *“a gente no negócio de lavoura é uma coisa que a gente aprende trabalhar todos os dias não fica naquele que era antigamente. E a verdura ta de 10 anos, 15 anos atrás o mesmo preço. Agora esse ano é que deu uma melhoradinha, um pouco melhor, mas mesmo assim não ta bom, não alcança.”*

Aparece no discurso uma possível causa, “o cansaço da terra”, para esse baixo ou pior rendimento do plantio: *“terra vai desacostumando, terras assim que aqui, ta mais de 100 anos plantada, todo dia plantando, a terra já ta cansada.”* Aponta-se também o fato de não poderem aumentar a horta por conta de fiscalização, que pode multar. Aparece também a idéia de que quando há mudanças de clima não se paga multa e alega-se que está “tudo errado”: *“a gente as vezes deixa um cantinho para descansar, só que dai vem hoje em dia a florestal não deixa mais, a gente tem vontade de aumentar a horta, mas não pode, a florestal não deixa, se a gente for cortar e eles souberem a gente tem que pagar multa, mas quando o vento cai, não paga multa pra eles. Tudo errado.”*

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: rentável (rentabilidade da agricultura orgânica).

IDÉIA CENTRAL C - SIM, SE TIVER APOIOS (CURSOS, SEMINÁRIOS, ASSOCIAÇÕES, ETC.)

Critério de inclusão: resposta na qual a aderência à proposta é condicionada ao recebimento de diferentes apoios, em especial do governo e de associações.

DSC

Ah! sim, com ajuda de algumas pessoas que tão dentro no caso, dai a gente podia dar uma força. Tendo condições de aprender como se produz alimento orgânico, era um bom motivo de se animar. Tem que ter seminários, reuniões, fazer um tipo de palestra assim, se tivesse um lugar para fazer um tipo de associação, reunir pessoal, precisa ter um campo, que possa ajudar o produtor a entrar no esquema e mostrar como plantar, como cuidar, como adubar organicamente esses produtos. O curso é

melhor sempre à noite, de dia é ruim, que nem tem acontecido. Muita gente não vai porque é de dia. A noite dá para dar uma escapada, de dia tem compromisso. Porque a gente não tem conhecimento nem de como começar isso. Ia ter que começar, um começo mesmo, começar tudo mesmo, do zero. Teria que alguém pelo menos orientasse como a gente tem que ter, não no plantio, no tratamento, porque nós não temos conhecimento nenhum sobre isso, pode ser que às vezes a gente até se dê bem com isso, tudo depende de experimentar. Depende de estudar, essa parte. Saber quem é que vai levar? Buscar e levar as coisas? Precisa fazer própria escola para profissional agrícola, precisa, porque aqui, Brasil área grande, indústria também, e lavoura também muito importante.

Neste discurso de mais alta intensidade (50%) que também se reforça e amplia o DSC da mesma categoria referente à pergunta anterior, reforça-se a necessidade de ajuda de pessoas com experiência e do governo: “Ah! sim, com ajuda de algumas pessoas que tão dentro no caso, daí a gente podia dar uma força.” Está presente a idéia de que uma boa forma de estímulo seria aprender a respeito da agricultura orgânica, explicitando as formas de aprendizado de interesse: “Tendo condições de aprender como se produz alimento orgânico, era um bom motivo de se animar. Tem que ter seminários, reuniões, fazer um tipo de palestra.” E a mesma idéia se reforça em: “Porque a gente não tem conhecimento nem de como começar isso. Ia ter que começar, um começo mesmo, começar tudo mesmo, do zero. Teria que alguém pelo menos orientasse como a gente tem que ter, não no plantio, no tratamento, porque nós não temos conhecimento nenhum sobre isso, pode ser que às vezes a gente até se dê bem com isso, tudo depende de experimentar. Depende de estudar, essa parte.” Também se amplia essa idéia colocando a necessidade de um lugar para um tipo de associação: “se tivesse um lugar para fazer um tipo de associação, reunir pessoal.” Demonstra-se a necessidade, além do conhecimento teórico, de uma estrutura que seja um campo de experimento prático para o melhor entendimento da técnica: “precisa ter um campo, que possa ajudar o produtor a entrar no esquema e mostrar como plantar, como cuidar, como adubar organicamente esses produtos.” Há também a colocação mais explícita das limitações de tempo do agricultor para a dedicação a um curso, e qual seria a o melhor horário: “o curso é melhor sempre à noite, de dia é ruim, que nem tem acontecido. Muita gente não vai porque é de dia. A noite dá para dar uma escapada, de dia tem compromisso.” Formula-se uma idéia da importância de se obter apoio para a logística necessária para abastecer a escola:

“Saber quem é que vai levar? Buscar e levar as coisas?.” E, por fim, aponta-se também a necessidade de uma escola agrícola na região, pelo reconhecimento da importância que agricultura tem no Brasil.

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: apoio.

IDÉIA CENTRAL D -

NÃO, ou NÃO SABE COMO PARTICIPAR

Critério de inclusão: respostas relativas ao não, ou não sei como participar.

DSC

Não sei, não, na minha idade também, sei lá. Não sei, não tenho idéia de como poderia participar. Outra coisa, cooperativa levou meu dinheiro, mais ou menos, quase 20mil dólares, porque junto com ele não conseguiu pagar então, eu cortei convênio, cooperativa. Não adianta ter empregado para sustentar.

Então o meu plantio é pouco, entrego para alguns colonos, então pra mim sei lá, não seria uma boa idéia, porque eu entrego para colonos e feirante, então minha produção seria pequena.

Este discurso, com 11,11% de intensidade, aponta idéias como: de não saber se participaria em função da idade, e de “não ter idéia de como participar.” Esta última, poderia não necessariamente representar uma recusa, mas a falta de informação sobre como participar. Aqui também pode-se denotar uma certa “frustração” pelo calote levado com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia, e a colocação de que o sistema (cooperativa) não funciona, por ter empregados que têm que ser “sustentados”. Assim, ao que parece, pode-se subentender que a dificuldade que se vê em participar seria em ter que organizar uma cooperativa para abastecer a escola. Aponta-se, também como justificativa para não participar, a idéia de que a produção orgânica não seria viável para plantios pequenos cuja produção seja toda entregue a feirantes e colonos da região.

Este DSC pode sinalizar como sub-temas geradores: apoio e tecnicamente viável.

IDÉIA CENTRAL E - NÃO, É UMA PROPOSTA IMPRATICÁVEL

Critério de inclusão: respostas contrárias à proposta de produção de alimentos orgânicos.

DSC

Não. Eu não teria interesse no momento não. Eu tô com hidroponia aqui também, com estufa aqui. Depende do tempo que a gente tiver disponível para isso, porque a gente mexe com outros tipos de tratamento então não sei se a gente vai conseguir tempo pra isso. Porque eu já estudei bastante a parte de agricultura orgânica, tentei implantar, mas é meio difícil, é uma coisa, que pelo que eu vi, pelo que eu pesquisei, é uma coisa meia complicada. Precisa de um ambiente fechado, precisa de toda aquela estrutura para poder plantar, não é assim, você vai chegar e vai.

Tem que ter estrutura, fazer tudo direitinho para depois começar a produzir, igual do chão não, você passa trator, joga adubo e produz, é bem mais fácil, agora orgânico, acho que bem mais complicado. Tem que fazer curso, não é assim a olho, assim não. Tem produtos assim que organicamente produzidos é difícil, por exemplo, tomate, tem certos alimentos que organicamente produz, mas fica um preço oneroso e acho que não compensa, não sei pro estado, qual o valor que eles pagam. Então acho meio complicado, tem que ver o valor também, o valor de comercialização do produto. Ele é um produto que quem consome são as pessoas de alta renda, que só a feira lá na Água Branca, na Tutóia, só pessoas de poder aquisitivo alto, porque é um produto meio caro pra falar a verdade.

Então o meu plantio é pouco, entrego para alguns colonos, então pra mim sei lá, não seria uma boa idéia, porque eu entrego para colonos e feirante, então minha produção seria pequena. Eu já vi esse produto orgânico no mercado, no supermercado, cai muito a qualidade, pode ser que não tenha agrotóxico, a gente comparando com o que gente planta com agrotóxico, a qualidade cai.

O discurso de que é impraticável participar do abastecimento das escolas tem uma relativa intensidade (13,89%), mas nota-se que na pergunta anterior, quando se questionou qual era a percepção dos agricultores de forma geral sobre a proposta, houve uma maior intensidade de idéias sobre “*ser impraticável*” (21,05%), mas na pergunta para avaliar o interesse pessoal em participar houve uma redução expressiva de intensidade sobre essa idéia. Aparece aqui o discurso de que o envolvimento com outras técnicas não dará para adotar o sistema orgânico, que depende muito de tempo e de dedicação: “*tô com hidroponia aqui também, com estufa aqui. Depende do tempo que a gente tiver disponível para isso, porque a gente mexe com outros tipos de tratamento então não sei se a gente vai conseguir tempo pra isso.*” Também detecta-se a complexidade do sistema: “*Precisa de um ambiente fechado, precisa de toda aquela estrutura para poder plantar, não é assim, você vai chegar e vai.*” Existe a idéia de não haver interesse “*no momento em participar*”, como se pudesse ser algo a ser reavaliado posteriormente. Mas também está presente a idéia de uma

frustração por uma tentativa mal sucedida: *“Porque eu já estudei bastante a parte de agricultura orgânica, tentei implantar, mas é meio difícil, é uma coisa, que pelo que eu vi, pelo que eu pesquisei, é uma coisa meia complicada.”* Há ainda a alegação de dificuldade de aplicar o sistema orgânico, que depende de fazer cursos e de diversos cuidados, enquanto no sistema convencional é só *“passar o trator e jogar adubo”*: *“Tem que ter estrutura, fazer tudo direitinho para depois começar a produzir, igual do chão não, você passa trator, joga adubo e produz, é bem mais fácil, agora orgânico, acho que bem mais complicado. Tem que fazer curso, não é assim a olho, assim não.”* Outra alegação refere-se a que no sistema orgânico há produtos que são de mais difícil plantio, o que acaba encarecendo a produção e não compensa: *“Tem produtos assim que organicamente produzidos é difícil, por exemplo, tomate, tem certos alimentos que organicamente produz, mas fica um preço oneroso e acho que não compensa.”* Também está presente a dúvida sobre quanto o estado pagaria como valor justo por um produto de difícil plantio orgânico, como é o tomate: *“não sei pro estado, qual o valor que eles pagam. Então acho meio complicado, tem que ver o valor também, o valor de comercialização do produto.”* Está presente a idéia da elitização do público do orgânico, como aqueles que freqüentam as Feiras da Água Branca e da Tutóia de alimentos orgânicos (que são promovidas pela AAO): *“Ele é um produto que quem consome são as pessoas de alta renda, que só a feira lá na Água Branca, na Tutóia, só pessoas de poder aquisitivo alto, porque é um produto meio caro pra falar a verdade.”*

Aparece novamente, também, a idéia, de que para um plantio reduzido, o sistema orgânico de produção não vale a pena: *“Então o meu plantio é pouco, entrego para alguns colonos, então pra mim sei lá, não seria uma boa idéia, porque eu entrego para colonos e feirante, então minha produção seria pequena.”*

Por último, mostra-se uma visão negativa do orgânico que é vendido em supermercado e no mercado. A percepção é de que *“cai muito a qualidade”*, que talvez possa aqui estar associada à aparência dos produtos: *“Eu já vi esse produto orgânico no mercado, no supermercado, cai muito a qualidade, pode ser que não tenha agrotóxico, a gente comparando com o que gente planta com agrotóxico, a qualidade cai.”*

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: tecnicamente viável.

IDÉIA CENTRAL F - OUTRAS RESPOSTAS

Critério de inclusão: outras respostas em relação à pergunta.

DSC

De criança pequena? Tem que ensinar lavourar, porque aqui no Brasil está muito atrasado, essa regional do sul não tá atrasado tá quase igual do nível mundial, mas no Brasil o que manda lá no norte não sabe nem agricultura, não sabe, que jeito vai colher, que jeito planta, não sabe, lavrando, carpir enxada, puxar enxada, lavourando...

Ai, para cá, mais alimento cuidar, alimento mais natureza, eu não compro quase alimento industrial, aquele que estraga muito a saúde, porque pensa bem, que não apodrece.

Com 2,78% de intensidade este discurso apresenta aqui outras respostas à pergunta feita, podendo-se considerar que parte do discurso reforça a idéia já surgida de que é preciso educar a criança. Em relação à idéia de: “*Tem que ensinar lavourar, porque no Brasil tá muito atrasado*” pode estar sinalizando a necessidade de um ensino técnico, ao colocar que a prática no Brasil está muito atrasada, e delimita-se a região “*lá no Norte*”, que “*não sabe*” técnicas de plantio, “*não sabe, que jeito vai colher, que jeito planta, não sabe, lavrando, carpir enxada, puxar enxada, lavourando*”, fazendo um paralelo com a produção dessa “*regional do sul*”. Ao que parece aqui pode-se subentender uma ligação da produção convencional como sendo considerada a produção mais adiantada.

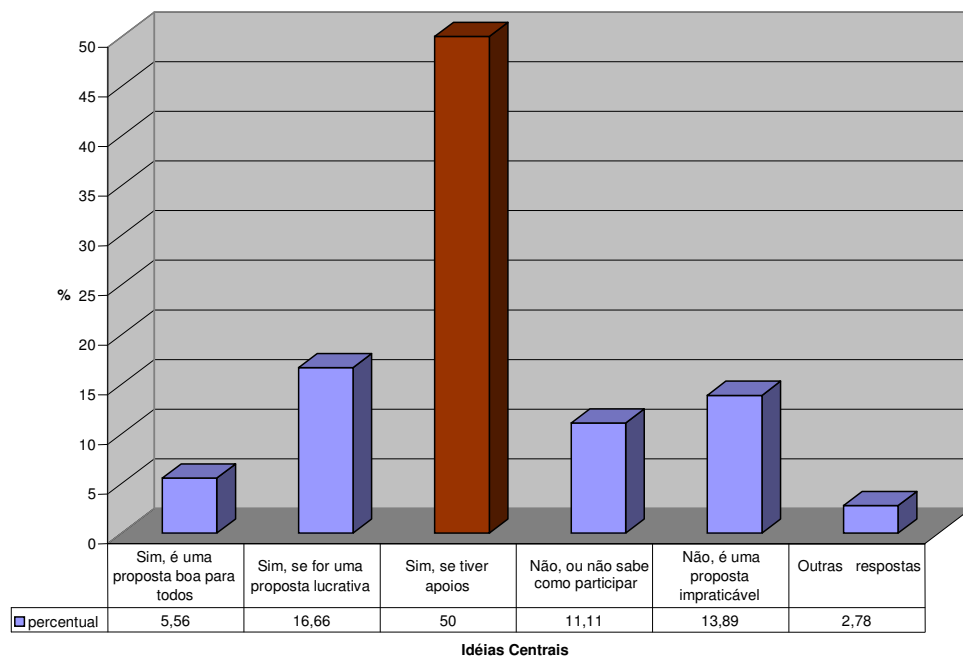
Aponta-se aqui também a preocupação com os hábitos alimentares de se evitar comer produtos “*industriais*” que “*estraga muito a saúde.*”

Este DSC pode sinalizar como sub-tema gerador: tecnicamente viável e saudável.

5.3.3.2. Resultados quantitativos

3- Você se interessaria em participar de uma proposta como essa?... Como?

Figura 7 - Distribuição dos tipos de representações sociais dos agricultores, frente a questão: Você se interessaria em participar de uma proposta como essa?... Como?, Parelheiros, São Paulo, 2006.



5.4. DISCUSSÃO

Após a identificação dos marcos conceituais e legais, da caracterização do público estudado e dos resultados dos DSCs categorizados e comentados a cada pergunta feita aos agricultores, discutem-se os referidos resultados e, para tanto, utiliza-se como estratégia a divisão em dois grandes blocos:

- Bloco 1: Definição de Agricultura Orgânica pela população estudada. Resultado da pergunta 1³³ feita aos entrevistados. Tema gerador: Definição de Agricultura Orgânica.
- Bloco 2: Opinião e interesse dos agricultores familiares da região de participarem do abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas nas escolas. Pela complementaridade das perguntas 2³⁴ e 3³⁵ da entrevista com os agricultores e de suas respostas observou-se dos discursos decorrentes que eles poderiam se organizar em 4 Temas Geradores: Saudável, Apoios, Rentável e Tecnicamente Viável.

Buscando facilitar a visualização desse processo, apresentam-se a seguir quadros e as respectivas discussões de cada um dos blocos. Apresentam-se as ECHs dos discursos dos agricultores, sub-categorizadas e divididas em duas colunas, segundo as oportunidades e desafios que se poderá encontrar em cada tema gerador, quando se buscarem processos de comunicação e educação motivacionais em relação ao tema em estudo.

30.Pergunta 1: Você conhece agricultura orgânica? O que é isso para você?

34 Pergunta 2:Existe um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Nesse caso, os alimentos seriam produzidos por agricultores da região. O que o sr/a acha dessa proposta?

35 Pergunta 3: Você se interessaria em participar de uma proposta como essa? Como?

Bloco 1: Definição de Agricultura Orgânica pela população estudada

Quadro 2 - Temas geradores e sub-temas /categorias de oportunidades e desafios.

TEMAS GERADORES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>Definição de agricultura orgânica</p>	<p>É uma agricultura saudável para o produtor e para o consumidor <i>“É uma agricultura saudável, tanto para o produtor, como para o consumidor final. Pra mim agricultura orgânica é um tipo de uma verdura mais saudável, que proporciona a saúde do povo e melhores condições.”</i> <i>“Orgânica, para organismo, para pessoa, para saúde humana é melhor, porque se uma planta não tem agrotóxico é uma planta sadia.”</i></p> <p>Orgânico como contraponto da agricultura convencional <i>“Agricultura orgânica é aquela que não trabalha com adubo químico. É a produção sem agrotóxico e não usa adubo químico. Também é coisa que não usa veneno nem muito adubo. Então é para colocar na terra, fazer a terra, trabalhar sem o adubo, trabalhar sem o sulfato, sem essas coisas.”</i></p> <p>Agricultura Orgânica usa produtos naturais <i>“Na agricultura orgânica o produto é natural, não usa agrotóxico, só fertilizante natural.”</i> <i>“É aquela que usa produtos naturais, essas coisas, mamona, esterco do cavalo, milho.”</i></p> <p>Efeitos do agrotóxico na saúde do produtor e da planta <i>“O que a gente toda aqui quase parou foi o uso de venenos, agrotóxico, a gente parou porque tava prejudicando a planta eu mesmo parei de mexer com veneno por causa disso, não é que eu fiquei ruim, mas eu senti que eu tava ficando fraco, com isso, mexe com veneno, daí então eu parei.”</i></p>	<p>Não ter estudado ou ter algum conhecimento pela mídia <i>“Já ouvi falar (orgânicos), mas não conheço, ou posso até conhecer, mas não entendo, não sei o que significa porque não estudei essa coisa de orgânica, nunca plantei com orgânico.”</i> <i>“Eu já assisti um programa no Globo Rural da Alemanha em matéria de produto orgânico. Então algum conhecimento a gente tem não muito, mas tem noção de como funciona a coisa. Que eu sei mais ou menos. Ia até começa a fazer uns cursos.”</i></p> <p>Não entendimento dos termos técnicos <i>“Já ouvi falar. Orgânico quer dizer que é pra você que planta muito, é complicado essa adubo orgânica. Eu não entendo isso ai. Não é agrotóxico, é químico, tem gente que fala que é agrotóxico, não é, é agroquímico.”</i></p> <p>Experiência anterior que não deu certo <i>“Para as pessoas que tão plantando ai, tão dizendo que tá sendo bom. Agora pra mim não foi bom, porque eu plantava nabo preto, aí eu parei de plantar, ele não tem fortaleza igual. Ele não ajuda a terra, só mantém a cor da terra, não dá força na planta, tem que usar químico mesmo.”</i></p> <p>Falta união entre os agricultores <i>“Eu pensei: onde vai abastecer esse produto? Ai não tem como, tem que entrar para ter parceiro.”</i> <i>“Só que aqui não tem união, o pessoal daqui não tem união.”</i></p> <p>Preço alto do orgânico para venda na região <i>“Custo muito alto e tem que ter muita produção, igual eu que forneço assim mercado, não vai dar tanto produção assim, tem</i></p>

	<p>Efeitos do agrotóxico na saúde do consumidor <i>“Porque você vai comer uma verdura cheia de agrotóxico, vai dar câncer, vai dar vários tipos de doença e a orgânica não. Então o pessoal tem chance de não ter problema, porque às vezes o camarada vai comer, tem 10 caixas de tomate, daqui a tantos dias ele pode tirá daquela que em determinados dias se passa o veneno e agora, quem comeu aquilo é a vítima, do meu ponto de vista.”</i></p>	<p><i>que ser área pequena, tudo muito mais caro, igual eu que forneço povo, bastante periferia, eles não vão querer pagar R\$ 5,00, num produto orgânico.”</i> Acreditar que o plantio orgânico é mais difícil e precisa de muito mais “paciência e habilidade” <i>“Tem muito mais dificuldade, muito mais paciência, muito mais calma, e eu não sou muito habilidoso nessa parte.”</i></p>
--	--	---

TEMA GERADOR: **DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS**

Boa parte dos discursos nessa questão aponta o não conhecimento sobre a definição de orgânico. Sob o aspecto técnico, os discursos limitam-se à definição de que é uma agricultura que não usa aditivos químicos como os agrotóxicos, e de que é uma agricultura que faz uso de produtos naturais. Sob o aspecto de saúde, os discursos apontam que é uma agricultura saudável, enfocando mais o aspecto da saúde do consumidor e do produtor. Outras respostas foram apontadas mas relacionam-se aos desafios para se implementar a agricultura orgânica. Essa limitação de repertório sobre definição de orgânico pôde ser observada mesmo havendo 46,7% dos entrevistados, que na caracterização do perfil do entrevistado, disseram que de alguma forma estão aplicando as práticas orgânicas (16,7%) ou em um sistema por eles auto-intitulado de “misto” (30%). Pode-se supor que a limitação do repertório sobre o que entendem por agricultura orgânica dá a dimensão para eles se auto-intitularem, muitas vezes, como orgânico ou em um sistema “misto”, pela diminuição ou o não uso de agrotóxico.

O que se observa é que essa definição de agricultura orgânica que grande parte dos agricultores deram é a que prepondera no senso comum, e que também se encontra, principalmente, na mídia: “que orgânico é saudável porque não usa agrotóxico, ou é o sistema de produção que não usa aditivo químico, em especial

agrotóxico.” Também o que se observa é que muitos veículos da mídia têm propagado a dúvida sobre os benefícios dos produtos orgânicos.

Mas vale destacar como a demonstração da limitação sobre a conceituação da agricultura orgânica pode ser encontrada mesmo em comunicações de veículos especializados, tradicionais que apontam a existência da dúvida sobre os benefícios dos orgânicos. A revista Globo Rural, por exemplo, colocou em um fórum de discussão na página da revista na Internet, sem explicar a origem da dúvida colocada, a seguinte afirmação: “O sistema orgânico de plantio, que elimina o uso de agrotóxicos, vem sofrendo críticas que colocam em dúvida sua viabilidade e a qualidade dos produtos obtidos pela técnica. E você, o que acha sobre os orgânicos?” (GLOBO RURAL, 2007). Portanto, isso mostra que a formação desse senso comum tem sido disseminada até por veículos especializados em agricultura. Contudo, existem veículos especializados em difundir a agricultura orgânica que ainda não são acessíveis à maior parte dos agricultores familiares, pois grande parte dessa difusão de informação tem ocorrido pela internet (a exemplo de dois portais especializados: Planeta Orgânico e Portal Orgânico) ou através da mídia impressa (Jornal da AAO, Revista Agroecológica, Revista Brasileira de Agroecologia, Revista Agroecologia Hoje, Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, etc.) com tiragens reduzidas.

Na discussão desse tema, buscou-se o referencial do marco legal existente sobre agricultura orgânica para se identificar a relação com os discursos dos agricultores sobre o que entendem por agricultura orgânica. Em relação à conceituação de agricultura orgânica como sistema orgânico de produção, tem-se a Lei Federal (Nº 10.831, 23 /12/ 2003) no qual o enfoque da saúde e do não uso de agrotóxico aparece como o primeiro item do inciso 1º, do artigo 1º: “§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é: I - a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais”; (que são identificados na lei como sendo; “o uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes”).

Portanto, entre as finalidades apontadas, está na Lei Federal, primeiramente, a de que a agricultura orgânica deve ofertar produtos saudáveis, considerando

saudáveis aqueles que são “isentos de contaminantes intencionais”, como os aditivos químicos.

Ao se analisar essa mesma questão na recente Lei Estadual (Nº 12.518, 2 /01/ 2007) que criou o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial a ser regulamentado, encontra-se o mesmo enfoque, que a produção orgânica deve ter como objetivo a oferta de “produtos saudáveis”, que sejam de “elevado valor nutricional”, e justificando-se por que devem estar isentos de contaminantes químicos:

“Artigo 2º - (...) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente e que promova (...) a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados – OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo.”

Esta representação está presente na pesquisa com os agricultores entrevistados em que aparecem os seguintes discursos:

“É uma agricultura saudável, tanto para o produtor, como para o consumidor final. Pra mim agricultura orgânica é um tipo de uma verdura mais saudável, que proporciona a saúde do povo e melhores condições.”

“Orgânica, para organismo, para pessoa, para saúde humana é melhor, porque se uma planta não tem agrotóxico é uma planta sadia.”

Também está presente, conforme aponta a Lei Estadual, a consciência dos efeitos do uso do agrotóxico: “riscos à saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente.” Nota-se nos discursos a seguir uma delimitação das colocações em relação aos efeitos do agrotóxico na saúde humana, tanto do produtor como do consumidor, e, sem dar maior conotação e aprofundamento, mostra a representação de que o agrotóxico estava “prejudicando a planta.” Nota-se que os efeitos na saúde do agricultor aparecem como sendo determinantes para que o mesmo tenha parado de usar agrotóxico. A fala reporta que outros agricultores também estão deixando de usar agrotóxico.

O DSC sobre os efeitos do agrotóxico na saúde do produtor e da planta:

“O que a gente toda aqui quase parou foi o uso de venenos, agrotóxico, a gente parou porque tava prejudicando a planta eu mesmo parei de mexer com veneno por causa disso, não é que eu fiquei ruim, mas eu senti que eu tava ficando fraco, com isso, mexe com veneno, daí então eu parei.”

Também a respeito dos efeitos do agrotóxico na saúde do consumidor, tem-se como discurso:

“Porque você vai comer uma verdura cheia de agrotóxico, vai dar câncer, vai dar vários tipos de doença e a orgânica não. Então o pessoal tem chance de não ter problema, porque às vezes o camarada vai comer, tem 10 caixas de tomate, daqui a tantos dias ele pode tirá daquela que em determinados dias se passa o veneno e agora, quem comeu aquilo é a vítima, do meu ponto de vista.”

Em relação a esta ilustração dos efeitos do agrotóxico na saúde do consumidor, aparece no discurso o exemplo da produção de tomate pelo sistema convencional. Segundo AZEVEDO (2006), em culturas como o tomate de grande consumo do brasileiro e uma das hortaliças *in natura* mais consumidas na merenda escolar, o uso intensivo de agrotóxico pode causar sérios danos à saúde do produtor e do consumidor. Ela também aponta que mesmo o tomate possuindo fitoquímicos de comprovada ação anticancerígena como a cumarina, o licopeno e os flavonóides há que se tomar cuidado com os altos teores de agrotóxico que são usados. Sabe-se que durante 90 dias, as lavouras de tomate chegam a receber, segundo ela, até 30 pulverizações com agrotóxicos, ou seja, uma a cada três dias. (AZEVEDO, 2006).

Segundo BARBIERI (2006), a cidade que antigamente era considerada a "capital brasileira do tomate", Goianápolis (GO), sofreu nos últimos tempos o êxodo de cerca de 90% dos plantadores que deixaram essa que “era praticamente a única cultura no município e se transferiram para terras dos municípios vizinhos. O intenso uso de agrotóxicos nessa cultura - até uma pulverização por dia, sem planos de manejo integrado - levaram à queda de fertilidade, ao aumento de custos e à geração de pragas super-resistentes, contra as quais já não têm efeito os pesticidas.” O autor ainda lembra que um ilustre filho dessa cidade, o cantor sertanejo Leandro, que trabalhou na lavoura de tomate quando menino, faleceu de câncer.

Estudos demonstram que os alimentos vegetais produzidos no sistema orgânico possuem maior quantidade de fitoquímicos que protegem as plantas, enquanto no mesmo alimento produzido pelo sistema convencional, a ação protetora é substituída por herbicidas, fungicidas, entre outros agrotóxicos (ASAMI et al., citados por AZEVEDO, 2006). Soma-se a isso o fato de que o tipo de contaminação de agrotóxicos de forma estrutural não é possível de ser extraída efetivamente em processos de higienização (LIMA, 2006).

Por outro lado, ANVISA tem realizado o monitoramento dos resíduos presentes no tomate e em algumas outras culturas, conforme exposto anteriormente.

Também aparece entre os discursos, a representação sobre algumas técnicas da agricultura orgânica que se identificam com o item IV das finalidades de um sistema de produção orgânico (§ 1º do Art, 1º Lei Federal Nº 10.831, 23 /12/ 2003):

“IV - promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas.”

A representação dos agricultores é bem restrita sobre os aspectos técnicos disponíveis no sistema orgânico de produção e se limita a citar:

“Agricultura orgânica é aquela que não trabalha com adubo químico. É a produção sem agrotóxico e não usa adubo químico. Então é para colocar na terra, fazer a terra, trabalhar sem o adubo, trabalhar sem o sulfato, sem essas coisas.”

“Na agricultura orgânica o produto é natural, não usa agrotóxico, só fertilizante natural.”

“É aquela que usa produtos naturais, essas coisas, mamona, esterco do cavalo, milho.”

Contudo, a dimensão da sustentabilidade ambiental que aparece nos discursos restringe-se apenas ao não uso de aditivo químico e ao uso dos produtos “naturais”, quando existem diversas outras práticas que não foram abordadas, como, por exemplo, as que também estão citadas na Lei Federal:

“II - a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III - incrementar a atividade biológica do solo;

V - manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
 VI - a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;
 VII - basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente” (Art. 1º, §1º, Lei Nº 10.831, 23 /12/ 2003).

Cabe destacar como uma outra finalidade também não presente nos discursos a questão da manipulação dos produtos agrícolas com o fim de se manter as qualidades vitais dos produtos. Essa será uma importante dimensão no caso do interesse de um processo de verticalização e transformação para pré-beneficiamento de produtos, como a higienização de H e V para venda nas escolas, a exemplo do que se vê em:

“IX - manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.” (§ 1º do Art, 1º Lei Federal Nº 10.831, 23 /12/ 2003)

Outro item que está presente entre as finalidades do sistema orgânico de produção previsto na mesma Lei Federal é referente ao incentivo a cadeias produtivas:

“VIII - incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos.” (§ 1º do Art, 1º Lei Federal Nº 10.831, 23 /12/ 2003)

Em relação a esse tema, destaca-se entre as representações como desafio para a prática da agricultura orgânica a necessidade de uma organização e que, para isso, seria necessário um ingrediente estratégico que, segundo esse discurso, falta na região: “a união entre os agricultores.”

“Mas, eu pensei: onde vai abastecer esse produto? Ai não tem como, tem que entrar para ter parceiro.”

“Só que aqui não tem união, o pessoal daqui não tem união.”

Destaca-se que no estudo de DAROLT (2001 d) sobre as “Dimensões da Sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR”, ele avaliou as dimensões socioculturais, técnico-agronômicas, econômicas, ecológicas e político-institucionais.

Diante disso, é possível se analisar outras dimensões das representações sobre o que os entrevistados apontaram como entendimento de agricultura orgânica. Algumas dessas dimensões aparecem nos discursos e podem apontar alguns desafios para se estimular um processo de conversão dos agricultores da região de Parelheiros.

Na dimensão técnico-agronômica, conforme sugere DAROLT (2001 d), aparece a questão da necessidade de estudo sobre o tema desconhecido da “agricultura orgânica”, dúvidas sobre os termos usados e sobre técnicas de plantio. Também se denota a influência dos meios de comunicação e a programação especializada que tem servido como fonte de conhecimento nos seguintes discursos:

“Já ouvi falar (orgânicos), mas não conheço, ou posso até conhecer, mas não entendo, não sei o que significa porque não estudei essa coisa de orgânica, nunca plantei com orgânico.”

“Já ouvi falar. Orgânico quer dizer que é pra você que planta muito, é complicado essa adubo orgânica. Eu não entendo isso aí. Não é agrotóxico, é químico, tem gente que fala que é agrotóxico, não é, é agroquímico.”

“Eu já assisti um programa no Globo Rural da Alemanha em matéria de produto orgânico. Então algum conhecimento a gente tem não muito, mas tem noção de como funciona a coisa. Que eu sei mais ou menos. Ia até começa a fazer uns cursos.”

Está presente também a idéia de que a experiência que deu certo com outros não deu certo para o agricultor, na tentativa de plantio realizada:

“Para as pessoas que tão plantando aí, tão dizendo que tá sendo bom. Agora pra mim não foi bom, porque eu plantava nabo preto, aí eu parei de plantar, ele não tem fortaleza igual. Ele não ajuda a terra, só mantém a cor da terra, não dá força na planta, tem que usar químico mesmo.”

Constata-se que agricultura orgânica é mais difícil e, portanto, necessita de “muito mais paciência e habilidade”:

“Tem muito mais dificuldade, muito mais paciência, muito mais calma, e eu não sou muito habilidoso nessa parte.”

A dimensão econômica aparece através da idéia do produto que é “caro e inadequado”, pois o “preço do orgânico é alto para venda na região”:

“Custo muito alto e tem que ter muita produção, igual eu que forneço assim mercado, não vai dar tanto produção assim, tem que ser área pequena, tudo muito mais caro, igual eu que forneço povo, bastante periferia, eles não vão querer pagar R\$ 5,00, num produto orgânico.”

Os discursos aqui analisados sobre o que entendem por agricultura orgânica parecem reforçar algumas das principais opiniões dos agricultores levantadas na pesquisa da CAE et al. (2006):

Principais opiniões dos agricultores sobre agricultura orgânica: Mais saudável (24,29%); Melhor preço (10,28%); Diminuir custos (7,47%); Falta conhecimento (4,67%); Melhor qualidade dos produtos (3,73%); Maior procura (2,80%); Sem química, parar de usar veneno, melhor qualidade de vida, melhora o solo (cada um 1,86%) (CAE, 2006).

Principais opiniões de oposição à agricultura orgânica: Tem costume com agricultura convencional (2,8%); fica caro, menor produção, preço baixo, falta consciência humana, produção orgânica não é indicada para ornamentais, prefere lotear (cada um com 0,93%) (CAE et al., 2006).

Nessa mesma pesquisa realizada pela CAE et al. (2006) com 107 agricultores familiares na área de sua abrangência, ao perguntar sobre a expectativa de mudança para o sistema orgânico identificou-se entre os entrevistados que cerca de 8% se auto-intitularam produtores de orgânico e a grande maioria (69%) apontou que quer ser agricultor orgânico, enquanto 22,4% apontaram que não pretendem ser agricultores orgânicos e 1 entrevistado não declarou sua posição.

Essa representação sobre agricultura orgânica entre os entrevistados serve, então, de pano de fundo para a análise das próximas perguntas, que abordarão a opinião dos agricultores sobre o abastecimento de H e F orgânicas nas escolas por agricultores da região, e sobre o interesse dos mesmos em participar de uma proposta como essa, que pressuporia a adoção da prática do sistema orgânico de produção.

Bloco 2: Opinião e interesse em participar no abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas nas escolas por agricultores familiares da região de Parelheiros.

Quadro 3 - Temas geradores e sub-temas /categorias de oportunidades e desafios.

TEMAS GERADORES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>O que acha da proposta de abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas de agricultores da região na merenda escolar? Depende de ter alguns apoios (18,42%)</p> <p>Tem interesse em participar? Sim, se tiver apoio (50%) (*)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>TEMA GERADOR: APOIOS</p> <p>(*) Apenas para efeito demonstrativo desse esquema, nessa questão só se considerou os DSCs de maior intensidade categorizados nos resultados anteriormente apresentados, que se relacionam aos referidos temas geradores (apoios, tecnicamente viável,saudável).</p>	<p>Ajuda mútua entre governo e agricultores “Uma mão lava a outra , eles me ajuda e eu ajudo eles.”</p> <p>Necessidade de capacitação sobre orgânicos “Aí o governo vai ter que arrumar um jeito de explicar pra gente, porque mesmo o produtor que produz pouca coisa assim, isso convencional, se tiver um pouco de explicação, orientação, (acompanhamento), o cara melhora, todo mundo melhora, todo mundo aprende um pouquinho, ninguém sabe de tudo, vai sempre sabendo.”</p> <p>“Tendo condições de aprender como se produz alimento orgânico, era um bom motivo de se animar.”</p> <p>“Tem que ter seminários, reuniões, fazer um tipo de palestra.”</p> <p>“Porque a gente não tem conhecimento nem de como começar isso. Ia ter que começar, um começo mesmo, começar tudo mesmo, do zero.”</p> <p>Aulas práticas “Tem que ter um campo para aula prática e ensinar o produtor a plantar, cuidar, adubar.”</p> <p>Horário melhor do curso “O curso é melhor sempre à noite, de dia é ruim, que nem tem acontecido. Muita gente não vai porque é de dia. A noite dá para dar uma escapada, de dia tem compromisso.”</p> <p>Ter escola profissionalizante agrícola “Precisa fazer própria escola para profissional agrícola, precisa, porque aqui, Brasil área grande, indústria também, e lavoura também muito importante.”</p>	<p>Continuidade das ações de capacitação “Já teve a palestra, tudo e só que aqui ficou naquela, que parou.”</p> <p>A lembrança da Cooperativa Agrícola de Cotia “Outra coisa, cooperativa levou meu dinheiro, mais ou menos, quase 20 mil dólares, porque junto com ele não conseguiu pagar então, eu cortei convênio, cooperativa. Não adianta ter empregado para sustentar.”</p> <p>Necessidade de união entre agricultores e comprometimento “A gente não tem aquela união, e a gente sozinho não dá.” “Ai é tal do negócio, por exemplo, geralmente, vão marcar uma reunião para todos estarem presentes. Tem muitos pequenos produtores, juntava 2, 3 e 4 de acordo com a sua produção para completa aquela quantidade certa que seria necessário para cada escola, para não faltar, que infelizmente é a mania do brasileiro, que é assumir compromisso, depois da mancada, depois tem o contrato e a multa pro cara saber honrar .”</p>

	<p>Ter assistência técnica <i>“Se tiver um pouco de explicação, orientação,, acompanhamento, o cara melhora.”</i> <i>“Teria que alguém pelo menos orientasse como a gente tem que ter, não no plantio, no tratamento, porque nós não temos conhecimento nenhum sobre isso, pode ser que às vezes a gente até se dê bem com isso, tudo depende de experimentar. Depende de estudar, essa parte.”</i> <i>“Ah! sim, com ajuda de algumas pessoas que tão dentro no caso, daí a gente podia dar uma força.”</i> <i>“Toda a vida, a gente é assim, eu, por exemplo, fui um dos maiores plantadores de couve-flor do pedaço, agora não acerta a couve-flor, ele começa a rachar, ou eu tô jogando água demais, ou adubo demais, ou preciso arrumar mais um pouquinho orgânico com mais paciência pra ele vim devagar, porque o orgânico demora mais. Mas eu não tenho o acompanhamento correto, mas eu tenho certeza disso, noção, quem trabalha sabe.”</i></p> <p>Associação /organização dos produtores e planejamento participativo do abastecimento com o consumidor <i>“Organizar agricultor orgânico, cultura orgânica melhor.”</i> <i>“Mas precisa ter uma associação dos produtores para reunir e cada produtor plantar uma certa coisa, teria que reunir produtores, consumidor para ver: sítio tal vai produzir cenoura, beterraba, chuchu outro sítio vai produzir outros legumes, tomate, batata, se é para a merenda e tem que ser assim.”</i> <i>“ Saber quem é que vai levar? Buscar e levar as coisas?”</i></p>	
--	--	--

TEMAS GERADORES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>O que acha da proposta de abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas de agricultores da região na merenda escolar? É boa por que pode ser economicamente rentável (15,79%).</p> <p>Tem interesse em participar?</p> <p>Sim, se for uma proposta lucrativa (16,66%).</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>TEMA GERADOR: RENTÁVEL</p>	<p>Seria bom experimentar venda direta ao consumidor (escola) “É uma boa maneira de vender a produção orgânica, porque a gente tem que experimentar, não sei sobre a produção, se ela terá um bom desenvolvimento, mas seria bom, acho que a venda direta ao consumidor traria mais lucro pro agricultor.”</p> <p>A proposta de venda na escola tem que ser cabível e rentável “Se for uma proposta cabível pra mim, aceito, desde que eu tenha algum rendimento, desde que eu ganhe alguma coisa. Tenho que ver meus pontos também, ter renda, tenho que ver o que vou ganhar por trás, se vou ter lucro, se vai dar para me manter, se vou ter que vender o que tenho para depois no futuro para pagar as dívidas que vou deixar para trás.”</p> <p>Acredita-se que não há gasto financeiro no sistema orgânico: “Não há gasto financeiro no orgânico.”</p> <p>Alto custo de defensivos agrícolas “Defensivo agrícola tá muito caro comparado com o preço da mercadoria que a gente vende.” “Tem que cada vez usar mais veneno, e tem que gastar mais.” “A mercadoria que a gente vende tá parada desde o começo do início do plano real. Mas o que a gente compra, subiu 300%, 400% por cento.” “E a verdura ta de 10 anos, 15 anos atrás o mesmo preço. Agora esse ano é que deu uma melhoradinha, um pouco melhor, mas mesmo assim não tá bom, não alcança.”</p>	<p>Proposta de venda para escolas pode ser boa, pois não há tanta exigência de aparência “Pode ser uma proposta até boa, a gente tá com uma alface aqui, que tá sobrando, nem que você esteja combinando o preço, se você conseguisse é um negócio até bom.” “Tem muita verdura ai, que já tá muito passada, para vender ai fora ninguém quer, agora o alimento pra as crianças da escola seria saudável, ele tá bom, porque ele é orgânico. Para muitos não servem porque tá pequeno, miúdo, não tem estrutura, para negócio de comercialização não presta, não serve, então para as crianças na escola eu creio que seria bom.” “Eu tenho isso comigo, pras crianças na escola eu acho que tem que permitir, porque sou obrigado a daqui a pouco passar o trator, a sorte que vai ficar na terra, mas se tem alguém que aproveita eu acharia melhor.”</p> <p>Orgânico sai caro e o mercado é restrito e elitista “Orgânico sai caro, o transporte caro: a gente trabalha com quantidade, orgânico tem que ser área pequena e colher bem é difícil.” “Tem produtos assim que organicamente produzidos é difícil, por exemplo, tomate, tem certos alimentos que organicamente produz, mas fica um preço oneroso e acho que não compensa, não sei pro estado, qual o valor que eles pagam.” “Então acho meio complicado, tem que ver o valor também, o valor de comercialização do produto. Ele é um produto que quem consome são as pessoas de alta renda, que só a feira lá na Água Branca, na Tutóia, só pessoas de poder aquisitivo</p>

	<p>Consciência crescente do mercado consumidor em relação aos efeitos nocivos do agrotóxico</p> <p><i>“As senhoras não são muita atrasadas não e elas já estão percebendo quando se infeta muito veneno. Ai começa a sobrar mercadoria no supermercado, não sei onde elas estão aprendendo rapidinho. O que está praticamente no ponto de colher, já não se pode jogar veneno, para que as senhoras não percebam e na venha a ter nenhum tio de problema.”</i></p>	<p><i>alto, porque é um produto meio caro pra falar a verdade.”</i></p> <p>Produto orgânico é mais feio e “cai a qualidade” comparado com o convencional</p> <p><i>“Eu já vi esse produto orgânico no mercado, no supermercado, cai muito a qualidade, pode ser que não tenha agrotóxico, a gente comparando com o que gente planta com agrotóxico, a qualidade cai.”</i></p> <p>Pouca produção não compensa no orgânico</p> <p><i>“Então o meu plantio é pouco, entrego para alguns colonos, então pra mim sei lá, não seria uma boa idéia, porque eu entrego para colonos e feirante, então minha produção seria pequena.”</i></p> <p>Dependência do agricultor na venda ao CEAGESP</p> <p><i>“Aí depende, precisa ver bem certo, tem que ver direito, ver como funciona. Porque a gente depende muito do CEAGESP, pequeno produtor é difícil, a gente não sabe se manda certo ou não manda, a mercadoria tá numa tabela, numa cotação, não vem a cotação que a gente quer. A gente é pequeno produtor a gente não pode entrar no CEAGESP.”</i></p> <p>Fiscalização impede aumento da área da horta</p> <p><i>“A terra vai desacostumando, terras assim que aqui, tá mais de 100 anos plantada, todo dia plantando, a terra já tá cansada e a gente as vezes deixa um cantinho para descansar, só que daí vem hoje em dia a florestal não deixa mais, a gente tem vontade de aumentar a horta, mas não pode, a florestal não deixa, se a gente for cortar e eles souberem a gente tem que pagar multa, mas quando o vento cai, não paga multa pra eles. Tudo errado.”</i></p>
--	---	---

		<p>Insumos que ajudavam e não existem mais</p> <p><i>“A prefeitura fechou aquela fábrica de reciclagem do lixo, que ela fazia tudo. Tinha que reabrir aquilo ali e ajudava todo mundo comprava aquilo da prefeitura, enriquecia com um pouquinho de adubo de gado e de galinha que já ajudava bem, preço simbólico, o pessoal aqui tudo comprava da Leopoldina.”</i></p> <p>No abastecimento das escolas, há dúvidas se é a prefeitura que forneceria de graça o insumo e se pagaria a produção</p> <p><i>“Pelo o que o rapaz falou, era trazido pela prefeitura, porque parece que a prefeitura é que tem isso, outras pessoas não tem, então a gente tinha que possuir deles mesmo. Agora eu não sei como eles fazem se eles trazem de graça ou é comprado, como que vai ser. Se fosse de graça seria melhor, dai dava para forrar toda a roça inteira.”</i></p> <p><i>Mas vai ter que me pagar pois são coisas que não são muito baratas.”</i></p>
--	--	---

TEMAS GERADORES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>O que acha da proposta de abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas de agricultores da região na merenda escolar? Na realidade é uma proposta impraticável (21,05%).</p> <p>Tem interesse em participar?</p> <p>Não, é uma proposta impraticável (13,89%) (*)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>TEMA GERADOR: TECNICAMENTE VIÁVEL</p>	<p>Exemplo de outros é importante <i>“Alguém da região tem participado?”</i></p>	<p>Dúvidas se o orgânico irá se desenvolver bem e como participar <i>“Não sei se terá um bom desenvolvimento.”</i> <i>“Não sei, não tenho idéia de como poderia participar.”</i> <i>“Interessaria, a gente tem, mas o solo que a gente usa já tá contaminado, a dificuldade está aí, como trocar? Se eu planto aí, não é mais orgânico, já tem adubo, tem inseticida na terra, e essa mudança eu não sei como deve ser feita.”</i></p> <p>Necessidade de fazer curso <i>“Tem que fazer curso, não é assim a olho, assim não.”</i></p> <p>Ter uma produção paralela orgânica e convencional <i>“Se o cara distribuir assim, para uma escola, a gente tem que fazer o canteiro separado, só para a escola, porque se a gente for fazer com todos, tem pedaço de terra que não produz, não dá, é fraco, então a gente já separa, porque aí pode por adubo orgânico.”</i></p> <p>Tentativa de implantar não deu certo <i>“Não. Eu não teria interesse no momento não. Porque eu já estudei bastante a parte de agricultura orgânica, tentei implantar, mas é meio difícil, é uma coisa, que pelo que eu vi, pelo que eu pesquisei, é uma coisa meia complicada. Tem que ter estrutura, fazer tudo direitinho para depois começar a produzir, igual do chão não, você passa trator, joga adubo e produz, é bem mais fácil, agora orgânico, acho que bem mais complicado.”</i></p> <p>Sistema orgânico é melhor mais é trabalhoso: é difícil mudar <i>“É um processo muito trabalhoso a parte de agricultura orgânica e às vezes não tão produtivo, comparado ao que a gente faz assim, é muito trabalho, dá muita mão-de-obra. Eu acho difícil, porque se planta, joga na terra, se não passa agrotóxico não resolve, muita doença, acho que sem passar remédio não resolve</i></p>

		<p>nada, acho que só orgânico não vai resolver não.”</p> <p>“Orgânico é mais melhor do que o químico, mas químico é mais fácil de fazer as compras, porque é duro de produzir, nessa região é difícil por causa de muitas pragas e doenças e não acredito ser possível colher legumes sem agrotóxicos, se eu facilito de jogar veneno na planta a planta tá tudo bichada, tem que jogar fora, a não ser que os alunos vão comer com bicho e tudo?”</p> <p>“Precisa de um ambiente fechado, precisa de toda aquela estrutura para poder plantar, não é assim, você vai chegar e vai.”</p> <p>“Orgânico só não dá, dá muito trabalho, tem que fechar o ambiente.”</p> <p>Falta de tempo</p> <p>“Depende do tempo que a gente tiver disponível para isso, porque a gente mexe com outros tipos de tratamento então não sei se a gente vai conseguir tempo pra isso.”</p> <p>“Não sobra tempo para isso. Por enquanto não acho uma boa proposta, quem sabe futuramente.”</p> <p>Dificuldade hoje em dia de se plantar sem produto químico</p> <p>“Antigamente chegava aqui e plantava batatinha, batata-doce, nabo, tanta coisa assim, não precisava nem de adubo. Agora já precisa.”</p> <p>Ensinar crianças a plantarem desde cedo para não ficarem atrasadas</p> <p>“De criança pequena? Tem que ensinar lavourar, porque aqui no Brasil está muito atrasado, essa regional do sul não tá atrasado tá quase igual do nível mundial, mas no Brasil o que manda lá no norte não sabe nem agricultura, não sabe, que jeito vai colher, que jeito planta, não sabe, lavrando, carpir enxada, puxar enxada, lavourando.”</p>
--	--	---

TEMAS GERADORES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>O que acha da proposta de abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas de agricultores da região na merenda escolar? É boa para a saúde e para as crianças (21,05%); É boa porque não usa produtos químicos. (13,16%); É boa (10,53%)</p> <p>Tem interesse em participar?</p> <p>Sim, é uma proposta boa para todo mundo (5,56%) (*)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>TEMA GERADOR: SAUDÁVEL</p>	<p>Bom para todo mundo <i>“Interessa e é bom para todo mundo, é bom para mim e bom para os meus. Era bom para a criançada e para os poderes públicos e pro agricultor. Todo mundo sai numa boa é ideal.”</i> <i>“Acho que é uma boa, já ouvi falar que é bom para o bem da população, porque pelo menos ajuda.”</i></p> <p>Bom por não usar produtos químicos <i>“É boa, não usando produtos químicos, porque não vai inseticida, herbicida, porque não usa agrotóxico. Não pode jogar muito adubo químico, então orgânico é mais melhor.”</i> <i>“O produto químico tinha que acabar, a pessoa sente uma dor aqui, umas dor de barriga, porque dá na gente; por exemplo, quando esqueço, eu como unha, eu tô mexendo, volto lá boto na boca, dá dor de barriga, dá diarreia: é só você esquecer, dá diarreia; até o doutor descobri, às vezes, o cara até já morreu.”</i> <i>“Ai, para cá, mais alimento cuidar, alimento mais natureza, eu não compro quase alimento industrial, aquele que estraga muito a saúde, porque pensa bem, que não apodrece.”</i></p> <p>Bom para evitar doenças em especial nas crianças <i>“É proposta boa, seria o ideal, principalmente para a criança que tem organismo frágil; é, tem que ser uma coisa mais especial para a criançadinha, porque hoje em dia vivem comendo coisas que não são saudáveis, vivem cheios de doença, então se eles comessem só coisas orgânicas era até bom para a saúde, para estudar melhor. Pra nós adultos, que o organismo é mais resistente já é problema, para uma criança nem se fala, que é tudo frágil, então teria que ter mais respeito com a criançada.”</i></p>	<p>Dificuldade de adotar o sistema orgânico pela idade e falta de conhecimento <i>“Não sei, não, na minha idade também, sei lá.”</i></p> <p>Não há diferença do paladar do produto orgânico para o convencional <i>“O paladar é um só igual do orgânico com o do convencional.”</i></p>

	<p>Bom porque incentiva bons hábitos alimentares para prevenir doenças <i>“A proposta é boa porque faz bem e incentiva as crianças desde pequena, pra mais tarde não ter esses problemas que está tendo agora, as crianças com postura muito forte, engordamento, criança com pressão alta, doença de adulto; então tem que reeducar as crianças a se alimentar corretamente, com produto mais natural, para não vai fazer mal para a saúde, para a pessoa.”</i> <i>“No Norte e Nordeste eles fazem muito isso ai, fazendo da casca de banana madura bife à milanesa para a molecada. Tem que saber aproveitar.”</i></p> <p>Ensinar e oferecer na merenda <i>“Acho que sim, desde pequeno, tem que ensinar... e tem que ter na merenda também”</i></p> <p>Agricultor já fez doação de hortaliças para Igreja <i>“Já mandei, no Capão Redondo, igreja adventista sempre vem buscar, eu ajudava.”</i></p> <p>Preservar o meio ambiente/saúde ambiental <i>“É para melhor, esta região, como aqui recurso, natureza, município São Paulo, e já último recurso, então tem que preservar, cultura, lavoura também não pode jogar muito adubo químico, então orgânico, mais melhor.”</i></p>	
--	---	--

O foco da discussão dos 4 temas geradores acima é o da saúde pública, buscando sob esse enfoque entender as motivações dos agricultores familiares para participar, ou não, de um projeto de avaliação do potencial de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar como estratégia de SAN. Para tanto, escolheu-se como ferramenta de análise a triangulação, conforme já descrita no referencial teórico e contextualização, e que foi proposta por LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004, p. 33), na perspectiva de se analisar a visão ampliada da comunicação social em saúde. Conforme citado anteriormente, para os pesquisadores, a saúde é um “ente” a ser

entendido sob “três diferentes pontos de vista”, que consideram como sendo “perspectivas e lugares e espaços sociais que definiriam modos distintos de perceber, vivenciar, produzir, consumir saúde”: do ponto de vista dos indivíduos (PVI), do ponto de vista dos sistema produtivo (PVSP) e do ponto de vista técnico (PVT), cujas possibilidades de inter-relações foram denominadas por eles de triangulação.

TEMA GERADOR: SAUDÁVEL

Com o referencial exposto acima, e apenas para dar seqüência às análises da definição de agricultura orgânica em que a identificação do tema como a produção de alimentação saudável, isenta de aditivo químico, inicia-se a seguir a discussão sob o Ponto de Vista Individual de Saúde das representações, decorrentes das perguntas realizadas, que buscavam identificar desafios e oportunidades para despertar o interesse dos agricultores pela agricultura orgânica e pelo abastecimento de escolas com hortaliças e frutas orgânicas a serem por eles produzidas.

Observou-se que, quando se procurou saber a opinião geral do agricultor sobre a proposta do projeto, um contingente maior de discursos abordou o ponto de vista de saúde do indivíduo (a saúde do agricultor, da família e das crianças) e do ambiente (com menor intensidade). Mas, quando se perguntou sobre o interesse direto do agricultor em participar da proposta, houve uma diminuição da intensidade dos discursos, sendo que nesse caso os discursos só apontaram que a proposta seria genericamente “boa para todo mundo”. O ponto de vista sobre saúde é o PVI (Ponto de Vista Individual), que diminuiu de intensidade no momento de demonstrar o real interesse do agricultor pela proposta.

Contudo, esta não tem sido a realidade do peso que a saúde tem tido na motivação para a mudança para o sistema orgânico em outras localidades. Pelo fato de já terem tido problemas de contaminação por produtos químicos, a saúde pessoal e da família tem sido um dos fatores principais para a mudança de diversos agricultores para o sistema orgânico, pelo que foi identificado em pesquisas anteriormente realizadas no Paraná e Santa Catarina, conforme se verá a seguir.

Mesmo não tendo sido feita uma pergunta específica sobre esse tema, ao manifestar a opinião sobre um projeto de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na

merenda escolar, os riscos do uso do agrotóxico para a saúde do agricultor aparecem entre os discursos:

“O produto químico tinha que acabar, a pessoa sente uma dor aqui, umas dor de barriga, porque dá na gente; por exemplo, quando esqueço, eu como unha, eu tô mexendo, volto lá boto na boca, dá dor de barriga, dá diarreia: é só você esquecer, dá diarreia; até o doutor descobri, às vezes, o cara até já morreu.”

As doenças e sintomas decorrentes do uso de produtos químicos na atividade agrícola são doenças laborais. A representação acima pode estar denotando existir na prática médica local dificuldade de se estabelecer o nexo causal entre os sinais e sintomas de uma doença relacionada ao trabalho na agricultura pelo uso de produtos químicos e os de outras doenças de sintomas semelhantes. Pesquisas nesse sentido têm sido mais comuns em municípios brasileiros em que agricultura é uma das principais atividades econômicas. Mas como a agricultura é uma das principais atividades na região de Parelheiros, que por sua vez, ocupa cerca de 25% do território do município, e que busca uma forma de estimular que os agricultores locais passem para a agricultura orgânica, a realização de estudos nesse sentido na região poderiam, além de contribuir com as práticas de atendimento local, dimensionar melhor quais têm sido os efeitos do uso do agrotóxico na saúde dos agricultores na região.

Este discurso também indica que alguns sintomas apontados em documento do CENEPI/FNS (2007) são difíceis de serem diagnosticados, e há a idéia de que isso pode levar a pessoa à morte. Segundo o CENEPI/FNS (2007), o aspecto a ser ressaltado refere-se:

“à exposição a múltiplos agrotóxicos, como é o caso dos agricultores que ao longo de muitos anos vem se expandindo envolvendo o uso de diversos tipos e agrotóxico, resultando em quadros sintomatológicos combinados, mais ou menos específicos, que se confundem com outras doenças comuns, levando a dificuldades e erros diagnósticos, além de tratamentos equivocados.”

São alguns os sintomas que, se forem encontrados em pessoas com história de “exposição a agrotóxicos devem “conduzir à investigação diagnóstica de

intoxicação por esses produtos: dor de cabeça, vertigens; falta de apetite; falta de forças; nervosismo; dificuldade para dormir.” (CENEPI/FNS, 2007)

Quadro 4: Efeitos da exposição prolongada a múltiplos agrotóxicos.

Órgão/sistema	Efeito
Sistema nervoso	Síndrome asteno-vegetativa, polineurite, radiculite, encefalopatia, distonia vascular, esclerose cerebral, neurite retrobulbar, angiopatia da retina
Sistema respiratório	Traqueíte crônica, pneumofibrose, enfisema pulmonar, asma brônquica
Sistema cardiovascular	Miocardite tóxica crônica, insuficiência coronária crônica, hipertensão, hipotensão
Fígado	Hepatite crônica, colecistite, insuficiência hepática
Rins	Albuminúria, nictúria, alteração do clearance da uréia, nitrogênio e creatinina
Trato gastrointestinal	Gastrite crônica, duodenite, úlcera, colite crônica (hemorrágica, espástica, formações polipóides), hipersecreção e hiperacidez gástrica, prejuízo da motricidade
Sistema hematopoético	Leucopenia, eosinopenia, monocitose, alterações na hemoglobina
Pele	Dermatites, eczemas
Olhos	Conjuntivite, blefarite

Extraído de: SIMEONOVA, citado por CENEPI/FNS, 2007.

Outros dois aspectos sobre o uso do agrotóxico também aparecem. Um enfoque dizendo que o orgânico é melhor, pois “não pode jogar muito adubo químico” presumindo-se o desconhecimento de que o sistema orgânico busca a eliminação dos produtos químicos:

“É boa, não usando produtos químicos, porque não vai inseticida, herbicida, porque não usa agrotóxico. Não pode jogar muito adubo químico, então orgânico é mais melhor”.

Também aparece a idéia de que, episódios de contaminação podem servir para conscientizar a pessoa, que passa a tomar mais cuidados com a alimentação,

evitando até alimentos industrializados, por desconfiar de que seja bom, pois é mais durável que os não industrializados:

“Ai, para cá, mais alimento cuidar, alimento mais natureza, eu não compro quase alimento industrial, aquele que estraga muito a saúde, porque pensa bem, que não apodrece”.

Destaca-se também que, segundo o levantamento “Diagnóstico Local da Agricultura” realizado pela CAE et al. (2006) para identificar a visão dos entrevistados sobre a situação atual da agricultura na região, as respostas foram em relação aos pontos positivos da situação: 88,7% dos agricultores consideram estar em ótima ou boa situação e os motivos são que: vendem tudo o que produzem, “estou com saúde, e tenho trabalho”; e “a produção é boa”. Chama-se a atenção para a percepção dos agricultores sobre “estar com saúde”. O que talvez coubesse, então perguntar é qual seria o conceito de saúde dos agricultores que estão expostos ao uso de produtos químicos.

Outro enfoque que aparece nos discursos é a idéia de SAN, ou seja, de que agricultura orgânica pode induzir à educação em saúde nas escolas, além da oferta de alimentos mais saudáveis e de qualidade. Acredita-se que se possa contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares, e contribuir para a melhoria da saúde das crianças com o consumo de H e F orgânicas. Acredita-se que, se as crianças que pudessem comer só alimentos orgânicos, poderiam também estudar melhor, ressaltando-se que, se já seria bom para o adulto, nem se fala para a criança que “*é tudo frágil.*” E por último reforçando que teria que se ter “*mais respeito com a criança*”:

“-É proposta boa, seria o ideal, principalmente para a criança que tem organismo frágil; é, tem que ser uma coisa mais especial para a criançadinha, porque hoje em dia vivem comendo coisas que não são sadias, vivem cheios de doença, então se eles comessem só coisas orgânicas era até bom para a saúde, para estudar melhor. Pra nós adultos, que o organismo é mais resistente já é problema, para uma criança nem se fala, que é tudo frágil, então teria que ter mais respeito com a criança.”

Apresenta-se a seguir como as representações dos agricultores ilustram alguns dos “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” (MS,2006)

e as diretrizes da Lei que instituiu o Programa de Merenda Escolar Ecológica no município quanto ao:

- Na lei aparece a necessidade de capacitação de merendeiras para utilização de receitas e estratégias de estímulo ao consumo de H e F: “Treinamento e capacitação de merendeiras para utilização de receitas e estratégias par acostumar as crianças e adolescentes a comerem hortaliças;” (Lei Municipal do Programa de Merenda Escolar Ecológica N° 14.249-8 dez/2006).

No discurso abaixo aponta-se a importância do aproveitamento integral dos alimentos:

“No Norte e Nordeste eles fazem muito isso aí, fazendo da casca de banana madura bife (...). Tem que saber aproveitar.”

- Destaca-se na orientação dos Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas a educação alimentar e a oferta do alimento saudável: “2° Passo - Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.” (MS, 2006)

“7° Passo - Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.” (MS, 2006)

Também na lei municipal a importância da educação ambiental dos benefícios dos orgânicos para alimentação e meio ambiente: “Discussão nas salas de aula voltadas à educação ambiental dos benefícios do cultivo orgânico para o Meio Ambiente e para Alimentação Humana.” (Lei Municipal do Programa de Merenda Escolar Ecológica N° 14.249-8 dez/2006)

No discurso abaixo ressalta-se a necessidade de educar as crianças desde pequenas para criarem hábitos saudáveis, e de oferecer o alimento saudável na merenda escolar:

“Acho que sim, desde pequeno, tem que ensinar... e tem que ter na merenda também”.

“A proposta é boa porque faz bem e incentiva as crianças desde pequena, pra mais tarde não ter esses problemas que está tendo agora, as crianças com postura muito forte, engordamento, criança com pressão alta, doença de adulto; então tem que reeducar as crianças a se alimentar corretamente, com produto mais natural, para não vai fazer mal para a saúde, para a pessoa.”

Nesse último discurso observa-se a idéia de que os maus hábitos alimentares, incluindo o baixo consumo de H e F, têm sido uma das causas de obesidade e sobrepeso (“engordamento”), e pressão alta (“doença de adulto”).

Nesse aspecto, tem-se realizado estudos antropométricos nas escolas, como o que está sendo acontecendo inicialmente em escolas de Parelheiros, inserido no projeto Saúde na Escola (PSE) ³⁶. O exame antropométrico realizado pela Faculdade de Medicina da Universidade Santo Amaro, por exemplo, em uma escola da região de Parelheiros, a EMEF Manuel Vieira de Queirós Filho, detectou 18,2% de desnutrição, 14,5% de sobrepeso e 9,3% de obesidade entre 572 crianças que participaram da pesquisa. Diante dessa constatação, se faz ainda mais emergente as estratégias efetivas de SAN na região.

Há ainda discursos que apresentam uma dimensão de bem estar social e de exercício de solidariedade dos agricultores junto a entidades locais, através da doação de hortaliças:

“Interessa e é bom para todo mundo, é bom para mim e bom para os meus. Era bom para a criançada e para os poderes públicos e pro agricultor. Todo mundo sai numa boa é ideal.”

“Acho que é uma boa, já ouvi falar que é bom para o bem da população, porque pelo menos ajuda.”

“Já mandei (alimentos), no Capão Redondo, igreja adventista sempre vem buscar, eu ajudava.”

Por fim, está presente nos discursos, ainda que de forma tênue, a representação social sobre a outra dimensão do ponto de vista individual (PVI) de saúde, que é a questão da saúde ambiental, ou seja, a sustentabilidade ambiental. Segundo SERRANO (2007), esta consciência tem sido a mola mestra de uma efetiva conversão dos agricultores do sistema convencional. Ela também foi detectada na pesquisa realizada por DAROLT (2001 d), em que se destaca que cerca de 35 % dos agricultores mudaram para o sistema orgânico por convicção ideológica e

³⁶ O projeto será inicialmente realizado nas Escolas Municipais de Educação Fundamental – EMEF - da região de Parelheiros da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com Secretaria Municipal de Educação e Subprefeitura de Parelheiros. O projeto visa capacitar 20 profissionais da educação para que possam orientar as ações de Promoção e Prevenção de Saúde nas Escolas e junto aos serviços de saúde. Ele serão identificados na Coordenadoria de Educação da região de Parelheiros; e envolverão aproximadamente 7730 alunos divididos nas 5 EMEF da região (1546 por escola). Uma das escolas a participar do Projeto é a EMEF Vargem Grande. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2007.

consciência ambiental, sendo que constatou-se serem estes os agricultores mais comprometidos com a filosofia orgânica.

Para SERRANO (2007), a consciência da necessidade de sustentabilidade socioambiental, possibilita a efetiva emancipação desses indivíduos, o autodidatismo e a visão crítica. Nesse contexto, destaca-se um discurso entre os demais que aponta idéias sobre a necessidade de preservação ambiental e sobre como a agricultura orgânica pode contribuir para isso. Também desponta a representação de que a região é um dos últimos recursos naturais de São Paulo, por isso “*tem que preservar*” o que é associado à agricultura orgânica:

“É para melhor, esta região, como aqui recurso, natureza, município São Paulo, e já último recurso, então tem que preservar, cultura, lavoura também não pode jogar muito adubo químico, então orgânico, mais melhor.”

Também aparecem discursos que apontam desafios para o processo comunicacional com relação ao PVI, como, por exemplo, a representação de que, para ser adotado o sistema orgânico requer uma disposição que seria mais propícia aos agricultores mais novos. Há que se considerar que 36,7 % dos entrevistados tinham idade acima de 60 anos:

“Não sei, não, na minha idade também, sei lá.”

Outro desafio que se aponta é em relação à fala de que não há distinção do sabor e do paladar entre os produtos orgânicos e os produzidos no sistema convencional:

“O paladar é um só, igual do orgânico com o do convencional.”

Em relação à questão do paladar, as pesquisas demonstram que, ao contrário do discurso acima, há sim diferenças (LIMA, 2006). Mas isso tem também uma relação com o paladar individual e com a forma com que se come o alimento orgânico. Se ele é misturado com outros alimentos, é possível que seu sabor diferenciado não seja tão evidenciado. E foi com base nessa premissa que o programa de alimentos orgânicos na alimentação escolar da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, denomina-se “Sabor Saber.” Sua filosofia inicial era estimular uma refeição por semana (ou pelo menos a cada 15 dias), exclusivamente de alimentos orgânicos

na escola (não só os H e F), para que os alunos pudessem apreciar o sabor diferenciado dos orgânicos e aprender a valorizá-los, e com isso também estimular o consumo responsável dos alunos para além do muro da escola.

TEMA GERADOR: **APOIOS**

Na opinião dos entrevistados, esse tema aparece como uma das maiores condicionantes colocadas como necessárias, tanto sobre a proposta de abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar pelos agricultores da região, quanto sobre o interesse dos mesmos em participar de uma proposta como essa, em que a condição do “se tiver apoio” ganha maior força entre os discursos.

A partir do referencial da triangulação, observa-se que a técnica de produção da agricultura orgânica a ser orientada por especialistas e técnicos, com o enfoque de promoção da saúde, corresponderia ao PVT. No caso da presente pesquisa, propõe-se um novo saber a um público, o que demandará uma mudança de processo de produção e, como se viu, um período de conversão que é um desafio por requerer “persistência”, disponibilidade para o aprendizado constante e para o trabalho e apoios diversos. Também, como se viu na perspectiva da agroecologia, deve-se observar tanto o saber popular dos agricultores como o dos técnicos, que por sua vez trazem em si o olhar institucional de onde pertencem, para que se possa fazer um interação de saberes.

Analisando o contexto desses agricultores, observa-se que o desafio de mudança do sistema de produção convencional (no caso adotado por 92% dos agricultores, conforme levantamento da CAE et al., 2006), ao qual já se habituaram, para o sistema orgânico, parece mobilizar de forma mais destacada a necessidade de apoio.

Esse apoio apresenta-se nos discursos de forma diversa. É requerido do poder público, mas também acredita-se que deva decorrer da organização dos agricultores através de associações, para se conseguir alcançar o desafio, tanto da conversão para o sistema orgânico, quanto para a conquista do mercado escolar (que por sua vez requer união, organização e logística para o abastecimento em quantidade e com a

qualidade necessária). A idéia de que o apoio mútuo entre governo e agricultores é importante surge em:

“Uma mão lava a outra, eles me ajuda e eu ajudo eles.”

No que se refere ao que esperam de apoio do governo, ou seja, o que esperam do ponto de vista técnico institucional para, não só fazerem a conversão para o sistema orgânico de produção, como também para poderem atender o mercado escolar, observa-se que há uma visão clara “do que” (necessidade curso, horário e período, etc.) e “do como” querem esse apoio:

“Aí o governo vai ter que arrumar um jeito de explicar pra gente, porque mesmo o produtor que produz pouca coisa assim, isso convencional, se tiver um pouco de explicação, orientação, acompanhamento, o cara melhora, todo mundo melhora, todo mundo aprende um pouquinho, ninguém sabe de tudo, vai sempre sabendo.”

“Tendo condições de aprender como se produz alimento orgânico, era um bom motivo de se animar.”

“Tem que ter seminários, reuniões, fazer um tipo de palestra.”

“Porque a gente não tem conhecimento nem de como começar isso. Ia ter que começar, um começo mesmo, começar tudo mesmo, do zero.”

Os discursos anteriores apontam que o curso tem que “começar do zero” e que de todo o suporte de acompanhamento pode ser um bom estímulo para a motivação da mudança. Mas ressalta-se que, além do curso, deve haver acompanhamento. Também surge nos discursos subsídios de como deveriam ser os cursos:

Aulas práticas são importantes: *“Tem que ter um campo para aula prática e ensinar o produtor a plantar, cuidar, adubar.”*

Horário melhor do curso: *“O curso é melhor sempre à noite, de dia é ruim, que nem tem acontecido. Muita gente não vai porque é de dia. A noite dá para dar uma escapada, de dia tem compromisso.”*

Aponta-se, contudo, como desafio à realização de cursos, subentendendo-se através do discurso a idéia de que eles tenham continuidade:

“Já teve a palestra, tudo e só que aqui ficou naquela, que parou.”

Há também a visão da necessidade de formação de novos agricultores, e uma escola profissional agrícola é vista como importante. Destaca-se que na região de maior produção agrícola da capital de São Paulo, ainda não existe um centro de formação profissional agrícola, como é requerido pelos agricultores no discurso abaixo:

“Precisa fazer própria escola para profissional agrícola, precisa, porque aqui, Brasil área grande, indústria também, e lavoura também muito importante.”

Reforça-se também que os cursos devem ser apenas o começo do processo, mas é preciso haver “acompanhamento”, através de assistência técnica:

“Teria que alguém pelo menos orientasse como a gente tem que ter, não no plantio, no tratamento, porque nós não temos conhecimento nenhum sobre isso, pode ser que às vezes a gente até se dê bem com isso, tudo depende de experimentar. Depende de estudar, essa parte.”

“Ah! sim, com ajuda de algumas pessoas que tão dentro no caso, daí a gente podia dar uma força.”

“Toda a vida, a gente é assim, eu, por exemplo, fui um dos maiores plantadores de couve-flor do pedaço, agora não acerta a couve-flor, ele começa a rachar, ou eu tô jogando água demais, ou adubo demais, ou preciso arrumar mais um pouquinho orgânico com mais paciência pra ele vim devagar, porque o orgânico demora mais. Mas eu não tenho o acompanhamento correto, mas eu tenho certeza disso, noção, quem trabalha sabe.”

Esses últimos discursos demonstram a necessidade de um processo dialógico, em que se parta do saber popular desses agricultores e dos problemas que eles enfrentam para se buscar, com a ajuda da visão técnica, novos caminhos e soluções. O que parece apontar para a necessidade de um processo educativo como propõe a agroecologia: de forma continuada e permanente, que parta das necessidades e realidades locais para se buscar saídas e alternativas para a transformação, sem receitas prontas.

CARVALHO e FRANCA (2005) apontam, em uma breve retrospectiva sobre a assistência técnica na região, que cabe à Secretaria Estadual de Agricultura e

Abastecimento o fomento à atividade agrícola no estado, sendo que em cada município existe uma Casa da Agricultura (CA) integrada às demais através de uma unidade regional. No caso de São Paulo, a cidade é também sede regional. Nos anos 80 houve uma ausência de assistência aos agricultores que durou mais de dez anos, pela transferência à área de abastecimento o que antes era atribuição do órgão de extensão. Essa situação propiciou que os municípios da região metropolitana de São Paulo ficassem sem qualquer assistência técnica. E a estrutura voltou a ser reconstruída somente nos anos 90 visando a municipalização das ações das CAs. As autoras apontam que em decorrência disso houve um período com pouca informação. Nessa época, quem ocupou o espaço da assistência técnica do governo foram as cooperativas, sobretudo a de Cotia. (CARVALHO e FRANCA, 2005)

Como desafio a essa questão, tanto da formação como da assistência técnica, destaca-se o que se colocou no item do contexto local de Parelheiros, que os técnicos da Casa da Agricultura Ecológica - CAE identificaram que atualmente quem mais vem dando apoio de assistência técnica aos agricultores na região é a principal loja de insumos químicos para a agricultura de Parelheiros, fazendo “as vezes” do que fazia a Cooperativa Agrícola de Cotia quanto à orientação técnica. (CAE et al., 2006). No contraponto a essa ação, além da CAE, também há a atuação do grupo Korin e a Fundação Mokiti Okada, que buscam disseminar a agricultura natural na região, segundo CARVALHO e FRANCA (2005).

Essa constatação parece mostrar, ainda assim, a necessidade de uma assistência técnica mais efetiva e constante por parte do governo na região.

Aponta-se também nos discursos a oportunidade e a necessidade de uma organização dos agricultores para darem conta do desafio, tanto de uma produção de orgânicos, como do atendimento às escolas:

“Organizar agricultor orgânico, cultura orgânica melhor.”
“Mas precisa ter uma associação dos produtores para reunir e cada produtor plantar uma certa coisa, teria que reunir produtores, consumidor para ver: sítio tal vai produzir cenoura, beterraba, chuchu outro sítio vai produzir outros legumes, tomate, batata, se é para a merenda e tem que ser assim.”

“Saber quem é que vai levar? Buscar e levar as coisas?”

Observa-se nos 3 últimos discursos a idéia de que a organização requer uma logística necessária para o abastecimento da escola. Destaca-se também a visão de que o planejamento do abastecimento das escolas requer uma interação entre produtor e escola: *“teria que reunir produtores, consumidor para ver.”* Ao que parece, este discurso pode apontar para a necessidade do planejamento participativo do abastecimento entre agricultor e consumidor.

Também com relação à necessidade de organização dos agricultores da região, ela tanto se apresenta como uma oportunidade em alguns discursos, como também, como se verá a seguir, como um desafio. Conforme citado anteriormente, segundo CARVALHO et al. (2005), a história da estruturação e do empreendedorismo da agricultura familiar na produção de hortaliças na região está fortemente ligada à “formação, expansão e falência” da Cooperativa de Cotia. Parece que ainda há um certo “trauma” em relação à organização de cooperativas, em especial por parte dos descendentes de japoneses, que foram os que mais participaram daquela cooperativa. Isto pode ser evidenciado no cruzamento dos dados das respostas dos agricultores que indicaram ter participado da cooperativa Cotia (33,33% dos entrevistados). Nas respostas às questões abertas número 2 e 3, somente um entrevistado considerou a necessidade de se fazer algum tipo de organização dos produtores para o abastecimento das escolas. Os demais, em sua maioria, apontaram como interesse para eventualmente participarem da proposta, haver assistência técnica, ser rentável, ter capacitações e reuniões, etc. Isso pode ser atribuído, em parte, a uma espécie de frustração ou descrença provocada pelos prejuízos que sofreram, e que os leva a não aventar a possibilidade de uma nova organização, associação ou cooperativa, para conseguir organizar a comercialização para uma estrutura complexa como a da escola. E que ainda dê suporte à formação para o sistema orgânico de produção.

Os desafios apontados nos discursos, então, referem-se à participação na Cooperativa de Cotia e também à necessária união para poder se organizar uma cooperativa, que o discurso aponta não estar existindo na região. Conseqüentemente,

surge como desafio a necessidade de comprometimento dos agricultores com essa união:

“Eu, outra coisa, cooperativa levou meu dinheiro, mais ou menos, quase 20 mil dólares, porque junto com ele não conseguiu pagar então, eu cortei convênio, cooperativa. Não adianta ter empregado para sustentar.”

“A gente não tem aquela união e a gente sozinho não dá”

“Ai é tal do negócio, por exemplo, geralmente, vão marcar uma reunião para todos estarem presentes. Tem muitos pequenos produtores, juntava 2,3 e 4 de acordo com a sua produção para completa aquela quantidade certa que seria necessário para cada escola, para não faltar, que infelizmente é a mania do brasileiro, que é assumir compromisso, depois da mancada, depois tem o contrato e a multa pro cara saber honrar.”

Outro ponto a se considerar também é que as oportunidades de convívio social e cultural de agricultores na região parecem estar restritas, exceto o Clube Kaikan, que ainda é freqüentado, mais pelos descendentes de japoneses mais velhos (CARVALHO e FRANCA, 2005), podendo esse ser também um ponto a mais a contribuir para a frágil organização do setor na região.

Também na pesquisa da CAE et al. (2006), o tema da necessidade de assistência técnica aparece entre os 13 temas que apontam o que os agricultores da região de Parelheiros acham sobre os desafios para se viabilizar a agricultura na Zona Sul.

Da mesma forma, “a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa.” é prevista como sendo uma das diretrizes do PROAURP. Essa é também uma das diretrizes apontadas pelo Seminário Guarapiranga 2006, na proposta de implementação de um Programa Estadual de Fomento à Agricultura Urbana e Periurbana que busque “fortalecer o extensionismo rural e assistência técnica aos produtores rurais”, uma das propostas de ações decorrentes desse evento.

TEMA GERADOR: RENTÁVEL

O tema rentabilidade econômica aparece como uma das mais fortes condicionantes para o interesse dos entrevistados em participar da proposta de abastecimento da merenda com H e F orgânicos.

Analisando sob a ótica da triangulação (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004), tem-se que as hortaliças e frutas orgânicas que se propõe que o agricultor produza são consideradas produtos que, com base em critérios técnicos, poderão induzir/promover saúde para o agricultor e sua família, para os indivíduos (no caso, a saúde dos escolares potenciais consumidores de seus produtos) e para o ambiente, o que pode ser visto como o Ponto de Vista do Setor Produtivo - PVSP. Nesse ponto de vista há que se considerar também a questão do “ser ou não rentável”, associado à viabilidade da sua implementação, pois afinal é com a venda desse produto que o agricultor e sua família precisam viver.

A pesquisa realizada pela CAE et al. (2006) com agricultores da região apontou que, entre os pontos de satisfação dos agricultores com as atividades, está o fato de que eles “vendem tudo que produzem”, por que estão com uma “boa produção”.

Contudo, ao se perguntar aos agricultores nessa pesquisa sobre o que eles achavam do resultado de sua produção na comparação com anos anteriores, a grande maioria respondeu que a produção se manteve igual (60,7%); a produção reduziu (24%), houve aumento na produção (13,08%), e 1,8% dos entrevistados disseram ter parado a atividade. Em relação à produtividade atual comparada aos anos anteriores, os entrevistados disseram ser boa (44,85%), regular (46,72%) e ruim (6,54%). Chama também a atenção que 60,7% dos entrevistados apontaram que a produtividade é regular e ruim e a produção está estacionada. (CAE et al., 2006)

Na mesma pesquisa os agricultores apontaram uma visão desafiante da situação: 11,3% dos entrevistados consideram a situação ruim ou péssima: preço não acompanha insumos, despesas altas e renda baixa, “não tenho capital para início de atividades”, falta transporte até a comercialização, governo não incentiva produtor (CAE et al., 2006).

Destacam-se nesta discussão alguns dos itens apontados nessa visão desafiante. A questão das despesas altas e da renda ser baixa pode ser atribuída ao sistema produtivista que vigora na região, através do sistema convencional de produção, e ser percebida através dos seguintes discursos dos agricultores:

“Defensivo agrícola tá muito caro comparado com o preço da mercadoria que a gente vende.”

“Tem que cada vez usar mais veneno, e tem que gastar mais.”

“A mercadoria que a gente vende tá parada desde o começo do início do plano real. Mas o que a gente compra, subiu 300%, 400% por cento.”

“E a verdura tá de 10 anos, 15 anos atrás o mesmo preço. Agora esse ano é que deu uma melhoradinha, um pouco melhor, mas mesmo assim não tá bom, não alcança.”

Isso também pode explicar os dados que foram levantados pela pesquisa CAE et al. (2006) na comparação entre o rendimento médio bruto mensal e o líquido dos agricultores entrevistados, em que se apontou que as propriedades que possuem mão-de-obra com contrato fixo têm uma renda média bruta de R\$17.750,00 e uma renda líquida per capita de somente R\$2.276,75. O grupo que emprega mão-de-obra temporária tem um rendimento mensal bruto de R\$1.386,66 e uma renda líquida de R\$630,30 per capita, enquanto que a renda média mensal bruta da propriedade que utiliza apenas mão-de-obra familiar na região é de R\$1.117,33 e a renda média líquida per capita desse grupo é de R\$353,58 (a menor renda líquida).

No contraponto a essa idéia tem-se a representação de que o sistema de produção orgânico pode ser bom pois:

“Não há gasto financeiro no orgânico”.

Também aparece a representação de que a proposta de venda nas escolas pode ser boa, mas terá que ser rentável e tem que ser cabível. Assim, questiona-se se ela dará para manter as despesas ou deixará dívidas:

“Se for uma proposta cabível pra mim, aceito, desde que eu tenha algum rendimento, desde que eu ganhe alguma coisa. Tenho que ver meus pontos também, ter renda, tenho que ver o que vou ganhar por trás, se vou ter lucro, se vai dar para me manter, se vou ter que vender o que tenho para depois no futuro para pagar as dívidas que vou deixar para trás.”

Detecta-se então pelos discursos presentes que a representação é de questionamento sobre o custo-benefício de se assumir um outro sistema que não o convencional de produção (que por sua vez é gerador de dependência tanto da compra crescente de insumos como de créditos bancários). Contudo, pode-se ver que a dependência de créditos não é uma prática constante na região, pois 84,1% dos agricultores entrevistados apontaram não ter acesso a linhas de crédito (financiamento) (CAE et al., 2006).

Há também uma representação de que está havendo uma consciência crescente do mercado consumidor em relação aos efeitos nocivos do agrotóxico:

“As senhoras não são muita atrasadas não e elas já estão percebendo quando se infeta muito veneno, Ai começa a sobrar mercadoria no supermercado, não sei onde elas estão aprendendo rapidinho. O que está praticamente no ponto de colher, já não se pode jogar veneno, para que as senhoras não percebam e na venha a ter nenhum tio de problema.”

Aqui nesse último discurso, parece que o produtor começa a perceber que há um início de conscientização que está afetando o modo de consumo dos consumidores.

Vale aqui lembrar que esse agricultor, segundo o levantamento da CAE et al. (2006) na região, tem um de seus principais focos de venda ao CEAGESP (42,99%). Em segundo lugar, 28,03% vendem para feiras livres (a região de Parelheiros possui 6 feiras livres), 26,16% vendem para intermediários e 14,01% para outros mercados (supermercados, sacolão, doação, feira de exposição, mercadinho local, entrega direta em domicílio, lojas especializadas) (CAE et al., 2006). Ao que parece, segundo os discursos a seguir, a venda ao CEAGESP dificilmente é feita pelo agricultor familiar diretamente. E nesse aspecto, segundo a pesquisa da CAE et al. (2006), os agricultores apontaram como sendo necessário para viabilizar a atividade agrícola na região que houvesse fiscal de preço no CEAGESP, o que também aparece no discurso a seguir.

“Aí depende, precisa ver bem certo, tem que ver direito, ver como funciona. Porque a gente depende muito do CEAGESP,

pequeno produtor é difícil, a gente não sabe se manda certo ou não manda, a mercadoria tá numa tabela, numa cotação, não vem a cotação que a gente quer. A gente é pequeno produtor a gente não pode entrar no CEAGESP.”

A venda direta a supermercados foi apontada pelos agricultores na pesquisa da CAE et al. (2006) como sendo uma das necessidades para o desenvolvimento da agricultura na região.

Destaca-se então o que apontaram os discursos para ilustrar a questão da dependência de um sistema “gerador de dependências”. Isso poderia dificultar uma análise que permitiria vislumbrarem-se outros mercados, como o da escola, que está próximo a eles. No caso, a venda direta às escolas pode ser feita no sistema de escolas estaduais, como referido anteriormente, e que tem sido praticado como única fonte de mercado de um agricultor que participou da pesquisa da CAE et al. (2006), e como mercado complementar de 10% dos agricultores que participaram na pesquisa FSP-CNPq. Demonstrando ser possível essa prática.

Entre as oportunidades apresentadas para o abastecimento de hortaliças e frutas nas escolas tem-se a crença, também como se viu anteriormente, de que seria bom experimentar-se a venda direta para as escolas para trazer mais lucros aos produtores:

“É uma boa maneira de vender a produção orgânica, porque a gente tem que experimentar, (não sei sobre a produção, se ela terá um bom desenvolvimento), mas seria bom, acho que a venda direta ao consumidor traria mais lucro pro agricultor.”

Além da possibilidade de venda direta às escolas, os discursos parecem associar como positiva a venda de produtos para escolas supondo que “não há tanta exigência de qualidade”, o que poderia tornar rentável vender “para não desperdiçar” a sobra, ou aquilo que não tem a aparência adequada para outros locais que abastecem:

“Pode ser uma proposta até boa, a gente tá com uma alface aqui, que tá sobrando, nem que você esteja combinando o preço, se você conseguisse é um negócio até bom.”
“Tem muita verdura ai, que já tá muito passada, para vender ai fora ninguém quer, agora o alimento pra as

crianças da escola seria saudável, ele tá bom, porque ele é orgânico. Para muitos não servem porque tá pequeno, miúdo, não tem estrutura, para negócio de comercialização não presta, não serve, então para as crianças na escola eu creio que seria bom.”

“Eu tenho isso comigo, pras crianças na escola eu acho que tem que permitir, porque sou obrigado a daqui a pouco passar o trator, a sorte que vai ficar na terra, mas se tem alguém que aproveita eu acharia melhor.”

Destaca-se que o conceito de “sobra”, ou do que “está sobrando” ou de produtos que, mesmo estando “bons para consumo” porque são orgânicos, mas não se adequam ao mercado, demonstra a exigência de um padrão (aparência) de qualidade mais ligado à forma do que à qualidade nutricional dos alimentos. O senso comum é que o que é “bonito” tem maior valor agregado e parece ter mais avanço tecnológico. Há também a idéia de que o produto orgânico é mais feio e pequeno, mas estudos demonstram que também o sistema orgânico de produção desenvolve avanços tecnológicos, como técnicas de manejo sustentável do solo, por exemplo, mesmo não havendo a utilização de produtos químicos. Os resultados em relação à produtividade e à aparência, têm em muitos casos, superado os resultados do sistema convencional (CAE, 2007³⁷). Contudo essa idéia pode transparecer uma visão produtivista entre os agricultores e demonstrar o desafio da questão “quantidade com qualidade” para o sistema de produção orgânica, e que é necessária para abastecer as escolas.

Quanto a essa questão de quantidade e qualidade a Lei Federal de Segurança Alimentar e Nutricional - (Lei No 11.346, 15/09/2006) entre as áreas de abrangências da SAN está:

“IV. A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população.”

A Lei Federal de Orgânicos (Lei Nº 10.831, 23 /12/ 2003) ainda especifica no § 1º, que trata das finalidades de um sistema de produção orgânico, o cuidado que se deve ter até na manipulação dos produtos agrícolas orgânicos para manter a

³⁷ Segundo Informações obtidas na CAE - Casa da Agricultura Ecológica, jun. 2007.

integridade e as qualidades vitais dos produtos: “IX - manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.”

Ainda em relação ao abastecimento das escolas, surgem dúvidas se a prefeitura forneceria de graça insumo e se pagaria pela produção:

“Pelo o que o rapaz falou, era trazido pela prefeitura, porque parece que a prefeitura é que tem isso, outras pessoas não têm, então a gente tinha que possuir deles mesmo. Agora eu não sei como eles fazem se eles trazem de graça ou é comprado, como que vai ser. Se fosse de graça seria melhor, daí dava para forrar toda a roça inteira.”

“Mas vai ter que me pagar pois são coisas que não são muito baratas”.

Quanto aos desafios apontados no geral para a comercialização de orgânicos, tem-se a representação de que o produto é caro e elitista:

“Orgânico sai caro, o transporte caro: a gente trabalha com quantidade, orgânico tem que ser área pequena e colher bem é difícil.”

“Tem produtos assim que organicamente produzidos é difícil, por exemplo, tomate, tem certos alimentos que organicamente produz, mas fica um preço oneroso e acho que não compensa, não sei pro estado, qual o valor que eles pagam..”

“Então acho meio complicado, tem que ver o valor também, o valor de comercialização do produto. Ele é um produto que quem consome são as pessoas de alta renda, que só a feira lá na Água Branca, na Tutóia, só pessoas de poder aquisitivo alto, porque é um produto meio caro pra falar a verdade.”

Cabe aqui destacar que, em muitos municípios, a produção de hortaliças tem sido a grande impulsionadora para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Em São Paulo, conforme se vê em seu principal centro produtivo de hortaliças, que é o cinturão verde (boa parte em Parelheiros), ainda não há uma produção orgânica consolidada que possa garantir maior oferta e menor preço. Além do mais, os produtos orgânicos ainda são considerados caros e de acesso mais elitizado, como se abordou anteriormente, em especial devido à entrada nesse mercado das grandes redes de supermercados. Essas redes têm sido, em São Paulo, grandes mantenedoras

desse processo de elitização, já que os preços praticados ali como também os de alguns entrepostos, chegam a ser até o dobro do que se vende, por exemplo, na modalidade de entrega em domicílio ou nas feiras de produtos orgânicos. Como é a classe média e alta que mais tem consumido os alimentos orgânicos na cidade, isso tem reforçado a conotação de “nicho de mercado” na venda para aqueles que podem pagar mais para ter saúde.

Há ainda poucos locais de venda desses produtos, em especial aqueles em que a compra direta dos produtores favorece a aquisição dos produtos a custos menores como as feiras especializadas da AAO (Parque da Água Branca, Rua Tutóia, em Santana do Parnaíba e no Parque Previdência), as Feiras da Associação Biodinâmica (Feira de Produtores Biodinâmicos, no Espaço Aldeola, na região de Pinheiros, e na Rua Benedito em Santo Amaro, na cidade de São Paulo). Algumas lojas e entrepostos na cidade também aplicam o conceito de preço justo e prestam o serviço delimitando o valor que cobram para tanto. Mas destaca-se a modalidade bastante crescente da venda de orgânicos em São Paulo pela entrega em domicílio ou em pontos de entrega de grupos de consumo, em que o preço dos produtos chega a ser menos da metade do valor da venda em supermercados, tendo que se pagar uma taxa de entrega.

Essa perspectiva de venda direta ao consumidor, ou para instituições públicas, é que tem sido a grande saída para produtores agrícolas de orgânicos. Uma possível alternativa para essa questão seria a estruturação e o organização dos agricultores, que poderiam receber o apoio necessário para atuar de forma cooperada.

Um desafio que aparece em relação ao que se entende por qualidade dos produtos, com base nos aspectos da forma e aparência dos mesmos, também está presente nos discursos: a idéia de que o produto orgânico é mais feio e “cai a qualidade” comparado com o convencional:

“Eu já vi esse produto orgânico no mercado, no supermercado, cai muito a qualidade, pode ser que não tenha agrotóxico, a gente comparando com o que gente planta com agrotóxico, a qualidade cai.”

Essa percepção também pode estar contribuindo, acredita-se, ao contra-senso, em especial em supermercados, de encontrarem-se produtos orgânicos embalados

em bandejas de isopor, que não são recicláveis, o que segundo DAROLT (2001 c), além de contribuir para aumento de seu preço, também gera poluentes que afetam por sua vez a qualidade da terra que a agricultura orgânica tanto busca preservar.

Aparece também como um outro desafio a se esclarecer a idéia de que com pouca produção não compensa se plantar no sistema orgânico:

“Então o meu plantio é pouco, entrego para alguns colonos, então pra mim sei lá, não seria uma boa idéia, porque eu entrego para colonos e feirante, então minha produção seria pequena.”

O que segundo AZEVEDO (2006) é exatamente o oposto. Conforme a autora, a agricultura orgânica é totalmente adequada para a agricultura familiar, conforme já citado anteriormente.

Também se percebe que o sistema gerador de dependência técnica e financeira decorrente do sistema convencional parece estar incorporado, o que fica evidenciado nos resultados da pesquisa da CAE et al. (2006) em que os agricultores apontam como necessidades para o desenvolvimento da agricultura na região sul: baratear diesel, garantia de preços, baratear insumos, baratear custos, entre outros (CAE et al., 2006).

Entre os desafios para viabilizar a atividade agrícola na região eles apontaram: custo alto de produção, insumos caros, controle de pragas, entre outros temas (CAE et al., 2006).

Outro desafio que aparece no discurso a seguir é em relação às exigências legais de proteção ambiental, que aparecem como um se fosse um fator limitante à agricultura, conforme também foi apurado por CARVALHO et al. (2005). Isso está denotado no discurso:

“A terra vai desacostumando, terras assim que aqui, ta mais de 100 anos plantada, todo dia plantando, a terra já ta cansada e a gente as vezes deixa um cantinho para descansar, só que dai vem hoje em dia a florestal não deixa mais, a gente tem vontade de aumentar a horta, mas não pode, a florestal não deixa, se a gente for cortar e eles souberem a gente tem que pagar multa, mas quando o vento cai, não paga multa pra eles. Tudo errado.”

O que parece denotar aqui é que a preservação da mata é considerada fator limitante para o aumento da horta, uma necessidade, segundo aponta o discurso, pois a terra que cultivam já está cansada, sobretudo pelo uso de produtos químicos e práticas que desconhecem o manejo adequado do solo. Isso seria também, ao que parece segundo o discurso, um fator limitante para a maior “rentabilidade.” O Código Florestal (Lei federal 4771 de 15/09/1965) segundo CARVALHO et al. (2005), estabelece limites para o desmatamento e estabelece a metragem para a preservação das matas ciliares ao longo dos corpos d’água. Por exemplo, onde há nascentes, há que se preservar num raio de 50 m. Contudo, segundo esses autores, há uma Medida Provisória 2.166 de 24/08/2001 que autoriza que as propriedades de agricultores familiares (conforme previsto na lei) podem plantar “árvores frutíferas ornamentais ou industriais, composta por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.” (p.6)

No caso de áreas de mananciais os autores apontam que há lei Estadual que trata do assunto (desde 1975, e depois houve uma Lei Federal 9433 de 8/01/97 que acabou influenciando uma adequação à Lei Estadual, resultando na Lei 9.866, de 28/11/97). Também em 2006 foi aprovada a Lei Estadual nº 12.233 (de 16 de janeiro de 2006) que declara a Bacia Hidrográfica do Guarapiranga como manancial de interesse regional para o abastecimento público e cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga - APRM-G. A lei criou 3 áreas de ocupação: Áreas de Restrição à Ocupação; Áreas de Ocupação Dirigida; e Áreas de Recuperação Ambiental. Em geral a lei aponta a necessidade do manejo sustentável do solo, e de diretrizes e programas para se estimular a agricultura orgânica na região, sendo que há áreas em que fica proibido o uso de biocidas. O que demonstra que a prática da agricultura orgânica não é só uma intenção de política pública, mas sim é uma necessidade a ser implementada na região. Essa situação fica reforçada pela Lei Federal de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 12/02/1998), que tem sido considerada, segundo CARVALHO et al. (2005), como uma ameaça efetiva pelos agricultores da região. O que é agravado pelo fato de que, segundo esses autores, ainda “não houve”³⁸, nenhum programa de conversão

³⁸ Até a época da pesquisa Negowats e da elaboração desse documento, em 2005.

tecnológica, seja de capacitação seja de financiamento, no âmbito do Estado, ficando, portanto, dependente de iniciativas locais e municipais” (CARVALHO et al., 2005, p.6).

Nesse aspecto também se aponta que, na pesquisa realizada pela CAE et al. (2006), entre os desafios para viabilizar atividade agrícola aparecem o corte clandestino de árvores.

Na mesma pesquisa da CAE et al. (2006) destacam-se outras duas questões que aparecem entre as causas que os agricultores identificaram para a situação em que se encontram “não possuem capital para início de atividades e falta transporte até a comercialização”, entre outras colocações, que parecem ter sinergia com o tema da rentabilidade e da dimensão econômica que se está abordando aqui.

Além disso, aparece nos discursos a falta que os agricultores sentem de insumos, decorrentes da reciclagem de lixo, que eram oferecidos pela prefeitura a preços em conta, os quais não dispõem mais:

“A prefeitura fechou aquela fábrica de reciclagem do lixo, que ela fazia tudo. Tinha que reabrir aquilo ali e ajudava todo mundo comprava aquilo da prefeitura, enriquecia com um pouquinho de adubo de gado e de galinha que já ajudava bem, preço simbólico, o pessoal aqui tudo comprava da Leopoldina.”

Essa dependência de insumos e apoios também se observa no tema gerador seguinte, em que detectaram-se as maiores dúvidas, provavelmente, mais decorrentes de uma falta de aprendizado efetivo sobre a viabilidade técnica do sistema de produção orgânica. Juntamente com a questão da rentabilidade, estes temas demonstram o Ponto de Vista do Sistema Produtivo - PVSP, conforme se buscou refletir acerca da proposta de triangulação (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004).

TEMA GERADOR: **TECNICAMENTE VIÁVEL**

Esse tema gerador surge como um contraponto às respostas que apontaram que a agricultura orgânica é “impraticável” pelas diversas dúvidas que se denotam sobre a viabilidade técnica desse sistema. Ressalte-se que a consideração de que esta

é uma proposta impraticável caiu de intensidade quando, na segunda questão, se perguntou se o agricultor teria interesse direto em participar da proposta de abastecimento da escola. O que pode demonstrar que, quando a pergunta foi diretamente sobre o interesse de participação, outros pontos ou idéias passaram a ser mais relevantes.

O tema da viabilidade técnica é um dos que mais dúvidas e idéias desafiadoras apresenta entre os discursos sobre o interesse em converter para a agricultura orgânica e em participar da proposta de abastecimento com hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar. Os desafios que emergem dos discursos apontados a seguir são indicativos para estratégias educativas dialógicas.

A necessidade de curso aparece nesse tema, não como anteriormente apareceu no tema gerador apoios, pois aqui, ao que parece, essa idéia está contextualizada na dinâmica do processo de conversão. Conforme aponta o discurso abaixo, subentende-se que não dá para fazer a conversão “a olho”, sem uma orientação especializada através de um curso:

“Tem que fazer curso, não é assim a olho, assim não.”

Essa idéia pode estar no imaginário, mas a falta de apoio e suporte de cursos sobre o sistema orgânico na região pode ter levado os agricultores a buscarem o autodidatismo e os conhecimentos disponíveis sem assistência técnica, e isso pode ter feito com que, pela falta de conhecimento dos desafios de um processo de conversão, o agricultor tenha desistido de mudar do sistema convencional:

“Não. Eu não teria interesse no momento não. Porque eu já estudei bastante a parte de agricultura orgânica, tentei implantar, mas é meio difícil, é uma coisa, que pelo que eu vi, pelo que eu pesquisei, é uma coisa meio complicada. Tem que ter estrutura, fazer tudo direitinho para depois começar a produzir, igual do chão não, você passa trator, joga adubo e produz, é bem mais fácil, agora orgânico, acho que bem mais complicado.”

O final deste discurso aponta uma possível causa da desistência, a idéia de que o convencional è “mais fácil” que o orgânico, e que o orgânico é muito mais trabalhoso e dá muita “mão-de-obra”:

“É um processo muito trabalhoso a parte de agricultura orgânica e às vezes não tão produtivo, comparado ao que a gente faz assim, é muito trabalho, dá muita mão-de-obra. Eu acho difícil, porque se planta, joga na terra, se não passa agrotóxico não resolve, muita doença, acho que sem passar remédio não resolve nada, acho que só orgânico não vai resolver não.”

Mesmo constatando que o orgânico é muito melhor que o sistema convencional, o discurso a seguir aponta que a qualidade não se sobrepõe na escolha daquele que é mais fácil, sobretudo porque o fácil aqui é o remédio que tem cuidado do doente “a terra”. A idéia aqui é da terra cansada e cheia de pragas que não permite outra forma de exploração senão através de “químicos”:

“Orgânico é mais melhor do que o químico, mas químico é mais fácil de fazer as compras, porque é duro de produzir, nessa região é difícil por causa de muitas pragas e doenças e não acredito ser possível colher legumes sem agrotóxicos, se eu facilito de jogar veneno na planta a planta tá tudo bichada, tem que jogar fora, a não ser que os alunos vão comer com bicho e tudo?”

O discurso a seguir reforça o que parece ser um senso comum bem fortalecido daqueles que usam agrotóxicos e insumos químicos, de acharem que, porque a terra já está cansada, ou mesmo doente, se não usarem insumos químicos, como se fossem remédios, ela não irá mais produzir:

“Interessaria, a gente tem, mas o solo que a gente usa já tá contaminado, a dificuldade está aí, como trocar? Se eu planto aí, não é mais orgânico, já tem adubo, tem inseticida na terra, e essa mudança eu não sei como deve ser feita.”

Em reforço ao cansaço da terra tem-se a essa idéia da “dificuldade hoje em dia para se plantar”:

“Antigamente chegava aqui e plantava batatinha, batata-doce, nabo, tanta coisa assim, não precisava nem de adubo. Agora já precisa.”

A questão do tempo necessário de dedicação para a conversão aponta para o discurso da “falta de tempo”, quer para justificar a falta de interesse, ou não achar uma boa a proposta do projeto FSP-CNPq, quer para apontar que a mudança estaria

condicionada ao tempo que se teria para se dedicar paralelamente à produção orgânica, já que se dedicam a “outros tipos de tratamento” (que aqui podem ser subentendidos como a hidroponia, muito comum na região):

“Não sobra tempo para isso. Por enquanto não acho uma boa proposta, quem sabe futuramente.”

“Depende do tempo que a gente tiver disponível para isso, porque a gente mexe com outros tipos de tratamento então não sei se a gente vai conseguir tempo pra isso.”

Nessa ótica também aparece o discurso que aponta a representação da idéia da produção paralela do sistema convencional e do orgânico. Tal idéia também surgiu no tema gerador Rentável, mas lá com o enfoque de ser rentável se fosse possível misturar os dois sistemas. Aqui a idéia aparece apontando que há pedaços de terra que “são fracos”, e que devem ser separados daqueles pedaços de terra em que se “pode por adubo orgânico” para plantar para as escolas:

“Se o cara distribuir assim, para uma escola, a gente tem que fazer o canteiro separado, só para a escola, porque se a gente for fazer com todos, tem pedaço de terra que não produz, não dá, é fraco, então a gente já separa, porque aí pode por adubo orgânico.”

Também está presente o discurso que aponta um conhecimento de que, quando se produz pelo sistema orgânico, há que se tomar cuidado de fazer o fechamento da propriedade de forma que não haja a contaminação da produção orgânica pela proximidade com a produção do sistema convencional. Daí a importância que a agroecologia busca trabalhar de forma regional, também para garantir essa proteção:

“Precisa de um ambiente fechado, precisa de toda aquela estrutura para poder plantar, não é assim, você vai chegar e vai.”

“Orgânico só não dá, dá muito trabalho, tem que fechar o ambiente.”

Outro enfoque dos discursos apresenta uma idéia de preocupação e visão futura sobre a continuidade da agricultura para as próximas gerações. Aponta-se a necessidade de o governo propiciar o ensino da agricultura desde criança e justifica-se por causa do “atraso” em que a agricultura se encontra, em especial na região

Norte do País, ao contrário do que ocorre na “regional sul” (não fica claro se o agricultor se refere à região sul do município ou do Brasil):

“De criança pequena? Tem que ensinar lavourar, porque aqui no Brasil está muito atrasado, essa regional do sul não tá atrasado tá quase igual do nível mundial, mas no Brasil o que manda lá no norte não sabe nem agricultura, não sabe, que jeito vai colher, que jeito planta, não sabe, lavrando, carpir enxada, puxar enxada, lavourando.”

Há também entre os discursos, aqueles que denotam dúvidas se o orgânico irá se desenvolver bem, e como os agricultores poderiam participar de uma proposta de mudança de sistema:

“Não sei se terá um bom desenvolvimento.”
“Não sei, não tenho idéia de como poderia participar.”

Estas dúvidas ao que parece podem denotar a falta de estrutura de formação e assistência técnica na região que é sentida pelos agricultores. Também as dúvidas sobre o sistema orgânico podem ser reforçadas pelo que foi constatado pela CAE et al. (2006), e pelo anteriormente citado, de que a maior empresa de venda de produtos agropecuários na região está oferecendo assistência técnica a seus clientes. Também podem ser explicadas pelos desafios que foram apontados aqui para o envolvimento dos agricultores no sistema orgânico de produção.

Contudo, entre os desafios, aparece uma oportunidade comunicacional para elucidar essas dúvidas em relação ao tecnicamente viável, que aparece na forma de pergunta:

“Alguém da região tem participado?”

Essa representação pode demonstrar como é importante o exemplo de um agricultor, em especial se for da região, que já tenha passado para o sistema orgânico e possa dar o seu testemunho. O mesmo ocorre no exemplo de quem está abastecendo as escolas. A idéia presente parece ser do “ver para crer”, “se deu certo com alguém da região que enfrenta os mesmos desafios isso poderá dar certo com os outros agricultores.” Essa indicação que aparece no discurso sobre a importância do exemplo pode ser complementar a outro discurso apontado anteriormente no tema gerador Apoios, em que se coloca que deve haver aulas práticas.

Essa representação também pode ter sinergia com o que coloca FREIRE (1996) em seu livro *Pedagogia da Autonomia*: “Ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo”, apontando que sem dar o exemplo vivencial as palavras no processo educativo ficam vazias (p.34).

Destacam-se nos discursos desse tema, portanto, as dúvidas quanto ao processo de conversão. De fato, a terra que usa insumos químicos e que não recebe técnicas de manejo adequado precisa ser reabilitada, mas são outras as formas propostas pelo sistema orgânico de produção. Nessa perspectiva da transição agroecológica, a EMBRAPA (2006, p. 28-29) aponta que ela se dá em um processo gradual e citando Gliessman, indica 4 passos:

“Transição interna ao sistema produtivo agropecuário:

Passo 1 - Redução e racionalização do uso de insumos químicos;

Passo 2 - Substituição de insumos;

Passo 3 - Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos;

Passo 4 - Transição externa ao sistema produtivo: significa que a transição ao sistema orgânico não pode ser só interna, resumindo-se em uma mudança tecnológica apenas, mas ela necessita para se efetivar de uma ‘mudança geral nos padrões de desenvolvimento como Políticas de Crédito e Extensão Rural, pesquisa agropecuária e florestal e reforma agrária são condições fundamentais para avançar a sustentabilidade duradoura” (EMBRAPA, 2006,p.29).

Segundo a Embrapa (2006), não se pode precisar em quanto tempo se dará o processo de transição do sistema convencional para o sistema orgânico, pois este depende de múltiplos fatores e do estado e condições em que se encontra a terra. Há

algumas estimativas que falam em 2 ou 3 anos para o processo de conversão, mais esse diagnóstico requer uma análise técnica caso a caso.

Nesse aspecto, também a Lei Federal de Orgânicos (Lei Nº 10.831, 23 /12/ 2003) aponta para o processo contínuo do sistema orgânico de produção, indicando as ações e cuidados que devem buscar preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e recompor a diversidade biológica dos ecossistemas modificados incrementando e mantendo a atividade biológica e a fertilidade do solo a longo prazo, e buscando otimizar os insumos locais disponíveis. Contudo, essa lei ainda não foi regulamentada, e somente após esse processo ela poderá ser efetivamente aplicada.

Esse novo papel que ao que parece está pressuposto na lei federal de orgânicos, aproxima-se do papel que o projeto Negowat propôs: “o agricultor como um prestador de serviço ambiental em potencial” (CARVALHO et al., 2005, p.2). Complementarmente, ao se reconhecer a importância desse sistema de produção para efetivamente dar conta de um problema de saúde pública, ou seja, a Política de SAN, espera-se que esse agricultor seja um indutor de uma reeducação alimentar. O que está implícito é uma mudança de paradigma em relação ao modo de produção. O desafio posto é como a agricultura orgânica passará do atendimento restrito a um “nicho de mercado” para colocar em prática uma política pública de democratização do acesso e ampliação do consumo desses produtos em escolas. E como difundir essa proposta e motivar os agricultores diante de uma lógica vigente da prática do sistema convencional em que os “remédios químicos” é que sabem cuidar, como dizem, da terra cansada “de guerra.” Ao que parece, uma guerra que ela tem que travar com o arsenal “bélico” que é concebido para produzir “produtos perfeitos” e em “série” (monocultura) numa lógica muito similar ao processo fabril.

Essa lógica do “plantio fácil”, da “falta de tempo” somada ao desconhecimento técnico, pode ser subjacente ao fato de que poucos agricultores de uma região praticamente toda inserida em área de proteção ambiental, por exemplo, realizam práticas de manejo sustentável do solo. Isso foi o que constatou a pesquisa da CAE et al. (2006), ao entrevistar 107 agricultores. Somente 21,49% deles fazem curva de nível, 10,28% fazem rotação de culturas, 4,67% fazem terraceamento e apenas 1 produtor entrevistado faz cobertura de solo. Isso numa região em que,

segundo a mesma pesquisa, apurou-se que 87,85% das propriedades possuem mata, constituindo uma área aproximada de 221,12 hectares, e 69% das propriedades dos entrevistados possuem nascentes, existindo 132 nascentes em 74 propriedades dos participantes da pesquisa.

Ao que parece, apesar de muito importante, não basta somente ter o arcabouço legal para se garantir a proteção ambiental em um dado território. E também parece não ser suficiente que os agricultores saibam que existem leis punitivas. Segundo a pesquisa da CAE et al. (2006), 87,8% dos agricultores entrevistados disseram ter conhecimento das leis ambientais e 92% ainda se mantêm no sistema convencional.

Diante disso, buscou-se entender o que motivou agricultores de outras regiões a fazerem a transição para o sistema orgânico. Estudos realizados por DAROLT (2001 d) analisando os aspectos de sustentabilidade da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, apontaram que, sob o aspecto da dimensão político-institucional, até 2001 eram “muito recentes as políticas públicas voltadas para a produção orgânica.” O autor aponta como possível causa dessa situação a dominância de políticas agrícolas que privilegiavam o sistema convencional de produção, e desconsideravam os “benefícios ambientais e energéticos da agricultura orgânica.” Esta situação se refletia, segundo DAROLT (2001d), nos poucos recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento da produção orgânica oriundos de instituições de pesquisa, ensino e extensão. Diante disso ele também constatou que as políticas existentes até então além de contribuírem para o “desequilíbrio dos sistemas agrícolas”, aumentavam a “dependência dos agricultores.” De 2001 para 2007 ressalta-se como conquistas a lei dos orgânicos (Nº 10.831, de 23 dez. 2003) que ainda não foi regulamentada até o presente momento, ações de difusão do conceito, e algumas poucas linhas de financiamento que são restritos, mas ainda prevalece a visão do sistema de produção orgânica para se atender um “nicho de mercado.”

Algumas pesquisas que apontam a motivação dos agricultores para a conversão para o sistema orgânico de produção, no contexto em que a produção ainda atende um “nicho de mercado”.

Diante dessas constatações, numa revisão da literatura de pesquisas realizadas sobre motivação de agricultores a passarem do sistema de produção convencional para o sistema de produção orgânica destacam-se:

1) O relatório final do “Estudo comparativo para identificação de indicadores de sustentabilidade dos sistemas de produção orgânica em Santa Catarina”³⁹ (ALTMANN e OTRAMARI, 2004, p.44-45). Realizado em Santa Catarina, onde já existem produtores orgânicos há alguns anos e cooperativas, apurou-se ao perguntar aos agricultores pesquisados quais foram os motivos que os levaram a adotar a agricultura orgânica: 1ª - saúde dos familiares (a razão mais apontada) (25%); 2ª - razão econômica (dá mais renda) (22,5%); 3ª - preocupação ecológica (20%); 4ª - demanda do mercado por produtos orgânicos (17,45); 5ª - preocupação com a saúde do consumidor (7,5%). Somando as motivações de ordem econômica (“da mais renda” e demanda de mercado) totalizam 40% do total dos produtores orgânicos entrevistados.

2) Pesquisa realizada com 57 agricultores orgânicos ou em fase de conversão de 12 municípios da região metropolitana de Curitiba (DAROLT, 2001 d), onde já existem produtores orgânicos há alguns anos e cooperativas. Assim como em Santa Catarina a pesquisa também apontou que, preponderantemente, os dois fatores que motivaram os agricultores no “momento de decidir pela produção orgânica” foram a saúde pessoal e da família e a questão econômica. Como justificativas dessas motivações, observou-se que 68,4% dos agricultores tiveram algum problema de saúde, normalmente por contaminação de agrotóxicos. A necessidade de novas opções econômicas foi apontada por 66% dos agricultores. Destaca-se que cerca de 35 % dos agricultores mudaram para o sistema orgânico por convicção ideológica, constatando-se serem esses agricultores os mais comprometidos com a filosofia

³⁹ Realização Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural e Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina com apoio financeiro do Fundo Rotativo de Estímulo à pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina.

orgânica. Outros pontos dessa mesma pesquisa de DAROLT (2001 d) valem ser aqui destacados quanto aos principais entraves apontados pelos produtores pesquisados:

Dimensão Econômica: 1º) falta de um crédito específico para a agricultura orgânica; 2º) dificuldades para a comercialização da produção (falta de organização dos circuitos comerciais, preço dos produtos orgânicos tem sido um dos entraves à expansão do mercado).

Dimensão Técnico-Agronômica: falta de experiência e informações técnicas, que por sua vez estão relacionadas à falta de pesquisa. Outros problemas também citados: não haver sementes orgânicas, falta de equipamentos adaptados para facilitar o trabalho e dificuldade no planejamento de produção. Os problemas com a dimensão técnico-agronômica no seu conjunto refletem-se na dificuldade de manter a regularidade, quantidade, qualidade e diversidade de produção.

Dimensão Ecológica: principal preocupação dos agricultores foi com a água, seguida da utilização indiscriminada de agrotóxicos nas imediações que podem contaminar a sua produção.

Diante desse resultado DAROLT (2001 d) conclui que “as principais questões que preocupam os agricultores (que adotaram o sistema orgânico ou estão em conversão) são de caráter externo à unidade de produção e estão relacionadas às dimensões política e econômica, que não dependem diretamente dos agricultores.”

- Potenciais da agricultura orgânica apontados pelos produtores pesquisados: 1º) a possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e consumidores, sobretudo em relação à saúde; 2º) a redução no uso de agrotóxicos; 3º) a questão de se atender um “nicho de mercado”. Ainda foram apontados a questão ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar. Observa-se que há uma valorização por parte dos agricultores, para estarem atuando em um “nicho de mercado”.

Desafios da conversão e da prática da agricultura orgânica para além do contexto “nicho de mercado”

As conversas informais com agricultores orgânicos e as pesquisas apontam também que não se pode apenas estimular a mudança de sistema sem dar apoio à conversão do sistema convencional para orgânico.

Segundo depoimento de um agricultor familiar orgânico, Sr. Jorge Horita, que hoje integra a diretoria da Associação de Agricultura Orgânica - AAO, quando ele fez seu primeiro curso de agricultura orgânica, vários integrantes se sentiram sensibilizados à mudança, e assim como ele iniciaram o processo de conversão. Mas, com o passar do tempo, ele constatou que muitos daqueles que iniciaram o processo desistiram no caminho e alegavam para isso a falta de recurso, assistência técnica e apoio. Ele acredita que o caso de ele continuar foi por persistência e, sobretudo, pela convicção de um comprometimento de vida e com as questões da importância do cuidado com o meio ambiente, buscando cada vez mais diminuir os impactos nocivos e conservar o meio ambiente.

Sobre a sustentabilidade do sistema de agricultura orgânica, DAROLT (2001 d) também constata na mesma pesquisa anteriormente citada que o período de conversão em especial é muito crítico, pois segundo ele nesse período a tendência é de haver menor produtividade para algumas culturas, em que o manejo de pragas e doenças é mais difícil⁴⁰. O pesquisador também apurou que as “unidades que apresentam maior dificuldade no processo de conversão são aquelas que apresentam os recursos naturais mais degradados, pouca diversificação e falta de integração das atividades”, concluindo que é “preciso mais pesquisas sistêmicas que considerem a unidade de produção como um todo.” Entre os agricultores orgânicos ou em fase de conversão pesquisados na época, 20% corria o risco de abandonar a atividade agrícola no curto prazo, caso não tivessem apoio financeiro. DAROLT (2001 d) sugere, com isso, que os grupos de agricultores que estivessem em processo de conversão deveriam ter prioridade de apoio financeiro e algum tipo de incentivo para que não abandonassem o processo.

Diante disso, buscar a associação do movimento da Agricultura Orgânica ao de Segurança Alimentar aponta para novas perspectivas, o que remete a reflexões sobre as necessárias estratégias para uma efetiva transformação social a que esse desafios se propõem. Apresenta-se a seguir as conclusões deste estudo.

⁴⁰ Essa situação foi observada pelo pesquisador junto a agricultores em transição. Depois, com o passar dos anos, observou-se “uma tendência de equilíbrio ecológico e crescimento da produtividade orgânica” (DAROLT, 2001 d).

6. CONCLUSÕES

“O caminho se faz caminhando.”

Paulo Freire & Myles Horton

Para se atender aos objetivos gerais propostos, realizou-se a identificação das representações sociais de 30 agricultores, buscando discutir os resultados a partir de uma contextualização local, para se avaliar as potencialidades da participação dos agricultores no projeto proposto. A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo possibilitou a construção de uma análise aprofundada e sinalizou oportunidades e desafios para processos de comunicação e educação a serem realizados junto aos agricultores.

Detectou-se como grande desafio para a proposta de se inserir hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar que, mesmo sendo numa região com vocação para a produção, em especial de hortaliças, a prática da agricultura orgânica ainda é muito incipiente, considerando-se que cerca de 92% dos agricultores da região estão no sistema convencional de produção (CAE et al., 2006).

Destaca-se da análise da caracterização do público pesquisado, que mesmo 96,67% dos entrevistados tendo indicado que suas propriedades estão próximas de escolas, somente 1 produtor, disse eventualmente abastecer escolas diretamente, e outro produtor abastece 1 escola indiretamente. Essa baixa frequência de abastecimento da merenda escolar confirmou-se na pesquisa realizada pela CAE et al. (2006) em que apenas um agricultor familiar (entre os 107 entrevistados) indicou que toda sua produção é voltada para o abastecimento de escolas. Mesmo não havendo uma estrutura de apoio efetivo para essa prática, pode-se concluir que a venda direta para escolas tem potencial de ser efetivada como prática da agricultura familiar na região. Atualmente, isso é possível em escolas estaduais que atuam no sistema escolarizado, em que a compra de H e F e ovos pode ser feita diretamente pela escola.

Um dos grandes desafios na comercialização com a escola estadual parece ser ainda a existência de um contingente significativo de agricultores na região sem Nota

de Produtor (33,33%), o que é pré-requisito para se conseguir fazer a venda direta de H e F e ovos nas escolas estaduais.

Observou-se na análise dos discursos que, entre os entrevistados que participaram da Cooperativa Agrícola de Cotia (33% dos entrevistados, 10 agricultores), somente 1 apresentou em seu discurso a idéia da formação de uma associação para dar suporte ao possível abastecimento nas escolas. Está presente também entre os discursos uma colocação que denota a frustração em relação à quebra dessa cooperativa. Portanto, se de um lado, esta experiência acumulada da Cotia pode contribuir para a formação de novas cooperativas ou associações, através de habilidades já desenvolvidas pelos integrantes dessa experiência, por outro lado, esse pode ser um fator desafiante para se estimular essas formas de organização, em especial entre atores que foram cooperados.

Atendendo o objetivo previsto da identificação das representações dos agricultores familiares sobre a definição de agricultura orgânica, identificou-se que há um restrito conhecimento por parte dos entrevistados sobre a abrangência desse sistema de produção, ao descrevê-lo como aquele que faz bem para a saúde, não usa aditivo químico, e usa produtos naturais (50,01% dos discursos), e especialmente ao reconhecerem o não entendimento do tema (34,37% dos discursos). Pode haver, em decorrência disso, uma auto-intitulação como agricultores “orgânicos”, por parte daqueles que apenas deixaram de usar agrotóxicos ou que diminuíram o seu uso.

Quanto ao objetivo de identificar a representação dos agricultores em relação à participação no projeto proposto pela FSP- CNPq, ela pode ser analisada na interação de duas questões que buscaram identificar:

1) A opinião sobre o potencial abastecimento de escolas com hortaliças e frutas orgânicas pelos agricultores da região: 44,74% dos discursos apontaram ser uma boa proposta, por considerar o orgânico ser bom, “bom para as pessoas e para a saúde das crianças” e por não usar produtos químicos; 15,79% disseram ser bom por poder ser economicamente rentável; 18,42% dos discursos condicionaram o êxito da proposta à existência de apoios e 21,05% apontaram ser impraticável o sistema de produção orgânica;

2) O interesse dos entrevistados para eventualmente participar da referida proposta, destacam-se como principais condicionantes para a participação dos

mesmos: a existência de apoio, que aparece em 50% dos discursos (necessidade de ter cursos, assistência técnica, associações e cooperativas, etc.), a necessidade de demonstrar a rentabilidade do sistema orgânico (16,66% dos discursos), sendo que a opinião de ser um sistema impraticável caiu para 13,89% dos discursos, em relação à pergunta anterior. Com menor intensidade, 11,11 % dos discursos não demonstram interesse em participar, ou demonstram não saber como participar; e 5,56% dos discursos demonstram interesse em participar por ser uma proposta “boa para todos”.

Decorrentes da análise dos resultados dos discursos dos agricultores sobre a opinião a respeito da proposta e o interesse em participar, foram identificados 4 temas geradores que mais se destacaram, e que apresentados na forma de perguntas poderiam facilitar uma abordagem dialógica (e não impositiva) de comunicação junto à esse público: Rentável, Apoios, Tecnicamente Viável e Saudável.

Entre as oportunidades em relação ao tema Rentável, que poderão ser trabalhadas em processos de comunicação, a partir de representações já existentes, podem-se destacar idéias como: seria bom experimentar a venda direta ao consumidor (escola); a proposta de venda à escola tem que ser cabível e rentável; acredita-se que não há gasto financeiro no sistema orgânico; alto custo de defensivos agrícolas; consciência crescente do mercado consumidor em relação aos efeitos nocivos do agrotóxico.

Quanto aos desafios para os processos de comunicação, estão presentes idéias como: a proposta de venda para escolas pode ser boa, pois não há tanta exigência de aparência; orgânico sai caro e o mercado é restrito e elitista; preço alto do orgânico para venda na região; produto orgânico é mais feio e “cai a qualidade” comparado com o convencional; pouca produção não compensa no sistema orgânico; a dependência do agricultor na venda ao CEAGESP; a fiscalização que impede aumento da área da horta; insumos que os agricultores conseguiam a baixo custo da prefeitura e agora não conseguem mais; no eventual abastecimento das escolas, há dúvidas se seria a prefeitura que forneceria de graça insumo, e se pagaria pela produção.

Entre as oportunidades em relação ao tema Apoio, a partir de representações já existentes, podem-se destacar idéias como necessidade de: capacitação sobre orgânicos; de escola profissionalizante agrícola; de assistência técnica; associação/

organização dos produtores; planejamento participativo do abastecimento com o consumidor (escola). Entre os desafios, estão presentes idéias como: necessidade de continuidade das ações de capacitação oferecidas pelo governo; lembrança do calote que sofreram da Cooperativa Agrícola de Cotia; necessidade de união e de comprometimento entre os agricultores.

Em relação ao tema Tecnicamente Viável, a maior oportunidade apresentada foi a idéia da importância de se apresentar o exemplo de outros agricultores. Quanto aos desafios, idéias como: dúvidas se o orgânico irá se desenvolver bem e como participar do sistema de produção orgânica; ter uma produção paralela orgânica e convencional; tentativa de implantar o sistema orgânico que não deu certo; sistema orgânico “é melhor, mas é trabalhoso”, “precisa de muito mais paciência e habilidade” e “é difícil mudar”; falta de tempo para aplicar o sistema orgânico; dificuldade de se plantar atualmente sem produto químico; ensinar as crianças a plantarem desde cedo para não ficarem atrasadas como no Norte.

Entre as oportunidades do interesse geral dos agricultores em relação ao tema Saudável, podem-se destacar idéias como: agricultura orgânica é saudável para o produtor e para o consumidor, e também para o meio ambiente (que aparece com pouco intensidade e expressividade nos discursos); ela é saudável em especial para as crianças, podendo evitar doenças e incentivar bons hábitos alimentares; seria bom se pudessem ensinar as crianças a plantar os orgânicos além de incluir na merenda; os produtos químicos fazem mal para o agricultor e para o consumidor.

Os desafios apontados em relação a esse tema gerador foram idéias como: dependendo da idade do agricultor e sua falta de conhecimento, é difícil adotar o sistema orgânico; não há diferença entre o paladar do produto orgânico e o do convencional.

Partindo dessa constatação, pôde se confirmar o que foi percebido na análise dos Pontos de Vista, conforme a proposta da inter-relação de Pontos de Vista de Saúde através da triangulação, citada anteriormente. Pelo que foi observado em relação ao Ponto de Vista do Indivíduo (PVI), percebe-se que a preocupação em relação à saúde do agricultor e do consumidor (decorrente em especial de doenças contraídas pelo uso de produtos químicos) não foi manifestada na pesquisa com grande enfoque para propiciar uma mudança de sistema de produção, ao contrário do

que apontaram as pesquisas sobre as motivações de agricultores que adotaram o sistema orgânico em outras localidades.

Também não se denotou, nesse ponto de vista, a consciência efetiva da necessidade de sustentabilidade ambiental e sua inter-relação com a saúde humana, o que também aparece como sendo o fator que mais contribuiu para que os agricultores orgânicos pudessem persistir diante das dificuldades do processo de conversão, conforme se apontou em outras pesquisas. Contudo, o fator da rentabilidade, apontado como outro determinante de motivação da mudança em outras pesquisas, também se mostrou neste estudo como condicionante do interesse dos agricultores, para a possível adoção do sistema orgânico de produção.

Além da rentabilidade, a necessidade de saber se é tecnicamente viável também aparece como condicionante de uma mudança para o sistema orgânico. Portanto, ao que se percebe, o Ponto de Vista do Sistema Produtivo (PVSP) é preponderante sobre o Ponto de Vista do Indivíduo (PVI). Mas também o Ponto de Vista Técnico, aqui representado pela necessidade de apoio técnico para dar o suporte necessário à conversão, é fortemente indicado nos discursos como uma das condicionantes principais para motivar uma possível mudança para o sistema orgânico.

Denota-se que, apesar de estar presente o interesse em participar do sistema de produção orgânica, prevalece entre os discursos uma visão produtivista que se não for bem trabalhada em processos comunicacionais poderá se tornar um risco para uma efetiva política de SAN e também de conservação ambiental. Esse risco, conforme foi apontado anteriormente, pode ocorrer entre os praticantes da “auto-denominada” agricultura orgânica que buscam incorporar a ela um padrão produtivista, similar ao do sistema convencional, voltando-se para uma produção em larga escala. Segundo Schmidt (citado por AZEVEDO, 2006), para essa situação, que tende a ser socialmente excludente, a saída é a promoção da agricultura orgânica familiar para além da lógica de uma propriedade, mas pensando no âmbito regional, como propõem a agroecologia, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Na dimensão da saúde, foco da presente pesquisa, isso pode demonstrar a importância de se reforçar nos processos de comunicação junto aos agricultores o

diálogo sobre as possibilidades de escolhas mais saudáveis, tanto para o indivíduo como para o ambiente, que podem ser feitas e estão acessíveis a todos. Assim, os processos de capacitação poderão explorar a ótica da interdependência da saúde humana e da saúde ambiental para a construção efetiva de sustentabilidade socioambiental, estimulando, conseqüentemente, que se possam associar esses cuidados com o sustento econômico justo. Nessa perspectiva, far-se-á necessário o aprendizado sobre o inexplorado potencial de recursos de bens e serviços disponíveis do ecossistema, que é a grande riqueza da região de Parelheiros.

Destaca-se, também, sob o enfoque de saúde, que a partir do que se identificou nos DSCs apurados, há necessidade de se realizarem estudos na região de Parelheiros para se dimensionar melhor quais têm sido os efeitos do uso do agrotóxico na saúde dos agricultores da região. Tais estudos locais podem contribuir para que haja uma maior conscientização dos agricultores, tanto no cuidado com a saúde como com o meio ambiente em geral.

O estudo indica que uma das maiores condicionantes apontadas pelos agricultores para participarem do abastecimento das escolas com o produto orgânico é a sua rentabilidade econômica. Diante disso, em processos de comunicação será importante mostrar a viabilidade econômica do abastecimento das escolas e de outros possíveis mercados, em especial através de testemunhos e experiências práticas.

Na caracterização do mercado da merenda escolar, identificou-se que o gasto na compra de H e F e ovo (sendo ovo somente no caso do estado) é de cerca de 34 milhões/ano para as escolas estaduais e municipais e de cerca de R\$ 3.785.000,00/mês para 1.629.400 alunos que recebem a merenda escolar no município de São Paulo. Considerando apenas o universo das duas escolas que farão parte do projeto piloto da proposta FSP-CNPq tem-se um valor total mensal de recursos para a compra de H, F e ovos de cerca de R\$ 5.800,00, para atender 2.440 alunos que recebem a merenda nessas duas escolas. Nessa perspectiva, o presente estudo identificou que o valor de compra mensal de H e F para as duas escolas que irão participar do projeto piloto de abastecimento no projeto FSP-CNPq

representaria 5 vezes o rendimento médio mensal bruto⁴¹ de agricultores que utilizam apenas mão-de-obra familiar na região.

A questão que se coloca e que deverá ser avaliada é da capacidade produtiva que os agricultores que serão envolvidos no projeto terão para atender a demanda de H e F dessas escolas. Diversos fatores influenciam nessa avaliação da capacidade produtiva que dependerá, sobretudo, do estágio da prática ou do período de conversão para o sistema orgânico de produção em que os agricultores se encontram. Também se faz necessária uma avaliação de que tipos de hortaliças e frutas orgânicas dariam para se abastecer, remunerando de forma justa o agricultor, dentro do valor limite pago para a merenda escolar. Algumas reflexões nesse sentido se encontram no anexo 4 desta dissertação.

Se por um lado o levantamento da contextualização da situação de Parelheiros apontou as potencialidades da região, com diversos atores tanto do setor público quanto da sociedade civil atuando para estimular a agricultura orgânica, parece ser necessária uma articulação maior entre essas iniciativas para que haja soma de esforços e não sobreposição.

Destaca-se, por fim, outra das grandes condicionantes apontadas para que os agricultores participem da proposta de inserção de H e F orgânicas na merenda: a necessidade de terem apoios diversos (capacitações, assistência técnica, etc.), que segundo eles precisam ser “constantes”. O que também se evidencia importante diante da constatação de que a assistência técnica aos agricultores ainda predominante na região tem sido feita pelo setor privado interessado na venda de insumos químicos usados no sistema de produção convencional. Da mesma forma, denota-se que há pouca organização dos agricultores através de associativismo ou de cooperativas, o que seria fundamental estimular para se garantir o atendimento da logística necessária para o abastecimento da merenda escolar de escolas públicas, e mesmo de outros mercados.

Estes parecem ser grandes desafios para colocar em prática os importantes marcos legais e conceituais existentes. Nessa perspectiva é que apresentamos a seguir as considerações finais e algumas recomendações.

⁴¹ Rendimento médio mensal de agricultores conforme foi apontado pelo levantamento CAE et al. (2006).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo identificou que para a implementação de um programa de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar, conforme se averiguou em exemplos de programas visitados, necessita-se do respaldo de uma política pública, considerando-se como alicerce estruturante a motivação dos agentes públicos envolvidos, conforme abordado anteriormente. Assim pôde-se identificar um contexto favorável em diversos aspectos, e desafiante em outros, em termos de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal, que podem respaldar um eventual programa de inserção desse tipo.

Há uma total sinergia da proposta do projeto da FSP-CNPq, com base na agricultura familiar orgânica, com as políticas públicas que se estão articulando de Agricultura Orgânica, de Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana e Periurbana, Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário. Nesse contexto, a agricultura familiar é vista como sendo estratégica para promover o efetivo acesso de qualidade e em quantidade necessária a uma alimentação saudável, sobretudo no abastecimento de H e F na alimentação escolar.

Diante disso, sugere-se a realização de encontros envolvendo gestores de programas de inserção de alimentos orgânicos na merenda escolar, o mapeamento das experiências existentes no Brasil e a criação de uma rede de comunicação que possa realizar a troca de experiências, e até mesmo manter uma página sobre o tema em sites especializados.

Também constatou-se que a agricultura orgânica no Brasil possui um arcabouço legal recente, sendo que as leis federal e estadual (SP) ainda não foram regulamentadas. Mesmo o sistema orgânico sendo considerado estratégico na implementação de políticas públicas de SAN, proteção de mananciais, e Desenvolvimento Local Sustentável, ainda não estão claras as formas de estimulá-lo efetivamente.

O que se percebe na prática é que o setor de produção orgânica ainda é visto, e percebido na mídia e no senso comum (inclusive pelos agricultores envolvidos nessa pesquisa), como um “nicho de mercado”, e sendo assim aumentam-se os desafios

para passar das políticas públicas de reconhecimento de sua importância para uma ação pública efetiva, que demandará o diálogo entre o poder público e os representantes da sociedade civil organizada, conforme proposto no projeto Negowat.

A autora desta dissertação acredita, após este estudo, que esse processo de construção de práticas sustentáveis só será possível se houver abertura para a mudança do padrão de produção e consumo vigentes e para a inserção de práticas democráticas de gestão pública, visando transformar políticas em ações públicas.

A motivação institucional, no caso da região de Parelheiros, está sendo o primeiro degrau para se estimular o interesse dos agricultores da região para a mudança do sistema de produção convencional para o orgânico. E foi nesse sentido que se buscou analisar as potencialidades da inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar da região, não só enquanto projeto piloto que está sendo implementado na região pela FSP-CNPq, mas também enquanto perspectiva de integração com outras ações existentes na região, para avaliar seu potencial de continuidade.

Ao que parece a principal preocupação dos gestores públicos municipais na região é a da conservação ambiental buscando-se saídas para evitar maiores impactos pela pressão que essa área sofre por ser parte de uma grande metrópole.

Portanto, para os agricultores dessa região, o desafio de mudança do sistema de produção parece uma questão de “sobrevivência”, tendo em vista a existência de duas APAs em Parelheiros, lei de proteção de manancial da Guarapiranga (Lei Nº 12.233, 16 jan. 2006), e a aplicação da Lei Federal de Crime Ambiental (Decreto 3179, 21 set 1999), que tornam a prática do sistema orgânico de produção na região uma necessidade.

Um dos grandes desafios da gestão da Subprefeitura de Parelheiros tem sido demonstrar aos formadores de opinião e aos demais gestores municipais e estaduais o potencial dessa região. Mas o que se detectou, também, é que ainda está em construção o conhecimento de como se associar a conservação ambiental à obtenção de bens e serviços do ecossistema. Com o propósito de estudar e estimular ações nesse sentido, existe a referência de projetos implementados no âmbito do Programa da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, que poderão ser potencializados.

Nessa perspectiva, como responsável pelo abastecimento de 1/3 da água consumida na região metropolitana, o poder público local busca construir a imagem da região como “produtora de água.” Esse tem sido um dos focos da política de comunicação da Subprefeitura, como foi também o tema que embasou um grande estudo realizado na região, o Negowat, que buscou fazer propostas para a gestão sustentável da água na região, tendo como base o princípio da multifuncionalidade da agricultura. Nesse contexto, o que os estudos apontam é que a agricultura urbana e periurbana poderá assumir um papel multifuncional e articulador do desenvolvimento local sustentável.

No âmbito municipal, o marco legal que pode respaldar essa prática da multifuncionalidade é o PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (Lei Municipal No. 13.727, 12 jan. 2004), que apesar de não ter explicitado o apoio único às práticas de agricultura orgânica, tem como instrumento de sua aplicação a Casa da Agricultura Ecológica, que desde 2006 (data de sua criação) atua apenas no apoio às práticas de agricultura orgânica. A CAE, por ser recente e apesar de ainda contar com poucos recursos humanos, tem buscado realizar um trabalho de articulação de parcerias verticais (com o governo estadual, entidades da sociedade civil organizada e entidades locais) e horizontais (com órgãos do próprio governo).

Também constitui uma conquista o marco legal do Programa de Merenda Escolar Ecológica do município, mesmo ainda não sendo aplicado em função dos desafios necessários para a sua adequação ao atual sistema de compra da merenda da Prefeitura, que atua de forma centralizada e terceirizada na compra de H e F para as escolas. Essa legislação apresenta como diferenciais o fato de propor a inclusão, de forma gradual, da produção orgânica da agricultura urbana e periurbana do município, e de reconhecer a importância de estímulo ao consumo de H e F na escola, propondo para tanto a capacitação das merendeiras e a inserção do tema na educação ambiental, considerando o “enfoque dos benefícios do cultivo orgânico para o meio ambiente e para alimentação humana”. Mesmo não sendo ainda aplicada, essa lei municipal representa o reconhecimento do enorme potencial de se transformar a merenda escolar numa grande alavanca para a agricultura orgânica urbana e periurbana no município de São Paulo e para a implantação de uma política efetiva de SAN. Sugere-se a criação de um marco legal estadual similar também.

Nesse contexto, sugere-se a articulação dos programas existentes de Merenda Escolar Ecológica e de Agricultura Urbana e Periurbana para otimizar recursos e esforços no apoio à necessária organização dos agricultores para que possam dar conta do desafio do abastecimento das escolas na região. Também sugere-se o aprofundamento dos estudos de como os agricultores familiares poderiam, efetivamente, abastecer as escolas com produtos orgânicos no atual sistema, em que há uma compra centralizada de H e F através de um único distribuidor, ou mesmo através da terceirização. Deve-se para tanto prever mecanismos que privilegiem a compra de hortaliças e frutas orgânicas nos editais de licitação, quer seja de distribuidores, quer de empresas terceirizadas que venham prestar serviços à Prefeitura.

No nível estadual, a Lei que instituiu o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial (Lei N. 12.518, de 12 de jan. 2007) poderá favorecer a prática da agricultura orgânica na região de Parelheiros se for implementada uma efetiva política de incentivo fiscal, para que se estimule não só a fase de conversão dos agricultores familiares da produção convencional para a orgânica, mas também a nova atribuição dos mesmos na conservação dos mananciais, como “produtores de água.” Assim, parece ser importante que seja implementado na capital o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que conta com recursos do Banco Mundial. Também detectou-se que poderia se otimizar esforços na interação da atuação da CATI São Paulo em parceria com CATI de Itapeperica⁴² para a implementação de ações de formação e assistência técnica ao sistema de produção orgânica na região de Parelheiros.

Quanto à compra de H e F para a merenda das escolas estaduais, identificou-se que o sistema de compra “escolarizada” oferece condições mais facilitadas para a compra direta de H e F orgânicos de agricultores familiares, mediante a apresentação de Nota de Produtor.

O abastecimento da merenda escolar não é a única opção para estimular a conversão para a agricultura orgânica na região. Mas, por certo, pelo volume de

⁴² A CATI de Itapeperica foi identificada na pesquisa com os agricultores como sendo uma referência local para a agricultura familiar, quer por sua maior proximidade com Parelheiros (do que a EDR de São Paulo localizada no Parque da Água Branca), quer pelo trabalho que desenvolve há alguns anos que conta com a participação de agricultores da região nas reuniões que promove.

recursos que representa pode ser uma alavanca e uma forma de garantir uma constância necessária para que os agricultores familiares possam se estruturar e se organizar. A melhor forma que os agricultores possuem para abastecerem, em especial, a merenda escolar é através de cooperativas e associações. E, segundo o conceito da multifuncionalidade, poderão associar, à exemplo do que ocorre em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a atividade agrícola à de ecoturismo (vocação da região de Parelheiros) educativo e artesanato em suas propriedades, e assim ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda para a família.

As perguntas que ficam são: Quanto poderiam representar para estimular a agricultura orgânica na região urbana e periurbana os cerca de R\$ 34 milhões por ano gastos com H e F para a merenda escolar do sistema municipal e estadual na capital de São Paulo? Quantos agricultores poderiam, com este recurso, produzir de forma sustentável e oferecer uma alimenta o mais saudável para as crianças?

Nessa perspectiva, acredita-se que, para se estimular a adoção do sistema de produção como política pública efetiva, e para que sejam efetivados os investimentos para que esta política seja implementada, serão necessários estudos de valoração econômica que comprovem a sua sustentabilidade. Assim poder-se-  demonstrar a relação custo-benefício para os investimentos, por exemplo, da aquisição de alimentos orgânicos para as escolas produzidos nessa região de proteção de mananciais, e o que isso poderia representar para a redução de custos com a saúde da comunidade escolar, dos consumidores, dos produtores e de seus familiares, e com a diminuição da poluição ambiental (que também afeta os moradores da região metropolitana de modo geral) por deixarem de usar aditivos químicos, e para a geração de emprego e renda, evitando o  xodo das propriedades agrícolas, e estimulando a conseqüente diminuição da violência. Da mesma forma, os estudos poderão comprovar o potencial econômico que se pode desenvolver através de bens e serviç os sustentáveis com base nos ecossistemas locais. Através de estudos como estes, será possível saber quanto custam para a sociedade, em termos de impactos na saúde humana e ambiental, as práticas do sistema convencional, em comparação com as práticas do sistema orgânico de produção.

No âmbito do projeto da FSP-CNPq, a ação de capacitação dos agricultores e das comunidades limita-se ao previsto no projeto, mas a CAE está atuando no

sentido de alavancar um processo que depois poderá ser articulado e continuado pelo poder público em parceria com as entidades locais na implementação dos projetos que foram identificados nesse estudo vinculados à: Associação de Agricultura Orgânica(AAO), Programa Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, Fundação Mokiti Okada, SEBRAE, Projeto de Agroindústria (coordenado pela ONG Amora e Carambola com apoio da CAE e recursos do MDA), Projeto ITCP- USP e do NEPA de Centro de Referência de Agricultura Orgânica (com recurso do CNPq), articulações e movimentos dos programas ambientais das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, projetos SOS Guarapiranga, mobilização decorrente do Seminário Guarapiranga 2006, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que, para que se possa implementar um Programa de Inserção de Alimentos Orgânicos na Merenda Escolar no nível estadual e municipal, é necessária uma articulação inter-setorial na gestão do programa, envolvendo, em especial, as áreas de meio ambiente, educação, os departamentos de merenda escolar, agricultura e abastecimento, saúde, assim como o Conselho de Alimentação Escolar (com representantes de escola, agricultores, etc.)

Diante do enorme desafio de se estimular a conversão para o sistema orgânico de produção de cerca de 92% dos agricultores na região que ainda estão no sistema convencional, parece ser estratégico que a CAE e a CATI atuem de forma complementar, para que se possa ampliar a formação e assistência técnica aos agricultores, de forma continuada, como foi identificado nos DSCs apurados, bem como a criação de um centro de referência e uma escola de formação técnica em agricultura orgânica na região (que poderia ser feita em parceria com o Centro Paula Souza de educação profissional), inseridos num plano de desenvolvimento local sustentável. Faz-se também necessária a criação de um banco de mudas e sementes crioulas, para dar suporte ao processo de conversão e conservação dos ecossistemas na região, bem como a criação de um centro de abastecimento e comercialização para a venda de orgânicos na região.

Acredita-se ser estratégico, também, o mapeamento de todas as iniciativas de agricultura urbana e periurbana que estão ocorrendo na região, desde a produção até a comercialização, para que se possa analisar o potencial que as mesmas têm para a atuação em cadeia produtiva desde a produção, serviços (capacitações, etc),

transformação e comercialização. Nessa perspectiva, procurar-se-ia dar suporte ao ecoempreendedorismo para desenvolver bens e serviços voltados para o ecossistema da região, construído com base nos princípios da agroecologia, segurança alimentar e nutricional e do comércio justo e solidário.

Para esse processo, reforça-se a importância da proposta do Contrato Territorial de Exploração - CET, conforme sugerido pelo projeto Negowat.

Ao que parece, além do arcabouço legal de apoio, a região de Parelheiros já possui um movimento das organizações da sociedade civil mobilizadas em especial por ONGs ambientalistas que buscam monitorar a efetiva aplicação das políticas públicas locais, para que estas sejam transformadas em ações públicas com a participação democrática, como se viu nas propostas encaminhadas decorrentes do Seminário da Guarapiranga 2006 e seus desdobramentos.

Nesse contexto de implementação da proposta da CET, seria importante, também, associar o estímulo ao sentimento de pertencimento ao território, conforme aponta a proposta do referencial da multifuncionalidade, bem como o estímulo às parcerias verticais e horizontais, para que se contribua com o processo emancipatório dos agricultores familiares na região. Há que se estimular nesse processo a formação de lideranças entre os agricultores e a definição do papel de facilitadores que animarão as articulações decorrentes.

Dessa forma, propõe-se que o processo comunicacional junto aos agricultores da região busque o diálogo, para se construam as bases de um Contrato Territorial de Exploração da Região, pautado na busca de articulação, organização, união, integração, consensos e confiabilidade entre os atores do setor público, agricultores e representantes da sociedade civil organizada. Essa proposta é a da prática democrática, que poderá contribuir para o processo coletivo de educação da “cidadania terrestre”, conforme nos propõe Edgar Morin, em seu livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”.

Mas, para se propor o Contrato Territorial de Exploração (CET), deve-se partir da motivação do poder público para a efetiva valorização da agricultura urbana e periurbana, colocando-se em prática um planejamento a curto, médio e longo prazo, envolvendo para tanto recursos financeiros e humanos. Conforme identificou-se nesse estudo, esse poderá ser um fator de comprometimento com a prática da

agricultura orgânica na região, se possibilitar o apoio necessário para a transição e para a organização dos agricultores. Assim, a estratégia de estímulo ao sistema de compra de hortaliças e frutas orgânicas de agricultores familiares na região de Parelheiros para a merenda escolar poderá deixar de ser apenas um potencial identificado em estudos como este, para se efetivar como uma ação pública, tanto no âmbito estadual como municipal.

8. REFERÊNCIAS

AAO - Associação de Agricultura Orgânica. AAO: 15 anos em prol da Segurança Alimentar, 2005. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/>> 2007). Acesso em: 12 mar. 2007.

ALTMAN, R.; OTRAMARI, A. C. **A agricultura orgânica na região da Grande Florianópolis**: indicadores de desenvolvimento. Florianópolis: Instituto Cepa, 2004.

ANUÁRIO IEA. **Série Informações Estatísticas da Agricultura**. São Paulo, v. 17, n.º 1, 2006.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Notícias da Anvisa: novos desafios para o estudo de agrotóxicos no país. **Diário e Mensal Eletrônico**. Brasília, 11 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2006/110406.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2007.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **O manual de gestão eficiente da merenda escolar**. 2. ed. ampl. e rev. São Paulo, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.apoiofomezero.org.br/>>. Acesso em: 21 out. 2005.

AZEVEDO, E. **Alimentos orgânicos**: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. Tubarão: Ed. Unisul, 2006.

BADUE, A.F.B. et al. **Manual pedagógico entender para intervir**: por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo. São Paulo/Paris: Instituto Kairós/Artisans du Monde, 2005.

BARBIERI, E. **Pesticidas: um problema grave de saúde pública e ambiental**. 02 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/view/2683/1/152>>. Acesso em: 5 mar 2007.

BARCIOTTE, M. L.; BADUE, A. F. Educação nutricional, mídia e novas relações de consumo: uma visão ética e responsável. In: TADDEI, J. A. A. C. (Coord.) **Jornadas científicas do Nisan – Núcleo Interdepartamental de Segurança Alimentar e Nutricional**. Barueri: Minha Editora, 2007, p. 59-70.

BELIK, W. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, 2003, 12(1), p. 12-20.

_____. Boa gestão municipal merece ser premiada. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 24 maio 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/artigo_belik.htm>. Acesso em: 10 out. de 2005.

BIGNARD, F. **Agricultura ecológica e a saúde humana**. 19 set. 2004. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

BORGUINI, R.G.; TORRES, E.A.F.S. Alimentos Orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 13(2): 64-75, 2006.

BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO C. T. T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 22, n.º2, p. 413-425, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n2p413.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2006.

BRANDT, K. Issues paper: organic agriculture and food utilization. In: **FAO-Italy. International Conference on Organic Agriculture and Food Security**. United Kingdom: Newcastle University, 3-5 may 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/organicag/ofs/docs_en.htm>. Acesso em: 18 jun. 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/leis/1965_Lei_Fed_4771.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2007.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal; estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/leis/lei8666.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2006.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf>. Acesso em: 15 dez 2006.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/legisl.htm>>. Acesso em: 15 dez 2006.

_____. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/losan.htm>>. Acesso em: 15 dez 2006.

_____. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999**. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/instnorm.htm>>. Acesso em: 15 dez 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar. **Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.Pronaf.gov.br/florestal/agroecologia.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação-Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Saúde, **Projeto Promoção da Saúde**. Promoção da Saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Alimentação saudável**: princípios e considerações. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/alimentacao>>. Acesso em: 01 set. 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde-Departamento de Atenção Básica- Coordenação-geral da política de alimentação e nutrição. **A iniciativa de incentivo ao consumo de legumes, verduras e frutas no Brasil**: documento-base. Brasília, 25 maio de 2004. Disponível em: < dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/sma/2005/docflv.pdf >. Acesso em: 12 out. 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde - Departamento de Atenção Básica – Coordenação geral da política de alimentação e nutrição. **A iniciativa de incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes**: uma estratégia para abordagem intersetorial no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional - Consea - Brasil. Brasília, 02 set. 2005. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/iicflv_br_consea.pdf>. Acesso em: 12 out. 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Considerações do Ministério da Saúde sobre a Pesquisa de Orçamento Familiar 2002-2003**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/alimentacao>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Saúde-Gabinete do Ministro. “Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006”. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 9 maio 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, 2005 (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/publicacoes.php#alimsaudavel>>. Acesso em: 14 mar. 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2. ed. rev. Brasília, 2003.

CAE - Casa da Agricultura Ecológica; SVMA - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente; Subprefeitura de Parelheiros. **Diagnóstico da Agricultura Local**. [S.n.t.], 2006. (mimeografia)

_____. SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS. **Áreas agrícolas da Subprefeitura de Parelheiros**. São Paulo, 2007 (1 mapa, color, 1:145.000). (CD-ROM)

CAMARGO, A. M. M. P. et al. Área cultivada com agricultura orgânica no Estado de São Paulo. 2004. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 36, nº 3, p. 33-62, mar. 2006.

CAMPANHOLA, C. A agricultura sustentável, a agroecologia e a pequena produção. In: Miklós, A. A. W. (Org.). **Anais da 3ª Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica**: Piracicaba, 14-17 out. 1998. São Paulo: SMA/CED, 1999. 294p.

CARMO, M. S. A do. Produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo: IEA, v. 45, nº 1, p. 1-15, 1998.

CARVALHO, J. L. H. **A verticalização da agricultura familiar urbana, periurbana e rural no combate a pobreza**. [S.l.], 2003. 15 p. (mimeografia).

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria *empowerment* no projeto de promoção à saúde. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 20(4), p. 1.088-1.095, jul.-ago. 2004. 8 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/24.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2007.

CARVALHO, Y.M.C. **Agricultura em área de manancial**, out. 2001. 4 p. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=259>>. Acesso em: 08 dez 2006.

_____; FRANCA, T. J. F. A preservação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo e a multifuncionalidade. **Informe de Trabajo Negowat Brazil**. [S. l.]: IEA/Apta, nº 17, jan. 2005. 16 p. Disponível em: <http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/17_Brazil.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2006.

_____; ZUCHIWSCHI, E.; FERREIRA, S. E.; FRABETTI, G. L. Perspectivas para a agricultura da bacia do Alto Tietê. **Informe de Trabajo Negowat Brazil**. [S.l.]: IEA/Apta, nº 15, jan. 2005. 18 p. Disponível em: <http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/15_Brazil.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2006.

CASTRO, A.M. (Org.). **Fome, um tema proibido**: os últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis: Vozes, 1984. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/port/fome.html>>. Acesso em: 12 dez. 2006

CENEPI/FNS - Centro Nacional de Epidemiologia. **Agrotóxico/Cuidado**: Veneno! Fundação Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://br.geocities.com/zuritageo/agrotoxico.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2007.

COMIDHA - Comitê Nacional para Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Promovendo a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada**. Brasília, 2006. 15 p. Disponível em: <<http://www.comidha.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL. **Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional**. Roma, 20-23 set. 2004, sessão 30. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - Abrandh, 2005. 44p.

COMPRI, P. C.; ZÖLLNER, A. C. R.; JULIANO, Y.; NOVO, N. F.. **Resultados da primeira escola avaliada no Projeto Saúde do Escolar - Parelheiros**. São Paulo: Universidade de Santo Amaro - Faculdade de Medicina, 2006 (mimeografia).

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional – Documento-base. [S.l.], 2007.

_____. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, conceitos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cartilha do Consea.** [S.l.], 2006.

CORRÊA, A. M. S. Indicadores de medida de magnitude e insegurança alimentar no Brasil: fundamentos para uso de uma escala. In: TADDEI, J. A. A. C. (Coord.) **Jornadas Científicas do Nisan – Núcleo Interdepartamental de Segurança Alimentar e Nutricional**. Barueri: Minha Editora, 2007, p. 181-201.

COSTA, C.; MALUF, R. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional**. São Paulo: Instituto Pólis, 2001. 60 p.(Publicações Pólis, 38).

DAROLT, M. R. **A agricultura orgânica na América Latina**. [S.l.], 2001a. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdaroalt.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2007.

_____. **Modificações na qualidade nutricional da planta provocadas pelo uso de adubos químicos e agrotóxicos**. [S.l.], 2001b. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarnut2.htm>>. Acesso em: 3 de fev. 2007.

_____. **Por que os alimentos orgânicos são mais caros?** [S.l.], 2001c. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>>. Acesso em: 3 de fev. 2007.

_____. **A sustentabilidade do sistema de agricultura orgânica: um estudo da Região Metropolitana de Curitiba**. [S.l.], 2001d. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdaroalt2.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2007.

_____. **Merenda escolar orgânica: uma mudança de hábito saudável**. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/DaroltMerenda.htm>>. Acesso em: 3 de fev. 2007.

_____. **Cenário internacional: situação da agricultura orgânica em 2003a**. [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/DaroltMund03.htm>>. Acesso em: 3 de fev. 2007.

_____. **A qualidade dos alimentos orgânicos**. [S.l.], 2003b. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/daroltqualid.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2007.

_____. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. [S.n.t.]. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabduroalt.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2007a.

_____. **A qualidade nutricional do alimento orgânico é superior ao convencional?** [S.n.t.]. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarnut1.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2007b.

EMATER/RS - ASCAR; GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relógio do Corpo Humano**. [S.l.] EMATER /RS, 2004.4.p. (folder)

_____; FETAG; Prefeituras Municipais dos Vales dos Rios do Sino e Paranhana/ Encosta da Serra. **Manual de alimentação escolar**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 44 p.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FACES DO BRASIL. **O comércio ético e solidário no Brasil**. São Paulo, 2004.15p. (folder).

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations: **International Conference on Organic Agriculture and Food Security**. Roma, 03-05 maio 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/organicag/ofs/docs_en.htm>. Acesso em: 5 jun. 2007.

FAO BRASIL - Food Agriculture Organization. **A horta escolar como eixo gerador de dinâmicas comunitárias, educação ambiental e alimentação saudável e sustentável**. [S.l.]: TCP/BRA, 2003. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/alimentacao_escolar/encontrosnacionais/10_a_horta_escolar_como_eixo_gerador_de_dinamicas_comunitarias.pdf>. Acesso em: 28 set. 2006.

_____. **FAOstat. FAO web page - Statistics database**. [S.l.], 1999. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 13 dez 2006.

FBB - Fundação Banco do Brasil e FENABB - Federação das AABB. **Hortas Perenes: Projeto Alimentação Sustentável/ Clara Takaki Brandão (org)**. [S.l.]. FBB, 2006.

FERRAZ, C. Para o orgânico deixar de ser moda. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 2005, p. A24.

FERRO, F. (PT-PE). **Agrotóxicos estão matando o produtor rural**. [S.l.], 1996 (discurso). Disponível em: <<http://www.preservacaolimeira.com.br/agrotoxicos/ferro2.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

FRADE, C. O. **A construção de um espaço para pensar e praticar a agroecologia na UFRRJ e seus arredores**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000.

FRANCA, T. J. F.; CARVALHO, Y. M. C.; ANDRADE, J. P.; VIÉGAS, J. F. Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. **Informe de Trabajo Negowat Brazil**. [S.l.]: IEA/Apta, n.º 18, 2005. 15 p. Disponível em: <http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/18_Brazil.pdf>. Acesso em: 5 maio 2006.

FREIRE, P. **Extensão e comunicação** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO. **Projeto Oásis**. Disponível em: <<http://internet.boticario.com.br/portal/site/fundacao>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

GARCIA, E G; BUSSACOS M. A.; FISCHER F. M. Impacto da legislação no registro de agrotóxicos de maior toxicidade no Brasil. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n° 5, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GLOBO RURAL. **O sistema orgânico de plantio, que elimina o uso de agrotóxicos, vem sofrendo críticas que colocam em dúvida sua viabilidade e a qualidade dos produtos obtidos pela técnica. E você, o que acha sobre os orgânicos?** (fórum de discussão). Disponível em: <http://globorural.globo.com/forum/rural_inserir_coment.asp?edglobo=456&conf=y&cod_forum=1313>. Acesso em: 7 maio 2007.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUANZIROLI C. E, CARDIM S. E. C. S. (Coord.) **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto projeto de cooperação técnica.** Brasília, Incra/FAO, fev. 2000. Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/doc/AgriFam.doc>>. Acesso em : 14 mar. 2007.

GUARESCHI, N.M.F. **A criança e a representação social de poder e autoridade:** negação da infância e afirmação da vida adulta.1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Faculdade de Psicologia, PUC Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2001.

HANZI, M. **O sítio abundante:** co-criando com a natureza - Permacultura. 2. ed. Lauro de Freitas: Edição da autora, 2003. 48 p.

IPES-RUAF. Conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana.** Disponível em: <http://www.ipes.org/au/recursos/raup/contenidol.html> . Acesso em: 12 de mar. 2007.

IEA; CATI; SAA. **Manual do recenseador:** levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo. São Paulo, 1995-96.

IEA - Instituto de Estudos Avançados da USP. **Negowat:** nova ferramenta para negociações ambientais. [S.n.t.]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/negowat.html>>. Acesso em: 4 maio 2007. Disponível em: <<http://www.institutoakatu.org.br>>. Acesso em: 13 mar. 2006.

IGM-INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A cartilha agroecológica.** Botucatu: Editora Criação Ltda., 2005.

INSTITUTO AKATU. **A nutrição e o consumo consciente.** São Paulo: Instituto Akatu, 2003 (Série Caderno Temático).

KARAM, K.F. A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. In: **V Iesa/SBSP – V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários.** Florianópolis, 20-23 maio 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>>. Acesso em: 5 mar.2007.

LEAL, L. M. 25% das escolas não têm merenda apropriada. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 8 dez. 2006, p. A18.

_____. Perfil nutricional de alunos será avaliado. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 29 dez. 2006, p. A12

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo:** um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Educ, 2003 (Coleção Diálogos).

_____. **O pensamento coletivo como soma qualitativa.** Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/quali-saude>>. Acesso em: 25 set. 2003.

_____. **Promoção de saúde: a negação da negação.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

_____. Saúde, empoderamento e triangulação. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, v. 2, mai.-ago. 2004, p. 32-38. Disponível em: <http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XIII_2/artigos%2013.2%20PDF/revista%2013.2%20artigo%203.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2006.

_____; SIMIONI, A. A. C.; FERRAZ, A. M. T. M. A. O discurso do sujeito coletivo e o software qualquantisoft. São Paulo, 2007. 39 p. **Apostila do Programa de Verão.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP/IPDsc - Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo, 2007.

LEU, A. **Os benefícios dos alimentos orgânicos.** [S.l.], 2004. Disponível em: <http://golfinhu2.weblog.com.pt/arquivo/2004/08/os_beneficios_d.html>. Acesso em: 10 out. 2005.

LIMA, E. E. **Alimentos orgânicos na alimentação escolar pública catarinense: um estudo de caso.** 2006. 141 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, G. P. P; LOPES, A. M. L; PADILHA, P. M; CHARDULLO, L. A. L et al. Constituintes químicos em vegetais. In: SESI – Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de São Paulo. **Alimente-se bem: fundamentos, estratégias e realizações.** São Paulo: Sesi/Fiesp, 2006, p.107-26.

MADAETS, J. P; FONSECA M. F. A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Nead, 2005. 104p.

MALUF, R. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar. **Pólis Papers**, n.º4, 1999. 43 p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_170.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2006.

MARQUES, M.; COSTA, C. (Coord). **Implementação de centros de referência local de segurança alimentar e nutricional.** São Paulo: Instituto Pólis, 2005.36 p.

MAZZOLENI, E. M; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v. 44, n.º 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006&lng=es&nrm=>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **O uso de agrotóxicos no Brasil: dimensão e conseqüências.** Publicado em: 26 set. 2005. Disponível em: <<http://www.Pronaf.gov.br/dater/index.php?ctuid=7308&scid=458&imprimir=t>>. Acesso em: 14 de mar. 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Safra 2007/2008 da Agricultura Familiar.** [S.l.], 2007.4 p. (folder).

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 13 fev. 2007.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções:** Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003, p 97-102.

MENDONÇA, M. M.; MONTEIRO, D.; SILVA, R. M. Agricultura urbana: ensaio exploratório e pequeno mosaico de experiências. In: AS-PTA - Assessoria e Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa. **Agricultura na cidade:** coletânea de textos sobre as experiências desenvolvidas no âmbito do “Programa de Agricultura Urbana” da AS-PTA, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005, p. 1-17.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, A. V. M. Agricultura urbana e periurbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas.** São Paulo, v. 32, n. 6, jun. 2002, p. 39-44.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Saeaya; revisão técnica de Edgard Assis Carvalho. 3. ed. São Paulo/Brasília, Cortez, Unesco, 2001.

NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação-UNICAMP. **Tabela brasileira de composição de alimentos /** Versão II. -- 2. ed. -- Campinas, SP: NEPA-UNICAMP, 2006. 113p. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/taco/contar/taco_versao2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Agricultura na periferia.** São Paulo, 21 jul. 2005. Disponível em: <http://www.mnp.org.br/index.php?pag=ver_noticia&id=348986>. Acesso em: 25 jan. 2007.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde,** 2004. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/eb_portugues.pdf. Acesso em: 14 mar. 2006.

_____. **Obesity:** preventing and managing the global epidemic. Genebra, 1998, 276p.

OPERAÇÃO DEFESA DAS ÁGUAS. Desenvolvido pelo Instituto Sócio-Ambiental – ISA. Disponível em: <<http://www.mananciais.org.br/site/noticias/agenda>>. Acesso em: 5 mai 2000.

OPS/OMS - Organização Pan-americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde. **Escuelas promotoras de la salud.** Entorno saludables y mejor salud para las generaciones futuras, OPS/OMS. Washington, D. C., 1998.

ORTEGA, E. (Org.). **Uma introdução à metodologia emergética usando estudos de casos brasileiros. Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada.** Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos. Disponível em: <<http://www.fea.unicamp.br/fea/ortega/livro/index.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2007.

PELICIONI, M. C. F. **Educação em saúde e educação ambiental estratégias de construção da escola promotora da saúde.** 2000. Tese (Livre-Docência em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, M. T. Desafios do desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Promoção do direito humano à alimentação adequada por meio de uma política paulista de segurança alimentar e nutricional sustentável.** Águas de Lindóia, 3, 2007 (1 CD-ROM).

PINO, F. A. et al. (Org.). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo.** São Paulo: IEA/CATI/SAA, 4v. 1997.

PLANETA ORGÂNICO. **Financiamento rural.** Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/comofin.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

_____. **Dados estatísticos produção orgânica no Brasil 2006.** Disponível em: <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Artigos/visDetalhes.aspx?ch_top=59>. Acesso em: 3 mar 2007.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo:** agricultura em regiões tropicais. 9. ed. São Paulo: Nobel, 1986. 549 p.

PROCISUR - Programa Cooperativo para Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário do Cone Sul. **Estado Del Arte De La Agricultura Orgánica En Brasil.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.procisur.org.uy/online/PTRAO/brasil.asp>>. Acesso em: 12 mar. 2007a.

_____. **El estado del arte de la agricultura orgánica en los países miembros del PROCISUR.** [s.d.]. Disponível em: <infoagro.net/infotec/sur/PERFILES/PERFIL.htm>. Acesso em: 12 mar. 2007b.

SAMPAIO, F.; MEDEIROS, M.C. **A questão agrária e o desenvolvimento brasileiro.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=78&cod_not=591>. Acesso em: 5 mar. 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 39.473, de 7 de novembro de 1994.** Estabelece normas de utilização das várzeas no Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/staticfile/integra_ddilei/decreto/1994/decreto%20n.39.473,%20de%2007.11.1994.htm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

_____. **Lei nº 9.866, de 28 de novembro de 1997.** Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Disponível em: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam2/legisla%C3%A7%C3%A3o%20ambiental/Lei%20Est%201997_09866.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2006.

_____. **Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006.** Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/doc/12233.pdf>>. Acesso: 13 mar. 2006.

_____. **Lei nº 12.518, de 2 de janeiro de 2007.** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial no âmbito do Estado de São Paulo. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/staticfile/integra_ddilei/lei/2007/lei%20n.12.518,%20de%2002.01.2007.htm>. Acesso: 15 dez 2006.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 41.713, de 25 de fevereiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 13.155/01. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 26 fev. 2002.

_____. Decreto nº 45.665, de 29 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 13.727. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 30 dez. 2004.

_____. Lei nº 13.136, de 09 de junho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 10 jun. 2001.

_____. Lei nº 13.155, de 29 de junho de 2001. Cria o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Fema. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 30 jun. 2001.

_____. Lei nº 13.706 de 06 de janeiro de 2004. Regulamenta a Lei n.º 13.136/01 e estabelece o zoneamento ecológico – denominado zoneamento geo-ambiental da APA municipal do Capivari-Monos. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 7 jan. 2004.

_____. Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 13 jan. 2004.

_____. Lei nº 14.249, de 8 dezembro de 2006. Cria o Programa de Merenda Escolar Ecológica. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 9 dez. 2006.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura de São Paulo/Subprefeitura de Parelheiros. **Parelheiros**: portal das águas. Disponível em: <<http://parelheirosportaldasaguas.blogspot.com>>; <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/sppa>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

_____; SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS. **Potencial turístico da subprefeitura de Parelheiros**. São Paulo, 2007. (1 mapa, color, sem escala, cartaz)

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W. A merenda escolar e o projeto de desenvolvimento das encostas da Serra Geral catarinenses: ligação entre construções de oportunidades no espaço rural e no meio urbano. **Agroecologia Hoje**. Botucatu, v. 4, 26 set. 2004, p. 7-8.

SCIALABBA, N. E. H. Organic Agriculture and Food Security. 22 p. In: FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations: **International Conference on Organic Agriculture and Food Security**. Roma, 03 mai. 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/organicag/ofs/docs_en.htm>. Acesso em: 5 jun. 2007.

SEMINÁRIO GUARAPIRANGA 2006. **Documento - Síntese das ações propostas no Seminário Guarapiranga 2006**. São Paulo: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2007. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/22012007.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2007.

SERRANO, O. **Apresentação da proposta metodológica aplicada na rede do programa de jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde** (em parceria com a AHPCE):

formação ecoprofissional de adolescentes de nível médio de escolas públicas de regiões periurbanas e sua inserção no ecomercado de trabalho local. [S.n.t.], 2007 (1 CD-ROM).

SESI - Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de São Paulo. **Alimente-se bem: fundamentos, estratégias e realizações**. São Paulo: Sesi/Fiesp, 2006, p.107-26.

SILVA, M. A. Normatização e certificação da produção orgânica: presente e futuro. In: Miklós, A. de W. (Org.). **Anais da III Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica**: Piracicaba, 14-17 out. 1998. São Paulo: SMA/CED, 1999. 294p.

SILVEIRA, G.T.; BICUDO PEREIRA, I.M.T. Escolas promotoras de saúde ou escolas promotoras de aprendizagem/educação? In: LEFÈVRE F.; LEFÈVRE A. M. C. **Promoção de saúde: a negação da negação**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004, p.119-21.

SILVERMAN, D. **Doing Qualitative Research - A practical handbook**. London: Sage, 2000.

SOLYMOS, G. M. B. A batalha contra a desnutrição em São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n.º 48, mai.-ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200008>. Acesso em: 23 mar. 2007.

_____. (Org). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 212-33.

SOUZA, J.L. **Manual de horticultura orgânica**/ Jacimar Luiz de Sousa e Patrícia Resende-Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.

TADDEI, J. A. A. C. Ações conscientes e desvios nutricionais na infância. In: SEMINÁRIO O FOME ZERO E O CONSUMO CONSCIENTE. São Paulo: Instituto Akatu, 2003. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: 18 out. 2005.

TASSARA, E. T. O. **Avaliação de projetos sociais**: uma alternativa política de inclusão? (Mimeografia de palestra dez de 2002 - texto baseado em palestra apresentada no curso "Avaliação de projetos sociais: construção de indicadores", promovido pelo Lab-Social. São Paulo, jul. 2002. 27p.).

UNESCO. **Carta da Terra**. 2000. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br/press/uploadArquivos/109699759925.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. **Guia de Apresentação de teses**/ Ângela Maria Belloni Cuenca, Maria Teresinha Dias de Andrade, Daisy Pires Noronha, Maria Lúcia Evangelista de Faria Ferraz.-- 2. ed.-- São Paulo: A Biblioteca, 2006. 109 p.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação - Desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Direitos humanos e a promoção da alimentação e modos de vida saudáveis**: realizando o direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Brasília, 2002 (mimeografia).

_____. Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). In: ONU. **Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição**. Brasília, 32., 2005. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/oficinadhaascn2005.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

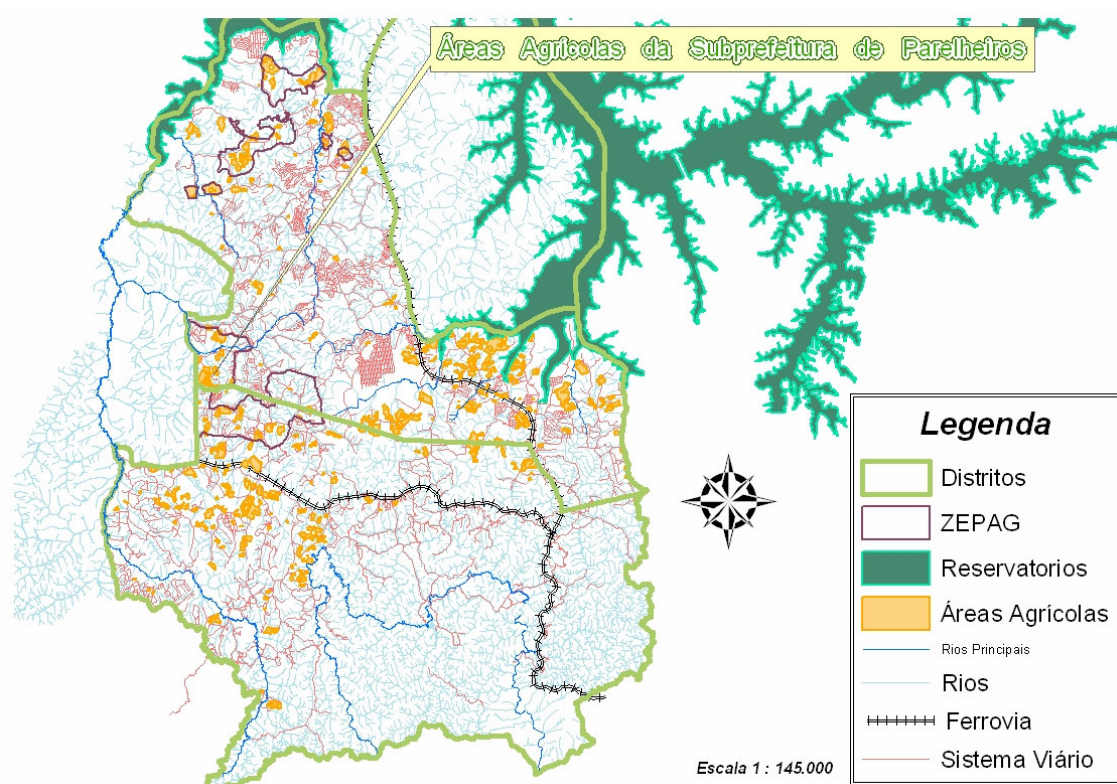
WOLFF, L.F. Agricultura Sustentável e Sistemas Ecológicos de Cultivo (Agricultura Química x Agricultura Ecológica) In: **AgirAzul 10**,1995. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/wolff.htm>>. Acesso em: 12 mar 2007.

WWF- Worlwide Fund for Nature. **Living Planet Report**. WWF , 1999. Disponível em: <http://www.panda.org/news_facts/publications/key_publications/living_planet_report/index.cfm>. Acesso em: 13 mar. 2006.

9. ANEXOS

ANEXO 1: Mapas da Região de Parelheiros

Mapa 1: Áreas Agrícolas da Subprefeitura de Parelheiros



Extraído de: Instituto Sócio Ambiental, citado por CAE e Subprefeitura de Parelheiros, 2007.

Mapa 2

Potencial turístico da subprefeitura de Parelheiros



Fonte: SÃO PAULO (Município) e SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS, 2007.

ANEXO 2

Formulário de Entrevista grupo: agricultores

Data: / /2006 Entrevistador:_____ Nº da entrevista:
AG_____

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1.Endereço:_____

2.Proximidade de escola pública estadual e/ou municipal? Sim () Não ()
Não sabe ()

Qual?_____

CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) E DA PRODUÇÃO

1. utiliza sistema de produção convencional
 utiliza sistema de produção orgânico

2.sexo: masculino () feminino ()

3.idade (em anos):_____

4.nível de escolaridade (anotar até que nível estudou ex: 1º grau completo ou incompleto)_____

5. Tipos de alimentos que produz:

Hortaliças	Volume produzido	Frutas	Volume produzido
1.		1.	
2.		2.	
3.		3.	

6.Participou/participa de algum sistema cooperativo de comercialização:

Não () Sim () Qual? _____

7.Participa/ou de algum tipo de associação de agricultores?

Não ()

Sim () Qual? _____

9.Abastece alguma escola pública?

Não ()

Sim () Qual? _____

Com que frequência?_____

10. Possui nota fiscal ou nota de produtor para a venda de produtos?

Não ()

Sim ()

11. Ouve rádio? Não () Sim ()

Qual? _____

E as rádios comunitárias Parelheiros e a Chave FM?

Questões Abertas:

1. Você conhece a agricultura orgânica?... O que é isso para você? (no caso de a pessoa desconhecer ou responder erroneamente, explicar que o sistema orgânico de produção consiste em produzir alimentos sem fertilizantes químicos e agrotóxicos, mantendo o equilíbrio do meio ambiente e a saúde do trabalhador, etc.)

2. Há um estudo para introduzir alimentos orgânicos na merenda de algumas escolas dessa região. Os alimentos, nesse caso, serão produzidos pelos agricultores da região. O que o Sr./a acha dessa proposta?

3. Você se interessaria em participar de uma proposta como essa? ...Por quê?...Como?

ANEXO 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa objetiva conhecer o que as pessoas pensam sobre a introdução de alimentos orgânicos na merenda escolar fornecidos por agricultores familiares da região.

O conhecimento produzido pela pesquisa poderá contribuir para a elaboração de políticas públicas que visem uma alimentação mais saudável para a comunidade escolar.

A entrevista que faremos será gravada. Os pesquisadores se comprometem a manter o anonimato dos entrevistados e a destruir as fitas após a transcrição das mesmas.

O (a) pesquisador(a) compromete-se a esclarecer qualquer dúvida acerca da pesquisa, divulgar os resultados em eventos e artigos científicos e apresentar os mesmos às autoridades competentes e aos sujeitos da pesquisa, após o término da mesma.

Não há nenhum pagamento para o entrevistado e nem ressarcimento de qualquer despesa.

A participação não é obrigatória, ficando o(a) entrevistado(a) livre para desistir a qualquer momento da entrevista se assim o desejar.

Eu, _____ afirmo que, após ter sido informado sobre os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa acima referida, concordei em conceder entrevista à pesquisadora responsável e/ou entrevistador/a cadastrado/a na referida pesquisa, que expressou seu compromisso em resguardar a minha identidade enquanto entrevistado, zelar pelo sigilo em torno das informações confidenciais recolhidas, bem como providenciar a divulgação dos resultados da pesquisa. Isto posto, declaro que, após ter sido convenientemente esclarecido (a) pela pesquisadora, aceito participar desta pesquisa, estando ciente de que, com a minha autorização a entrevista poderá ser também gravada.

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado(a)

Assinatura da (o) Pesquisadora (o)

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Prof. Titular Fernando Lefèvre (Faculdade de Saúde Pública) -
Fone: 3066-7718 / e-mail: alefevre@usp.br.

COORDENADOR: Profa. Dra. Isabel M.T. Bicudo Pereira (Faculdade de Saúde Pública) -
Fone: 3066-7780 / e-mail: claianny@usp.br.

ANEXO 4

Algumas reflexões sobre a sustentabilidade do abastecimento de hortaliças e frutas orgânicas na merenda

Segundo o Conselheiro da Associação de Agricultura Orgânica, Tiago Biusse Ghion (2007)⁴³, na perspectiva de se atender com uma porção diária de H e F por dia, ele sugere iniciar a experiência de abastecimento piloto nas escolas apenas com folhosas, 1 vez por semana (30g folhosas *per capita*⁴⁴). Ele calcula que, para se ter uma referência de custo, pode-se dar o exemplo de 1 pé de alface, que tem 300g e daria para abastecer cerca de 10 crianças, e que custa em média R\$0,80, ou seja, R\$0,08 *per capita*/dia. Então, num orçamento de R\$ 0,12 *per capita* (como o do governo do estado), essa aquisição seria viável. Os R\$0,04 de sobra dariam para a compra de temperos (salsinha, cebola).

Para a compra de 40g de outras hortaliças (sem o pré-beneficiamento), calcula-se que 1 porção sairia a um custo de R\$0,12, que está dentro do orçamento previsto da escola estadual, mas sem considerar o pré-beneficiamento. Segundo Ghion, se o produtor processar minimamente algum dos produtos, já não poderá mais emitir Nota de Produtor, conforme regulamentação da ANVISA.

Em relação ao abastecimento de fruta, segundo Ghion, é muito difícil a oferta de frutas pelo sistema orgânico a um preço acessível ao orçamento da merenda. Mas poderia se pensar, então, em iniciar com a banana e o caqui, que existem na região de Parelheiros a um menor preço (1 unidade a R\$0,27/semana, no mínimo).

Complementarmente, Ghion sugere o plantio na horta da escola de beterraba, folhosas, brotos e milho (o milho, segundo ele, é a planta de maior ciclo entre essas culturas citadas). De frutas, ele sugere plantar maracujá, banana, mexerica e caqui.

Diante dessas constatações, e após averiguação do desafio de se implantar uma horta na escola, quer pela falta de pessoas que cuidem no período de férias, quer pela necessidade de contar com o efetivo envolvimento dos zeladores, professores,

⁴³ Dados obtidos na entrevista informal realizada com Tiago B. Ghion em abr./jul. 2007.

⁴⁴ Esta quantidade de hortaliças aqui apresentada teve como referência o previsto no abastecimento da merenda tipo R2 em escolas municipais, conforme anteriormente citado, como é o caso da escola municipal do projeto piloto FSP-CNPq.

pais, alunos, sugerem-se estratégias complementares ao plantio e preparo de H e F orgânicos mais usuais nas escolas.

Em primeiro lugar, que todos os alimentos plantados no sistema orgânico sejam aproveitados na elaboração culinária de forma integral (talos, folhas, sementes, casacas, além das partes usuais) a fim de se evitar desperdício de nutrientes. Além disso, para suplementação alimentar da merenda, recomenda-se associar o modelo usual de horta orgânica ao modelo de Horta Perene dos programas financiados pela Fundação Banco do Brasil e pela FAO Brasil, conforme citado anteriormente.

Essa proposta, que recupera a cultura popular do consumo de plantas e difunde o conceito de biodiversidade no enriquecimento de alimentação, mostra que as plantas perenes⁴⁵ podem ser plantadas em qualquer espaço disponível, tanto na escola como nas residências dos alunos, e que em alguns casos pode-se associar a função nutricional à função de ornamentação, como é o caso da ora-pro-nóbis, que pode ser plantada nos muros. Muitas dessas plantas podem ser consumidas *in natura* em saladas ou em preparados, em complementação aos alimentos que serão adquiridos dos agricultores familiares pelo processo de compra usual, possibilitando assim a suplementação e enriquecimento do abastecimento da merenda escolar.

(FBB e FENABB, 2006)

⁴⁵ Alguns exemplos de plantas perenes: ora-pro-nóbis, beldroega, vinagreira, taioba, dente-de-leão, alho e folha, amora de árvore, assa-peixe, capeba, marianica, língua de vaca, picão-branco, urtiga e cansanção, feijão guandu, palma, serralha, mandioca, moringa olerífera (ou lírio de são José), gengibre, ervas para temperos. Nos muros: bambu, insulina, guaco, batata-de-purga, aveloz, coroa-de-cristo, bortalha, feijão de metro, quiabo de metro, capim-cidrao, leucena, sansão-do-campo, palma. Os que protegem a horta: capuchinha, zínea, girassol, citronela, fumo, cravo-de-defunto, cerca viva de bortalha, cará ou caruru-do-reino, cardeal, chuchu, vagens, batata-doce, gergelim. Outras: tomate-cereja, camupu e erva-moura, e brotos de alfafa, abóbora, feijão, girassol, trigo, nabo, rabanete, agrião, lentilha, grão de bico, linhaça, gergelim, abóbora, soja, mostarda, etc. Plantio de frutas regionais: limão, jaca, abacate, ata, acerola, açaí, ameixa, amora, buriti, banana, bacaba, bacuri, baru, biriba, bambu, caju, cagaita, caqui, carambola, coquinho, cacau, cupuaçu, calabura, cajá, cajá-manga, cubiu, cana, coqueiro, ciriguela, cajarana, camu-camu, capeba, canela, dendê, fruta-pão, figo, framboesa, goiaba, graviola, guabiroba, gueroba, ingá, jenipapo, juá, jambo, jatobá, jamelão, jabuticaba, jaracatiá, jurubeba, lobeira, louro, manga, maracujá, marimarí, macaúba, munguba, mangaba, murici, marmelo, mama-cadela, macadâmia, olho-de-boi, pequi, pitanga, pitomba, pupunha, pêra do cerrado, pecã, romã, sapoti, sorva, tamarindo, tucumã, uvaia, uva japonesa, umbu, uxi, urucum. (Fonte: Projeto Alimentação Sustentável, FBB - Fundação Banco do Brasil e FENABB - Federação das AABB. Organização: Dra. Clara Terko Takaki Brandão, 2006). Plantio de ervas aromáticas e medicinais seguindo o modelo do "Relógio do Corpo Humano" (Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2004).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)